

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Larissa Sapiensa Galvão Leal

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES RURAIS DIANTE DOS
DILEMAS DOS ASSENTAMENTOS

ARARAQUARA- SP

2023

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Larissa Sapiensa Galvão Leal

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES RURAIS DIANTE DOS
DILEMAS DOS ASSENTAMENTOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de doutorado da Universidade de Araraquara -UNIARA- como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Área de concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientada: Larissa Sapiensa Galvão Leal

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Vera Lúcia
Silveira Botta Ferrante

ARARAQUARA– SP

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

L471c Leal, Larissa Sapiensa Galvão

A construção da autonomia das mulheres rurais diante dos dilemas dos assentamentos/Larissa Sapiensa Galvão Leal. Araraquara: Universidade de Araraquara, 2023. 221f.

Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientadora: Prof. Dra Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

1. Autonomia feminina. 2. Agricultura familiar. 3. Assentamentos rurais.

CDU 577.4



FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome do Aluna: **Larissa Sapiensa Galvão Leal**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Doutorado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

**Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira
Botta Ferrante**

Profa. Dra. Alexandra Filipak

Prof. Dr. Henrique Carmona Duval

Prof. Dr. Luís Antônio Barone

Profa. Dra. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Araraquara – SP, 29 de março de 2023.

AGRADECIMENTOS

Não seria possível finalizar esta tese se não fosse a participação de pessoas muito especiais que tenho a sorte de conhecer e tê-las por perto. Em meio a tantas incertezas e medos, especialmente durante o período crítico da pandemia pelo qual passamos, estive rodeada por pessoas que me apoiaram e me ajudaram a seguir firme e chegar até aqui. Foram muitas as trocas, os conselhos, as orientações, questionamentos e as parcerias por essa longa caminhada que foi o doutorado.

Agradeço à minha família por todo o apoio, em todos os momentos.

À minha mãe, pelo amor incondicional, pelo carinho, pela força, por me acalmar nos momentos mais difíceis, quando eu achava que não daria conta. Obrigada por sempre acreditar em mim!

Ao meu companheiro, por compartilhar a sua vida comigo e por ser o parceiro com quem divido minhas alegrias e aflições. Obrigada por comemorar minhas vitórias, você faz parte de todas elas!

À minha filha, companheirinha de todas as horas, que participou de atividades nos assentamentos desde quando morava na minha barriga, figurinha carimbada das reuniões on-line do NUPEDOR e da feirinha orgânica. Isa, você é a luz da minha vida, minha dose diária de amor, não tenho palavras para descrever o quanto sou grata à Deus por ter você como filha.

Ao meu irmão, minha cunhada e minha sobrinha, obrigada meus amores pela torcida e por serem tão presentes na minha vida!

Aos meus sogros, sempre dispostos a ajudar, só tenho a agradecer por tê-los conosco.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação, muito obrigada por compartilharem seus ensinamentos.

Meu agradecimento especial à minha orientadora, Vera Botta, uma inspiração e exemplo de quem coloca amor em tudo o que faz. Sorte a minha ter como professora uma pessoa que, além de ser uma fonte enorme de conhecimento, ouve minhas ideias e respeita

as minhas opiniões, que se preocupa comigo e com minha família. Obrigada por tanto carinho, amizade e paciência!

Agradeço aos professores que compuseram as minhas bancas, desde os seminários de tese até a defesa, e que tanto colaboraram para a estruturação e desenvolvimento deste trabalho. Professora Alexandra Filipak, que faz parte da minha caminhada acadêmica desde a minha graduação, que eu tive a honra em tê-la em todas as minhas bancas examinadoras, obrigada por toda a atenção ao ler os meus textos. Todos os comentários e sugestões foram valiosos e fundamentais para que este trabalho se tornasse uma tese. Obrigada Henrique Carmona, que além de ser um professor que sempre colaborou muito para os meus trabalhos e por quem tenho grande admiração, é também um grande amigo. Obrigada pela parceria e pelas conversas que sempre clareavam minhas ideias! Professor Luiz Barone, muito obrigada por fazer parte da minha defesa, por sua gentileza em ler este texto e contribuir de forma tão coerente e elucidativa para a finalização da tese. À Sônia Bergamasco, agradeço imensamente a disposição em participar da minha defesa e por todas suas considerações. Que privilégio tê-la como parte da minha banca!

Professor José Maria e Professor Queda, muito obrigada por participarem das discussões sobre o tema desta pesquisa, pelas conversas e conselhos para melhorar o trabalho. Sei que também amam o que fazem e eu os admiro por isso!

Aos colegas membros do NUPEDOR, obrigada por tantas trocas de experiências e pelas amizades cultivadas! Às minhas parceiras de campo, Gabriela, Fábria, Thauana e Flavinha, obrigada por dividirem tantos momentos incríveis (e pelos perrengues também)! Juntas tudo ficava mais fácil e muito mais legal!

À amiga Camila, irmã de alma, sou grata pela nossa amizade, pela amizade das nossas filhas, pelos momentos de desabafos e de risadas que tornaram tudo muito mais leve.

À querida Renata, que leu as páginas desta tese com muita paciência e atenção. Fui presenteada com a sua amizade! Grata por te conhecer!

Silvinha e Ivani, o que seria de nós sem vocês??? Muito obrigada pela dedicação, pelo carinho e paciência!

Quero deixar o meu agradecimento especial às mulheres dos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre com quem tive a felicidade de conviver e trocar experiências. Juntas nós pensamos e executamos projetos. Mulheres fortes, determinadas, talentosas, que merecem ter seus trabalhos valorizados e suas vidas respeitadas. Agradeço de coração à todas as mulheres que participaram de alguma forma desta pesquisa. Jiseli, Elza, Léa, Vera, Zete, Lucilene, Maria Rezadeira, Zulmira, Edna, Silvani, Aline e Maria, obrigada por me receberem tantas vezes em suas casas e contarem suas histórias. Obrigada pela confiança!

Resumo

A presente tese dá continuidade às pesquisas realizadas no mestrado pela autora e aos projetos do NUPEDOR relacionados às questões de gênero no meio rural. Trata-se de uma pesquisa qualitativa nos assentamentos da região de Araraquara-SP, que tem como objetivo principal analisar como se dá a construção da autonomia das mulheres rurais diante dos dilemas atuais no contexto sociopolítico econômico dos assentamentos e como a participação em grupos influencia no modo de vida das mulheres, nas relações sociais, econômicas, e na inserção delas no mundo do trabalho produtivo no assentamento rural, identificando qual o lugar que a reprodução social ocupa na vida e no trabalho das mulheres no conjunto da estrutura dos assentamentos e nas unidades familiares de produção. Como metodologia, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa através de observação com elaboração detalhada de caderno de campo e entrevistas com mulheres pertencentes aos grupos escolhidos dos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre. Também foram elaborados mapas mentais, ferramenta que possibilita visualizar os espaços de produção exclusivamente das mulheres, incluindo os quintais produtivos e visibilizar o trabalho delas, entendendo e destacando o papel das mulheres na economia familiar das agricultoras. A invisibilidade do papel das mulheres é uma barreira às vezes ultrapassada com a sua participação em grupos produtivos e associações, onde podem conseguir destaque e reconhecimento dos resultados de seus trabalhos. Diante do cenário de desvalorização do trabalho mulher nas atividades agrícolas tradicionais, as atividades consideradas não agrícolas podem viabilizar uma liberdade financeira, mesmo que parcial, para as mulheres assentadas, bem como o incentivo ao turismo rural, que pode ser considerado fator de apoio à expressão de autonomia da mulher. A tese não trabalhou com a construção da autonomia como uma realização absoluta, mas considerou situações em que a mesma não chega a ser concretizada pela estrutura patriarcal. Entretanto, existem conquistas salientadas no estudo que indicam perspectivas de valorização da autonomia a partir do trabalho e das ações das mulheres assentadas.

Palavras-chave: autonomia feminina; agricultura familiar; assentamentos rurais; gênero.

ABSTRACT

This thesis continues the research carried out in the Master's by the author and the NUPEDOR projects related to gender issues in rural areas. This is a qualitative research in settlements in the region of Araraquara-SP, whose main objective is to analyze how rural women's autonomy is built in the face of current dilemmas in the socio-political and economic context of settlements and how participation in groups influences women's way of life, social and economic relations, and their insertion in the world of productive work in rural settlements, identifying the place that social reproduction occupies in women's lives and work in the overall structure of settlements and in family production units. As a methodology, it was decided to carry out a qualitative research through observation with detailed elaboration of a field notebook and interviews with women belonging to the chosen groups of the Bela Vista do Chibarro and Monte Alegre settlements. Mental maps were also prepared, a tool that makes it possible to visualize the production spaces exclusively for women, including the productive backyards and make their work visible, understanding and highlighting the role of women in the family economy of the farmers. The invisibility of the role of women is a barrier that is sometimes overcome with their participation in productive groups and associations, where they can gain prominence and recognition of the results of their work. Faced with the scenario of devaluation of women's work in traditional agricultural activities, activities considered non-agricultural can enable financial freedom, even if partial, for settled women, as well as encouraging rural tourism, which can be considered a support factor for the expression of women's autonomy. The thesis did not work with the construction of autonomy as an absolute achievement, but considered situations in which it is not achieved by the patriarchal structure. However, there are achievements highlighted in the study that indicate perspectives of valuing autonomy from the work and actions of the settled women.

Keywords: female autonomy; family farming; rural settlements; gender.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Assentamento Bela Vista do Chibarro.....	09
Figura 2:Mapa do Assentamento Monte Alegre.....	11
Figura 3. Registro de reunião presencial com as mulheres da RAMAS-Girassóis realizada no assentamento Monte Alegre.....	26
Figura 4 Registros de reuniões on-line via Google Meet com as mulheres da RAMAS-Girassóis.....	27
Figura 5. Croqui da área do lote de Elza elaborado durante visita em março de 2022.....	29
Figura 6. Mapa mental da área produtiva de Elza, elaborado pela autora a partir da narrativa e indicação da agricultora participante da pesquisa.....	30
Figura 7. Mapa mental da área produtiva de Maria Rezadeira, elaborado pela autora a partir da narrativa e indicação da agricultora participante da pesquisa.....	30
Figura 8. Mapa mental da área produtiva de Maria Aparecida, elaborado pela agricultora participante da pesquisa com auxílio da pesquisadora.....	31
Figura 9. Registro fotográfico das participantes da Rede de Mulheres do assentamento Monte Alegre – RAMAS-Girassóis.....	49
Figura 10. Grupo de mulheres na primeira reunião da Rede RAMAS-Girassóis.....	54
Figura 11. Grupo de mulheres na segunda reunião da Rede RAMAS-Girassóis.....	54
Figura 12. Momento de início da reunião e apresentação da proposta de atividade “varal do tempo”	56
Figura 13. Análise dos registros fotográficos e montagem do varal com as atividades do RAMAS-Girassóis.....	57
Figura 14. Registro do varal de fotos com o histórico de todas as atividades do grupo RAMAS-Girassóis.....	57
Figura 15. Registro da primeira entrega das declarações de produtores orgânicos em frente a UNIARA antigo local da feira “Da roça para a mesa”	67
Figura 16. Foto de Jiseli no dia da visita de consumidores ao lote dela no Monte Alegre.....	69
Figura 17. Foto de Edna na feira orgânica de Araraquara.....	71
Figura 18. Foto de Léa na feira do empreendedor rural do Sebrae em São Paulo.....	73
Figura 19. Foto de Elza no reconhecimento do espaço produtivo de Jiseli.....	75
Figura 20. Foto de Vera em evento do Sebrae em Araraquara.	77
Figura 21. Foto de Aline no seu estabelecimento comercial, Bar da Trilha.....	79
Figura 22. Foto de D. Zulmira na roça de sorgo em seu lote.....	81
Figura 23. Foto da entrevistada Silvani Silva.....	84

Figura 24. Foto da entrevistada Elizete.....	87
Figura 25. Lucilene na feira “da roça para a mesa”	89
Figura 26. Registro fotográfico feito entre a pesquisadora e a entrevistada, D. Maria, durante visita no lote do Bela Vista do Chibarro.....	91
Figura 27. Registro fotográfico feito no dia da entrevista no lote de D. Maria no assentamento Bela Vista.....	93
Figura 28. Canteiro de ervas em pequeno espaço do quintal da agricultora Izaura, participante da RAMAS.....	99
Figura 29. Registro da visita no espaço produtivo de Jiseli com a troca de conhecimentos entre Jiseli e Elza sobre as ervas medicinais.....	100
Figura 30. Registro fotográfico de D. Maria Rezadeira apresentando seu espaço de ervas medicinais e PANC’S no lote do assentamento Bela Vista.....	104
Figuras 31 e 32. Registros de produtos não agrícola das mulheres do RAMAS.....	105
Figuras 33 e 34. Cardápios usados para propagandas do Arraiá Drive-Thru nas redes sociais...106	
Figura 35 e 36. Local da entrega dos produtos da Festa Junina e montagem dos kits.....	107
Figura 37. Cestas comercializadas pelas mulheres da Rede RAMAS-Girassóis na feira “Da Roça para a Mesa” com o logotipo do grupo.....	108
Figuras 38 e 39. Mulheres da RAMAS participando de eventos para a comercialização de seus produtos.....	108
Figura 40. Vista da feira no interior da unidade IV da UNIARA.....	111
Figura 41. Logo criado para a feira.....	112
Figura 42. Vista das barracas da feira na praça do DAAE.....	113
Figura 43. Aferimento de temperatura de todos os frequentadores da feira.....	115
Figura 44. Barraca do Grupo de Mulheres Ramas Girassóis na feira “Da Roça para a Mesa” ...119	
Figura 45. Propaganda de divulgação das cestas de produtos temáticos do RAMAS-Girassóis.120	
Figura 46. Foto da mesa de café da manhã oferecida no espaço do trailer.....	121
Figura 47. Registro da participação das crianças na visita ao lote da Jiseli.....	122
Figura 48. Participação das mulheres do RAMAS-Girassóis comercializando seus produtos no lote da Jiseli.....	122
Figura 49. Jiseli mostrando o canteiro com os temperos e ervas que utiliza em suas receitas, perto do local onde fica o trailer.....	123
Figura 50. Foto de Jiseli apresentando a planta ora-pro-nóbis.....	124

Figura 51. Jiseli apresentando o pé de hibisco (também chamado de vinagreira) aos participantes da visita.....	125
Figura 52. Registro fotográfico dos participantes da visita de consumidores ao lote de Jiseli no assentamento Monte Alegre.....	126
Figura 53. Foto tirada da “Padoka” num sábado de atendimento aos ciclistas frequentadores do local.....	128
Figura 54. Foto de entrega de medalhas às participantes do evento de ciclismo na Padoka.....	129
Figura 55. Vista da entrada do Ponto Z no assentamento Monte Alegre.....	131
Figuras 56 e 57. Fotos dos produtos mel e favo embalados que Léa comercializa.....	132
Figura 58 e 59. Fotos dos sabonetes de alecrim, mel e buchas produzidas por Léa para comercialização nas feiras.....	132
Figura 60. Foto do casarão na agrovila do Assentamento Bela Vista do Chibarro.....	135
Figura 61. Foto da entrada principal do casarão em ruínas.....	136
Figura 62. Croqui da área de Elza elaborado durante a visita ao lote.....	143
Figura 63. Elza oferecendo a planta para a pesquisadora sentir o perfume na identificação da espécie.....	144
Figura 64. Elza cozinhando com produtos colhidos no quintal de sua casa.....	145
Figura 65. Registro da mesa com a refeição feita por Elza com os produtos colhidos no quintal.....	145
Figura 66. Registro da visita ao lote de Elza com a presença do Seu Zé do Café e de Fábia.....	147
Figura 67. Registro do momento da pesagem das sementes de adubação verde, na foto estão Seu Zé do Café e Fábia.....	148
Figura 68. Elza recebendo o material sobre PANC’s.....	149
Figura 69. Registro do momento de entrega de Título (provisório) de Domínio no Assentamento Bela Vista.....	185
Figura 70. Entrega do Título (provisório) de Domínio para D. Maria Rezadeira, pioneira do assentamento Bela Vista e participante do presente estudo.....	187

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Mulheres integrantes do RAMAS-Girassóis.....	52
Quadro 2. Resumo dos perfis das mulheres entrevistadas nesta pesquisa.....	68
Quadro 3. Espécies de ervas medicinais mais usadas pelas entrevistadas.....	101

LISTA DE ABERVIATURAS E SIGLAS

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Associação das Mulheres Camponesas em Ação (AMCA)

Associação das Mulheres do Monte Alegre (AMA)

Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Compra com Doação Simultânea (CDS)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Paleontológico, Etnográfico, Arquivístico, Bibliográfico, Artístico, Paisagístico, Cultural e Ambiental do Município de Araraquara (Compphara)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Cooperativa do Assentamento Bela Vista (COOBELA)

Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Motuca e Região (COOPAM)

Departamento de Abastecimento de Água e Esgoto (DAAE)

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Federação dos Assalariados Rurais do Estado de São Paulo (FERAESP)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Instituto de Assuntos Fundiários (IAF)

Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFESP)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)

Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)

Movimento Sem Terra (MST)

Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA)

Núcleo de pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR)

Organização de Controle Social (OCS)

Partido dos Trabalhadores (PT)

Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)

Programa Brasil Sem Miséria, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR)

Programa Municipal da Agricultura de Interesse Social (PMAIS)

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

Rede de Apoio de Mulheres do Monte Alegre (RAMAS)

Relação Nacional de Plantas Mediciniais de Interesse ao Sistema Único de Saúde (RENISUS)

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)

Serviço Social do Comércio (SESC)

Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR)

Sistema Agroflorestral (SAF)

Sistema Único de Saúde (SUS)

Universidade de Araraquara (UNIARA)

Universidade de Campinas (UNICAMP)

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. OS LOCAIS DA PESQUISA: ESPAÇOS DE PRODUÇÃO, SOCIABILIDADE E CONFLITOS.....	7
1.1 ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO	7
1.2 ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE	10
1.3 OS DILEMAS E INDEFINIÇÕES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	12
1.4 DAS HISTÓRIAS DE VIDA AOS MAPAS MENTAIS: A MULTIDIMENSIONALIDADE DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	22
1.4.1 A história de vida e a construção das mudanças sociais	24
1.4.2 A utilização dos cadernos de campo e os registros das vivências da pesquisadora nos territórios do estudo	25
1.4.3 Os mapas mentais e os espaços exclusivamente femininos no campo.....	27
CAPÍTULO 2. AGRICULTURA FAMILIAR, QUESTÕES DE GÊNERO E AUTONOMIA DAS MULHERES	33
2.1 A AUTONOMIA DAS MULHERES RURAIS.....	44
CAPÍTULO 3. OS GRUPOS DE MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA	49
3.1 REDE DE APOIO MULHERES DO MONTE ALEGRE RAMAS-GIRASSÓIS	49
3.1.1 Trechos do caderno de campo: reunião de avaliação das atividades do RAMAS com as mulheres do grupo.....	54
3.2 MEGA CHEIRO: PRODUÇÃO DE ERVAS E SAÚDE.....	58
3.3 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ASSENTADAS DO MONTE ALEGRE (AMA/ “Padoka”).....	60
3.4 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS EM AÇÃO (AMCA)	63
3.5 OCS BELA VISTA: ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO ASSENTAMENTO BELA VISTA.....	66
3.6 AS VIVÊNCIAS E OS PERFIS DAS MULHERES ENTREVISTADAS	68
3.6.1 Jiseli.....	69
3.6.2 Edna	72
3.6.3 Léa.....	723
3.6.4 Elza	745
3.6.5 Vera	777
3.6.6 Aline	789
3.6.7 Zulmira	81
3.6.8 Silvani.....	84

3.6.9 Elizete (“Zete”)	87
3.6.10 Lucilene	89
3.6.11 Maria Rezadeira	91
3.6.12 D. Maria	93
CAPÍTULO 4. COMERCIALIZAÇÃO COMO PERSPECTIVA E AGROECOLOGIA COMO RESISTÊNCIA	97
4.1 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, ERVAS E SAÚDE	97
4.2 A COMERCIALIZAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS	104
4.2.1 A formação da feira “Da roça para a mesa”: do campo das ideias à prática	109
4.2.2 As feiras como espaços de solidariedade e visibilidade do trabalho das mulheres	117
4.3 O TURISMO PEDE PASSAGEM	126
4.4 A AGROECOLOGIA COMO RESISTÊNCIA	138
4.4.1 As experiências agrocológicas de Elza e Jiseli extrapolando os “limites” do quintal	140
4.4.2 Caderno de campo: as visitas ao lote de Elza no Monte Alegre e as mudanças realizadas por ela a partir dos preceitos da Agroecologia	141
CAPÍTULO 5. EXPRESSÕES COLETIVAS DE MULHERES ASSENTADAS: CONQUISTAS E RETROCESSOS DA AUTONOMIA	151
5.1 NA CONTRAMÃO DA AUTONOMIA, A VIOLÊNCIA, INVISIBILIZADA OU NÃO	158
CAPÍTULO 6. DILEMAS E INDEFINIÇÕES NA AGENDA POLÍTICA DOS ASSENTAMENTOS	163
6.1 GESTÃO MUNICIPAL: O CASO DE SILVANI SILVA	164
6.2 RISCOS DOS ARRENDAMENTOS E PARCERIAS	174
6.3 O TÍTULO DE DOMÍNIO E O IMPACTO NA VIDA DAS ASSENTADAS	181
CONCLUSÕES	192
REFERÊNCIAS	195

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar como se dá a construção da autonomia das mulheres rurais diante dos dilemas atuais dos assentamentos e identificar como a participação em grupos formados por mulheres influencia no modo de vida dessas mulheres, nas relações sociais e econômicas, na inserção delas no mundo do trabalho produtivo no assentamento rural, dando continuidade às pesquisas realizadas pela autora, a qual já vem desenvolvendo estudos sobre as questões de gênero, mais especificamente na reforma agrária. Desde a graduação a pesquisadora direcionou seus estudos às questões de gênero no meio rural, discutindo as políticas públicas do Governo Federal para mulheres, tendo como tema principal o PRONAF-Mulher. Durante 5 anos trabalhou diretamente nos assentamentos oferecendo assistência técnica para a organização, acompanhamento de associações, capacitações e elaboração de projetos para grupos de assentados, trabalhando com as lideranças e principalmente com as assentadas, criando laços de amizade e uma relação de confiança com as agricultoras. Em 2016 tornou-se integrante do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) da Universidade de Araraquara (UNIARA). No mestrado, iniciado em 2017, a dissertação intitulada “As mulheres na produção orgânica na região de Araraquara: rompendo invisibilidades” analisou a realidade de mulheres em três assentamentos inseridas nos sistemas orgânicos e agroecológicos na região de Araraquara-SP, indicando as dificuldades delas em assumir lideranças nas relações sociais e familiares, a desvalorização social sofrida e o acúmulo de funções vivido por elas. Porém, ficou evidenciada a relação dessas mulheres com a manutenção dos quintais, com a segurança alimentar, com a transmissão da cultura e dos saberes tradicionais, e a relação existente entre a agroecologia e as práticas agrícolas realizadas pelas mulheres nos seus espaços produtivos.

Este trabalho também dá continuidade aos projetos realizados pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) e NUPEDOR, vinculados ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara-UNIARA. Desde dezembro de 2014, o NEA e o NUPEDOR vêm realizando o Projeto Pesquisa-ação e construção de proposta agroecológica para a agricultura familiar da região central do Estado de São Paulo,

apoiado pelo Edital CNPq n.39/2014, para a criação de um NEA¹. O foco central do núcleo é a promoção da Agroecologia junto ao segmento da agricultura familiar assentada na região de Araraquara, Estado de São Paulo. Por meio da metodologia pesquisa-ação, tem-se buscado identificar, de forma participativa, os problemas entendidos pelas comunidades rurais assentadas na região como os mais graves em termos de produção e comercialização, os quais orientam o trabalho da equipe envolvida com a iniciativa, na perspectiva de identificá-los e fornecer instruções para sua solução, além do tratamento de outros problemas identificados e priorizados pela equipe do projeto, após sua apresentação e discussão com as comunidades sobre sua pertinência e prioridade.

No primeiro projeto o ciclo de pesquisas do NUPEDOR sobre as relações de gênero nos assentamentos, “Relações de Gênero e Iniciativas de Outro Modelo de Desenvolvimento: análise da participação das mulheres em assentamentos rurais” (CNPq, 2009-2010), foi dado ênfase aos grupos produtivos de mulheres em formação e às atividades extensionistas voltadas a eles. No segundo projeto, “Os Assentamentos Rurais Sob a Perspectiva de Gênero: divisão sexual do trabalho e políticas públicas em análise” (CNPq, 2011-2012), foi elaborado uma amostragem estatisticamente constituída para a investigação dos papéis das mulheres na produção dos lotes e nas agroindústrias familiares, bem como das políticas públicas com recorte de gênero.

Os dados advindos desse projeto localizaram os sistemas produtivos e deram visibilidade ao trabalho da mulher, como o artigo intitulado “Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação”, publicado em 2013 no livro “*Mulheres camponesas*”, onde conclui que o fato das mulheres desempenharem papéis centrais em experiências produtivas diferenciadas tem se contraposto aos modelos tradicionais empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e dos papéis entre homens e mulheres nos assentamentos, que podem se tornar sementes de alterações possíveis no interior das relações familiares e dos códigos que perpassam a produção e a reprodução social.

¹ 1 Em 2017 o projeto NEA não foi renovado, porém, as frentes de ações continuaram sendo trabalhadas pelos membros do grupo.

Outro resultado oriundo das pesquisas sobre as questões de gênero realizadas pela equipe do NEA é encontrado no artigo “Etnografias sobre mulheres assentadas: expressões de dominação, de resignação e de protagonismos”, publicado em 2015 na revista “Retratos de Assentamentos”, de autoria de Henrique C. Duval e Vera Lúcia S. B. Ferrante. O artigo expressa mais claramente as diferenciações e singularidades das experiências de mulheres em assentamentos, e são apresentados os diversos papéis assumidos pelas mulheres, tanto nos espaços produtivos como reprodutivos, sem deixarem de se preocupar com os cuidados do lar e da família. Outras diferenciações se constituem em função do estado civil e da fase da vida dos filhos. Sem a pretensão de esgotar as singularidades existentes nos assentamentos, o artigo prioriza a diferença nos lugares e nas atitudes das mulheres. Apesar de alguns enfrentamentos à violência material e simbólica vivida, conclui-se que ainda há uma longa trajetória de luta para pôr em ação uma agenda de efetivas políticas públicas que tenham como eixo central direitos na equidade de gênero (DUVAL et. al., 2015). O terceiro projeto “Capacitação em Gênero e Inserção no Atendimento em Rede às Mulheres em Situação de Violência”, foi desenvolvido com mulheres em situação de violência, com objetivo de preparar uma capacitação com a finalidade de auxiliá-las no enfrentamento à violência, incentivando o fortalecimento da cidadania, do trabalho e da renda (GOMES, 2011).

Mais recentemente foram publicados vários outros artigos de integrantes do NUPEDOR sobre a temática de gênero no meio rural, e também teses e dissertações. A relação entre mulheres e políticas de crédito foi desenvolvida em uma dissertação por Túbero (2018) no estudo que teve por objetivo verificar a operacionalização das políticas públicas voltadas para as mulheres, especialmente o PRONAF-Mulher, buscando compreender os desafios de sua execução no assentamento Monte Alegre, Araraquara/SP. Como resultados, pode-se afirmar que o PRONAF-Mulher não está sendo acessado pela maioria das trabalhadoras no assentamento pesquisado em função das assimetrias de poder existentes dentro do núcleo familiar das assentadas e no campo social do assentamento como um todo. A falta de informação e de diálogo nas relações entre assentadas e agentes técnicos foi apontada como um dos principais entraves do acesso das mulheres a esta política pública. Também no ano de 2018 foi defendida tese “Mulheres do Campo, patrimônio e gestão escolar: um estudo voltado às práticas tradicionais e equidade de gênero em escola de assentamento rural de Araraquara” (GOMES, 2018). Em 2020 a dissertação de Elisa Racy explicitou a construção da

identidade feminista na ação coletiva como ferramenta de resistência e enfrentamento da lógica capitalista vinculada ao agronegócio, enraizando valores de soberania alimentar, economia justa e saber tradicional.

Todas essas pesquisas e experiências de campo em assentamentos rurais associadas ao NUPEDOR, somadas ao enfoque multidisciplinar do grupo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA, proporcionaram um vasto registro de conhecimentos e informações valiosos que influenciaram e possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho.

O objetivo principal deste estudo é analisar como se dá a construção da autonomia das mulheres rurais diante dos dilemas atuais no contexto sociopolítico econômico dos assentamentos e como a participação em grupos influencia no modo de vida das mulheres, nas relações sociais e econômicas e na inserção delas no mundo do trabalho produtivo no assentamento rural, identificando qual o lugar que a reprodução social ocupa na vida e no trabalho das mulheres assentadas no conjunto da estrutura dos assentamentos e nas unidades familiares de produção.

Os objetivos específicos são: identificar os diversos papéis desenvolvidos pelas mulheres rurais nas esferas de atuação na sociedade; entender como se dá as relações interpessoais dentro dos grupos em que cada uma faz parte; analisar de que forma a participação em grupos produtivos contribui para o empoderamento e autonomia das mulheres; analisar se há relação entre a participação em grupos com a permanência/resistência das mulheres no campo, e analisar se a formação desses grupos de mulheres contribui para maior visibilidade do trabalho da mulher, tanto na produção quanto reprodução social.

Algumas hipóteses foram formuladas para ajudar a direcionar as discussões da pesquisa, considerando a construção da autonomia da mulher, seja através da comercialização de seus produtos ou associando-se a redes de mulheres como possibilidade de emancipação, escapando da subordinação imposta pelo patriarcado e construindo novas relações de gênero menos desiguais; o surgimento de novas perspectivas a partir de iniciativas coletivas que vão desde a comercialização a formação de associações, independente da castração do acesso aos créditos e políticas públicas; o surgimento de novas perspectivas e desenvolvimento da autonomia a partir de iniciativas pessoais de comercialização; mesmo com o desenvolvimento da autonomia

econômica a partir da comercialização dos seus produtos as mulheres permanecem subjugadas nas relações familiares e vivem ainda relações desiguais de gênero, tanto no âmbito do trabalho quanto da vida social.

A fim de dar conta dos nossos objetivos serão discutidas questões relacionadas ao tema em 6 (seis) capítulos. No primeiro capítulo são apresentados os territórios da pesquisa, descrevendo os dois assentamentos da região de Araraquara-SP, Projeto de Assentamento Bela Vista do Chibarro e Projeto de Assentamento Monte Alegre, com dados gerais como estimativa de produção, comercialização, sucessão dos lotes, titulação, arrendamentos, assistência técnica e itens que marcam as teias produtivas que prevalecem nos assentamentos. Ainda no Capítulo 1 foram apresentadas as metodologias utilizadas no decorrer da presente pesquisa. Foram descritas todas as metodologias nos subitens, a saber: “A história de vida e a construção das mudanças sociais” (1.1.), “A pesquisa-ação, as entrevistas e a utilização dos cadernos de campo” (1.2.), “Os mapas mentais e os espaços exclusivamente femininos no campo” (1.3.). No Capítulo 2 foi realizada uma revisão bibliográfica onde são tratados temas relacionados às questões de gênero, divisão sexual do trabalho, a autonomia da mulher a partir de uma produção de base agroecológica, evidenciando os bloqueios e as resistências existentes nesse processo. O terceiro capítulo é uma apresentação dos grupos de mulheres que fazem parte dessa pesquisa, com apresentação, histórico e situação atual de cada organização: “Mega Cheiro”, “AMA”, “AMCA” e RAMAS-Girassóis”. Também são apresentadas as mulheres entrevistadas participantes da pesquisa, com a inserção de cada uma no universo da pesquisa a partir de suas vivências e experiências. No Capítulo 4 intitulado “Comercialização como perspectiva e Agroecologia como resistência” foram apresentadas as diversas estratégias de comercialização praticadas pelas mulheres participantes dos grupos produtivos em diferentes segmentos. O capítulo aborda também a relação das práticas de mulheres com os princípios da agroecologia e a importância da manutenção dos costumes e saberes tradicionais transmitidos pelas mulheres rurais para as gerações futuras, subdividindo-se este capítulo em subitens: “Produção de ervas e saúde” (5.1.), “Produção de alimentos e a participação das mulheres na feira orgânica” (5.2.) e “O turismo pede passagem” (5.3.). No Capítulo 5 chamado de “Expressões coletivas de mulheres assentadas: conquistas e retrocessos da autonomia”, disserta sobre o impacto da participação em grupos na vida dessas mulheres, destacando a conquista de maior autonomia e empoderamento por parte delas

e, na contramão dessa autonomia, as situações de violência relatadas pelas mulheres entrevistadas neste estudo, não somente sobre a violência física, como também outros tipos de violência como psicológica, moral, emocional, sexual, patrimonial e outras formas de opressão. Por fim, o capítulo 6 “Dilemas e indefinições na agenda política dos assentamentos”, trata sobre a gestão pública municipal, a ineficácia das políticas públicas e os riscos causados pelas parcerias, arrendamentos e titulação e, os impactos para as mulheres assentadas.

CAPÍTULO 1. OS LOCAIS DA PESQUISA: ESPAÇOS DE PRODUÇÃO, SOCIABILIDADE E CONFLITOS

Na região Central do Estado de São Paulo predomina uma paisagem agrícola com forte densidade da agricultura modernizada tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por commodities e cultivos para exportação, fundamentalmente pela cana-de-açúcar, a laranja e o eucalipto e, mais recentemente, pelo cultivo de grãos.

Há poucos registros da luta pela terra antes da década de 1980, o que não significa a inexistência de movimentos sociais com este caráter. No período anterior houveram ações que objetivavam regulamentar a legislação trabalhista e lutar pela reforma agrária, dado o peso da concentração fundiária e o não cumprimento da função social da propriedade da época.

Nos anos 80, a luta pela terra passa a ter maior visibilidade, especialmente pelos movimentos grevistas dos boias-frias, conhecidos nacionalmente como a era das greves de Guariba. Os boias-frias já reivindicavam, desde a década de 70, a garantia de seus direitos trabalhistas, contestando sistemas impostos de corte da cana que geravam uma intensiva exploração da força de trabalho.

A repressão aos movimentos grevistas foi, em muitos casos, materializada em demissões e listas negras. A partir da segunda metade da década de 1980, os boias-frias, orientados pelo Sindicato de Assalariados Rurais de Araraquara, passam a reivindicar a terra de forma mais consistente com ocupações frequentes em vários pontos do Estado e do país. Sob pressão dos movimentos sociais, foi instituído então o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985, alvo de elogios e críticas.

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 30 anos, a região de Araraquara conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/Itesp, o Monte Alegre e o Horto Bueno de Andrade) e um do Incra, o Bela Vista do Chibarro.

1.1 ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO

No município de Araraquara – SP, existe o assentamento promovido pelo Governo Federal através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro. Este assentamento se encontra inteiramente no município de Araraquara, fazendo parte da macrorregião de

Ribeirão Preto, região considerada um grande centro agroindustrial. Segundo Ferrante (1990) e Silva (1995):

“A região é conhecida como Califórnia Brasileira em função do grande potencial econômico que as agroindústrias da cana e da laranja trouxeram para a região, o que gerou a verticalização da produção e uma grande concentração de renda, em contrapartida, gerou a expropriação dos pequenos produtores e péssimas condições de vida aos boias-frias [...] Mudando o panorama das cidades próximas às usinas, transformando-as em cidades dormitórios” (FERRANTE; SILVA, Apud BAÚ, 2001, p.7).

Este assentamento teve, em seus momentos históricos, diferentes rumos em relação à região centro-oeste do Estado de São Paulo na qual está inserida, pois segundo Mascaro (2003), está constituído nas terras de uma antiga fazenda de café chamada Bela Vista, estabelecida no fim do século XIX. Em agosto de 1934 a fazenda foi agrupada às terras de uma usina de açúcar (Usina Tamoio), sendo aumentada e utilizada como vila operária (prédios, habitações, mão-de-obra) que acabaram servindo à produção do açúcar. Com a decadência da usina, as áreas da fazenda foram desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – para reforma agrária, no ano de 1989.

Destaca-se nesse processo, a atuação do sindicato de Araraquara, um STR (Sindicato de Trabalhadores Rurais) que, em 1989 lidera o movimento de criação da FERAESP (Federação dos Assalariados Rurais do Estado de São Paulo), tornando-se Sindicato dos Assalariados Rurais. Respondendo a diferentes demandas, esta entidade organiza os trabalhadores e intermedia, quase que exclusivamente, os processos de negociação para regularização do projeto Bela Vista do Chibarro (FERRANTE, 1995).

A mobilização que levou à sua instalação acaba sendo emblemática da luta dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais (FERRANTE, 1992). Desde os anos 70 os boias-frias já reivindicavam a garantia dos seus direitos trabalhistas, contestando a intensa exploração da força de trabalho e as péssimas condições impostas pelos empregadores. Com orientação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, nos anos 80, a luta pela terra passa a ter maior visibilidade nacional e regionalmente. Os movimentos grevistas dos boias-frias ficaram conhecidos como a era das “greves de Guariba”. Ocupações passam a ser frequentes em vários pontos do País. Sob pressão dos movimentos sociais do campo, o governo brasileiro institui o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985.

De acordo com Ferrante (2015), os boias-frias aparecem como protagonistas do movimento de luta pela terra a partir de 1984/ 1985, quando se fez necessário rediscutir interpretações do processo de modernização/expropriação no campo. Segundo dados do Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo (Ferrante e Bergamasco, 1995), 66,5% dos assentados nestes núcleos vieram da condição de assalariados rurais (os boias-frias das lavouras de cana e laranja). No projeto Bela Vista do Chibarro, 50% dos assentados vieram do assalariamento rural tendo uma maior participação de trabalhadores com passado de agricultor em relação a outros assentamentos da região, dado que se explica pelo fato de a Bela Vista ter recebido vários grupos de trabalhadores oriundos de outras regiões do Estado de São Paulo, onde a proletarização não é tão intensa, e até de outros Estados, como Minas Gerais e Paraná.

Segundo Duval (2015), a característica da agricultura familiar se estabelece a partir do contraponto ao agronegócio, considerando a influência do complexo agroindustrial canavieiro na região. Esta característica, de acordo com o autor, tem a ver com o índice de concentração fundiária, o tipo de atividade produtiva e de organização do trabalho que predominam historicamente na região. No caso específico do município de Araraquara, pode se visualizar a paisagem agrícola tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por cana-de-açúcar e, mais recentemente, por eucalipto e soja.

O projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro, originalmente com 176 lotes, possui atualmente 204 famílias e uma agrovila, conforme indicado na FIGURA 13.

Figura 01: Mapa do Assentamento Bela Vista do Chibarro



Fonte: Google Maps, 2019.

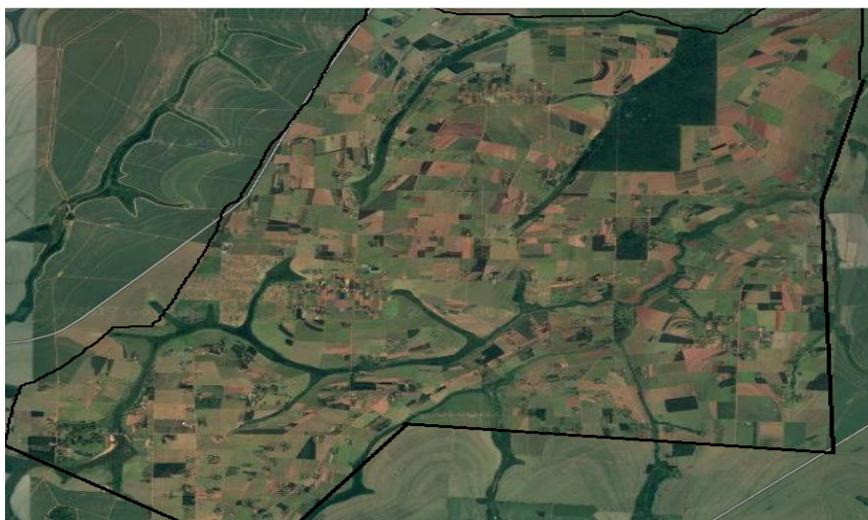
Destaca-se o papel importantíssimo dos assentamentos nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município e programas de segurança alimentar. No Bela Vista temos, por exemplo, famílias inseridas em Organizações de Controle Social como forma de comprovação de produção orgânica. Estes produtos são comercializados nas feiras da cidade disponibilizando alimentos de qualidade, sem veneno, a preços acessíveis para a população. O que é produzido no assentamento também favorece a economia do município, pois a renda gerada pelos agricultores é gasta no mercado local.

A este respeito, Ferrante e Barone (2011) destacam que as estratégias de diversificar a produção podem gerar autonomia para os assentados, no sentido de não depender da comercialização de um único produto agrícola ou de um único canal para comercializá-lo; além disso, a agricultura se volta para características mais tradicionais e sustentáveis, baseadas no uso dos recursos disponíveis localmente. Certamente, estes são pontos que podem promover a liberdade dos sujeitos em terem ações e subsídios, em como fazer para agir e se movimentar sem se subordinar diretamente a um sistema de controles e de poderes relacionado ao agronegócio (FERRANTE, 2020).

1.2 ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE

Hoje o assentamento Monte Alegre (FIGURA 14) conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas, segundo dados da Fundação ITESP. No mesmo período em que o ITESP instalou um dos núcleos mais recente do projeto de assentamento Monte Alegre - o de número VI, o mesmo órgão assentou 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, área anteriormente pertencente à Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) localizada no distrito de Bueno de Andrada (município de Araraquara), que dá nome ao Horto.

Figura 5: Mapa do Assentamento Monte Alegre.



Fonte: Google Maps, 2019.

As dimensões deste projeto de assentamento, além da origem comum da mobilização das famílias ali assentadas e das que foram para o núcleo VI do Monte Alegre, fazem com que o Horto de Bueno seja considerado um apêndice do grande projeto de assentamento Monte Alegre, que fica numa tríplice divisa de municípios (Araraquara, Motuca e Matão).

A política de assentamentos rurais desenvolvida nessa região do Estado foi também uma resposta estatal ao potencial de organização e contestação dos boias-frias (WHITAKER, 2020). Ferrante e Silva (1988) consideram as mobilizações desses trabalhadores no sentido da conquista da terra “como meio de garantir a sua subsistência, como estratégia de sobrevivência, uma vez que nem o Estado, nem o capital fornecem estas garantias”.

A constituição dos assentamentos rurais na região, portanto, é mais um capítulo da luta dos boias-frias da região, sendo que os primeiros núcleos do P.A. Monte Alegre estão diretamente ligados às greves dos assalariados rurais. A partir da tensão social gerada pelas greves dos boias-frias e manipulada pelo sindicato de Araraquara em sua pressão sobre o Poder Público, foi instalado, em julho de 1985, o primeiro núcleo do assentamento Monte Alegre. Em outubro do mesmo ano um segundo grupo de trabalhadores, em sua maioria da cidade de Sertãozinho, é assentada no núcleo II.

Nessa época a ideia de ocupar uma área passou a ser assunto de outros trabalhadores de Guariba. Um grupo desses trabalhadores se reuniu com o Sindicato de

Trabalhadores Rurais de Araraquara que, junto ao Instituto de Assuntos Fundiários (IAF) coordenou a seleção deles para o assentamento da terceira gleba da fazenda Monte Alegre. Em agosto de 1986 foi constituído, portanto, o terceiro núcleo.

Cerca de 60 famílias acamparam na chamada “área da Loba”, porém, esta área já fazia parte do que estava destinada para as famílias do núcleo III no projeto de Assentamento oficial da Fazenda Monte Alegre. Essas famílias foram transferidas para o viveiro do horto, onde permaneceram durante praticamente seis meses até serem transferidas definitivamente para uma área na fronteira leste da Monte Alegre, onde se instalou o núcleo IV do projeto de assentamento rural daquela fazenda (WHITAKER, 2020).

Vários grupos de sem-terra acamparam na Monte Alegre nos anos seguintes. Alguns foram absorvidos pelos quatro núcleos já instalados, outros foram transferidos para o assentamento Bela Vista do Chibarro. Apenas um dos grupos, que acampava no interior da Monte Alegre desde 1988 foi assentado numa área nova, dando origem ao núcleo V daquele Projeto de Assentamento, com 32 lotes agrícolas instalados entre 1991 e 1992.

Entre 1995 e 1998, no Governo Mário Covas, o Monte Alegre sofreu a maior ampliação do assentamento com a instalação do núcleo VI (com 88 lotes), e com a inserção de uma nova parte no núcleo III. Além da ampliação, estes novos núcleos são diferenciados por não apresentarem agrovilas (todos os produtores residem nos lotes), mas sim uma área comunitária onde foram construídos uma escola e um centro comunitário. Na mesma época foi instalado pelo ITESP um núcleo isolado de assentamento, no Horto Florestal de Bueno de Andrade. Esta área recebeu um excedente de famílias que não encontraram lugar na Monte Alegre.

1.3 OS DILEMAS E INDEFINIÇÕES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

O pretexto desse trabalho é apresentar também uma atualização da realidade e dos dilemas existentes nos assentamentos estudados. No entanto, faz-se necessária uma análise do que vem sendo a relação reforma agrária e assentamentos rurais, contextualizando especialmente o que vem ocorrendo nos últimos anos.

O capitalismo tem como característica a demanda por uma estrutura institucional de direitos à propriedade privada, onde o Estado tem a função de organizar essa estrutura e, nesse contexto, a terra é representada “para o capital financeiro como oportunidade

de rentabilidade e, para o capital produtivo como abastecimento de recursos energéticos, hídricos, alimentares de demais recursos naturais” (NUPEDOR, 2022). Com territórios destinados a ocupação de famílias assentadas, quilombolas ou indígenas, na lógica capitalista, busca-se a segurança fundiária privatizando terras por meio das distribuições de títulos.

O Atlas da Agropecuária Brasileira/Imaflora² revela dados sobre a ocupação dos 850 milhões hectares do território nacional: as terras privadas ocupam a maior parte do território nacional, 44%, e as terras públicas 36%; das terras brasileiras, apenas 3% são formados por cidades, infraestrutura e corpos d’água. As grandes fazendas (maiores que 15 módulos fiscais), ocupam, isoladamente, a maior parte do país (22% do Brasil ou 182 milhões de ha). Já os assentamentos rurais ocupam apenas 5% (ou 41 milhões de ha). As terras indígenas cobrem 13% (112 milhões de ha) do território e as unidades de conservação, 11% (93 milhões de ha), contribuindo para a proteção das riquezas socioambientais do país. Cerca de 17% do território ou 141 milhões de ha tem domínio ou propriedade desconhecido pelo Estado brasileiro – terras devolutas.

As informações imprecisas e as sobreposições existentes em diferentes categorias fundiárias são responsáveis, em grande parte, pela situação fundiária no Brasil. Essas áreas sobrepostas incluem tanto terras públicas como privadas como um total de 354 milhões de hectares, e alcançam o índice de 48% do total de áreas sobrepostas quando estas acontecem entre as terras públicas. Entre as terras públicas e privadas, as sobreposições significam 50%, em torno de 176 milhões de hectares, enquanto as sobreposições entre terras privadas representam somente 2%, com cerca de 7 milhões de hectares.

Entretanto, no agronegócio temos áreas modernas e tecnificadas convivendo com latifúndios improdutivos. O agronegócio aceita a estratégia simultânea de captura da renda agrícola e da renda fundiária pelos proprietários de territórios improdutivos, contíguos aos espaços da efetiva produção agrícola moderna. A forma da captura da renda de terra se dá com elevação do seu preço, decorrente da elevação da renda (ou do lucro) agrícola. O ganho patrimonial incide sobre o estoque de terra produtiva e

² Disponível em <https://imaflora.blogspot.com/2019/07/atlas-da-agropecuaria-brasileira-revela.html>, acesso em 07/07/2019. Uma publicação sobre o artigo [Who owns Brazilian lands?](#) (A quem pertence as terras brasileiras?) publicado na revista científica Land use Policy (25/06/2019), traz dados atualizados da malha fundiária descrita no Atlas da Agropecuária Brasileira, que engloba todas as bases fundiárias disponibilizadas publicamente pelo governo brasileiro.

improdutiva, sancionado, de fato, pela política fundiária de governo contrapondo o cumprimento da função social da propriedade (DELGADO, 2012).

É preciso que se garanta o direito de populações camponesas, quilombolas e indígenas para que consigam preservar seus modos de vida, de produção e suas culturas, mas a estrutura atual de gestão fundiária renuncia as questões relacionadas à reforma agrária e à regularização fundiária, sustentando a ideia da privatização destes territórios.

Ao se desconsiderar o ordenamento fundiário e a reforma agrária de uma fração territorial significativa de áreas improdutivas, devolutas e sobrepostas, se omite à nação a forma como está sendo apropriado o território nacional e o uso de seus recursos ambientais, e salienta o desprezo dos poderes executivo, legislativo e judicial com a ocupação do território nacional (SILVA et al, 2019).

Quando tratamos de reforma agrária nos referimos às lutas pela conquista e pela manutenção da terra por parte de distintos grupos sociais marginalizados política e economicamente, considerando o conjunto de políticas públicas geradas em resposta a essas lutas e também os possíveis projetos políticos que envolvem e dão sentido às lutas e às ações oficiais. É dessa diversidade social e regional e suas consequentes respostas que brotam distintas dinâmicas territoriais, entendidas como a apropriação concreta de projetos políticos e econômicos acerca dessa necessária (re)distribuição de terras, numa tensa relação entre a utopia e a política pública, entre o projetado e o vivido (NUPEDOR, 2022, O presente e o futuro dos assentamentos).

Os assentamentos necessitam da reflexão sobre seus dilemas e ressignificações, com intuito de entender as resistências e os conflitos existentes nesse campo de disputas que é a reforma agrária, especialmente através das diferentes políticas de desenvolvimento aplicadas nesses mais de 35 anos do Plano Nacional de Reforma Agrária (FERRANTE et al., 2022).

No horizonte de possibilidades diante da ressignificação da reforma agrária podemos identificar alternativas que privilegiem a cidadania, a diversidade cultural e uma nova relação com o meio ambiente, na procura por espaços de maior participação cidadã, inclusão socioeconômica e sustentabilidade no meio rural.

De acordo com Ferrante et al. (2022), em um estudo recente sobre os dilemas vividos nos assentamentos, é destacada a importância de ressignificar a Reforma Agrária no contexto brasileiro, posto que uma ação pública para redistribuição de terras e a busca por maior igualdade social e democracia sempre estará cercada pela concentração fundiária, “característica estrutural do desenvolvimento agrário do país e

sua modernidade anômala e inconclusa, quase sempre geradora de desigualdades que confrontam uma proposta de desenvolvimento como liberdade” (FERRANTE et al., 2022). Em meio à essa realidade de grandes propriedades de terras improdutivas, de grilagem, permanência da violência, dos assassinatos e do trabalho escravo no campo, temos a volta da fome, os altos índices de inflação, desmatamento e ataques ao meio ambiente.

A pobreza, o êxodo rural e a violência no campo são apontadas por diversos estudos como resultados diretamente ligados à concentração fundiária do país. O grande número de conflitos pela terra em áreas de terras devolutas ou improdutivas foi indicado nos relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em números que expressam o período de 2003 a 2016, conforme mostra a tabela que segue (TABELA 1):

Tabela 1 - Número de famílias assentadas e de homicídios/conflitos, 2003 a 2016.

Anos	Famílias assentadas	Conflitos	Homicídios
2003	36301	1640	72
2004	81254	1801	39
2005	127506	1881	39
2006	136358	1657	39
2007	67535	1558	28
2008	70157	1170	28
2009	55498	1184	26
2010	55498	1186	25
2011	22021	1363	29
2012	23075	1364	36
2013	30239	1266	34
2014	32019	1286	36
2015	26335	1217	50
2016	1680	1536	61

Fonte: Conflitos no Campo Brasil, CPT (2017).

Entre os anos de 2003 e 2006 houve um aumento significativo no número de famílias assentadas, o que influenciou na queda do número de conflitos até 2010. De forma contrária, após o pico de famílias assentadas em 2006, houve uma forte diminuição no processo de homologação dessas famílias, e vem nesse continuado decréscimo até os dias de hoje.

A evolução dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) demonstrou um explícito ajuste com o setor empresarial rural (DELGADO, 2010), mantendo, no primeiro período do governo Lula um ritmo de assentamento de famílias linear ao do governo de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, uma queda brusca é evidente a

partir do segundo mandato de Lula, e que teve continuidade no governo Dilma, em que consistiu o desenvolvimento dos assentamentos já existentes ao invés de focar em novos assentamentos. Alinhado à esta proposta, o MST passou a atuar mais diretamente no desenvolvimento dos assentamentos e no fortalecimento de políticas públicas e no foco das diretrizes da Agroecologia.

No governo Bolsonaro, estudos recentes indicam o maior número de conflitos por terra já registrados no Brasil. Os três primeiros anos da gestão de Jair Bolsonaro concentraram 5725 confrontos no campo. Esses números são os maiores registrados desde 1985. No primeiro semestre de 2022, a CPT indicou por meio do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 759 ocorrências de conflitos no campo no país, envolvendo um total de 113.654 famílias. Somente conflitos por terra correspondem a 601 ocorrências, sendo as demais ligadas ao conflito por água, conflitos trabalhistas como trabalho escravo e superexploração, conflitos em área de garimpo e ocorrências de conflito em tempos de seca. É importante destacar que, desde 2013 não haviam registros de “conflitos em tempos de seca”, e somente no primeiro semestre de 2022 foram 10 ocorrências. Os números foram muito parecidos no ano anterior, com 765 ocorrências de conflitos, com 124.226 famílias envolvidas, sendo 570 ocorrências de conflitos por terra.

Em 2022 houve um aumento expressivo no número de ocupações e retomadas de terras, com índice de 136,84%. Com o arrefecimento da pandemia, os povos do campo, das águas e das florestas retomaram com intensidade as ações de resistência e de luta pela terra e pela permanência nela.

Os índices de violência contra as mulheres em conflitos no campo também são alarmantes. No primeiro semestre de 2022 foram registradas 74 mulheres vítimas de violência nesses conflitos, sendo 5 assassinatos e os demais registros foram de ameaças de morte, intimidação e tentativa de assassinato.

O Governo Federal manteve-se como o principal agente causador das violências no Eixo Terra no primeiro semestre de 2022, seguido por fazendeiros, empresários, grileiros e madeireiros (CPT, 2022).

Desde 1985 até 2016 foram criados 9368 projetos de assentamentos numa área de 88,8 milhões de hectares incluindo mais de 1,3 milhões de famílias, mediante mudança no regime de posse e uso de uma determinada área, obtida por meio da desapropriação ou aquisição, ou em áreas de domínio público. Somente no período de 2003 a 2016 foram mais de 4 mil projetos de assentamentos criados, beneficiando mais

da metade das famílias do total de assentados desde 1985, em torno de 750 mil famílias em 13 anos. No período seguinte, como já mencionado, houve um arrefecimento na criação de assentamentos, com uma queda acentuada entre 2011 e 2015 (MST, 2022).

Em relação ao período seguinte, após o Golpe (2016-2018), houve uma redução de aproximadamente 73% em relação ao governo anterior de Dilma (2011-2014). Esses números reforçam o descompromisso do governo Temer com a questão agrária no país, já que o número de ocupações era de 512 e foram criados somente 136 assentamentos, ou seja, a demanda pela terra era latente e foi invisibilizada e agravada. (DATALUTA, 2020).

Santos et al., 2022, baseado em levantamento bibliográfico e documental pelos autores, apontam a paralização na implantação de assentamentos pelo governo Bolsonaro, concomitantemente aos conflitos agrários. Além dos impactos das políticas antiambientalistas, dos desmontes das políticas públicas criadas nos governos anteriores, soma-se - o fato de que em 2019 o país registrou a criação de apenas dois assentamentos de reforma agrária, sendo que estes foram consolidados através de processos de reconhecimento que já estavam em curso (DATALUTA, 2020). É considerado pelo DALUTA o menor índice da história da reforma agrária brasileira, desde 1985. O mesmo ocorre com os dados relacionados às ocupações e retomadas de terra, registrando em 2019 apenas 43 ocorrências no país, menor número desde 1988 (DATALUTA, 2020).

Em artigo escrito por Ferrante e Barone (2005) são levantadas questões de indefinições da época, como os arrendamentos, o envelhecimento, a desagregação social e os bloqueios para o desenvolvimento dos assentamentos. Este artigo do ano de 2005 parece atual quando analisamos as considerações dos autores, os dilemas permanecem os mesmos. “A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica acabam por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados” (FERRANTE; BARONE, 2005).

Vendas de lotes, arrendamentos e outras irregularidades compõem o quadro nada otimista do olhar da Imprensa, alimentado em parte pelas investidas atuais dos órgãos gestores na campanha pela regularização dos lotes e pela defesa de critérios para “bem selecionar” assentados adequados a um bom perfil. A prática dos órgãos gestores é em parte responsável pelos impasses hoje vividos pelos assentamentos. Omissões e prazos não cumpridos caracterizam a presença muitas vezes ausente de tais órgãos nos

assentamentos. Se, no atual momento, a voz de comando é punir irregularidades e elas são incontáveis, por que não apoiar estratégias ou caminhos que poderiam delinear perspectivas aos assentamentos? (FERRANTE; BARONE, 2005, 174).

As dificuldades de produção vividas pelas famílias assentadas têm levado a uma persistente estratégia de arrendamento nos lotes, o que coloca em questão a própria função da política de assentamento rural. Há que se considerar as diferenças de renda e nível de consumo. Esse nível de consumo pode ser alto, sem que a família apresente uma elevação da renda, se considerarmos a produção do lote essencialmente de subsistência, voltada ao autoconsumo familiar, sendo secundária ou esporádica a comercialização de excedentes.

Acompanhando os assentamentos, vemos homens e mulheres que não querem terra como elemento de troca ou como reserva de valor. Querem e lutam pela terra, para não passar fome, para ter o que dar de comer a seus filhos, para não ficar ao sabor das regras de descarte da mão-de-obra temporária. Deste ângulo, o autoconsumo ganha importância vital na discussão das perspectivas dos assentamentos (FERRANTE; BARONE, 2005, p.175).

Em outra perspectiva, sabemos que é difícil a produção do lote satisfazer todas as necessidades de consumo da família, sendo necessária a busca por obtenção de renda. Estas rendas podem advir de excedentes dos cultivos e criações de animais destinados ao autoconsumo, de outras produções destinadas exclusivamente para a comercialização, como também de outras maneiras praticadas pelos assentados, como prestação de serviços rurais temporários em outros lotes ou mesmo fora do assentamento, trabalhos em atividades urbanas, e também por meio de arrendamento parcial ou total da parcela produtiva do lote.

D. Zulmira, entrevistada e moradora do Bela Vista, apresentou seu relato e preocupação em relação aos jovens dos assentamentos que não veem perspectivas futuras de trabalho no campo e buscam novas oportunidades nos centros urbanos.

A grande preocupação minha sempre foi segurar os jovens na terra. Não adianta só eu sonhar, hoje eu estou com 67 anos, e os jovens, como ficam? Tem que fazer alguma coisa de lazer, produção voltada para eles. Mesmo que eles vão estudar lá fora, mas que busquem conhecimento para voltar para a terra. Porque é uma herança que a gente vai deixar pra eles. Eu já sabia o suficiente para eu produzir, mas os meus filhos não sabem e precisam aprender. Eles precisam valorizar o lugar onde eles estão morando e a riqueza que isso aqui tem, da terra, da localização, das

benfeitorias que isso aqui tem. Eu sempre falei para meus filhos que vou deixar um legado, são os projetos que vão beneficiar várias gerações que é a eletrificação, os poços artesianos, o posto de saúde, a escola, estrutura! (Entrevista com Zulmira, em 20/07/2022)

Os fatores que motivam para a emigração rural estão divididos entre os atrativos da vida rural (que são fatores de atração) e as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (que são fatores de expulsão) (BRUMER, 2007). Ainda, de acordo com Brumer (2007), apesar do peso dos fatores estruturais, as decisões sobre a migração são tomadas por indivíduos, que variam na avaliação de fatores de atração ou de expulsão. Ademais, na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação.

Dependendo de como se examina a questão, os estudos sobre a migração de jovens focalizam ora os atrativos no novo ambiente ora os aspectos vistos como negativos no local de origem. Entre as pessoas da área rural predominam as análises que apontam antes os fatores de expulsão do que os de atração, como causas da migração.

De acordo com os relatos dos assentados, a questão financeira é a principal questão para a permanência dos jovens nos assentamentos. O que vemos são filhos que residem no assentamento, mas trabalham na cidade porque não têm nenhuma fonte de renda advinda da produção do lote. Difícil encontrar uma família onde os filhos trabalham com os pais, e todos recebem pelo trabalho realizado.

A predominância de homens no campo é outro aspecto apontado pelas pesquisas sobre sucessão no meio rural, pois a maior parte dos emigrantes são moças, levando à respectiva masculinização do campo. A situação é pior para as filhas porque já existe a ideia de que o herdeiro da titularidade do lote deve ser o filho homem mais velho, enquanto as mulheres devem se casar para constituir família, de preferência morando na cidade onde eles acreditam que existem mais oportunidades.

Outra questão relevante que dificulta a permanência de jovens é a titularidade ser herdada somente por um dos filhos. Os outros, não podendo usufruir dos mesmos direitos que o filho que receber a titularidade, acabam por buscar novas oportunidades fora do assentamento. Silvani, ao falar sobre os jovens, salienta a importância do aspecto financeiro e das várias possibilidades para a fixação dos jovens no campo.

“Por que os filhos saem do assentamento? Saem porque não têm perspectiva, e a perspectiva é financeira. A gente pode continuar num campo onde podemos atuar em muitas frentes, na produção que é a primeira delas, mas você pode ser médica, professora, administradora, aqui mesmo onde você mora, porque tem espaço para isso. Não tem essa que saem porque não gostam, porque é longe, não, se você tem melhores condições de estrada em vinte minutos você está aqui.

O jovem quer dinheiro. O problema do jovem ficar ou sair do assentamento é renda. Se não tiver renda eles não vão ficar. Eu queria fazer essa pergunta, qual a idade que uma pessoa vai para a luta pela terra? Vamos pensar na história do Bela Vista... A luta pela terra foi feita por jovens até 28 anos? Duvido. Não acredito que seja. Tanto que os filhos que voltam, já mais velhos, eles têm outra perspectiva. É depois dos 30, 35, com família constituída que ele vai assumir o lote. E ele entende que também o pai já está muito envelhecido e é ele quem vai assumir o protagonismo. Estou dizendo filhos, e não filhas. Não tem a filha que vem para assumir o lote do pai. São homens com mais de 30 anos, que estão com o pai beirando os 70 anos e que dá essa abertura, e o filho volta como dono do lote”. (Silvani)

“Em relação aos jovens faltam oportunidades para esses jovens não irem buscar emprego fora. Os meninos jovens todos trabalham fora. Eu acho que eles precisam de fonte de renda. Eles não querem trabalhar na terra porque os pais falam que dá muito trabalho, não dá futuro, “não quero isso pra você”. Eu acho que se eles verem que dá pra sobreviver, que dá renda para eles comprarem o que eles querem, eu acho que eles ficam. O modelo que eles têm, o exemplo dos pais, é o que não deu certo, que os pais sofreram tanto e não conseguiram sucesso na terra. Mas se tiver acesso à informação muda essa perspectiva, como os jovens na agroecologia. Eles precisam de um espaço de convivência para eles”. (Aline)

Na agricultura familiar estes e outros processos têm promovido aquilo que Abramovay et al. (1998) têm chamado de crise de reprodução social. De acordo com os autores, por uma série de motivos, os padrões sucessórios se alteraram e as condições e possibilidades econômicas que o mundo rural hoje oferece não têm garantindo a permanência da juventude rural junto às propriedades dos pais. Ou seja, o meio rural está envelhecendo e masculinizando, os agricultores têm baixa escolaridade e dificuldades de produzir renda suficiente e regular, fatores estes que têm gerado fortes obstáculos à permanência dos jovens nas propriedades e às possibilidades dos mesmos vislumbrarem o meio rural como um local adequado para o projeto de suas vidas.

Atualmente, poucas são as iniciativas voltadas aos jovens agricultores. No Bela Vista e no Monte Alegre o SENAR trabalha com grupos de adolescentes e jovens na

produção orgânica, mas são grupos pequenos e com duração de um ano, sem continuidade para dar seguimento ao que foi realizado.

A iniciativa que tem para os jovens é somente o grupo de jovens do SENAR. Mas não tem um espaço pra eles. Tem projetos pra isso. Agora ganhamos uma academia ao ar livre pro assentamento, mas precisamos de mais iniciativas voltadas para gerar renda para os jovens dentro do Bela Vista.” (Edna)

É preciso que sejam inseridas oportunidades e iniciativas que valorizem os jovens, de modo que eles possam ter acesso à renda, qualidade de vida, estudos, trabalho e lazer. São necessários projetos voltados para esses jovens, que tenha continuidade, de modo que eles sejam capacitados para o trabalho no meio rural e que tragam esses conhecimentos para dentro de suas propriedades.

Ferrante et al. (2022), ao tratarem sobre a ressignificação da Reforma Agrária e um possível “fim de ciclo”, destacam que não se trata do fim da Reforma Agrária, mas sim de estratégias que se diferem das já praticadas, como a busca por uma agricultura de base familiar e/ou coletiva diferenciada, agroecológica, voltada para a produção de alimentos saudáveis sem agrotóxicos e a construção e consolidação de políticas públicas que apoiem essas iniciativas produtivas e os modos de vida rurais e ambientalmente mais adequados, que já são vistos como missão dessa nova etapa da reforma agrária (FERRANTE et al., 2022).

A hipótese de “fim de ciclo”, mais do que o simples término da querela em torno da reforma agrária, parece evidenciar o estágio no qual se encontra o debate sobre o tema, em sintonia com o momento político do país, assim como em relação às alternativas postas nesta conjuntura. Observamos que a dinâmica político-institucional se apresenta relativamente consolidada, oferecendo limites para as alternativas desenhadas pelas forças em confronto. Mesmo os defensores de uma reforma agrária estrutural ou anticapitalista reconhecem esse estreitamento de possibilidades, que afasta a perspectiva de uma ampla redistribuição de terras. Isso gera um consenso silencioso, não dialogado ou acordado, que atravessa todo o espectro de sujeitos que compõem o campo sociopolítico da Reforma Agrária, fazendo com que o discurso das agências já consagradas no campo se volte mais para o universo das famílias assentadas, em busca de alternativas para seu desenvolvimento (FERRANTE et al., 2022).

1.4 DAS HISTÓRIAS DE VIDA AOS MAPAS MENTAIS: A MULTIDIMENSIONALIDADE DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Como metodologia, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa através de observação com elaboração detalhada de caderno de campo, entrevistas em grupos e entrevistas individuais com as mulheres pertencentes aos grupos escolhidos. Tais metodologias apresentam o intuito de captar como se dá a construção da autonomia das mulheres rurais diante dos dilemas atuais dos assentamentos. Também foram elaborados mapas mentais, usado como ferramenta de empoderamento das mulheres com objetivo de visualizar os espaços de produção exclusivamente das mulheres, incluindo os quintais produtivos e visibilizar o trabalho delas, entendendo e destacando o papel das mulheres na economia da família das agricultoras.

De acordo com Gaskell (2008), a entrevista qualitativa ajuda na percepção do mundo social das pessoas, permitindo um entendimento da realidade do entrevistado. Esse mesmo autor coloca ainda que o emprego desse tipo de entrevista em profundidade é o ponto de partida para mapear e compreender o mundo dos respondentes e fornecer os dados básicos para o desenvolvimento e compreensão detalhada das relações entre os atores sociais e a situação estudada. Essa compreensão pode fornecer informações contextuais esclarecedoras de achados específicos e inicialmente sem sentidos.

A pesquisa qualitativa requer do entrevistador atitudes como abertura, flexibilidade, capacidade de observação e interação com o grupo pesquisado, além de possibilitar fatores positivos, condições de readaptação e correção dos instrumentos da pesquisa durante o transcorrer da mesma e a possibilidade de revisão dos objetivos da investigação (MINAYO, 2000).

A aproximação dos pesquisadores com as comunidades envolvidas com o estudo é uma das características da pesquisa qualitativa, que se dá com o trabalho de campo e se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação daquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar conhecimento novo, partindo-se da realidade em estudo (NETO, 1994). Este é um dos fundamentos que levaram a autora a estudar os assentamentos da região de Araraquara, diante da real proximidade existente com os integrantes dos grupos que participaram desta pesquisa.

O primeiro passo metodológico adotado é a escolha do universo amostral. Com o objetivo fundamental de levantar hipóteses de trabalho e indicar caminhos futuros de

pesquisa e intervenção pública sobre o assunto, o presente trabalho tem como território de pesquisa o assentamento do município de Araraquara, PA Bela Vista do Chibarro, e outro cujo território abrange três municípios, Araraquara, Matão e Motuca, o PA Monte Alegre. Os dois assentamentos se localizam no Estado de São Paulo com predomínio da agricultura familiar, totalizando mais de 600 famílias.

Desses dois assentamentos foram destacados 5 grupos para compor o universo de pesquisa, buscando características distintas entre os grupos, sendo grupos formais e informais (associações, grupos de produção, redes de apoio, Organizações de Controle Social, pioneiras), mistos (envolvendo homens e mulheres) ou exclusivos de mulheres, jovens e idosos. Escolhemos entrevistar especialmente pioneiras dos assentamentos, afim de compreender as visões das mulheres referentes ao início das lutas nos assentamentos e o momento atual.

O instrumento de pesquisa adotado para conhecer essas mulheres serão as entrevistas com roteiros semiestruturados com abrangência sobre os temas discutidos neste trabalho definidos a partir dos principais dilemas identificados na atualidade dos assentamentos: as questões de gênero e a possível autonomia gerada a partir do trabalho das mulheres, a juventude e o envelhecimento, a violência, a produção orgânica em contraponto a monocultura, as organizações formais e informais nos assentamentos, a comercialização e os mercados institucionais.

Fizeram parte desta pesquisa as 20 assentadas do Monte Alegre participantes da Rede de Apoio às Mulheres. No mesmo assentamento também foram entrevistadas as mulheres que fazem parte da Associação das Mulheres do Monte Alegre – AMA. No assentamento Bela Vita do Chibarro foram entrevistadas algumas mulheres pertencentes à Associação de Mulheres Camponesas em Ação – AMCA, uma representante da OCS Bela Vista, que produz para a feira orgânica do município de Araraquara, e também pioneiras do assentamento.

Na visão qualitativa o investigador está impedido de determinar previamente o número de entrevistas necessárias à sua investigação. A definição desse número é flexível e depende do desenvolvimento teórico do trabalho. O pesquisador se quiser, e considerar necessário, pode voltar ao campo e ampliar o número ou aprofundar a conversação com os entrevistados (GODOI, C.; MATTOS, P., 2006). Portanto, não foi pré-definido um número de entrevistados; as entrevistas foram finalizadas quando

obtivemos dados suficientes para a conclusão da pesquisa. A proximidade da pesquisadora com os assentamentos e com os assentados e assentadas também facilitou a identificação das mulheres com potencial para obtenção dos dados de interesse deste estudo.

1.4.1 A história de vida e a construção das mudanças sociais

O método de “história de vida” foi utilizado com a intenção de analisar as trajetórias de vida, captar elementos que permitiram compreender as transformações sociais e as rotinas das famílias rurais e suas práticas de permanência no campo e participação das mulheres nesse processo. Valer-se do uso da história de vida nesta pesquisa significa poder representar, a partir de um depoimento, como grandes acontecimentos podem provocar mudanças sociais e culturais (MINTIZ, 1984).

Nogueira et. al. (2017) descreve essa metodologia como uma construção de conhecimentos a partir da relação entre pesquisador e sujeito pesquisador, onde a existência do vínculo de confiança mútua construída pelos atores ao longo do processo é o ponto essencial da pesquisa. Vale ressaltar o histórico de trabalhos da autora desta pesquisa em assentamentos rurais, o que possibilitou contatos e facilitou a identificação de perfis interessantes para o estudo utilizando a história de vida. Algumas pessoas que já mantinham contato ou mesmo amizade com a autora ajudaram indicando novas pessoas para fazerem parte do grupo de entrevistados. Pessoas com um histórico de participação na luta pela terra, movimentos sociais, acampamentos, conflitos, etc. Essa aproximação com os sujeitos desta pesquisa foi se consolidando ainda mais durante o desenvolvimento do trabalho com as mulheres nessa trajetória nos assentamentos.

Esse método objetiva considerar as articulações entre a história individual e a história coletiva, uma ponte entre a trajetória individual e a trajetória social (SILVA et al., 2007). As autoras também discutem sobre o vínculo entre o pesquisador e o sujeito, indicando ser um método científico de mesma validade e eficiência de outros métodos, onde o compromisso maior do pesquisador é com a realidade a ser compreendida.

Dentro da metodologia qualitativa, Silva et al. (2007) falam sobre as abordagens biográficas que têm como característica principal a prática de rememorar a história, onde o sujeito revisita sua vida por meio das lembranças. Neste sentido, esse resgate cuidadoso e ético das memórias é algo de grande importância.

A escuta é também muito importante nesse processo, evitando, sempre que possível, a interferência do entrevistador. A gravação da narrativa tem como resultado expressões e diálogos fiéis que ajudam a personagem ou o grupo social (MARTINEZ, 2015). A autora destaca que é preciso analisar com atenção os prós e contras da gravação das narrativas por se tratar de uma atividade que demanda bastante tempo (em torno de 3 horas de transcrição para cada hora gravada), mas que, por outro lado, oferece dados fiéis de registro. Saber conduzir o diálogo é imprescindível para não perder os detalhes importantes da narrativa, como também evitar que se aprofunde muito num assunto que seja distante do que se pretende atingir no estudo.

MEIHY (1998), ao discutir a técnica de registro de história de vida, apresentou oito etapas formando um conjunto de procedimentos numa sequência definida, a saber: elaboração de um projeto; definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas; planejamento da condução das gravações; passagem do material em áudio para escrita (chamado de transcrição); conferência do depoimento com o entrevistado; obtenção de autorização para o uso; arquivamento; publicação dos resultados.

Partindo disso, foram selecionadas mulheres que puderam, através de suas histórias, vivências e experiências, contribuir para compreender as dinâmicas sociais que envolvem a questão agrária e os dilemas dos assentamentos em que estão inseridas.

1.4.2 A utilização dos cadernos de campo e os registros das vivências da pesquisadora nos territórios do estudo

Como forma de contribuir para uma análise mais profunda e detalhada, um caderno de campo foi utilizado para o registro de observações pertinentes a pesquisa. O caderno de campo é um instrumento que o pesquisador se dedica a produzir dia após dia ao longo de toda a experiência etnográfica. É uma técnica que tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais de um grupo social, método que se caracteriza por uma investigação singular, caracterizada pela presença de um pesquisador-observador convivendo com a sociedade que ele estuda. É no diário de campo que se exerce plenamente a "disciplina" etnográfica: deve-se aí relacionar os eventos observados ou compartilhados e acumular assim os materiais para analisar as práticas, os discursos e as posições dos entrevistados, e também para colocar em dia as relações que foram nutridas entre o etnógrafo e os pesquisados e para objetivar a posição de observador. É, pois, o diário de pesquisa de campo que permitirá não somente

descrever e analisar os fenômenos estudados, mas também compreender os lugares que serão relacionados pelos observados ao observador e esclarecer a atitude deste nas interações com aqueles (WEBER, 2009).

Esta metodologia baseia-se no papel que o próprio investigador constrói e desempenha no curso da interação social num espaço de tempo, construindo conhecimento sobre uma realidade social historicamente determinada. Cada contexto singular da pesquisa de campo possibilita ao pesquisador analisar experiências e momentos, completando as possíveis lacunas existentes no decorrer da pesquisa qualitativa. No caso do método etnográfico, o processo interpretativo e o trabalho de escrita formam dois momentos, parcialmente sobrepostos, onde a intervenção do pesquisador é solicitada para dar sentido às formulações discursivas dos participantes (ESTEVES, 1998).

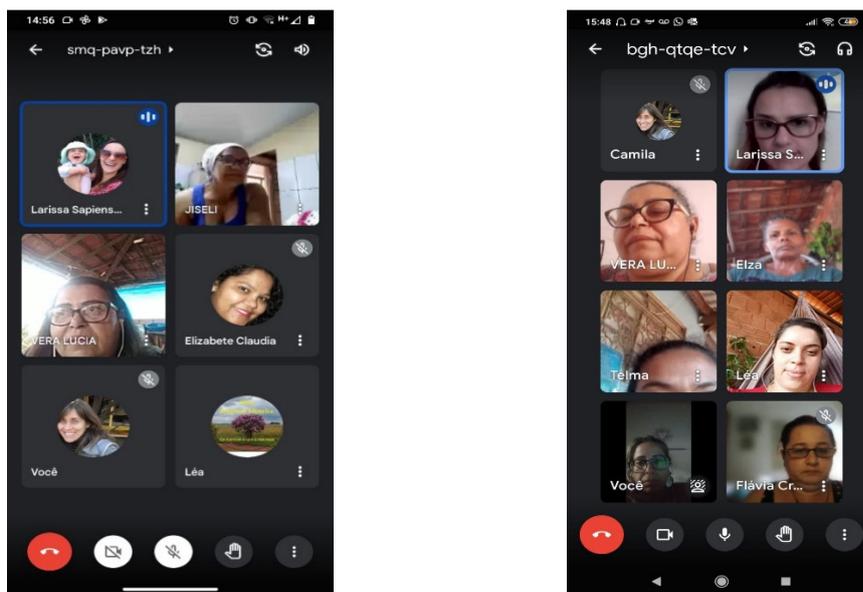
Valendo-se dessa metodologia, o caderno de campo da pesquisadora foi alimentado com relatos das experiências e atividades das quais participou junto aos grupos de assentadas e em todas as visitas individuais aos lotes das mulheres. Foram diversas reuniões presenciais (FIGURA 3) com os grupos de mulheres RAMAS-Girassóis, AMA e AMCA, além de reuniões on-line, conforme registrado na FIGURA 4, realizadas de forma remota no período mais crítico da pandemia.

Figura 03. Registro de reunião presencial com as mulheres da RAMAS-Girassóis realizada no assentamento Monte Alegre.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2021.

Figura 4. Registros de reuniões on-line via Google Meet com as mulheres da RAMAS-Girassóis.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2021.

Além das visitas, reuniões e discussões sobre os históricos dos grupos, houveram também reuniões de planejamentos de eventos junto às produtoras. Alguns exemplos podem ser citados como a organização da festa junina Drive-Thru, o processo de transição da AMCA de associação para cooperativa, a participação da RAMAS-Girassóis no aniversário da feira orgânica de Araraquara e o projeto de cestas temáticas, onde foram oferecidos produtos das mulheres em uma cesta de produtos caseiros, a participação das mulheres da RAMAS na feira do empreendedor em São Paulo e a participação do mesmo grupo no Festival de Rock “Delas Fest” em Araraquara.

Todas essas atividades foram registradas em caderno de campo e auxiliaram nas discussões e resultados da pesquisa. Somando ao caderno de campo, essas atividades contaram também com registros fotográficos, áudios e vídeos.

1.4.3 Os mapas mentais e os espaços exclusivamente femininos no campo

O exercício dos mapas mentais é feito com as mulheres, ao desenharem a biodiversidade existente nos seus quintais, mostrando o uso dos espaços ocupados por elas. Após a apresentação dos desenhos é solicitado a cada uma das mulheres que escreva num papel sobre como são divididos os trabalhos e tarefas na unidade de produção, entre os homens e as mulheres.

Ao realizarem esse exercício, as mulheres podem observar como se dá a divisão sexual do trabalho no meio rural, especialmente quando há troca de experiências entre elas. Quando elas desenham os espaços e dividem particularidades do cotidiano, conseguem identificar com clareza como os espaços chamados de reprodução são definidos como das mulheres, e os de produção, que geram renda monetária, são de domínio dos homens. Entretanto, quando são analisados esses espaços femininos são identificados também os trabalhos de grande valor, além das relações monetárias, mas as contribuições da economia feminista, relacionando a dimensão do trabalho doméstico e de reprodução a um conceito de economia centrado na sustentabilidade da vida e não apenas em relações de mercado (CARRASCO, 2012).

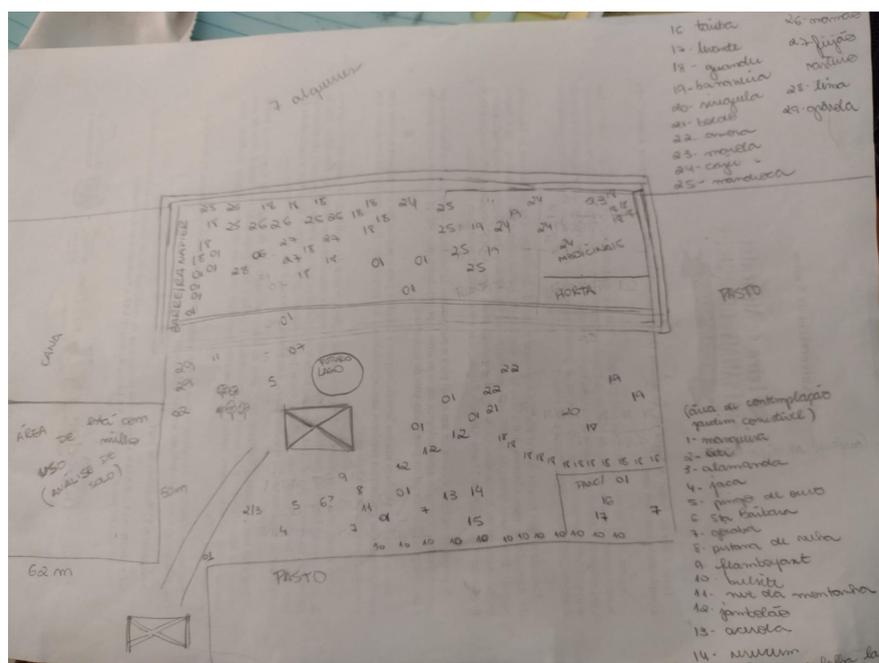
No trabalho realizado por Paes, Filipak e Aleixo (2018) com mulheres do assentamento Córrego Rico do município de Jaboticabal, foram apontadas algumas considerações sobre a utilização dos mapas mentais, como: a redefinição dos quintais produtivos; a relação existente entre as percepções das mulheres e a economia feminista, para além da renda monetária; a relação entre trabalho produtivo e a reprodução da agrossociobiodiversidade; e a construção da agroecologia a partir do desenvolvimento da autonomia das mulheres (PAES et al., 2018). De acordo com as autoras, são trabalhadas três etapas para o desempenho da atividade. O primeiro momento é o do acolhimento, onde é explicado sobre a percepção espacial, que consiste na percepção dos espaços através dos sentidos e que resulta nos lugares de afeição e desprezo. Explica-se também sobre a importância do mapeamento, para que as próprias mulheres reconheçam os espaços por elas ocupados e que reflitam sobre a divisão espacial ocupada por elas levando à reflexão sobre a divisão sexual do trabalho e o autorreconhecimento de seu trabalho vinculado ao debate sobre a autonomia. No segundo momento é realizada a construção dos mapas pelas mulheres. Esta atividade é estimulada através de perguntas-chaves sobre a imagem que as mulheres têm sobre os espaços ocupados por elas; as áreas de maior contato físico e familiaridade; quais os trabalhos considerados exclusivamente das mulheres; quais os trabalhos que elas têm liberdade para desenvolver e onde são realizados esses trabalhos. Após esses questionamentos os mapas são construídos pelas mulheres em folhas de cartolinas, lápis e canetinhas de colorir. No terceiro momento, por fim, é quando os mapas são analisados.

A atividade foi realizada com as mulheres desta pesquisa onde elas puderam analisar os espaços produtivos que ocupam e refletir sobre a importância do trabalho delas para autoconsumo familiar, para a geração de renda e construção da autonomia da mulher.

Algumas tiveram muita resistência para participar da atividade alegando não saber desenhar. No total foram elaborados 8 mapas mentais. Em alguns casos houve o auxílio durante a atividade e em outros eu desenhei de acordo com o que a assentada indicava, como nos mapas de Elza e D. Maria Rezadeira.

Para o mapa mental de Elza foi utilizado o croqui (FIGURA 5) da área elaborado junto à agricultora durante uma das visitas ao lote, onde identificamos todas as espécies cultivadas por ela, que estão identificadas por número no desenho a seguir:

Figura 5. Croqui da área do lote de Elza elaborado durante visita em março de 2022.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Elza, ao ver o croqui, aceitou participar da elaboração do mapa mental, desde que eu a ajudasse nos desenhos. Portanto, Elza foi indicando o que deveria ser colocado no mapa e eu desenhei conforme sua orientação.

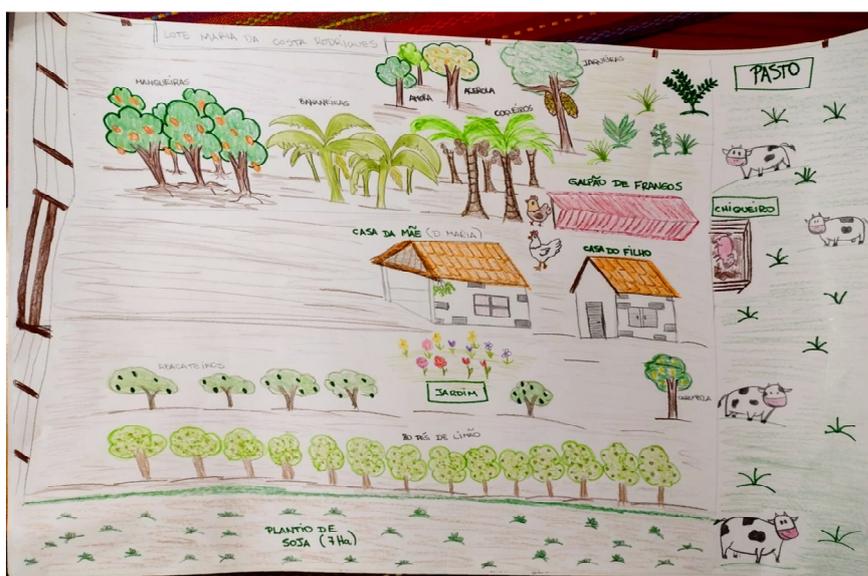
Figura 6. Mapa mental da área produtiva de Elza, elaborado pela autora a partir da narrativa e indicação da agricultora participante da pesquisa.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Da mesma forma que Elza, D. Maria Rezadeira pediu para que eu desenhasse enquanto ela dava as coordenadas. D. Maria participou também no momento de colorir o desenho e, ao final, se apresentou muito contente com o resultado, dizendo que tinha muito orgulho do seu espaço e que o considera “seu paraíso que a alimenta, realmente muito bonito e cheio de vida”.

Figura 7. Mapa mental da área produtiva de Maria Rezadeira, elaborado pela autora a partir da narrativa e indicação da agricultora participante da pesquisa.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

práticas permanecem sendo deles. Os casos acompanhados nesta pesquisa em que a situação se inverte, ou seja, que a principal renda da família advém do trabalho exclusivamente da mulher e que a gestão é feita por elas, foram as atividades não agrícolas e/ou de serviços não relacionados diretamente à produção do lote.

Quando analisamos a produção de quintal nos desenhos dos lotes, percebemos a riqueza da diversidade de espécies cultivada por elas, e o quanto aquela produção é importante, não somente para a alimentação no preparo de receitas para consumo familiar, como para comercialização e geração de renda, para a saúde com o uso de ervas medicinais muito presentes nesses espaços e também na manutenção desses costumes e saberes tradicionais passados para as gerações futuras que acompanham e aprendem vivenciando as práticas realizadas pelas mulheres.

Portanto, com a elaboração dos mapas as mulheres identificaram os espaços produtivos dos lotes e, a partir da análise dessa atividade, puderam visualizar de forma mais ampla a importância desses espaços que elas ocupam com seus trabalhos produtivos e de cuidados, seja na melhoria da renda familiar, da alimentação, da saúde, na manutenção dos costumes e saberes que refletem na comunidade e na sociedade em geral.

CAPÍTULO 2. AGRICULTURA FAMILIAR, QUESTÕES DE GÊNERO E AUTONOMIA DAS MULHERES

A agricultura familiar é o maior segmento em número de estabelecimentos rurais do país, e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas, além de ser responsável por garantir boa parte da segurança e soberania alimentar do País, sendo considerada como a principal fornecedora de alimentos para o mercado interno (BRASIL, 2006).

Cordeiro (2007) define a agricultura familiar como um sistema cuja produção e consumo são voltados para diferentes estratégias de reprodução de grupos familiares, onde as relações de trabalho são organizadas por seus diferentes membros, utilizando mão-de-obra da família, ocorrendo ocasionalmente a contratação de trabalho assalariado com mão-de-obra externa ao núcleo familiar. Destaca-se também como importante potencial na criação de condições e oportunidades de trabalho e sobrevivência, por meio de diversificados sistemas de produção, que contribuem principalmente para o desenvolvimento de pequenos municípios (LOURENZANI, 2006).

Atualmente, a agricultura familiar vem sendo o centro das atenções por ser um meio alternativo de desenvolvimento para a zona rural, a qual tem capacidade de diminuir a miséria, as desigualdades sociais e econômicas e os impactos ambientais. Destaca-se também a intenção da redução do êxodo rural já que o Brasil tem um histórico de carência de políticas públicas voltadas à área rural, e de falta de incentivo/atrativo à permanência de homens e mulheres, sejam jovens, adultos, crianças e idosos no campo, o que vem contribuindo para que a população urbana cresça a cada ano em um ritmo acelerado (SILVA et. al. 2006).

Esse foco para a agricultura familiar visa, além de melhorar a qualidade de vida na zona rural com diminuição da pobreza e geração de desenvolvimento local, aumentar a produção de alimentos no país fazendo com que a economia se torne mais concreta, já que a agricultura é um dos principais setores da economia e a população cresce cada vez mais, tornando o país um pouco mais independente e cada vez mais forte no cenário mundial.

Somente em 2006, com o estabelecimento das diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais através da Lei 11.326, a agricultura familiar passou a ser reconhecida de fato (BRASIL, 2006).

No Brasil, foram implementadas diversas políticas públicas propostas pelo governo federal e executadas em articulação com os municípios direcionadas para esta classe de agricultores e que também favorecem a autonomia econômica das mulheres rurais. É o caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), vinculado ao Programa Brasil Sem Miséria, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as ações de fomento à economia solidária. São iniciativas importantes, mas que ainda demandam aprimoramentos, especialmente para uma autonomia mais efetiva das mulheres.

A tardia visibilização das demandas das mulheres da reforma agrária, especialmente para a ampliação de sua participação econômica na produção dos assentamentos, associada à visão androcêntrica dominante no Estado, fez com que muitas iniciativas ficassem aquém do desenho elaborado (SPECHT, 2019).

Entende-se como categoria mulher rural as que estão inseridas nas mais diversas atividades do campo, sejam elas agricultoras, pescadoras, extrativistas, artesãs, assentadas, indígenas, quilombolas (BRASIL, 2019). De acordo com os dados apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 15 milhões de mulheres vivem na área rural, o que representa 47,5% da população residente no campo no Brasil. Entre as mais de 11 milhões de mulheres com mais de 15 anos de idade que viviam na área rural em 2015, pouco mais da metade (50,3%) eram economicamente ativas. Considerando o rendimento médio, cerca de 30% ganhavam entre meio e um salário mínimo e quase 30% não tinham rendimento.

De 2006, o percentual de mulheres rurais empreendedoras que era de 12% saltou para 20% no último Censo Agropecuário do IBGE, em 2017. É um salto considerável, mas ainda muito ínfimo perto do número de estabelecimentos agropecuários no Brasil.

O papel social da mulher, ao longo da história, foi relacionado à reprodução, aos cuidados e ao trabalho doméstico, limitando sua participação à esfera considerada produtiva, muitas vezes nos espaços dos chamados quintais, que se referem ao espaço de produção da mulher, geralmente ao redor de casa e com saberes populares agroecológicos agregados (SALES, 2007).

A monografia de Gabriela Menezes (2019) intitulada “Pesquisa e extensão na Agroecologia: frentes de ação e importância dos quintais em assentamentos rurais” constatou que os quintais produtivos são importantes na segurança alimentar das

famílias por sua diversidade de espécies cultivadas e pela predominância do alimento livre de agrotóxicos. Além disso, observou o protagonismo das mulheres nos cuidados e na manutenção do local. Os mais diversos e ricos conhecimentos tradicionais que são exercidos diariamente e passados às gerações seguintes também demonstram o valor afetivo e sentimental que lhe é agregado.

Os quintais produtivos são, portanto, experiências produtivas criadas socialmente pelas próprias mulheres do campo na busca por um espaço de trabalho produtivo que se mistura com os trabalhos de reprodução, doméstico e de cuidados que historicamente e socialmente são delegados a elas (FILIPAK, 2017, p. 201). Esses quintais se caracterizam por influenciarem diretamente na dieta alimentar da família, composta por frutas, hortaliças, condimentos, plantas medicinais, além de proteína de origem animal (ALEIXO et. al., 2019), favorecendo, portanto, a segurança alimentar do núcleo familiar.

No contexto das mulheres rurais, identifica-se a naturalização da subordinação que está relacionada à hierarquia existente nas famílias alicerçadas na divisão sexual do trabalho. “Esta diferenciação é determinada socialmente através de vivências, símbolos e representações, e se reproduz no cotidiano da dinâmica familiar, tais como a divisão sexual do trabalho” (Herrera, 2012, p. 4).

“Percebe-se, portanto, que as mulheres não possuem consciência da repressão de gênero a que estão sujeitas, pois elas próprias veem naturalmente suas atividades ligadas à esfera doméstica - reprodutiva, ainda que tenham uma carga de trabalho excessivamente intensa e cansativa. Isso ocorre devido ao ideário de família nuclear existente no meio rural, com papéis bem definidos entre os membros do grupo familiar, que faz do homem o “chefe” da família e a mulher apenas mais um membro da mesma” (BEZERRA et al, 2018).

Somente na segunda metade do século XX surgiram os primeiros questionamentos sobre a divisão sexual do trabalho, com os movimentos feministas. De acordo com Maccalóz e Melo (1997), esta mudança foi possível através do acesso à educação, à maior participação da mulher no mercado de trabalho e à sua inserção na política.

A proposta feminista justamente busca construir indicadores que permitam um olhar mais complexo da realidade econômica, incorporando dimensões que estão fora do mercado, como é o caso de todo o trabalho reprodutivo e de cuidados feito no âmbito

doméstico pelas mulheres e, desta forma, contribuir para o desenho de políticas públicas que incidam para reduzir as desigualdades entre homens e mulheres.

Esta realidade está diretamente ligada às questões de gênero e à invisibilidade do trabalho da mulher rural. O termo gênero tem como ponto de partida a compreensão das relações de poder entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). Para Menasche e Belém (1998), o termo gênero é um conceito relacional que indica a compreensão mais ampla dos diferentes papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, que são construídos historicamente, não determinados biologicamente e, onde a sociedade impõe uma relação de hierarquia e poder do homem sobre a mulher.

Os anos de 1980 foi um período de democratização do país e de forte atuação do movimento feminista, marcado também pela luta de constituição das políticas públicas voltadas para mulheres. “A relação com o Estado, sobretudo nos anos 1980 e 1990, era um ponto de debate e mesmo de tensão no interior do feminismo brasileiro” (GODINHO, 2007).

Com o processo de democratização no país, os movimentos feministas e de mulheres conquistaram uma interlocução o Governo dando início outra fase, a de reconhecimento do Estado de que as discriminações e desigualdades nas relações de gênero constituem umas questões para ser enfrentada por meio da legislação e de políticas públicas. O marco fundamental nesse processo foi à criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985. (RODRIGUES, 2005, p. 30).

Entre 2003 e 2015, foram pautadas políticas públicas de estímulo à organização produtiva das mulheres rurais desenvolvidas pela agenda da construção da autonomia econômica, por meio da articulação entre políticas públicas com recorte de gênero e políticas específicas para as mulheres, como o estímulo da participação das organizações de mulheres nos programas de compras institucionais, com destaque à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e ao Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR), que atuaram especialmente na qualificação da produção, beneficiamento e agregação de valor com vistas a promover o acesso das mulheres rurais à comercialização (SPECHT, 2019). Somando-se estas ações às demandas apresentadas pelos movimentos de mulheres rurais, surgiram resultados de promoção de acesso às políticas públicas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Experiências vêm sendo realizadas com metodologias diversas de análise feminista do orçamento público, processo conhecido como “Orçamentos públicos sensíveis ao gênero”. Além de análise, esta é uma forma de atuação política que tem por objetivo transformar a natureza e a orientação dos orçamentos, das políticas e dos programas que os sustentam, de forma a contribuir para mudar a realidade e construir igualdade (BRASIL, 2016).

Ao falar em políticas públicas de gênero é preciso mencionar o papel importante da teoria feminista na construção deste conceito. O feminismo é construído a partir de uma teoria social crítica, como sugere Célia Amorós, o feminismo é o “filho não querido do Iluminismo” (AMORÓS, 2008). Esta consideração é pertinente pois, o feminismo surgiu como uma crítica às ideias da filosofia política dos séculos XVIII e XIX que excluía as mulheres, e buscava o desvelamento sobre a condição de desigualdade, submissão, discriminação e preconceito vivenciados. As pioneiras do feminismo contestaram a naturalização da exclusão das mulheres da sociedade que buscava o progresso diante das ditas ideias inovadoras do Iluminismo – liberdade, fraternidade e igualdade (VERGO, 2014).

Os preceitos do iluminismo trouxeram inegáveis contribuições ao mundo ocidental/europeu. Como aponta Amorós (2000), o feminismo é um dos produtos do Iluminismo:

[...] porque o feminismo não é algo que se deduz, como um apêndice que poderia intitular: “aplicação ao problema das mulheres”, dos princípios gerais que estruturam ou inspiram uma filosofia. Tem suas próprias demandas, seus próprios tempos derivados da dinâmica do movimento social que tenta teorizar, ou seja, tornar visível e decifrar. Isso determina seus próprios requisitos conceituais. Mas, por outro lado, não há dúvida de que as feministas não pensam nem vivem sozinhas: partilhamos, mais à margem do que nos centros hegemônicos, mas partilhamos no fundo, um mundo social, cultural, intelectual e acadêmico com homens. (AMORÓS, 2000, p.11).

A Marcha das Margaridas – cujo nome é uma homenagem à líder sindical rural Margarida Maria Alves³, é uma articulação coletiva coordenada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), protagonizada por mulheres do campo e da floresta, que ocorre a cada quatro anos em Brasília, desde o ano 2000. A Marcha envolve várias organizações como grupos feministas, vários movimentos de mulheres e centrais

sindicais que mobilizam agricultoras, camponesas, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras artesanais, acampadas, assentadas, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, entre outros segmentos.

Considerando-a como parte do processo histórico de organização das mulheres rurais, tem produzido visibilidade às mulheres do campo e da floresta, “tem criado impacto na esfera pública e obtido conquistas para a cidadania, mostrando-se capaz de dialogar com o Estado e incidir sobre as políticas públicas” (AGUIAR, 2016). A Marcha é descrita por Aguiar (2016) como um movimento de mulheres do campo e da floresta, que “se expressa numa manifestação pública, um ritual político que assume a forma de uma marcha, expressão ativa desse movimento, que busca dar visibilidade às demandas dessas mulheres e estabelecer processos de diálogo e negociação com o Estado”.

“O processo de negociações estabelecido com o Estado, a partir das pautas apresentadas no decorrer das Marchas, resultou na oferta de um conjunto de programas, políticas e ações que, trazendo o enfoque de gênero, intencionou acolher as demandas apresentadas pelas mulheres do campo e da floresta, reconhecendo-as assim como sujeitos de direito e, ao mesmo tempo, contribuindo para diminuir as desigualdades sociais no espaço rural” (AGUIAR, 2016).

Como resposta à pressão das organizações de trabalhadores rurais foram desenhadas políticas de apoio à agricultura familiar e conquistas como o reconhecimento pelo Estado de que as mulheres do campo são agricultoras e têm direito à Seguridade Social Rural (BUTTO et al., 2014). A pesquisa realizada por Kreter (2005) avaliou a situação da mulher no sistema brasileiro de previdência rural entre os anos de 1990 a 2000, comprovando que, “apesar de haver uma tendência à igualdade no número de homens e mulheres beneficiados no campo, as mulheres apresentaram um crescimento de aproximadamente 600% nesse período”. Segundo a autora, esse resultado indica a importância da nova legislação previdenciária para as mulheres do campo, apesar dos empecilhos e dificuldades encontradas no requerimento da aposentadoria por idade ainda restringirem o acesso da trabalhadora rural ao sistema do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

No que se refere às políticas públicas de gênero para as mulheres do campo, os chamados “Mutirões da Cidadania” foram organizados por sindicatos dos trabalhadores rurais para facilitar o acesso à documentação pelas trabalhadoras rurais (SILIPRANDI,

2000). A partir dessa iniciativa e da retomada do tema nas Marchas das Margaridas de 2000 e 2003, em 2004 foi criado o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, beneficiando até 2013 mais de 1 milhão de mulheres (BUTTO et al., 2014). Considerando o Estado como não neutro, este deve apresentar ações diretas e políticas determinantes para enfrentar as desigualdades de gênero existentes. A iniciativa política deve passar por toda a estrutura do Estado e também por gestores locais, com objetivo de assegurar a efetivação das políticas criadas e encontrar saídas para a não participação das mulheres. A falta de tempo e a oposição dos maridos foram as principais razões indicadas por mulheres rurais na pesquisa desenvolvida por Butto et al. (2014) sobre políticas públicas e autonomia das mulheres.

Diante disso, sabemos que enfrentar as desigualdades de gênero de forma ativa e permanente exige mudanças para reestruturar a democracia. “Trata-se não apenas de acabar com as formas de desigualdade que são herança de um passado patriarcal, mas também com as novas formas que são criadas ou retomadas na atualização do patriarcado como resposta à crise capitalista” (BUTTO et al., 2014).

As políticas públicas direcionadas para as mulheres rurais devem ser pensadas e projetadas como ações para reverter as desigualdades existentes entre mulheres e homens. Da mesma forma deve-se pensar nas desigualdades entre campo e cidade e também dentro da área rural, entre os grandes latifundiários do agronegócio e a agricultura familiar. Essas políticas devem estimular a formação de redes e grupos de mulheres do campo, sejam eles formais ou informais, de forma que estas mulheres se sintam fortalecidas e juntas consigam combater esse desequilíbrio social.

“À medida que tais movimentos e organizações de mulheres acumulam forças, elas conquistam espaços, internamente, nos demais movimentos sociais e vão transformando a agenda do desenvolvimento rural, integrando-se nos debates mais amplos e construindo alianças políticas na defesa dos seus direitos” (HORA; BUTTO, 2014).

A diversidade encontrada nas organizações sociais, culturais e econômicas de mulheres das mais diferentes regiões que se afirmam como sujeitos políticos devem ser inseridas nas pautas de discussão do Governo, considerando a importância dessas mulheres para a produção, especialmente a de alimentos livres de agrotóxicos, na manutenção dos saberes e costumes tradicionais, e também pela longa trajetória das organizações em movimentos de comunidades em todo o país. É fundamental considerar

que as mulheres rurais têm perfis heterogêneos, que incorporam também outras desigualdades sociais, especialmente as de raça, etnia e geração.

A masculinização da população rural em curso desde a década de 1990 pela predominância de homens no campo é outro ponto importante a ser destacado como gargalo nos assentamentos, e decorre especialmente da emigração de moças para a cidade. A situação mais delicada das mulheres deriva da desvalorização das atividades realizadas por elas, por serem trabalhos mais leves que são considerados como uma “ajuda”, isso as torna pouco visíveis (PAULILO, 2004) e também pelo pouco espaço a elas reservado na atividade agrícola, onde atuam apenas como auxiliares (BRUMER, 2007). Essas situações fazem com que ocorra o desinteresse por parte das moças da continuidade da vida no campo, que acabam buscando os centros urbanos em busca de trabalho remunerado e reconhecimento, bem como uma melhoria de vida. Muitas vezes são até mesmo incentivadas pelos próprios pais a procurarem os centros urbanos por acreditarem que terão mais oportunidades de trabalho e não precisarão trabalhar no “pesado”. Essa predominância de mulheres migrando para cidade não está ligada a condições favoráveis para esse gênero no mercado de trabalho urbano, mas sim a desvalorização do seu trabalho no campo e a falta de perspectivas que elas encontram (ABRAMOVAY, 1998).

Estudos mais recentes apontaram que esse cenário vem se alterando, com uma relativa estabilidade da migração feminina rural-urbana entre os anos 2000-2010, indicando as políticas públicas de combate à miséria e de inclusão produtiva das mulheres como principais motivos para favorecer a manutenção das mulheres no campo (BUTTO et al., 2014).

O índice de migração das mulheres para a área urbana se manteve estável nesse período, porém, elas permanecem sendo minoria no campo. De acordo com os dados obtidos no Censo Agropecuário de 2017, o Brasil apresenta quase 1 milhão de mulheres responsáveis por propriedades rurais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 947 mil mulheres dirigem propriedades rurais no país, de um total de 5,07 milhões. O Nordeste concentra a maior parte, com 57% das propriedades chefiadas por mulheres, seguida pelo Sudeste e Sul, com 14% e 11%, respectivamente, e, por último a região Centro-Oeste, com apenas 6% de um total de cerca de 30 milhões

de hectares, correspondendo apenas a 8,5% da área total ocupada por propriedades rurais (IBGE, 2017).

Quando tratamos sobre propriedade das terras os índices são ainda piores: dos 5,07 milhões de estabelecimentos identificados, apenas 19% são de propriedade de mulheres, enquanto os homens são proprietários dos outros 81% (IBGE, 2017). Embora as mulheres sejam detentoras de conhecimentos mais profundos sobre os usos e propriedades das plantas e elementos da natureza, elas apresentam acesso muito menor aos recursos financeiros e ausência ou menor acesso à terra e à renda. As atividades das mulheres geralmente estão voltadas para o autoconsumo e trabalho doméstico e cuidados, o que resulta numa jornada excessiva de trabalho. Essa forma de inserção econômica é marginalizada e expressa como atividade secundária, considerando que elas possuem menor tempo para atividades geradoras de renda monetária.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) junto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o IBGE publicaram dados sobre as mulheres rurais onde são apresentadas diferenças entre as mulheres proprietárias e não proprietárias, com relação às atividades econômicas desempenhadas nas propriedades. Foram relacionadas as atividades econômicas relacionadas à pecuária e criação de outros animais, produção de lavouras temporárias e lavouras permanentes, indicando que 50% das proprietárias estão ligadas à pecuária, 32% às lavouras temporárias e apenas 11% às lavouras permanentes. No grupo das não proprietárias, a maior parte das mulheres, 42% se dedicam às lavouras temporárias, 39% estão ligadas à criação de animais e 7% à produção de lavouras permanentes. As 7% restantes do grupo das proprietárias e as 12% das não proprietárias se distribuem entre produções diversificadas como produção florestal, horticultura, aquicultura, pesca, produção de sementes e mudas certificadas e floricultura (EMBRAPA, MAPA, IBGE, 2020).

Outros dados sobre as mulheres foram apontados no estudo publicado pela Embrapa, onde apenas 9,6% obtêm informações por meio de reuniões e capacitações técnicas como seminários e cursos. Já entre os homens esse índice sobe para 14,3%. Em relação à participação em associações ou cooperativas apenas 5,3% são cooperadas, enquanto 12,8% dos homens participam de algum tipo de organização formal, o que confirma a baixa adesão da agricultura familiar, tanto dos homens como das mulheres, a grupos produtivos formalizados.

Diante do processo de migração para as cidades que atinge os jovens rurais em geral, mas especialmente as moças, a questão da manutenção e persistência do caráter familiar se apresenta como um tema de grande importância a ser discutido no âmbito do desenvolvimento rural do país (SILVA; SCHNEIDER, 2010).

Tratando-se da manutenção das famílias no contexto da agricultura familiar, o papel da mulher é de fundamental importância.

“...saberes tradicionais e os conhecimentos adquiridos de forma geracional com o vivenciamento instintivo com a natureza, predominante nas atividades femininas, são substituídos por práticas artificializadas e sintéticas, no caso da produção comercial. Neste aspecto, o papel feminino é duplamente importante, primeiro por serem as mulheres, em grande medida, responsáveis pela permanência da resistência de práticas alternativas frente ao sistema da agricultura convencional e, segundo, por manterem vivos e repassarem um conhecimento sobre saúde, criação e meio ambiente mais sustentável às novas gerações” (GOMES, 2018, p. 63).

Contudo, diversos fatores influenciam na permanência ou não dessas mulheres que, diante da não valorização dos seus trabalhos produtivos, buscam alternativas de autonomia e geração de renda fora dos assentamentos. É preciso, portanto, entender essa relação das mulheres com a manutenção da agricultura familiar e estudar estratégias de melhoria da sua condição socioeconômica e incentivos à sua permanência.

Em relação à essa permanência das mulheres no meio rural podemos considerar como de extrema relevância a inserção da mulher em espaços sociais de produção e comercialização, especialmente em espaços de atividades não agrícolas, como observaram Spanevello et al. (2019). As atividades não agrícolas, segundo Brandão (2005), podem ser exemplificadas como artesanato, turismo rural, comercialização, agroindustrialização, processamento de alimentos, entre tantas outras atividades que vêm sendo desenvolvidas no meio rural. Essas atividades não agrícolas se apresentam como fonte de renda alternativa para as mulheres rurais, tornando-as, mesmo que parcialmente, independentes financeiramente, além de outras melhorias resultantes de um maior convívio social e melhor qualidade de vida. No contexto de desvalorização do trabalho feminino nas atividades agrícolas tradicionais, as atividades não agrícolas realizadas pelas agricultoras familiares são favoráveis para o desenvolvimento da autonomia das mulheres rurais, tanto nas questões monetárias como também nas não monetárias. (SPANEVERELLO et al., 2019).

Na relação existente entre as questões de gênero e o desenvolvimento de um território é importante considerar que a noção de desenvolvimento territorial se trata de uma construção social com interesses distintos presentes nas relações entre as classes sociais, não apenas econômicos, mas também interesses e demandas de diferentes segmentos sociais, pois esses atores e atrizes levam consigo “o conflito social resultante de processos históricos de desigualdades” (BUTTO; HORA, 2008, p. 24). Segundo as autoras, ao inseri-los no desenvolvimento rural, é necessário adotar estratégias específicas de promoção de igualdade em diversas dimensões. Ainda, há que se incorporar a agenda feminista no debate sobre o desenvolvimento rural sustentável, buscando a elaboração de políticas públicas voltadas à promoção da autonomia das mulheres e maior igualdade de gênero.

Para entender a situação de exclusão das mulheres nas questões econômicas do núcleo familiar é importante destacar os mecanismos presentes na manutenção dessa subordinação. O Estado legitima essa condição quando denomina os homens como “chefes de família”. As mulheres só adquirem essa denominação quando não existe a figura masculina na família, então são chamadas de “mulheres chefes de família”. Quando elaboram políticas públicas consideram o que é indicado como “necessidades da família”, e não como necessidades individuais de cada um. Não é considerada a condição civil e familiar, onde a ideia de que são necessidades iguais reforça o papel dominante do homem.

“Instituições, tais como, a família, os espaços públicos e o Estado, são decisivos na reprodução da desigualdade existente entre mulheres e homens. Estas instituições estabelecem laços entre si formando uma poderosa barreira de entrada das mulheres no desenvolvimento de forma igualitária” (HORA; BUTTO, 2014, p. 26).

Para que seja promovido de fato o desenvolvimento territorial com inserção efetiva e sustentável das mulheres é necessário considerar a forma atual de inserção desigual e buscar transformar essa realidade. As mulheres devem ser vistas como autônomas economicamente, que trabalham de forma familiar ou coletivamente, e que devem ter seus direitos e necessidades respeitadas pelo Governo, pela sociedade civil e pelos seus familiares, com liberdade e autonomia na decisão sobre o quê, onde e como produzir.

A importância de se analisar a situação das mulheres rurais e as estratégias da possível construção da autonomia delas frente aos desafios existentes nos assentamentos reside no fato de que a manutenção dessas mulheres no campo é essencial para as estruturas locais de produção e organização das atividades produtivas, além da preservação de práticas, tradições e costumes sustentáveis transmitidas entre gerações.

Coutinho (2020), em sua tese intitulada “A bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e (r)existência em assentamentos rurais no interior de São Paulo” identificou estratégias de reprodução socioespaciais, exercidas pelas integrantes de grupos de mulheres em assentamentos rurais demonstrando como tais atividades têm surtido efeitos no fortalecimento das associações, no processo de autonomia dessas mulheres e no enfrentamento às opressões que vivenciam.

“...as estratégias socioespaciais desenvolvidas por estas mulheres são condicionadas, a princípio, pela situação geográfica na qual constituem-se os assentamentos rurais, porém não se limitam a elas, uma vez que as práticas espaciais das associadas reconfiguram estes espaços, gerando novas espacialidades. Assim, constata-se que há em curso o fortalecimento destas mulheres por meio da formalização de associações, e o desenvolvimento de estratégias socioespaciais diferenciadas e combinadas, que além de gerarem melhorias nas condições de vida e de trabalho para os assentamentos como um todo, possibilitam o empoderamento feminino das agricultoras, propiciando a reconfiguração da organização de trabalho das famílias, de modo a transgredir as normas de gênero vigentes no espaço rural, fragilizando as dicotomias entre ajuda/trabalho, espaço doméstico/espaço público, rompendo assim com a ideia da invisibilidade feminina” (COUTINHO, 2020, p. 13).

2.1. A AUTONOMIA DAS MULHERES RURAIS

Os conceitos existentes na literatura sobre autonomia para as mulheres são debatidos por diversos autores, geralmente relacionando às questões econômicas, provavelmente pela dificuldade de obtenção de autonomia sem qualquer forma de suporte financeiro (NASCIMENTO; MOTA, 2019).

Segundo Kant, apud Hohden (2005), autonomia abarca a vontade do indivíduo conduzir seus atos de acordo com sua própria lei e razão prática, de forma que interesses externos não limitem sua vontade própria. Terssac (2012) conceitua autonomia como “a capacidade de se conduzir segundo suas próprias regras, à margem ou contra o sistema de regras oficiais”.

Entre as décadas de 1970 e 1980, quando ocorria a transição democrática no Brasil e na América Latina, a autonomia representava o meio pelo qual a sociedade podia se organizar independente e até mesmo contra o Estado (GOHN, 2004). Com o retorno do regime democrático os movimentos sociais passaram a buscar a inclusão e o acesso às políticas públicas e espaços dentro das estruturas do Estado (GOHN, 2008).

No México, os movimentos sociais vivem em conflito pela autonomia dos territórios no Estado de Chiapas. De acordo com Spinelli (2010), os zapatistas buscam construir suas ações sem seguir as regras do Estado, baseados em ações de práticas democráticas por uma autonomia mais equilibrada nas relações entre os atores sociais, afastando-se das relações de poder e subordinação. Para Spinelli (2010), as estratégias autônomas do movimento zapatista se estabelecem como resistência diante do autoritarismo que excluem os povos indígenas dos direitos sociais, especialmente do direito de acesso à terra. No Brasil, diferentemente do movimento zapatista, as organizações passaram a buscar espaços institucionais via políticas públicas.

Após a década de 1980, se intensificaram os debates sobre a autonomia da mulher no meio rural associados aos movimentos sociais, o acesso às políticas públicas e ao reconhecimento social (FERRANTE et al., 2013; HENN, 2013). Mesmo com a participação de mulheres nas lutas dos movimentos sociais pelos direitos dos agricultores, as mulheres foram excluídas dos direitos sociais adquiridos, pelos sindicatos serem em sua maioria representados por homens (ESMERALDO, 2013; SILIPRANDI, 2009). Esse período, portanto, foi de intensas manifestações dos grupos feministas de outros países em defesa do reconhecimento da identidade e da cultura (DEERE; LEÓN, 2002), o que contribuiu para o fortalecimento das mulheres rurais no Brasil na luta por direitos e políticas públicas para mulheres em diversas regiões do país (DEERE; LEÓN, 2002).

Siliprandi (2013) comenta que as mulheres participantes de movimentos sociais apresentaram papel fundamental na luta pelo reconhecimento do trabalho da mulher, da problematização das desigualdades na sociedade e nos núcleos familiares, e pela autonomia das mulheres. De acordo com a autora, as políticas públicas para mulheres podem se tornar de fato uma abertura para o desenvolvimento de autonomia, seja de caráter financeiro, político, pessoal ou de participação coletiva.

As autoras Nascimento e Mota (2019) analisaram diferentes estudos direcionados ao tema mulheres rurais e o conceito de autonomia:

“...o conceito de autonomia é problematizado e incorporado em diferentes sentidos e contextos, uma vez que os sujeitos nos quais buscamos entender o termo também estão inseridos em uma rede de relações sociais e, portanto, teoricamente possuem, além da autonomia coletiva, sua autonomia individual” (NASCIMENTO; MOTA, 2019).

Para Soares (2011), a definição de autonomia da mulher se estabelece sob a tríade dos elementos físicos, econômicos e de decisões, traduzida na capacidade de poder decidir sobre sua própria vida, de acordo com seus próprios desejos dentro de um contexto histórico. Entretanto, diante da realidade das mulheres rurais, muitos são os obstáculos enfrentados que dificultam a conquista dessa autonomia, seja pelas especificidades das famílias, pela falta de oportunidades ou até pela própria noção de autonomia que elas possuem.

Fischer (2002) constatou que, para as trabalhadoras assalariadas, autonomia era a possibilidade de ter consciência dos seus direitos e deveres, fazer parte do orçamento familiar, ter liberdade para administrar seus recursos a partir do seu trabalho. No estudo de Vale (2015) sobre catadoras de babaçu, as mulheres foram identificadas como detentoras de autonomia por decidirem sobre os processos produtivos, como jornada de trabalho, horários e funções. A autora define autonomia, portanto, como uma relação mais equilibrada entre os membros da família no que tange os processos produtivos do trabalho. Na pesquisa de Fernandes e Mota (2014), a autonomia também é caracterizada principalmente pela “autodeterminação para organizar e desenvolver seu trabalho”, para além da obtenção de renda.

Para Nascimento e Mota (2019), o conceito de autonomia é relativizado em estudos com mulheres rurais, associando à divisão dos bens financeiros e recursos de produção adquiridos pelo trabalho familiar. De acordo com as autoras, a autonomia da mulher discutida em campos distintos contribui na construção do conceito “na medida que permitem o tratamento dos dados em novas pesquisa com diferentes perspectivas”, sendo necessário ainda, assimilar esse conceito “a partir do ponto de vista das mulheres em diversos contextos” (NASCIMENTO; MOTA, 2019, p. 8).

Essa discussão é importante na compreensão dos impactos causados pela inserção das mulheres em relações sociais externas aos familiares, incluindo-as de fato no universo entendido num contexto patriarcal como masculino, entendendo, portanto, se essa inserção proporciona realmente a liberdade de tomada de decisões individuais.

As cinco liberdades instrumentais citadas por Armatya Sen (1999) e consideradas em muitos trabalhos que tratam sobre o tema da autonomia da mulher são: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora como a noção principal para um desenvolvimento social lastreado na conquista da liberdade.

A autonomia da mulher é uma das questões nucleares no processo de desenvolvimento para muitos países no mundo atual. Segundo Sen (1999), em “Desenvolvimento como liberdade”, alguns fatores decisivos são a educação das mulheres, o seu padrão de propriedade, as suas oportunidades de emprego e os funcionamentos do mercado de trabalho. O autor também considera, de modo secundário, a natureza dos sistemas de emprego, as atitudes da família e da sociedade para com a atividade econômica das mulheres e as condições relacionadas com a mudança dessas atitudes.

Silva (2010), desenvolvendo análise sobre o livro de Sen (1999) aponta que as mulheres não têm menos sucesso quando têm oportunidade que são comumente reservadas aos homens; os empreendimentos tendem a ter sucesso quando elas tomam a iniciativa e, em relação à participação econômica, o desvio da propriedade a favor dos homens dificulta o desenvolvimento das mulheres.

Nada, provavelmente, será hoje em dia tão importante na economia política do desenvolvimento como o necessário reconhecimento da participação e da chefia políticas, econômicas e sociais das mulheres. Esse é, na verdade, um aspecto fundamental do “desenvolvimento como liberdade” (SILVA, 2010).

Neste trabalho de análise de grupos produtivos e sociais de mulheres dos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre, utiliza-se como referência de autonomia da mulher rural a possibilidade de emancipação e empoderamento para além da autonomia econômica, num processo relacional não linear, com avanços e retrocessos, permeado por tensões, levando-se em conta as dimensões estruturantes do modelo patriarcal da sociedade e da família nos assentamentos.

Dentro deste contexto de autonomia, o presente trabalho tem como objetivo conhecer as estratégias dessas trabalhadoras rurais a partir das percepções sobre o dia-a-dia vivido por elas que as visibiliza como sujeitos de transformação de suas realidades, enfocando, principalmente, a vida cotidiana diante das mudanças ocorridas ao longo dos anos nos assentamentos.

Partindo disso, torna-se necessário identificar qual é o lugar que a reprodução social ocupa na vida e no trabalho das mulheres assentadas, no conjunto da estrutura dos assentamentos e nas unidades familiares de produção e compreender como essas mudanças configuram o espaço rural, modificando realidades tradicionais, formas de ser e estar nesse espaço, de modo a instaurar papéis sociais, com ênfase nas relações de gênero, considerando-se que existem gargalos na construção da autonomia da mulher no campo.

CAPÍTULO 3. OS GRUPOS DE MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA

3.1 REDE DE APOIO MULHERES DO MONTE ALEGRE RAMAS-GIRASSÓIS

Figura 9. Registro fotográfico das participantes da Rede de Mulheres do assentamento Monte Alegre – RAMAS-Girassóis.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2021.

A rede de apoio formada por pesquisadoras e assentadas decorre de dois momentos importantes: o primeiro no histórico de pesquisas e ações do NUPEDOR- Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural, passando a assessorar mulheres assentadas como a AMA³ e, posteriormente, com o grupo Mega Cheiro³ a profissionalizar a produção e processamento de ervas medicinais a partir do viés agroecológico do NEEA³ e, o segundo, no processo de execução do projeto financiado pela FAPESP- Pesquisa e validação tecnológica fundamentada na Agroecologia, o qual teve como aprofundamento o projeto “Inventariando ervas medicinais em assentamento: relações entre usos tradicionais e legais de interesse do SUS - Sistema Único de Saúde, financiado pelo Programa Pesquisa Produtividade do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto e a parceria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFESP Campus de Matão para pesquisa e participação em formação agroecológica no assentamento Monte Alegre. A parceria das pesquisadoras envolvidas nestes projetos e ações fomentou a proposta de criação de um grupo associativo expresso em uma rede de assentadas e pesquisadoras, que por meio de cursos não formais e

reuniões de trabalho, passaram a desenvolver maneiras de comercialização, produção e resistência.

Esse histórico voltado às mulheres do campo tem identificado a naturalização da divisão sexual do trabalho doméstico e o acúmulo de funções pelas mulheres, bem como a importância monetária do autoconsumo realizadas por elas, seja nas produções agrícolas, na transformação caseira ou nas atividades não agrícolas. Elas contribuem de maneira significativa para a economia das famílias quando deixa de gastar em supermercados, por influenciarem diretamente na dieta alimentar, garantindo a qualidade das refeições, e favorecendo, portanto, a segurança alimentar; e para a soberania alimentar local, que se traduz no direito dos agricultores e das agricultoras de definir o que e como plantar, e, especialmente, de utilizar as próprias sementes, (o que inclui a luta contra os transgênicos) (LEAL, 2019).

Apesar da invisibilidade atribuída às mulheres do campo, principalmente no aspecto produtivo, elas se mostram fundamentais na constituição da transição agroecológica e na postura de ocupação de espaços econômicos, sociais, políticos essenciais, tanto no núcleo familiar como em ambientes não familiares.

A mulher assentada, neste cenário, diante de suas práticas produtivas, seja no embotado dos quintais, seja nas hortas ou pomares biodiversos resiste, sob a justificativa de sua produção ou trabalho, serem considerados não monetários e, portanto, sem preocupação com o grande capital. É nestes ambientes que encontramos materializados os saberes e práticas conservando, assim, a diversidade de espécies, plantas, hábitos culturais e seus usos que, ao serem ressignificados, são mantidos ao longo das gerações, protegendo, assim, um patrimônio cultural e ambiental incalculável (GOMES, 2019).

A Agroecologia não cumprirá seu propósito de ser uma referência para o desenvolvimento rural equitativo e sustentável se não se ocupar, na teoria e na prática, do reconhecimento das contribuições das mulheres e das questões que dificultam a sua participação como sujeitos plenos de direitos, tanto na vida social como na atividade produtiva e na construção do conhecimento agroecológico (AGUIAR; SILIPRANDI; PACHECO, 2009, p. 48).

Neste sentido, a integração ao ciclo de atividades do projeto atual da FAPESP possibilitou ao grupo de pesquisadoras inserir a temática da agroecologia a partir da valorização da produção de alimentos destinado ao autoconsumo, assim como à conservação ambiental e diversidade em forma de ações práticas que resultaram na

formação de uma Rede de apoio às mulheres do Assentamento denominada RAMAS Girassóis.

A rede se desenvolveu a partir de ações conjuntas de pesquisadoras, professoras, estudantes, ecólogas, zootecnistas, pedagogas, arquitetas e biólogas que, a partir da vontade de construção das mulheres agricultoras de um novo olhar sobre o mundo e sobre o meio ambiente, juntaram forças para se apoiarem e se organizarem no processo de produção e renda, para além da perspectiva monetária. Esse grupo nasceu de projetos de pesquisa-ação nos quais passaram a assessorar mulheres produtoras de alimentos artesanais a se profissionalizarem, inicialmente com produtos artesanais da Associação das Mulheres do Monte Alegre - AMA e posteriormente com outro grupo Mega Cheiro, no qual mulheres assentadas passaram a profissionalizar a produção e processamento de ervas medicinais a partir do viés agroecológico. Mais recentemente, passou-se a fomentar uma rede de apoio às mulheres produtoras, para geração de trabalho, renda e comercialização de suas plantas e produtos.

No período de pandemia, a ideia de formação de um grupo de mulheres no Assentamento Monte Alegre foi se consolidando em uma rede de apoio. O grupo iniciou com 20 mulheres (conforme quadro 1) agricultoras, mães, pesquisadoras, comerciantes, cozinheiras, donas de casa, chefes de família, artesãs que compõem essa diversidade de perfis com o mesmo intuito de conquistar maior autonomia, reconhecimento, liberdade e compartilhamento de uma visão melhor de mundo.

Quadro 1: Mulheres integrantes do RAMAS-Girassóis.

Mulheres	Faixa etária	núcleo	Perfil produtivo identificado	Local de atuação
Jiseli	Adulta	6	Panificação, agricultura	Feira e no lote (trailer)
Telma	Adulta	5	Artesanatos	Feira e lote
Vera	Idosa	4	Panificação, agricultura	Feiras e no lote
Patrícia	Adulta	4	Panificação, agricultura e artesanatos	Feira e no lote
Fernanda	Adulta	6	Processamento de alimentos, agricultura	Feira e no lote
Léa	Adulta	4	Horta, processamento de alimentos, agricultura	Feira e no lote
Regina	Idosa	6	Agricultura	No lote
Luzia	Idosa	5	Agricultura e processamento de alimentos	No lote
Samara	Jovem	5	Agricultura, artesanato	No lote
Maria	Jovem	4	Enfermeira, agricultura	No lote
Luara	Jovem	6	Turismo	Atendimento On line
Rose	Adulta	4	Agricultura	No lote
Elza	Adulta	2	Agricultura	No lote
Elisabete	Adulta	7	Agricultura	No lote
Thauana	Adulta	UNIARA	Cientista social	Assentamento/universidade
Fábia	Adulta	UNIARA	Ecóloga	Assentamento/universidade
Larissa	Adulta	UNIARA	Zootecnista	Assentamento/universidade
Camila	Adulta	UNIARA	Arquiteta	Assentamento/universidade
Gabriela	Jovem	UNIARA	Bióloga	Assentamento/universidade
Flávia	Adulta	UNIARA	Bióloga	Assentamento/universidade

Fonte: NUPEDOR, 2021.

Todas as mulheres assentadas têm o perfil de agricultoras, algumas trabalham com produtos relacionados à panificação, outras também fazem parte do projeto

desenvolvido com o turismo rural do assentamento com venda de alimentos e artesanatos, e ainda trabalhos externos, como enfermeira e agente de turismo.

A metodologia utilizada nas atividades com as mulheres é uma somatória de ações que compõe desde visitas técnicas, reuniões focais para levantamento das demandas, à observação de campo. A observação dos lotes das mulheres da rede e as práticas podem servir para compreensão de como a produção e a busca pela comercialização delas podem estar associadas não apenas à saúde, mas às práticas de cultivo realizadas de maneiras mais sustentáveis. Essas práticas ampliam um universo de possibilidades para combater pragas, aumentar a produtividade, difundir conhecimentos e conservar o patrimônio genético biológico.

Nesta perspectiva de afinidades e maior interação entre as participantes, foi iniciada a formação da rede, de maneira que as mulheres foram interagindo com outras mulheres que também tinham disponibilidade em participar das reuniões para traçarem o rumo das atividades a partir dos interesses e necessidades de cada uma. Para estreitar ainda mais os laços e facilitar a comunicação entre todas foi criado um grupo de WhatsApp onde são compartilhados assuntos e interesses em comum, trabalhos, receitas, fotos, convites de cursos e também combinados os encontros no assentamento.

Sobre a parceria NUPEDOR/RAMAS-Girassóis, é possível descrever que, no processo de pesquisa-ação entre pesquisadoras e mulheres assentadas, mais que um processo de levantamento de dados e formalização de documentos, houve efetivamente a construção de uma rede de apoio entre as mulheres que ultrapassou os interesses econômicos e produtivos, para aspectos psicossociais e afetivos.

Racy (2020), em seu estudo sobre a busca da autonomia pelas mulheres assentadas, afirma que:

“...a construção da identidade feminista tem acontecido fortemente na ação coletiva e, assim, buscam repensar relações entre os seres humanos e destes com a natureza. As mulheres vão percebendo a importância de sua organização e que, além de trabalhar, podem também se reunir, discutir problemas e buscar, juntas, soluções, mesmo que enfrentem dificuldades no relacionamento coletivo” (RACY, 2020, p. 92).

O diagnóstico dos lotes de plantas medicinais ofereceu o dimensionamento das atividades relacionadas ao interesse de adoção de práticas agroecológicas, na produção das plantas e ervas que constituem os produtos que são processados para venda. Além

disso, no levantamento das informações de plantas e produtos produzidos pelas mulheres, o principal resultado alcançado foi a própria formação da rede de mulheres (FIGURAS 10 e 11). Da primeira para a segunda reunião o grupo mais que dobrou o número de participantes. As participantes da primeira reunião divulgaram a ideia para outras mulheres que estiveram presente na reunião seguinte, indicando grande interesse das assentadas na formação de um grupo exclusivamente feminino.

Figura 10. Grupo de mulheres na primeira reunião da Rede RAMAS-Girassóis.



Fonte: Arquivo NUPEDOR, 2021.

Figura 11. Grupo de mulheres na segunda reunião da Rede RAMAS-Girassóis.



Fonte: Arquivo NUPEDOR, 2021.

Como resultados da formação da Rede de Mulheres, já aconteceram muitas participações em feiras, como a Feira de Produtos Orgânicos e Artesanais de Araraquara, da “Roça para a Mesa”, a Feira do Empreendedorismo Rural do Sebrae em

São Paulo, onde as mulheres do RAMAS estavam representadas por Vera e Léa, que levaram os produtos das mulheres do grupo para serem expostos e comercializados durante 5 dias nessa feira. Também vale destaque para as outras formas de comercialização realizadas pela Rede, com destaque para a festa Junina Drive-thru em 2021 e as cestas temáticas vendidas de forma on-line.

Ainda como resultados da criação da rede, foi sugerida a continuidade de cursos de aprimoramento da produção das plantas, da produção agrícola, dos bolos e doces ou ainda dos artesanatos. No que tange às plantas medicinais especificamente, já foi iniciado o trabalho de processamento das ervas existentes nos quintais que passaram a ser vendidas nas feiras e eventos em embalagens com indicativos de chás revitalizantes, tranquilizantes, entre outras. Está prevista a ampliação da produção de ervas e o planejamento dessa produção junto às mulheres.

3.1.1 Trechos do caderno de campo: reunião de avaliação das atividades do RAMAS com as mulheres do grupo

A data do encontro para a avaliação das atividades do RAMAS foi marcada para o dia 18 de março de 2022. Pela primeira vez tivemos duas reuniões no mesmo mês organizada pelas mulheres do assentamento. Durante os dias que antecederam o encontro trocamos muitas mensagens no grupo, compartilhando matérias sobre mulheres empreendedoras, sobre reportagens relacionadas à produção e à Agroecologia, enfim, o grupo estava com um ânimo diferente. Combinamos de fazer atividades que mostrassem o que o RAMAS já percorreu nesses 8 meses do grupo.

Diferente das outras reuniões que começávamos mais dispersas, tomando um cafezinho e conversando sobre assuntos aleatórios, dessa vez estávamos focadas nas atividades do RAMAS. Falamos resumidamente sobre o que foi tratado na última reunião, apresentando a cartolina com as metas dos próximos meses.

Antes de discutirmos sobre as diretrizes a serem tomadas baseado nas metas apresentadas, resolvemos propor a atividade prática da formação do varal do tempo para visualizarmos tudo o que já fizemos no grupo.

No início parecia que elas não estavam muito dispostas a participar desse tipo de atividade. Ficaram no lugar, sem dar muita opinião enquanto explicávamos como faríamos. Mas a partir do momento que elas se aproximaram e viram as fotos impressas

começaram a se reconhecer e identificar quais eram os momentos e os locais em que foram fotografadas.

Figura 12. Momento de início da reunião e apresentação da proposta de atividade “varal do tempo”.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Sáímos de cena e deixamos elas conversando e relembando sobre as mulheres que participaram do RAMAS desde o início, as que saíram, as que estão afastadas por alguma dificuldade ou impedimento, tentando descobrir a ordem que se passou cada momento. Elza, que não participou da maioria daqueles momentos, observava atenta e perguntava curiosa querendo saber tudo o que havia acontecido antes da sua chegada no grupo e se mostrou feliz e orgulhosa quando seu produto apareceu em uma das fotos.

Aos poucos foram montando a ordem dos acontecimentos e a história foi se formando naquele varal. Quem diria que em tão pouco tempo esse grupo, que quase não consegue se encontrar pessoalmente, teria tanta história para contar. Até aqui foram somente oito meses, mas muitas atividades.

Figura 13. Análise dos registros fotográficos e montagem do varal com as atividades do RAMAS-Girassóis.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Começamos pela festa junina drive-thru, o primeiro evento que uniu essas mulheres. Foram tantas conversas, ligações, fotos e mensagens trocadas naquele WhatsApp que ficamos próximas bem rápido. Depois foram muitos encontros e desencontros, planos e metas, trocas de receitas e experiências.

Figura 14. Registro do varal de fotos com o histórico de todas as atividades do grupo RAMAS-Girassóis.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Nesse sentido, nós do NUPEDOR seguimos pesquisando métodos e alternativas para colaborar com o desenvolvimento das metas individuais de cada uma para seus objetivos sejam alcançados. O RAMAS é um grupo heterogêneo, mesmo sendo um grupo de mulheres rurais, cada uma apresenta uma aptidão que encontrou pelo caminho ou uma esperança de quando se juntaram para formar a rede de apoio. Essa rede auxilia na visibilidade e escoamento da produção, na busca por recursos e capacitações, nas compras coletivas alcançando preços mais baixos, mas a rede também possibilita a visibilidade da importância do trabalho dessas mulheres, assim como favorece a sociabilidade nas relações de amizade que se formam e, em alguns casos, dá sentido para continuar nessa trajetória.

Em todo processo de pesquisa e formação da rede de apoio das mulheres foi possível identificar que os lotes das participantes apresentam uma relação direta entre as práticas de cultivo com a conservação do meio ambiente, do solo e baixa ou não utilização de agrotóxicos. A observação dos lotes e as práticas das assentadas podem servir para compreensão de como seus olhares podem estar associados não apenas à saúde, mas às práticas de cultivo, à criação e sustentabilidade e a busca por cadeias curtas de comercialização e formas de associação dos assentados para escoamento desses produtos com qualidade advindos de mulheres rurais. A observação dos lotes das mulheres da rede e as práticas podem servir para compreensão de como a produção e a busca pela comercialização podem gerar formas de associativismos e redes de apoio. Assim, buscam um salto qualitativo e inserção no mercado que compõe o campo e a cidade.

3.2 MEGA CHEIRO: PRODUÇÃO DE ERVAS E SAÚDE

O grupo Mega Cheiro foi idealizado por uma pesquisa de Thauana Gomes, membro do NUPEDOR, entre 2014 e 2016, no assentamento Monte Alegre. Os participantes do grupo foram identificados a partir do levantamento de pessoas com conhecimento e proximidade ao cultivo de ervas medicinais. Segundo Gomes (2018), do grupo inicial de 16 mulheres participantes, as mais idosas preferiam permanecer no fornecimento de ervas, enquanto as mais jovens preferiam fazer o processamento e as atividades administrativas do projeto. Outro ponto interessante destacado pela autora é o número significativo de mulheres titulares dos lotes e a diversidade produtiva e diferenciada desses lotes, seja quanto à forma de produzir sem agrotóxicos ou dos quintais altamente biodiversos (GOMES, 2018).

Após o mapeamento dos quintais e dos tipos de ervas produzidas, o grupo foi formado por seis integrantes, sendo cinco mulheres e um homem, que proporcionaram informações técnicas e religiosas sobre ervas medicinais. A partir desses dados foi elaborado um inventário amostral do tipo de produção realizada nos lotes relacionados às ervas medicinais reguladas pela ANVISA.

Nesses lotes inventariados, foram encontrados 40 tipos do total de 71 ervas listadas a partir da listagem de ervas descritas e regulamentadas pela ANVISA, o que corresponde a mais de 60% dessa listagem. Além dessas ervas medicinais foram identificadas também as utilizadas para temperos ou como ervas aromáticas, muito utilizadas popularmente para alimentação, cosméticos ou remédios. Em junho de 2016 foram iniciados os primeiros contatos para venda dos produtos processados. Para isso, foram elaboradas etiquetas, comprados equipamentos como seladora e balança, financiados por um projeto com o SESC, além de materiais de uso corrente como luvas e embalagens.

No início de 2017, após algumas desavenças entre os participantes, foi feita a divisão do grupo entre vendas/administração de responsabilidade de 1 (um) homem e 1 (uma) mulher e, com a produção e o processamento, ficaram outras 4 (quatro) mulheres. No mesmo ano o grupo participou de eventos do SESC em São Paulo e Araraquara, e também em evento científico na UNICAMP, em Campinas, para apresentação do projeto e venda dos produtos processados.

Houve a reorganização da equipe com a entrada de outras 2 (duas) mulheres no processamento das ervas e a saída de uma mulher da administração. O grupo conquistou um espaço no barracão comunitário do Monte Alegre, disponibilizado pela prefeitura de Motuca, para o processamento dos produtos.

A organização do Mega Cheiro estava indo bem, com participação em feiras e eventos até a chegada da pandemia em 2020, quando houve a paralização das atividades, que estão sendo retomadas por integrantes da Rede de Mulheres RAMAS-Girassóis, com a reativação do processamento de ervas e temperos na nova sede do grupo, na instalação da antiga COOPAM (Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Motuca e Região). As mulheres ligadas ao Mega Cheiro já participaram da feira “Da Roça para a Mesa” e da Feira do Empreendedor Rural realizada pelo Sebrae em São Paulo.

3.3 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ASSENTADAS DO MONTE ALEGRE (AMA/ “Padoka”)

A AMA surge em 2008, contando com a participação de 25 mulheres, cuja finalidade era proporcionar o desenvolvimento social, econômico, educacional e cultural de suas associadas, agricultoras integrantes da comunidade rural do projeto de Assentamento Monte Alegre VI. Como toda associação, tais finalidades são estabelecidas em estatuto e, desta forma, a AMA propõe sua atuação nos seguintes seguimentos:

- I. Na promoção da cultura, esporte e defesa do patrimônio histórico e artístico;
- II. Na promoção da saúde e da educação gratuita às integrantes da comunidade rural do projeto de Assentamento Monte Alegre Seis, buscando sempre a melhoria da qualidade de vida;
- III. Na preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- IV. Na promoção do desenvolvimento econômico de suas associadas por meio da produção agrícola e agroindustrial, na compra e venda conjunta de insumos e produtos e na contratação de estudos, projetos e pareceres nas áreas de atuação;
- V. Na promoção e aprimoramento técnico-profissional das associadas por meio de divulgação, formação, treinamento e qualificação profissional voltados aos sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- VI. Na experimentação de novos modelos socioeducativos e;
- VII. No desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação das informações e conhecimentos técnicos relacionados às atividades mencionadas.

O primeiro grande êxito do grupo foi a construção da Padaria Comunitária, concretizada após a participação e conquista de recursos financeiros por parte dessas mulheres, nos fóruns do Orçamento Participativo do município de Araraquara (SP).

Em 2000 o grupo era constituído por 20 mulheres. Concorreram no orçamento participativo de Araraquara com o projeto na temática das mulheres que, a princípio, tinham o projeto para construção de uma estufa, mas elas não trabalhavam com hortaliças, era somente um projeto de trabalho. Com os cursos e capacitações do SEBRAE, SENAR, ITESP, resolveram mudar o projeto para a construção de uma padaria. Foram selecionadas, a partir da economia solidária, e receberam o valor de 50 mil reais para construção da instalação e aquisição de equipamentos para produção de

doces e pães. O grupo de mulheres começou a trabalhar com a panificação de fato em 2002, utilizando as instalações da cozinha experimental da escola do assentamento.

Ficaram 8 anos esperando o projeto de construção da padaria ser executado, e somente em 2008, foi realizada a instalação do prédio destinado para o grupo de mulheres com uma área para a produção de pães e bolos, um espaço para comercialização dos produtos e um ambiente para recepção dos clientes. Nesse período Zete conta que precisou de muitas conversas com a prefeitura para que a construção fosse realmente iniciada e, enquanto isso elas mantiveram a produção na cozinha da escola do núcleo VI e vendiam na cidade. Levavam as bacias na cabeça com os produtos e iam de ônibus para vendê-los no terminal rodoviário de Araraquara.

A escola está localizada ao lado do terreno da padaria e a cozinha foi cedida para que iniciassem os trabalhos. Utilizavam ingredientes comprados na cidade, mas após a consolidação da associação, ainda antes da inauguração do espaço próprio, passaram a valorizar a utilização das matérias-primas produzidas no próprio assentamento, em especial o que era produzido nos quintais das integrantes, mantendo até hoje esse princípio.

*“Nós trabalhamos com panificação, bolos, salgados, lanches, biscoitos, a gente faz mais de 30 variedades de produtos aqui na Padoka, tudo natural, sem conservantes, e usamos muitas frutas e produtos produzidos nos nossos quintais, sem veneno nenhum”
(Entrevista com Néia, em 17/08/2022).*

Durante o percurso enquanto associação, as mulheres participaram de cursos de culinária, de boas práticas alimentares, de comercialização, entre outros, oferecidos pelo ITESP em parceria com o SENAR e por grupos de pesquisa de universidades como a UNIARA e UNESP. Com isso, puderam melhorar os serviços e a produção da padaria. As mulheres se encarregam da produção e comercialização dos produtos na padaria, além dos serviços de *coffee break* em festas e eventos. O atendimento a eventos externos ao assentamento teve início no Simpósio de Reforma Agrária realizado pelo grupo NUPEDOR, da UNIARA. Com essas vendas, aumentaram substancialmente a renda familiar e também suas autoestimas, pois deixaram de depender dos maridos financeiramente.

“Eu me sinto muito bem aqui porque, graças a Deus, ajuda muito em casa e consigo comprar minhas coisas sem precisar pedir para

o marido. A gente emprega várias mulheres que também todas ajudam no sítio, nas despesas da casa, então sinto muita satisfação por isso” (Entrevista com Zete em 17/08/2022).

Ao longo desses dez anos, a AMA passou por muitas mudanças. Com as saídas de algumas mulheres em 2020, a associação ficou com somente 7 (sete) associadas, e 3 (três) dessas atuam na Padoka. Segundo Zete, o esvaziamento nas organizações acontece pelo fato das pessoas não acreditarem no propósito porque no início é muito difícil, especialmente no quesito renda. No começo não haviam muitas alternativas para a venda desses produtos, como as feiras e as entregas institucionais. Nesses primeiros anos a padaria não tinha nem acesso à energia, por dois anos trabalharam sem energia elétrica no local. Dentre as dificuldades apresentadas por elas para a manutenção das mulheres no grupo destaca-se também a resistência dos maridos diante da organização exclusivamente feminina. Segundo elas, os maridos se opunham porque elas precisavam se ausentar de casa, deixando em segundo plano as tarefas domésticas.

“Tem uns maridos de algumas amigas que não gostavam não. Que tinham ciúme. Ficavam bravos com elas porque vinham pra cá. Porque era reunião em cima de reunião, sabe?” (Entrevista com Zete em 17/08/2022).

Além do entrave relacionado à questão dos maridos, outros empecilhos também impedem o pleno desenvolvimento da AMA. Como foi identificado na pesquisa de Racy (2020), para a associação do assentamento Bela Vista, o transporte permanece como um dos principais problemas enfrentados pelas mulheres, que é intensificado pela distância entre os lotes e a padaria, e entre o assentamento e a cidade.

“Nossa principal dificuldade é a gente não ter o transporte, porque a gente tem que usar os carros dos nossos maridos para fazer as nossas coisas, as compras as entregas. Então a nossa maior dificuldade é a falta de um transporte que a gente não conseguiu até hoje ainda”. (Entrevista com Zete em 17/08/2022)

Atualmente participam da Padoka seis mulheres, mas somente Zete, Néia e Maria são associadas da AMA, as outras três são remuneradas pelos serviços prestados. As funções são divididas da seguinte forma: Marlene e Rose ficam responsáveis pela limpeza. Na produção ficam Zete, Néia, Joelma e Maria. O atendimento aos clientes é feito por Zete e Néia, mas quando necessário as outras também ajudam. As compras de insumos eram feitas somente por Zete, mas agora Néia assumiu essa responsabilidade.

Elas pagam um escritório para fazer a contabilidade, mas o controle de gastos, entradas e saídas de recurso não é realizado. Elas anotam basicamente o que gastam nas compras, as contas (escritório de contabilidade, gás, taxa de conta no Banco do Brasil) e os salários de Marlene, Joelma e Rose, que recebem referente aos dias trabalhados no mês. Elas não são registradas porque a associação não permite registro de funcionários. O dinheiro que sobra deveria ser dividido entre Zete, D. Maria e Néia, as associadas da AMA, mas, segundo elas, ultimamente só estão conseguindo pagar as contas da Padoka.

Zete citou a participação da AMA em novos projetos com a Economia Solidária, da incubadora de Araraquara, pensando em ampliar as atividades da associação e as parcerias com a UNIARA e UNESP, SEBRAE, SENAR, Elite (marca de ciclismo que ajuda com patrocínios e organização de eventos como competições de ciclismo no assentamento). A intenção de inserir a participação da comunidade nos planos da AMA aparece em vários trechos nas conversas com as mulheres entrevistadas, como no trecho que segue:

“A gente ainda quer ampliar, já temos projeto e tudo. Fazer um barracão aqui para as pessoas que têm produtos no assentamento também virem aqui vender nos finais de semana. Quem faz um queijo, um artesanato, um doce, pode vir aqui vender. Sendo um produto diferenciado dos nossos, para ajudar mais a comunidade” (entrevista com Zete em 17/08/2022).

3.4 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS EM AÇÃO (AMCA)

A AMCA foi idealizada por um grupo de mulheres que se juntaram inicialmente para discutirem assuntos do assentamento. A partir de conversas sobre as dificuldades encontradas por elas, perceberam que unidas seria mais fácil de serem ouvidas e de solucionar problemas.

“Aqui no assentamento da Bela Vista, mulher fala pouco, não sei o que acontece, mas mulher, se você vai numa assembleia ou numa reunião, mulher fala muito pouco, quando fala é uma ou duas, e olha lá” (Edna, entrevistada em 23/10/2021).

Tendo como pano de fundo o contexto de desigualdades e violência do campo, a idealização da Associação de Mulheres Camponesas em Ação do Assentamento Bela Vista (AMCA) é resultado da união de mulheres dispostas a encontrarem alternativas que proporcionasse autonomia econômica às mulheres do assentamento.

“A mulher que mora na roça, num assentamento, ao lado do marido, ela vê muito pouco o dinheiro, muito pouco mesmo. Então a gente vai buscar lá fora fazendo serviços de diarista, serviços domésticos, é o que a gente procura. E isso eu comecei a conversar com algumas companheiras que não trabalhavam para fora. O que a gente poderia estar fazendo com tanta banana e tanta manga que tem aqui. E devagarinho foi surgindo a AMCA” (Edna, entrevistada em 23/10/2021)

A partir da iniciativa de seis mulheres, em 2015 foi decidido formalizar uma associação, que em pouco tempo já contava com a participação de 14 integrantes. O processo de construção foi complicado, com dificuldades em relação a burocracias e papeladas para formalização do grupo. Durante dois anos, construíram o estatuto que definiria suas atividades e, em 2017 foi oficialmente formalizada a associação, que hoje conta com 12 mulheres, pois uma sofreu despejo do assentamento e outra se divorciou e foi embora para outra cidade.

Segundo Edna, atual presidente e uma das fundadoras, a ideia é que a associação proporcione maiores oportunidades de acesso à créditos, facilidades para compra de insumos, participação em compras governamentais e editais de projetos para mulheres. Além de buscar recursos para melhoria da vida das participantes da associação e para o desenvolvimento das atividades enquanto associação, o estatuto tem como diretriz o trabalho para empoderamento das mulheres do assentamento e a produção de alimentos sem agrotóxicos.

As mulheres associadas também participaram da formação em Agroecologia, organizado pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Economia Feminista - NEA do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia São Paulo – IFSP, Campus de Matão. Foi a partir de discussões no grupo sobre saúde que surgiu a demanda da produção e comercialização de produtos sem agrotóxicos, e assim surgiu a horta coletiva da associação. Foi escolhido o lote da mãe da Edna, D. Maria de Lourdes, por ser de fácil acesso e grande disponibilidade de água. As mulheres trabalham coletivamente na produção, e Edna é responsável pela comercialização em feiras e também através de cestas entregues na UNESP de Araraquara, feitas sob encomendas. Segundo Edna, a maior dificuldade para a comercialização hoje é o transporte desses produtos, pois é usado o carro de passeio dela, que não é para essa finalidade. Do total das vendas, vinte por cento (20%) da renda é revertida ao fundo de caixa da associação e o restante dividido entre as mulheres que participam na produção, sob a forma de diárias.

No início da organização, a produção e comercialização eram voltadas apenas à venda de hortifrutis cultivados nos lotes. Em 2018 foram oferecidos cursos como os de Boas Práticas Alimentares e de confecção de pães oferecidos pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR - Campus Lagoa do Sino) em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) de Araraquara e a UNIARA, que possibilitaram a produção e comercialização de alimentos artesanais como pães, bolos e geleias, “agregando valor à matéria-prima cultivada em seus quintais e ampliando seu potencial de comercialização” (RACY, 2020), possibilitando novos mercados como eventos e *coffee breaks*.

Atualmente o grupo está passando por um processo de transição de associação para cooperativa que, segundo a presidente da AMCA, Edna Lacerda, precisa fazer a documentação para atualizar a associação, e que todo o trâmite demanda de burocracia e recursos para abrir a cooperativa. Nesse momento, uma cooperativa proporciona mais oportunidades para as mulheres, tanto para o escoamento da produção como para participação em editais, que muitas vezes exigem que estejam organizadas em uma cooperativa. Por esse motivo decidiram reestruturar o grupo que permanece sendo exclusivamente feminino.

Durante a reunião que aconteceu em abril de 2022 no assentamento Bela Vista, novas mulheres estiveram presente com interesse em participar do grupo de mulheres e da nova organização como cooperativa. Dentre as oito mulheres que pretendem participar do grupo, destaco que três não são assentadas regulares da Reforma Agrária, ou seja, não constam como titulares dos lotes e, portanto, não possuem documento que comprovem a condição de assentadas. Um consultor representante do consórcio empreendedor entre SEBRAE, a Escola de Sociologia de São Paulo e a FGV (Fundação Getúlio Vargas) também esteve presente na reunião. Ele está acompanhando a AMCA para dar suporte na estruturação do estatuto e formalização da cooperativa. Na visão do técnico, as mulheres têm um grande potencial.

“Eu vejo que elas estão se estruturando, mas precisam se organizar para terem uma rotina de vendas, participar de feiras, criando um ritmo para a geração de trabalho e renda, porque esse é o objetivo, pensando coletivamente”. (Trecho da fala do técnico consultor do Sebrae presente na reunião com a AMCA em 11/04/2022).

No ano de 2022, a AMCA concorreu com outros grupos de mulheres empreendedoras em plenária temática de Mulheres para o Orçamento Participativo de Araraquara e foi contemplada com um prêmio no valor de 50 mil reais que será investido na implantação de uma padaria comunitária no Assentamento Bela Vista. A proposta recebeu 109 votos do total de 175 votos totais da plenária. O investimento será colocado no orçamento da prefeitura de 2023 para planejamento e execução do projeto.

3.5 OCS BELA VISTA: ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO ASSENTAMENTO BELA VISTA

A certificação participativa permite a inserção de agricultores no mercado de orgânico, possibilitando a venda direta, agregando valores aos produtos certificados, impactando positivamente na saúde, meio ambiente e na sociedade em geral através da discussão e participação dos consumidores no processo produtivo. Assessorar, incentivar e apoiar o cadastramento de agricultores em processo de transição agroecológica, através da formação de OCS (Organismo de Controle Social) é uma frente consolidada e continua do grupo de pesquisa NUPEDOR.

A OCS denominada Orgânicos Bela Vista, foi consolidada em outubro de 2016 no Assentamento Bela Vista do Chibarro. No início era formada por 10 agricultores, sendo 5 mulheres e 5 homens, além de 2 técnicos que acompanham a produção. A maioria do grupo eram beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e residiam no Assentamento Bela Vista do Chibarro, exceto o produtor de cogumelos, que não era assentado, mas produzia em propriedade particular dentro do sistema de agricultura familiar. (NEA, 2017).

Figura 15. Registro da primeira entrega das declarações de produtores orgânicos em frente a UNIARA antigo local da feira “Da roça para a mesa”.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. 2016.

No ano de 2020, período que exigiu uma verdadeira adequação das atividades desenvolvidas pelo grupo, foi mantido o acompanhamento aos agricultores da OCS, especialmente dando apoio para a comercialização na feira durante o período de pandemia que exigiu estratégias e novas formas de comunicação com os clientes.

A manutenção da OCS contou com encontros presenciais, participando de reuniões de controle social, obedecendo as medidas de segurança e restrições protocolares da COVID- 19 e também realizando assessorias on-line para diversas questões, de problemas relacionados à produção até relações burocráticas com o MAPA. São feitas visitas aos produtores participantes da OCS para verificar se os lotes estão em concordância com as normas de legislação, e a atualização é feita anualmente assegurando a atividade e manejo orgânico em seus lotes.

Os produtores desta OCS participam constantemente de cursos e capacitações voltados à produção agroecológica, estruturando as áreas de plantio, buscando minimizar ao máximo a dependência de insumos externos à propriedade.

Apesar das complexidades que envolvem a formação dessas organizações, os planos de manejo e os compromissos assumidos em reuniões pelos integrantes dos grupos como as anotações diárias sobre a produção possibilitam novas perspectivas e oportunidades de comercialização.

A OCS Bela Vista, construída de forma coletiva e participativa por dez agricultores, faz parte da Feira de Produtos Orgânicos e Artesanais: “da Roça para a Mesa” desde 2016, onde comercializam seus produtos orgânicos há mais de 6 anos. Durante esse período o quadro de produtores passou por diversas mudanças, e atualmente o grupo conta com 5 pessoas (duas mulheres e 3 homens), em quatro parcelas produtivas. Os únicos produtores que permanecem no grupo desde a criação em 2016 são o casal Lucilene e Toninho, que superaram as dificuldades da produção orgânica no cenário da monocultura e estão em fase de transição para a conversão da totalidade do lote, que antes era parcial, para o cultivo orgânico.

As duas mulheres desta OCS, Edna e Lucilene, foram entrevistadas e fazem parte deste estudo, sendo que a Edna compõe também a Associação AMCA e a Lucilene atua na horta orgânica e é a principal responsável pelo controle e anotações da OCS e também pelas vendas diretamente com os consumidores.

3.6 AS VIVÊNCIAS E OS PERFIS DAS MULHERES ENTREVISTADAS

Neste item são apresentados os perfis das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, onde pretendeu-se abranger as diferentes experiências, histórias de vida e áreas de atuação nos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre. A seguir é apresentado, de forma resumida, os perfis das mulheres (QUADRO 2).

Quadro 2. Resumo dos perfis das mulheres entrevistadas nesta pesquisa.

NOME	ASSENTAMENTO	IDADE	ESTADO CIVIL	ATIVIDADE PRINCIPAL	ÁREA
Jiseli	Monte Alegre	57	Casada	Empreendedora/agricultora	Panificação
Edna	Monte Alegre	49	Viúva	agricultora	hortifruti orgânicos (produção de mel/ ervas)
Léa	Monte Alegre	38	Casada	agricultora	SAF/ ervas
Elza	Monte Alegre	55	Casada	agricultora	panificação/ ervas
Vera	Monte Alegre	54	Casada	empreendedora/ agricultora	bar e lanchonete
Aline	Bela Vista	31	Casada	Empreendedora/agricultora	postos de saúde/ grãos
Zulmira	Bela Vista	67	Casada	agente comunitária/agricultora	secretaria de segurança alimentar de Araraquara
Silvani	Bela Vista	45	Divorciada	agente pública	Panificação
Elizete	Monte Alegre	62	Casada	empreendedora	hortifruti orgânicos
Lucilene	Bela Vista	47	Casada	agricultora	

Maria Rezadeira	Bela Vista	80	Viúva	agricultora	quintal/ grãos
D. Maria	Bela Vista	66	Separada	agricultora	hortifruti/ grãos/SAF

Fonte: Elaborado pela autora. 2023.

3.6.1 Jiseli

Jiseli Dias de Souza Santana, tem 57 anos, estudou até a 8ª série.

Figura 16. Foto de Jiseli no dia da visitação de consumidores ao lote dela no Monte Alegre.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

É residente há 15 anos no Assentamento Monte Alegre, no município de Araraquara – SP. Nasceu em um pequeno sítio de seu pai, na cidade de Utinga – BA. Sua mãe era a terceira esposa de seu pai, que já tinha 3 filhos com a primeira mulher, dois com a segunda, e com sua mãe teve mais 10 filhos (dois faleceram ainda crianças). Jiseli perdeu sua mãe quando tinha 10 anos, e seu pai 6 meses após a morte da mãe. Morou com a av , que logo adoeceu e de quem precisou cuidar aos 13 anos de idade. Cuidou também de dois irmãos menores, o outros foram morar com outras famílias. Casou aos 18 anos e aos 19 teve o primeiro filho. Morava e trabalhava no sítio fazendo farinha, cuidando da roça, plantando feijão e vendendo em feiras livres o que produzia no sítio.

Com 22 anos e três crianças pequenas resolveu buscar uma vida melhor em São Paulo, em contragosto aos seus sogros. Morou e trabalhou em fazendas na região de Motuca por 19 anos. Em 2006 comprou o lote no assentamento Monte Alegre e iniciou as atividades com planta o de cana, eucalipto, mandioca e hortaliças. Já no

assentamento participou, durante 11 anos, de uma associação de mulheres, a AMA, que trabalha com produtos ligados à panificação.

Atualmente tem seu próprio negócio em seu sítio, onde atende os clientes num contêiner servindo lanches, bolos, sucos, principalmente ciclistas que percorrem as trilhas do assentamento. Jiseli também vende seus produtos na feira orgânica de Araraquara “Da roça para a mesa” e faz parte da Rede de Mulheres RAMA-Girassóis com outras 21 mulheres que discutem alternativas de comercialização e formas de conquistar maior autonomia.

Jiseli, empreendedora, agricultora, feirante, dona de casa, esposa, mãe de três filhos e seis netos é mulher forte, calejada pela vida, que viu oportunidades nos desafios e sempre buscou pelo sonho de ter o seu próprio negócio, trabalhando no ramo da alimentação. Está sempre fazendo cursos e se especializando, e coloca o trabalho como responsável por sua felicidade, como destacado no trecho a seguir:

“Eu não me imaginaria sem trabalhar. Se eu não fizesse isso eu seria uma pessoa triste. Pra mim esse trabalho representa tudo, principalmente porque é na área da alimentação. Uma coisa que eu sempre quis na minha vida, que eu sempre foquei... Eu não sei se já comentei com você, mas no ano de 1996 eu ganhei um prêmio no programa da Ana Maria Braga, eu não fui no programa, fiquei em segundo lugar, quem ficou em primeiro que foi lá fazer, mas eu sempre tive o sonho de mexer com alimentação. Isso aqui é uma realização pra mim. Eu não me imagino sem fazer isso. As minhas filhas falam, “mãe, sossega um pouco...” Mas não seria eu se eu parar. É a realização de um sonho antigo, que agora estou conseguindo realizar” (Jiseli, entrevistada em 18/10/2021).

3.6.2 Edna

Edna Andrade Lacerda, tem 49 anos de idade e possui o 2º grau completo.

Figura 17. Foto de Edna na feira orgânica de Araraquara.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2019.

Edna é nascida em São Paulo, filha de nordestinos. Morou em Hortolândia, interior de São Paulo, quando seu pai foi convidado para uma reunião do MST. Ficaram acampados em Promissão na Fazenda Reunidas durante 2 anos e 7 meses, com outras 350 famílias. Eram famílias de várias regiões, mas predominavam os de Campinas. A fazenda era muito grande, antes destinada para criação de gado. Com a chegada das pessoas da região de Campinas, outras famílias de perto da fazenda, da região de Promissão começaram a acampar no local também, ocupando as mesmas terras. Quando ocorreu a divisão de terras pela Reforma Agrária, foi dada preferência para as famílias da região de Promissão, e as famílias que vieram de Campinas foram realocados para o Assentamento Bela Vista, em Araraquara – SP.

Edna morou com sua mãe até 2005, quando se casou e foi morar com seu esposo no lote de sua sogra, D. Virgilina, no mesmo assentamento. Após o falecimento de seu esposo, é Edna quem administra, produz e cuida do lote. Há mais de 30 anos no assentamento Bela Vista, Edna se mantém no lote somente com a sua filha, Dandara, de 13 anos.

O lote 92 possui aproximadamente 16 hectares de área e foi adquirido pela senhora Virgilina que também ficou acampada desde a fundação do assentamento, em 1989. A propriedade não possui acesso à água, por isso as culturas encontradas são

geralmente os grãos, soja e milho, e outros alimentos que não são tão exigentes em água, como abóbora e mandioca. Também existem muitas frutíferas na produção de quintal, ao redor da casa, como manga, limão, laranja, fruta do conde, jaca, goiaba, abacate, banana, acerola.

A agricultora participou durante 1 ano da capacitação realizada na Contag em Brasília - DF para atuar no sindicato, e hoje é a representante no Sindicato da Agricultura Familiar da região de Araraquara.

Edna participa da Associação de mulheres da luta camponesa de Araraquara e região – AMCA, há 4 anos, e foi uma das fundadoras que buscou organizar agricultoras com o objetivo comum de empoderamento dessas mulheres.

“A AMCA surgiu pelo sofrimento do dia a dia, por querer novos horizontes, por acreditarmos em nós mesmas, por poder sonhar com o que que a gente poderia juntas sermos capazes de fazer” (Edna, entrevistada em 23/10/2021).

Ela também faz parte da OCS Produtores Orgânicos Bela Vista desde 2018, participando de feiras e entregas de cestas de produtos orgânicos produzidos de forma coletiva no lote de sua mãe, por não ter acesso a água em sua propriedade.

Edna é uma mulher que se destaca na sua fala, pois apresenta facilidade em expor suas ideias e orgulho em contar a sua história de vida. Apesar das dificuldades encontradas, é uma agricultora determinada, que não tira o sorriso do rosto, e está sempre em busca de novos saberes, se lançando em cada oportunidade de aprendizado, tomando iniciativa para começar algo novo.

3.6.3 Léa

Léa Ricardo de Oliveira, tem 38 anos de idade e possui ensino superior incompleto.

Figura 18. Foto de Léa na feira do empreendedor rural do Sebrae em São Paulo.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Léa nasceu e viveu a maior parte de sua vida na área urbana de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. Léa começou desde muito nova a se interessar por cursos e novos aprendizados. Aos 12 anos iniciou o curso de informática, auxiliar de escritório e de telemarketing aos 16. Trabalhou como frentista, caixa, telefonista, estagiária na prefeitura de Uberlândia, até surgir a oportunidade de sair do país e conhecer a Europa. Morou em Portugal por 4 anos, como imigrante ilegal, com os sobrinhos que tinham idades próximas a ela. Na Europa trabalhou como caixa, operária em fábrica de embutidos, guarda-volumes numa discoteca e atendente em café. Nesse período aprendeu o castelhano e um pouco de inglês.

Voltou em agosto de 2010, 27 anos e em julho de 2011 se casou. Já morava em Araraquara há 6 meses e trabalhava na fábrica Lupo. Financiaram uma casa em Araraquara e moraram lá até o esposo, Natanael, se formar em engenharia agrônoma. Léa fez mecatrônica no industrial à noite. Teve seu primeiro filho, Bryan. Quando ele estava com 5 meses ganhou seu segundo filho (enteado) com 9 anos. A criança havia perdido a mãe. Léa terminou o curso de mecatrônica levando-os pra escola com ela.

Quando nasceu o segundo filho biológico, Leonardo, Léa quis voltar para Uberlândia, para perto da mãe dela. Depois de um ano voltaram para Araraquara e resolveram viver no sítio que era da mãe de Natanael, no Assentamento Monte Alegre,

pois resolveram que seria melhor para as crianças. Viveram no lote da sogra de Léa e há dois anos adquiriram o próprio lote, ao lado do lote em que já viviam.

Atualmente ela cuida dos filhos, da casa e dos pequenos animais, além da criação de abelhas que iniciou no ano de 2021, enquanto o marido trabalha como tratorista e faz serviços de pedreiro na entressafra. Eles também plantam soja e milho no lote, o que complementa a renda da família.

A primeira reunião da Rede de Mulheres RAMA-Girassóis foi na casa da Léa, que recebeu todas com uma mesa farta de comida, cheia de ideias e experiências para trocar com as outras mulheres.

A partir da participação na Rede de Mulheres, Léa iniciou sua criação de abelhas sem ferrão, produzindo mel e subprodutos, participando de feiras e eventos onde comercializa esses produtos, além das vendas on-line sob encomenda. Léa também participa do grupo Mega Cheiro com a produção de ervas e alimentos desidratados.

Em dezembro de 2022 Léa começou a trabalhar num pesqueiro do assentamento como operadora de caixa com o intuito de conseguir o recurso necessário para construção de uma “casa do mel” no lote dela, uma cozinha no padrão exigido pela vigilância sanitária para que possam manipular os alimentos e adquirir o Selo de Inspeção Municipal para comercializar em outros estabelecimentos.

Desde a primeira participação de Léa com o grupo de mulheres ela se mostrou muito interessada em participar das atividades coletivas, sempre disposta a colaborar e a realizar novos projetos.

“Tô na fase buscando conhecimento pra tomar as melhores decisões. Mas falta o capital também. Quero ter bons clientes, saber comprar e vender, saber provisionar as tendências do mercado interno e externo. E em grupo isso fica mais fácil. Tendo bons produtos e bons clientes, fazendo parte de um grupo que trabalha com o mesmo propósito, a autonomia é consequência. Autonomia significa ter a opção de buscar fazer por conta própria” (Léa, entrevistada em 14/09/2021).

3.6.4 Elza

Maria Elza Oliveira Santos Ribeiro tem 55 anos de idade e possui o ensino médio completo.

Figura 19. Foto de Elza no reconhecimento do espaço produtivo de Jiseli.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Filha e neta de agricultores, casada e moradora do assentamento Monte Alegre há 7 anos. Nasceu em Serrolândia, interior da Bahia. Migrou por um curto tempo para a capital do Estado por conta dos estudos, para concluir o ensino médio. Tinha a intenção de continuar estudando no ensino superior, mas as condições financeiras a impediram de seguir com esse propósito e precisou voltar para o interior.

“...na época faculdade era coisa de rico... não sei se você alcançou, mas quando um jovem, sim porque também era característica dos universitários da época ser jovem, enfim, quando um jovem passava no vestibular era motivo de festa resumindo não tive muita oportunidade na cidade grande. Concluí o ensino médio, e parei. Não era tão acessível”.

Segundo Elza, os pais e avós cultivavam mandioca, milho, feijão, fumo, melancia, batata doce, aipim e muitas outras coisas. A grande diferença era com relação ao clima e às colheitas abundantes: plantava com a certeza de colher.

“No início do ano plantavam o milho pra colher no São João e colhia em abundância. O plantio de melancia fazia gosto, dava tanta melancia q faltava lugar pra guardar a colheita.

Tinha um monte dentro de casa e a gente ia consumindo, e dando também para os porcos, para as galinhas, para o gado...era muito bom!”

A agricultora contou sobre as tarefas da roça, na época em que morava com seus pais na Bahia. Durante a colheita da mandioca todos da casa trabalhavam, os pais e os

10 irmãos de Elza porque tinham muito trabalho desde arrancar as mandiocas, levar para casa de farinha, raspar e ralar até o processo de formar a farinha. Uma quantia era estocada para consumo da família e o restante era vendido. Outros produtos também foram citados por ela, como tapioca e beiju, produtos utilizados também para autoconsumo e comercialização.

A chegada ao Assentamento Monte Alegre se deu em 2015 por intermédio de conterrâneos de Elza que participaram da formação do Monte Alegre.

Foi um pouco inusitado ... A família do meu esposo nasceu na mesma região que eu, nossos pais se conheciam, mas quando saíram de lá eu era adolescente de maneira que não nos conhecemos antes. Em 2013 um tio dele foi pra Bahia chamou ele pra ir, mas ele não quis e brincou: - “traz uma mulher pra mim”. O tio levou a sério... que confusão hein, Lari?! Resumindo ele me ligou, nos conhecemos virtualmente, no final do mesmo ano estive aqui com meu pai. Em março de 2015 nos casamos. Aqui estou eu.

Elza é uma mulher muito interessada e tem um carinho enorme pela produção de quintal, especialmente sobre a produção orgânica. Não tem muitos cursos sobre o tema, mas suas práticas e conhecimentos tradicionais vão de encontro aos princípios da Agroecologia.

A agricultora está sempre em busca de conhecimentos relacionados à agroecologia e, em junho de 2022 Elza participou de uma vivência de três dias no Sítio Agroflorestal, em Terra Roxa, região de Ribeirão Preto – SP. Quando retornou estava cheia de planos para a reorganização do lote nos moldes agroflorestais. Elza conversou com seu esposo sobre suas ideias de ampliar a área sob sua responsabilidade para além do entorno da casa. A princípio ele não deu muita importância e nem credibilidade ao que Elza dizia. Aos poucos Elza foi organizando suas plantas, conquistando mais espaço para produzir ecologicamente e, principalmente, convencendo seu companheiro de que seus projetos eram promissores.

Elza nunca havia participado de nenhum tipo de organização, sendo a RAMAS-Girassóis sua primeira experiência em um grupo. Em seu depoimento, durante uma das inúmeras visitas em sua propriedade, Elza falou sobre a importância da rede de mulheres em sua vida.

“Na minha cabeça mudou tudo, mas pra melhor! Para começar, o meu marido já está na minha. Eu falo as coisas e ele ouve, presta atenção”. (Elza)

3.6.5 Vera

Vera Lúcia dos Santos Pereira tem 54 anos de idade, possui ensino médio completo, é moradora do Assentamento Monte Alegre IV.

Figura 6. Foto de Vera na entrega do prêmio mulher empreendedora do Sebrae em Araraquara.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Nascida no Estado do Paraná, onde viveu com seus pais que eram agricultores familiares, mas abandonaram o campo para proporcionar melhor qualidade de estudos à Vera e seu irmão. Chegou no assentamento há 23 anos, vinda de Cuiabá-MT para tratamento médico em Ribeirão Preto - SP, quando conheceu seu atual esposo que é assentado há 35 anos. Casada há 22 anos, no segundo casamento, com quem tem dois filhos: Maria Antônia de 20 anos, técnica em enfermagem, que reside com Vera no Monte Alegre, e um filho de 35 anos que mora em Cuiabá e trabalha como produtor de imagem e som. Seu marido apresenta diversos problemas de saúde e precisa dos cuidados de Vera no dia-a-dia.

Vera trabalhou durante 17 anos como vendedora numa loja de produtos infantis, mas permaneceu outros 17 anos afastada pelo INSS por problemas de saúde, até sair sua aposentadoria por invalidez, e recebe 1 (um) salário mínimo por mês. Vera também apresenta diversos problemas de saúde, o que dificulta um maior empenho nos trabalhos do lote.

Mesmo impossibilitada de trabalhar, Vera está sempre envolvida em atividades e cursos, em busca de alternativas para complementar a renda da aposentadoria. Já participou da feira do produtor Rural do SENAR em Araraquara, da Feira de Orgânicos organizada pelo NUPEDOR e faz parte do grupo de Turismo Rural Monte Alegre, com a marca “Caseirices da Vera”, produzindo quitutes e produtos de panificação. Faz parte da RAMAS Girassóis, onde ela está mais atuante no momento e tem como expectativa alcançar crescimento pessoal e desenvolvimento coletivo.

O maior problema no assentamento Monte Alegre, indicado por Vera, é o deslocamento e o escoamento produção, pois nem todas possuem o próprio transporte, mesmo problema indicado por Zete. Antes utilizavam a linha de ônibus que fazia o trajeto de Araraquara e Matão, mas está desativada.

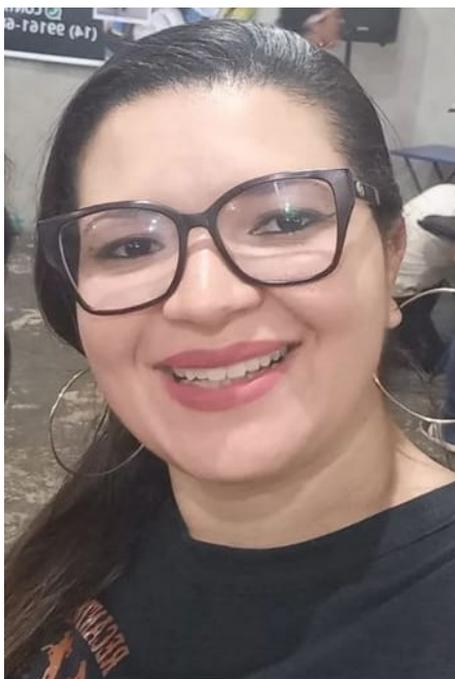
“...antes podíamos comercializar nossos produtos e também podíamos trazer alguns insumos que precisamos até para confeccionar nossos produtos”.

Por outro lado, citou a Internet como primordial para auxiliar no processo de compra de insumos e das vendas dos produtos.

3.6.6 Aline

Aline Aparecida Gomes, 33 anos, ensino médio completo, é moradora do Assentamento Bela Vista do Chibarro.

Figura 21. Foto de Aline no seu estabelecimento comercial, Bar da Trilha.



Fonte: Arquivo enviado pela participante da pesquisa. 2022.

Aline é moradora do assentamento Bela Vista há 19 anos, agricultora e empreendedora, casada e mãe de um menino, Francisco, de 7 anos. Francisco demonstra muito amor pelo lugar que nasceu, vive em meio aos cavalos, frequenta a escola do assentamento e diz que não quer morar em outro lugar. Aline é filha de assentados e seus pais moram num sítio próximo ao dela, no chamado “Chibarro”. Chibarro faz parte do assentamento Bela Vista, mas fica localizado bem distante da agrovila, na saída do assentamento e próximo a Usina Raízen. O acesso ao Chibarro sempre foi mais difícil, as estradas são mais precárias, especialmente em época de chuva.

A assentada chegou no Bela Vista em 2003, quando seu pai, Sr. Cícero, conseguiu um lote na área do Chibarro e teve a situação regularizada junto ao INCRA dois anos depois, em 2005. Nessa época a família teve acesso à créditos, o que facilitou o trabalho produtivo no lote. Trabalhavam com engorda de gado, mas sempre tiveram hortas e pequenos animais como suínos e aves.

Aline lembrou que, desde pequenos, quando moravam em Ibaté numa pequena área cedida pela prefeitura da cidade, seus pais criavam algumas cabeças de gado e plantavam muito quiabo e milho. A família morava neste local em troca de cuidados e vigilância, como caseiros. Em uma mudança de mandato de prefeito o acordo foi cancelado e eles se mudaram para o assentamento de Araraquara. O pai de Aline procurou os antigos donos de um lote que estava abandonado, sem ninguém residindo,

e pagou pelas benfeitorias do lote. Logo iniciaram plantio de mandioca, batata, demonstrando que eram uma família de agricultores e que tinham o perfil para assumirem o lote. Nessa época Aline estava com 13 anos de idade.

Em 2007 Aline se casou com José, filho de assentados também do Bela Vista, que vieram com o grupo de Promissão para o assentamento em 1989. Em 2009 houve despejos em lotes improdutivos. Os sogros de Aline, que eram idosos e não tinham condições de manter a propriedade produtiva, receberam um aviso do INCRA com a condição mantê-los como titulares somente se dividissem o lote com algum filho. Dessa forma, para não serem despejados, Aline e José assumiram a outra metade do lote, com cerca de 8 hectares. Segundo ela, nessa época não receberam nenhum tipo de assistência, mesmo assinando o pedido para acessarem os créditos, mas ficaram mais de um ano esperando para receberem o recurso de investimento do lote. A única renda era o auxílio doença do pai de José. Por falta de apoio para produzir, José começou a trabalhar na ferrovia como maquinista, em 2010, permanecendo registrado até os dias de hoje. Atualmente residem no lote Aline (31 anos), José Aparecido (37 anos) e Francisco, (9 anos) filho do casal, e a mãe de José mora na casa pertencente à outra metade do lote.

Aline sempre foi muito interessada em participar dos cursos e reuniões, buscava informações e demonstrava muita vontade em continuar vivendo no lote. Já disponibilizou uma área de seu lote para um curso de tomate orgânico e instalou um Sistema Agroflorestal em parceria com o Projeto “Plantando Águas”.

Ela é cooperada da COOBELA (Cooperativa do Assentamento Bela Vista) e participa da associação de mulheres camponesas em ação – AMCA. Participou também ativamente do grupo de mulheres do Fuxico, expondo os trabalhos em locais como Sesc e em feiras.

A produção dos lotes da Aline e da sua sogra são planejados em conjunto. A maior área está com cana-de-açúcar e milho alternado com soja, plantados por conta própria. Vendem a cana para uma usina de São José do Rio Preto que recebe a cana inteira; a Raízen só compra cana picada porque os maquinários não entram no lote devido ao relevo declivoso. De acordo com Aline, mesmo sendo longe, é mais vantajoso levar a cana até Rio Preto. Um grupo de assentados do Bela Vista, conhecidos como “os Brancos” por conta do sobrenome (Branco), realizaram os serviços de plantio e de colheita da cana. Antes da pandemia, Aline e sua sogra entregaram hortaliças no PAA,

mas com o projeto de um bar no lote tomando forma e exigindo cada vez mais do tempo de Aline, ela não teve condições de manter a produção e parou as entregas que aconteciam via cooperativa.

O “Bar da Trilha” que foi criado há 1 ano e meio, teve uma visibilidade e um aumento de visitantes em um pequeno período de tempo, o que exigiu muito trabalho, especialmente da Aline, pois José trabalha na usina e auxilia pouco no bar, somente nas horas vagas. Para o atendimento nos horários de maior movimento Aline contrata duas moças do assentamento, pagando diárias.

Os frequentadores do local são, em grande maioria, motociclistas de trilhas e ciclistas que passam por ali nos finais de semana.

Com o sucesso do bar, Aline buscou melhorar a estrutura para atender seus clientes. Enfatiza que é um bar familiar e uma das primeiras obras foi o parquinho para as crianças com brinquedos como balanços e gangorras. A construção de uma cozinha melhor estruturada, seguindo as normas da vigilância sanitária, também está em andamento para viabilizar o preparo de outros alimentos. Uma horta orgânica também será reestruturada para que os produtos sejam utilizados nas receitas preparadas no bar.

Outro importante projeto que Aline pretende investir nos próximos anos é a construção de um galpão para realização de cursos e capacitações voltados à produção agroecológica, especialmente envolvendo os jovens do assentamento.

3.6.7 Zulmira

Zulmira Simões do Santos, 67 anos, tem o ensino médio completo. Nascida em Aguaí, cidade onde nasceram seus pais que também eram agricultores e onde se casou e teve seus filhos até se mudar para o acampamento de Promissão – SP. Permaneceram acampados de 1987 a 1990, de onde vieram para o assentamento Bela Vista com outras 28 famílias. Mãe de 4 filhos, avó de 6 netos. Casada com Joaquim, ambos aposentados.

Figura 22. Foto de D. Zulmira na roça de sorgo em seu lote.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Assentados há 32 anos, residem no lote Zulmira, Joaquim, o filho Alexandre com a esposa, e o irmão de Joaquim que sofreu um AVC e precisa de cuidados especiais.

Durante um dos encontros com Zulmira, ela contou sobre essa fase de acampamento e luta pela terra muito emocionada ao buscar as recordações da época:

“Lá no início foi bem legal, não foi nada programado. Um dia eu estava colhendo berinjelas no sítio em Aguaí, e os nossos vizinhos pediram uma carona ao Joaquim para levá-los até Campinas dizendo que tinha um negócio bom pra nós lá. - Nós vamos pegar umas terras, é terra de reforma agrária, vamos lá com a gente! Aí eu falei, pode ir, vamos aventurar!

A única coisa que eu tinha na cabeça era que eu não queria envelhecer sem ter minha aposentadoria e sem ter minha casinha pra morar, mas de preferência uma terra, né, eu amo a terra! Isso foi em novembro de 1987. E eu falei, pode ir, e eu fico com as crianças colhendo berinjela e tomate e você vai pro acampamento...São histórias gostosas... sofridas, mas gostosas, com final positivo. No fundo vale a pena lutar” - nesse momento D. Zulmira se emociona e faz uma pausa.

Em outro trecho Zulmira fala dos confrontos que ocorreram ao chegar no Bela Vista e das dificuldades encontradas no início do assentamento:

“...Quando viemos do acampamento para cá quiseram colocar fogo no nosso caminhão, o pessoal que estava aqui, que não queriam nos deixar entrar porque queriam colocar outro pessoal. Mas nós viemos com ordem do INCRA, e o INCRA tinha falado pra nós que

toda casa da vila que estivesse vazia era para a gente estourar as janelas e entrar. A minha casa eu peguei só o esqueleto dela, mas eu peguei. Aí foram demarcando os lotes e nós viemos parar aqui em cima. Eu não me importava com a distância, mas queria um lote com água, porque a gente podia desenvolver melhor o nosso trabalho se tivéssemos água. Tinha uma represinha lá no fundo. A terra boa a gente já tinha, então ficamos.”

A agricultora conta que foi necessário destocar todo o lote e que perfuraram por três vezes para encontrar água e fazer o poço cacimba. Também foram construídos ao todo três barracos até conseguirem construir uma casa de alvenaria, que é a que a família reside atualmente.

No início não tínhamos acesso a nenhum crédito. Eu cortava cana, o pagamento de uma quinzena para comer e outra para comprar óleo diesel para usar no trator velho. Nós destocamos um pedaço de terra no enxadão, eu meu marido e o filho mais velho, o Alexandre. Meu marido ficou no lote e eu trabalhando nas safras de cana.

Naquela época meu sonho era ter poço artesiano, ver tudo eletrificado, escola, então cheguei sonhando mesmo. A pena que eu sinto nesse lote é de não ter água suficiente para fazer a irrigação à vontade, mas graças à Deus é um lote que produz muito bem.

A família iniciou o trabalho no lote com muitos desafios, mas com as primeiras safras de milho e arroz puderam estruturar melhor a produção e diversificar entre os plantios e a criação de animais.

“Meu compadre deu semente de milho e de arroz para nós para plantar. Colhemos 303 volumes de arroz e vendemos para a beneficiadora de arroz daqui da cidade. De lá pra cá nunca mais passamos falta de alguma coisa, sempre tínhamos para comer e para doar. Aí começamos com galinha, porco, vaca. A primeira vaca trocamos por 60 sacas de arroz. Plantamos 5 mil pés de café. Tínhamos muita fartura!”

Zulmira contou que depois de alguns anos, eles conseguiram acessar alguns créditos como o Fomento e o Habitação. Durante a construção da casa ela e as crianças permaneceram na casa da agrovila e, somente em 2011 conseguiram cobrir com telhado a casa que residem hoje. Em 2018 tinham criação de gado e a plantação de café, mas com o problema do nematóide perdem todas as plantas e acabaram vendendo os animais na mesma época. Atualmente o lote está quase todo destinado ao plantio de monoculturas alternando entre culturas como a soja, o sorgo e o milho. A diversidade de plantas é encontrada no quintal, com muitas frutíferas, ervas medicinais e plantas

ornamentais cuidadas por Zulmira, além da criação de galinhas voltadas para o autoconsumo.

Tenho minhas plantinhas aqui pra consumo, mas quero refazer uma horta boa. A gente usa bastante as ervas e os chás. Quero reorganizar esse espaço, pelo menos pra consumo. A mandioca a gente sempre tem. O consumo aqui em casa é grande. Café até pouco tempo era só o produzido aqui. Frango a gente sempre tem também, não tem gasto com essas coisas. Quando a gente chegou aqui não tinha nada de árvores, era só capim colônia.

Quando questionada sobre a responsabilidade das decisões da família em relação à produção, Zulmira abaixou o tom de voz indicando com a mão que era ela a responsável. Esse gesto se repetiu algumas vezes durante uma das conversas com a entrevistada, com o intuito de evitar que seu marido escutasse o que ela estava dizendo. Ela disse que o filho mais velho, que permanece no lote trabalhando, também participa das decisões sobre a produção. Sobre as decisões em relação à renda familiar, disse que são decididas em conjunto, entre todos da família.

Dos quatro filhos de Zulmira e Joaquim, somente o mais velho permaneceu no lote. Uma das filhas também trabalha no posto de saúde do assentamento como agente comunitária e é titular de um lote, os outros dois filhos estão em situação irregular em outros lotes aguardando a regularização.

“A Silvia que veio pra cá agora, está num lote para ser regularizada, vai trabalhar no lote e participar da nossa cooperativa de mulheres”.

A participação de Zulmira na comunidade acontece, além dos postos de lideranças, se apresentando como membro da associação de mulheres AMCA e da cooperativa COOBELA. Esta última abrange grande parte dos assentados do Bela Vista.

D. Zulmira, mulher guerreira, agricultora, trabalhadora, liderança que luta pela comunidade, está sempre com um sorriso no rosto, apesar de expressar em seus olhos as tristezas que leva consigo e que pudemos identificar durante a nossas conversas, tão cheia de emoções e lembranças.

3.6.8 Silvani

Silvani Silva, 45 anos. Liderança do assentamento Bela Vista, coordenadora de Segurança Alimentar da Prefeitura de Araraquara. Formada em Pedagogia da Terra pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR e Mestre em Desenvolvimento

Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara – UNIARA. Divorciada, mãe de 2 filhos: Isadora (16 anos) e Raul (13 anos), estudantes, residentes na agrovila do Bela Vista.

Figura 23. Foto da entrevistada Silvani Silva.



Fonte: Arquivo fornecido pela entrevistada. 2022.

Nasceu no Paraná onde viveu até os 6 anos. Filha de pais agricultores, (pai analfabeto e mãe com pouca escolaridade) se mudaram para Limeira em busca de melhor qualidade de vida na cidade. Trabalharam como boias-frias e permaneceram em Limeira até Silvani completar 15 anos de idade. De Limeira vieram para o Assentamento Bela Vista do Chibarro e foram homologados em 1992, onde residem até hoje.

Ao contar sobre o início de sua trajetória na política, Silvani lembra que desde pequena já participava das atividades do movimento de agricultores, como no trecho a seguir:

“Nesse percurso, aos 9 anos, eu lembro que já ajudava muito meu pai pelo MST, onde ele ajudou a organizar uma turma de boias-frias em Limeira na luta pela terra e eu o ajudava nesse sentido porque ele não sabia ler nem escrever. Eu escrevia e preenchia os formulários pra ele. Aí é onde começa a minha militância, por influência do meu pai”.

No Bela Vista Silvani não foi aceita pelas lideranças da época, como Zulmira e Adiel. Segundo ela, os pioneiros não entendiam a juventude e não a deixava trabalhar, numa disputa política. Por esse motivo, em 1998 Silvani foi morar na cidade por não

entender o motivo das lideranças não permitirem o trabalho dos jovens. Voltou para o assentamento em 2006, já adulta, com outra perspectiva para fazer o enfrentamento com as lideranças. De certa forma, até hoje existe um incômodo, como Silvani diz:

“E eles também estavam mais envelhecidos quando eu voltei. A mesma rispidez que eles tinham eu encontro ainda, é que a forma de luta é diferente. Eles pensam: não vou espantar essa daqui, porque dessa vez ela não vai embora de novo”.

Na cidade, Silvani trabalhou, constituiu família e teve a oportunidade de fazer o curso de Pedagogia da Terra, na UFSCAR. O curso, que era ligado aos movimentos sociais, foi para ela um resgate. Após passar por um processo depressivo, Silvani retoma sua própria essência, ainda com muitos obstáculos.

“Eu falo que o assentamento tem pra mim essa questão de resgate. E eu começo de novo com os enfrentamentos, não mais como a jovem insegura. Eu sei o que eu quero. Lógico que não é tão simples, tem um efeito, machuca porque é um enfrentamento muito pesado também porque eu sou uma mulher. Eu penso que se fosse um homem seria muito mais fácil, uma liderança masculina no assentamento meus caminhos seriam muito mais tranquilos. Não são”.

Dentre as atuações profissionais, além de professora, Silvani ocupou a função de coordenadora executiva da Agricultura na prefeitura de Araraquara (2017-2020) e atualmente está como coordenadora da Segurança Alimentar do município. Portanto, nos últimos anos, Silvani tem trabalhado na cidade, mas retorna para o assentamento diariamente.

Quando questionada sobre o motivo de permanecer no assentamento, diante de tantas dificuldades, Silvani aponta a qualidade de vida, o baixo custo de vida e a educação de qualidade para os filhos como principais pontos, e destacou a importância da permanência pela militância da reforma agrária.

Na minha pequenez eu acho que posso ainda, dentro das minhas possibilidades, defender a reforma agrária. Enquanto eu conseguir eu vou estar ali, como exemplo, junto com a minha família, para dizer que somos um caso de sucesso e que a reforma agrária dá certo. Porque foi a reforma agrária que fez a Silvani, e não o contrário. A Silvani é fruto da reforma agrária, das políticas sociais. E como eu posso fazer com que as outras pessoas cheguem também onde almejam? Eu preciso continuar fazendo o que eu tenho que fazer. Eu tenho essa dívida de gratidão. É um lugar que não é à toa que chama Bela Vista. Esses dias eu ouvi uma frase de

uma pessoa que disse que o Bela Vista era um lugar abençoado por Deus e esquecido pelos homens. Eu acho também, porque até as ruínas do Bela Vista são bonitas. (Silvani)

3.6.9 Elizete (“Zete”)

Elizete Cordeiro dos Santos, aposentada, 62 anos, estudou até a 5ª série.

Figura 24. Foto da entrevistada Elizete.



Fonte: Arquivo fornecido pela entrevistada. 2022.

Nascida em Santa Durvalina, Estado de São Paulo, mas criada no interior do Paraná, em Alto Pequiri. Parou de estudar devido a mudança de cidades no Paraná, que, segundo ela, impossibilitou às idas para a escola porque era uma distância muito grande de onde ela morava. Elizete é de família grande, de dez irmãos que sempre moraram em sítios, e sempre foram muito unidos.

Tenho 10 irmãos, todos meninos de bem, sempre que pudemos um ajudou o outro no que precisa. Meus pais, fui criada no sítio por eles, sempre com bastante fartura, graças à Deus.

De Alto Pequiri, Elizete mudou-se com o marido para Matão, em 1988, quando seus pais também se mudaram para o Estado de São Paulo. Eles permaneceram em Matão por 10 anos. Ela trabalhou todo o período que permaneceu em Matão em uma agroindústria do município. Foi quando surgiu a oportunidade de adquirir terras no Assentamento Monte Alegre, em uma reunião que o marido participou com o Itesp.

Zete abriu mão do trabalho registrado na cidade e de benefícios como convênio médico e vale alimentação para voltar para o campo.

Eu vinha só de final de semana porque ainda estava trabalhando lá na Fisher. Mas eles exigiam que a gente ficasse no lote, então eu pedi para me mandarem embora, meu encarregado foi muito bom, mesmo eu pedindo para sair ele me mandou embora. E eu recebi todos os acertos e o seguro desemprego, foi o que ajudou aqui no sítio.

O prazo para assumirem o lote era muito curto, e foi preciso improvisar a moradia até a construção dos cômodos da casa.

...Deram 1 mês de prazo para a gente vir aqui para o assentamento. Aí meu marido veio, fizemos um ranchinho de lata e viemos para cá. A gente ganhou um pouco de material e eu comprei mais um pouco e a gente fez 3 cômodos, a cozinha, dois quartos e um banheiro, porque eu tinha meu filho também que morava aqui comigo.

Elizete conta sobre o começo da vida no assentamento Monte Alegre e das dificuldades enfrentadas pela família. O seguro desemprego de Zete manteve a família por alguns meses e, quando o recurso acabou, ela viu no grupo de mulheres a oportunidade de trabalho e renda.

Quando a gente veio pra cá, em 1988, não tinha luz, não tinha água, já tinha um poço meio cavado e a gente terminou de cavar ele e fizemos o poço. Ficamos sem luz por 1 ano. No começo estava difícil porque a gente plantava, mas não tinha venda, as feiras como tem hoje em dia, era muito difícil. Então enquanto tinha o seguro desemprego a gente foi vivendo aqui com os filhos. Enquanto tinha o seguro desemprego a gente ficava tranquilo, mas quando acabou a gente pensou: “como a gente vai fazer?”. Foi aí que a gente procurou o grupo, começamos a nos reunir, eram mais de 20 mulheres antes da formalização da AMA.

Zete participa da associação de mulheres desde a sua criação e permanece até hoje como uma das representantes do grupo e também responsável pela organização, produção e gestão da padaria da AMA no assentamento Monte Alegre, a “Padoka”.

3.6.10 Lucilene

Figura 25. Lucilene na feira “da roça para a mesa”.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Lucilene Amorim Barros de Almeida, 47 anos, agricultora, casada com Toninho, de 53 anos, beneficiários do assentamento Bela Vista do Chibarro, no município de Araraquara, Estado de São Paulo. Há 15 anos o lote com área de 16 hectares, foi dividido entre Toninho e seu pai, ficando com parcelas de 8 hectares cada um. O casal tem duas filhas, a mais velha de 28 anos mora na cidade; foi embora em busca de outra profissão e para dar sequência em seus estudos. A menor, de 11 anos, reside no lote.

A principal atividade realizada na propriedade é o cultivo de hortaliças, possuindo também o plantio de frutas, eucalipto e criação de galinhas caipiras. Nesses 15 anos o lote já teve sistemas distintos de produção, como o plantio de hortaliças em modo convencional, em estufas, canteiros com manejo orgânico e, mais recentemente, uma agrofloresta foi implantada. Eles começaram a produção orgânica em uma pequena parcela e foram ampliando conforme se capacitavam e se adequavam às regras desse modo de produção. Anteriormente essa parcela era uma área em pousio, e foi Toninho quem resolveu iniciar uma produção orgânica no local. Segundo ela, o lote está em seu nome, mas quem administra é seu marido.

Os produtos oriundos do lote são manejados sem o uso de agrotóxicos,

utilizando os métodos orientados conforme a lei de orgânicos. Há 6 anos foi criada a OCS Orgânicos Bela Vista e esses produtos foram cadastrados como orgânicos através do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A comercialização é feita em entregas no PAA municipal³, e principalmente através das feiras de Araraquara. O casal participa de três feiras durante a semana, sendo que os produtos orgânicos são oferecidos somente na feira de terça-feira, organizada pelo NUPEDOR/UNIARA. Nas demais feiras eles podem comprar produtos não orgânicos de outros produtores para aumentar a diversidade e a oferta dos produtos. Lucilene acompanha Toninho nas feiras de terça-feira e de sábado. A outra ele vai sozinho, enquanto ela fica no lote cuidando da horta ou colhendo para a feira do dia seguinte.

Nesse processo de transição agroecológica, os modos convencionais de produção foram substituídos pelo sistema de manejo orgânico na totalidade do lote. Com a participação dos agricultores na feira orgânica de Araraquara, a demanda por esses produtos permanece crescente e eles relatam que a maior dificuldade é a falta de mão de obra para conseguirem expandir a produção.

Entre as mulheres entrevistadas neste trabalho, Lucilene se destaca pelo seu importante papel na mão de obra da produção, na gestão da OCS e na comercialização; mesmo o nome do seu marido sendo o mais relacionado ao lote nos ambientes sociais (nas feiras, na comunidade). A figura de Toninho é a que mais aparece por ele estar à frente da comercialização e por sua participação frequente em reuniões e eventos, mas Lucilene é a principal responsável pelos produtos orgânicos comercializados por eles, além de seu importante papel nos cuidados do lar e da família.

³ Araraquara tem executado o PAA anualmente desde 2014. A seleção dos produtores para as entregas do PAA no município é feita através de um cadastro na Secretaria da Agricultura e Abastecimento do município e apresentação de documentos que comprovem a produção advinda da agricultura familiar.

3.6.11 Maria Rezadeira

Maria Rodrigues da Costa, de 80 anos, é agricultora, viúva, reside há mais de 30 anos no Bela Vista do Chibarro, desde a época de acampamento, indicada por outras assentadas como uma das lideranças do assentamento.

Figura 26. Registro fotográfico feito entre a pesquisadora e a entrevistada, D. Maria, durante visita no lote do Bela Vista do Chibarro.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

D. Maria Rezadeira, como é conhecida por todos, é mãe de nove filhos, mas somente três residem no assentamento. A filha Francisca reside na agrovila do Bela Vista, mas não possui lote. Já Sebastião passou pela seleção e é beneficiário no mesmo assentamento. O lote de D. Maria Rezadeira, que antes possuía cerca de 16 hectares, foi dividido entre ela e um de seus filhos, Gilmar, o filho mais velho, que reside na outra metade do lote, mas a produção é feita em conjunto com D. Maria.

O lote de D. Maria Rezadeira possui aproximadamente 8 hectares com produção diversificada de frutas como limão, tangerina, banana, manga, abacate, jaca, jabuticaba, acerola, uma pequena horta, abóbora, mandioca, feijão, cana para o trato dos animais, uma parcela de eucalipto e criação de gado, suínos e galinhas caipiras. O cultivo de temperos e ervas medicinais é citado com muito orgulho pela agricultora, que

apresentou cada planta pelo nome, explicando os principais métodos de preparo e as suas finalidades.

O restante do lote, relacionado à parte de Gilmar, está todo ocupado com o plantio de monocultura, atualmente com produção de soja. O plantio e o manejo da produção são realizados por Gilmar, que negocia a produção com empresas beneficiadoras. Segundo D. Maria, eles nunca arrendaram o lote. O lote e o talão de notas estão em nome de D. Maria, sendo o seu filho Gilmar o principal responsável pelas negociações da produção da família. A principal fonte de renda da agricultora é a aposentadoria, sendo a produção do lote um complemento da renda e, principalmente, para autoconsumo.

A comercialização é feita através da COOBELA, cooperativa do Assentamento Bela Vista da qual D. Maria faz parte, principalmente através do PAA. Os produtos também são comercializados no lote. Segundo D. Maria existe bastante procura por frutas diretamente no lote pelos atravessadores e, de modo geral, o valor oferecido pelas caixas de frutas é muito inferior ao preço encontrado no mercado. Muitas vezes a agricultora não tem outra escolha e acaba vendendo pelo valor oferecido para não perder a mercadoria.

D. Maria nunca participou de grupos de produção orgânica ou cursos sobre agroecologia, porém apresenta grande conhecimento sobre os efeitos nocivos que os agrotóxicos podem causar, e explica que evita ao máximo aplicar herbicidas em sua lavoura. Fala também sobre o problema da deriva dos herbicidas sobre a produção de feijão em seu lote.

Durante a entrevista D. Maria Rezadeira contou como era difícil a vida de agricultora, desde quando era menina. Começou a trabalhar aos 13 anos de idade ajudando a sua mãe a fazer farinha de mandioca. Casou-se muito jovem, aos 16 anos, e aos 17 teve a primeira dos seus nove filhos. Seu marido, trinta anos mais velho, não lhe permitia participar das decisões do lote.

Durante a entrevista com D. Maria Rezadeira podemos verificar muitos pontos importantes como a valorização do trabalho da mulher agricultora a partir do orgulho que ela apresenta de sua profissão e de sua trajetória no meio rural, como também a produção de quintal e os conhecimentos tradicionais relacionados aos sistemas agroecológicos, considerando todas as práticas realizadas por ela nos seus espaços

produtivos, aproveitando recursos do próprio lote para combater pragas e doenças, evitando assim o uso de agrotóxicos e insumos externos. A diversidade na produção vegetal e animal, e a qualidade dos alimentos produzidos por ela para subsistência garante a segurança alimentar e diminui gastos com supermercado, contribuindo também para a economia da família.

3.6.12 D. Maria

Figura 27. Registro fotográfico feito no dia da entrevista no lote de D. Maria no assentamento Bela Vista.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Maria Costa de Souza nasceu em 27 de junho de 1956 na cidade de Ouro Verde – SP. Seus pais eram agricultores, e sempre viveram na área rural. Estudou até a 6ª série, graças ao esforço de sua mãe que insistiu em mantê-la na escola. A mãe era quem cuidava da roça enquanto o pai trabalhava na construção de trilhos de trem. Com 6 anos Maria já usava facão acompanhando sua mãe na roça junto aos outros 7 irmãos. Foram embora para o Paraná, região de Cascavel, em busca de terras melhores. Com 8 anos Maria trabalhou na colheita de algodão junto aos pais. O pai de Maria conseguiu um trabalho no Paraguai e comprou um sítio por lá, onde conheceu o pai dos filhos, soldado militar, aos 20 anos.

Aos 22 anos fugiu de casa, e foi morar com o soldado sem o consentimento dos pais. Engravidou por cinco vezes, mas passou por dois abortos porque o marido a espancava. Depois de 6 anos de muitas agressões e sofrimentos, Maria resolveu ir embora com seus filhos e voltou a morar com os pais, que agora estavam morando em São Pedro – SP. Permaneceu em São Pedro até o filho mais velho completar 14 anos.

Hélio Neves, representante do Sindicato dos Trabalhadores na época, convocou uma reunião com os agricultores da região de São Pedro para incentivar a ocupação da área do Bela Vista. Os pais vieram com os dois filhos de Maria para o Bela Vista em 1989. Eles ajudavam na roça e na criação de animais. Foram homologados em 1990.

Em 1995 Maria foi diagnosticada com esquizofrenia e também foi morar com os pais no Bela Vista. No ano de 2000 a mãe faleceu, e em 2001 precisou se mudar para Campinas para tratar a esquizofrenia que havia evoluído. Retornou para o assentamento para cuidar do pai em 2011, e permaneceu com os cuidados do lote após o falecimento do pai em 2012. Conseguiu a transferência da titularidade para seu nome em 2015.

O lote possui uma enorme diversidade de plantas, entre frutíferas, leguminosas, hortaliças, ervas medicinais e temperos, árvores nativas e plantas ornamentais. Tudo cuidado por ela. Tem também criação de porcos e galinhas destinados somente para autoconsumo. Tem uma horta com tomate, berinjela, pimenta, cebolinha, salsinha, cenoura, quiabo, alface, brócolis, chicória, couve, jiló. De medicinais Maria usa bastante o boldo, a cidreira, a arruda e o guaco. Em meio a horta existem muitas flores de cores diversas, onde ela chama de horta florescida.

Ela é quem cuida da horta para consumo e para doar para os filhos e para quem visita o lote. Ela consome todos os produtos. “Eu tenho o prazer das pessoas chegarem aqui e terem o que levar, porque na cidade diz que é tudo tão caro e não é a mesma coisa”.

Tem também muitas árvores como Eucalipto, bananas, fruta do conde, graviola, canela, cravo, jaboticaba, pitanga, goiaba, seriguela, ameixa amarela, limão (cravo, galego taiti e siciliano), mamão, manga, entre muitas outras.

Em uma área de 5 hectares Maria junto com um filho e um sobrinho cuidam do plantio de grãos onde antes havia cana-de-açúcar. Após a cana plantaram milho, e agora estão plantando soja por conta.

Em outra área de 0,5 hectares foi implantada uma agroflorestal, cujo planejamento foi realizado partir do projeto Plantando Águas. Na agroflorestal já foram plantadas diversas árvores nativas, lichia, pimenta-rosa, jatobá, feijão serra-queimada, pepino, quiabo, abóbora e mandioca nas entrelinhas e feijão guandu para servir como barreira de vento. Em outro 0,5 hectare está a área do quintal com as hortas, pomar e as criações de animais.

Dos 8 irmãos de Maria, somente uma irmã não aceita que Maria fique com o lote. Em 2022 Maria recebeu o documento provisório de título de domínio e pretende pagar tudo à vista, com ajuda de seus filhos. São 45 mil reais pelos quase 16 hectares de área. Maria deixou 5 hectares para a irmã plantar individualmente.

O lote saiu no nome de Maria, que tem a intenção de pagar a parte de cada um dos 8 irmãos dividindo entre todos de forma igual. Diz que os filhos querem que ela vá morar na cidade, mas ela disse que não quer e que acha um absurdo ter que comprar comida cara no supermercado. O filho mais velho de Maria tem intenção de assumir o lote da mãe.

O sobrinho que mora no Bela Vista trabalha como mão de obra no lote dela, e auxilia na compra de insumos, enquanto o filho que mora em Campinas ajuda na gestão do plantio e na comercialização.

Maria é aposentada e participava dos programas institucionais e comercializava através da Cooperativa do Assentamento Bela Vista – COOBELA, mas as entregas coletivas foram paralisadas restando somente as entregas individuais para a prefeitura. Por esse motivo, a cooperativa perdeu força e está parada.

Maria comercializa quase 50 kg de pimenta dedo-de-moça, vai para Campinas com a irmã para vender no frigorífico que usa a pimenta na confecção de linguiça, e paga 15 reais pelo quilo da pimenta. Se ela produzir 50kg por semana ele disse que compra, mas ela precisa deixar a pimenta limpa e pronta para o processamento das linguiças.

Sobre a rotina de Maria, ela conta que levanta as 5 horas, faz o café, trata das criações; 6 horas vai pra roça, 11 horas volta para cuidar da casa, coloca roupa pra lavar, cuida das panelas e ainda limpa a casa. Lava banheiro, passa pano, e às 15 horas volta

pra roça colher os produtos que as pessoas sempre compram para revenderem nas feiras de Araraquara.

Quando questionada sobre autonomia, ela respondeu sem hesitar:

Ah tenho. Ninguém manda em mim, eu sou autoritária. Não consulto ninguém pra fazer as coisas. Meus filhos sempre pedem minha opinião, tudo eu tenho que dar opinião pra eles. Tudo que eu tenho vontade de fazer eu consigo fazer. Eu quero montar uma entidade pra ajudar as pessoas necessitadas.

CAPÍTULO 4. COMERCIALIZAÇÃO COMO PERSPECTIVA E AGROECOLOGIA COMO RESISTÊNCIA

Neste capítulo serão apresentadas as diversas estratégias de comercialização praticadas pelas mulheres participantes dos grupos produtivos supracitados em diferentes segmentos, subdividindo-se o capítulo em subitens: “Produção de alimentos, ervas e saúde” (4.1.), “Participação das mulheres na feira orgânica” (4.2.), “O turismo pede passagem” (4.3) e “A Agroecologia como resistência” (4.4.).

Diante das configurações das esferas sociais e produtivas atuais, em algumas situações as mulheres se reinventam de diferentes formas, criando novos trabalhos num acúmulo de atividades diárias, com o intuito de obter renda monetária. Os conhecimentos sobre ervas, culinária e artesanatos, nesses casos, não são usados somente para o autoconsumo familiar, tendo como destino principal a comercialização e a geração de renda. Essas mulheres, ao encontrarem outras com o mesmo objetivo, se unem em grupos buscando fortalecer e ampliar a visibilidade de seu trabalho com o auxílio do coletivo, onde contam com o apoio umas das outras.

4.1 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, ERVAS E SAÚDE

Este tópico buscou discutir a produção de alimentos, plantas medicinais, ervas e temperos cultivados nos espaços produtivos e quintais e o reflexo na vida das agricultoras, considerando esta atividade, além da utilização destes produtos nas receitas do dia-a-dia das famílias, uma alternativa aos remédios convencionais, e também uma possibilidade de fonte de renda da mulher. Buscou-se também discutir a importância desta produção para a saúde destas mulheres, bem como de seus familiares e da comunidade, entendendo de que forma são produzidos e utilizados.

Este tema decorre de diversas ações praticadas pelo NUPEDOR como o fomento a formalização e comercialização do grupo Mega Cheiro⁴ e a continuidade e aprofundamento realizado no projeto “Inventariando ervas medicinais em assentamento: relações entre usos tradicionais e legais de interesse do SUS - Sistema

⁴ O Mega Cheiro foi criado por uma demanda das assentadas cujo o sonho era trabalhar e produzir renda a partir do conhecimento, produção, processamento de plantas medicinais. O projeto teve seu início em 2013. Entre os grandes parceiros do grupo temos o SESC nos quais tem cedido o espaço em diversos núcleos e cidades para escoamento e divulgação dos produtos dessas mulheres.

Único de Saúde financiando uma pesquisadora do NUPEDOR pelo Programa Pesquisa Produtividade do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto.

A pesquisa-ação que ocorreu nos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro, em Araraquara/SP com o objetivo de inventariar o uso de ervas medicinais pelos moradores segundo a RENISUS - Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao Sistema Único de Saúde (SUS), que resultou em propostas de escoamento e comercialização das ervas produzidas especificamente pela Rede de Mulheres assentadas do Monte Alegre (RAMAS- Girassóis). O mesmo aconteceu em duas etapas centrais, a primeira, no levantamento de inventários nos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre e, a segunda, na formação de uma rede de mulheres com interesses de processamento e escoamento de plantas medicinais.

No que se refere propriamente ao trabalho realizado nos quintais e nas hortas, vale salientar que grande parte da produção é destinada ao autoconsumo, mas tem se tornado, em grande medida, parte da renda que é comercializada em programas institucionais e feiras, além da inserção em rede de trocas de alimentos no interior dos próprios assentamentos.

A visibilidade do autoconsumo – considerando-se todas essas produções agrícolas, a transformação caseira e atividades não agrícolas – é um caminho para a valorização da importância do trabalho da mulher e seu importante papel de manutenção dos saberes e costumes no processo de luta e resistência na Reforma agrária.

No processo histórico, considerando as relações de modernização e integração dos mercados locais ao global, nos deparamos com a interrupção das culturas tradicionais do campo e das florestas, no sentido de descontinuidade do processo que considera “a natureza como fonte de simbolização e significação da vida, suporte e potencial da riqueza material e espiritual dos povos” (LEFF, 2009, p.98), que perde sentido à medida que ocorre o avanço de novas tecnologias, substituindo as pessoas e a natureza, dando lugar às grandes extensões de monoculturas no lugar da biodiversidade, e aos produtos químicos sintéticos no lugar das práticas tradicionais naturais.

As práticas produtivas da mulher assentada, tanto nos quintais como nas hortas e pomares, resistem sobremaneira na conservação das práticas tradicionais, onde encontramos materializados os saberes e costumes, mantendo, assim, a diversidade de espécies, plantas, hábitos culturais e seus usos que, “aos serem ressignificados, são preservados ao longo das gerações, protegendo um patrimônio cultural e ambiental incalculável” (GOMES, 2019).

Em pequenos espaços, geralmente ao redor da casa, nos quintais ou mesmo em meio aos canteiros, como método para repelir insetos prejudiciais às plantações, podemos identificar várias espécies de plantas juntas, como na FIGURA 28, onde foram encontradas alfazema, lavanda, boldo, losna, manjerição, babosa e alecrim. De acordo com a D. Izaura, que aparece nesta foto registrada durante uma reunião do RAMAS no lote da agricultora, ela planta um pouco de cada espécie, entre ervas medicinais, Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANC's e temperos. Sempre que conhece alguma nova espécie, busca conseguir uma muda para multiplicar em seu quintal e, da mesma forma, distribui mudas de suas plantas para quem se interessar.

Figura 28. Canteiro de ervas em pequeno espaço do quintal da agricultora Izaura, participante da RAMAS.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2021.

É muito comum, no final das reuniões, as mulheres saírem com saquinhos cheios de raízes ou pedaços de plantas para produção de novas mudas. Essas trocas de espécies e conhecimentos sobre a indicação de uso e preparos são recorrentes e exemplos que favorecem a manutenção das espécies e dos costumes. Como citado por Gomes (2019), “podemos dizer que a memória, quando utilizada, torna-se saber prático, e, quando compartilhada, um saber coletivo”.

Figura 29. Registro da visita no espaço produtivo de Jiseli com a troca de conhecimentos entre Jiseli e Elza sobre as ervas medicinais.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

As atividades de diversificação supõem não apenas a reprodução material das assentadas e um melhor reconhecimento do papel da mulher, tanto na esfera doméstica, quanto na política, mas também uma reprodução cultural através de um conjunto de saberes tradicionais inscritos na história dos grupos sociais “(re)desenhando grupos de convivência e sociabilidade, nos quais as atividades ligadas à preparação diária da alimentação acabam sendo uma base. Lugar de necessidades e, talvez, de expansão de liberdades” (SILIPRANDI, 2015).

As mulheres adquiriram, historicamente, um vasto saber sobre os agroecossistemas que manejam, desempenhando importante papel como administradoras do fluxo de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação de plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e filogenéticos, e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar (SEMA, 1997). Esse papel é mais importante quando consideramos que a conservação e o uso da biodiversidade

constituem-se como ponto chave para a defesa da agricultura familiar com base agroecológica e também se considerarmos que a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural transmitida pelas mulheres entre as gerações (LEAL, 2019).

Vale destacar a importância dessas práticas no tocante à saúde das mulheres e seus familiares, considerando que muitas das espécies cultivadas por elas são preparadas e usadas para tratamentos de doenças de forma natural, sem a utilização de medicamentos. Segundo a normativa RDC N°10 da ANVISA (2010, p.1), as ervas são consideradas medicinais por suas propriedades que são definidas como “as plantas medicinais ou suas partes, que contenham as substâncias, ou classes de substâncias, responsáveis pela ação terapêutica, após processos de coleta ou colheita, estabilização e secagem, íntegras, rasuradas, trituradas ou pulverizadas”.

Durante as visitas e entrevistas foi possível registrar diversos tipos de plantas medicinais e seus usos praticados pelas mulheres. As espécies mais citadas foram elencadas no QUADRO 3 a seguir com os nomes populares da região desta pesquisa, nomes científicos, forma de uso e indicação, segundo as entrevistadas.

Quadro 3. Espécies de ervas medicinais mais usadas pelas entrevistadas.

Nome popular	Nome científico	Forma de uso	Indicação
Boldo	<i>Peumus boldus</i>	Chás/ infusões	Problemas digestivos e hepáticos (dores de estômago e má digestão)
Poejo	<i>Mentha pulegium</i> <i>L.</i>	Chás/ infusões	Combater sintomas gripais, bronquite e asma
Erva-de-Santa-Maria ou Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i> <i>L.</i>	Chás, extratos e óleos	Possui ação digestiva, vermífida, fungicida, anti-inflamatória, analgésica, cicatrizante e repelente de insetos

Arnica	<i>Solidago chilensis</i>	Pomadas e compressas usadas localmente. Não ingerir via oral, pois a dose terapêutica e muito próxima da dose tóxica.	Analgésico e anti-inflamatório
Levante	<i>Mentha viridis</i>	Chás/infusões	Antiespasmódica, calmante e vermífuga
Insulina	<i>Cissus sicyoides L.</i>	Chás/infusões	Controle da diabetes, diminui a glicemia no sangue; antioxidante.
Guaco	<i>Mikania sp.</i>	Chás/infusões	Utilizado para tosse (broncodilatador) e problemas respiratórios
Carqueja	<i>Baccharis trimera</i>	Chás/infusões	Usada para problemas no fígado. Tem ação anti-inflamatória
Hortelã	<i>Mentha spicata</i>	Chás/infusões	Usada para alívio de cólicas do trato digestivo e má digestão. Vermífugo para crianças. Também tem efeito calmante.

Cidreira ou Capim-Limão	<i>Cymbopogon citratus</i>	chás/infusões	Mais utilizada pelo efeito calmante.
Camomila	<i>Matricaria chamomilla</i>	Chás/infusões	Mais utilizada pelo efeito calmante.

Fonte: Elaborado pela autora. 2023.

Como podemos observar, o uso das ervas medicinais faz parte do cotidiano das mulheres rurais nas mais diversas finalidades, seja como métodos curativos, calmantes, vermífugos, fungicidas ou contra pragas. Nessas mulheres encontramos grande fonte de conhecimentos profundos sobre essas práticas.

Essa mistura de ervas e biodiversidade pode ser considerada um dos conjuntos dos saberes mais ricos e mais difíceis de registrá-los como um todo, pois refere-se especialmente à experiência diária de cada assentado, através da observação e análise dos resultados cotidianos (GOMES, 2015, p.49).

Dentre as plantas utilizadas nas receitas culinárias das mulheres destaca-se a ora-pro-nobis (*Pereskia aculeata*), uma cactácea popularmente conhecida como “carne de pobre” devido ao seu uso popular pelo teor de proteína encontrado em suas folhas e seu baixo custo, sendo classificada como uma Planta Alimentícia Não Convencional (PANC) (CRUZ et al., 2020). Os lotes das mulheres visitados durante essa pesquisa comumente apresentavam a planta de ora-pro-nobis, que é usada de várias maneiras, tanto nas receitas consumidas no dia-a-dia das famílias como no preparo de produtos vendidos por elas como pães, tortas, biscoitos e até bolos. Também identificamos diversas espécies de PANC’s durante as visitas nos assentamentos. As mais encontradas foram: taioba, beldroega, serralha, peixinho, azedinha e coração de bananeira.

Na figura a seguir está D. Maria apresentando o seu pé de ora-pro-nobis que, de acordo com a assentada, faz parte da maioria das refeições preparadas por ela.

Figura 30. Registro fotográfico de D. Maria Rezadeira apresentando seu espaço de ervas medicinais e PANC’S no lote do assentamento Bela Vista.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

A partir do levantamento das ervas, PANC's e temperos cultivados pelas mulheres, foi organizada a montagem de produtos como saquinhos de chás com diversas finalidades como: chás energizantes, calmantes, detox, para serem vendidos nas feiras e eventos em que o grupo Mega Cheiro e RAMAS participassem. Com esse objetivo, as mulheres reorganizaram a sede do grupo Mega Cheiro e reativaram as máquinas utilizadas para secagem e processamento das ervas.

Essas ações realizadas junto às mulheres da RAMAS e Mega Cheiro tiveram como intuito o resgate, manutenção, valorização dos saberes e práticas de mulheres que são fontes de conservação, não só de ambientes naturais, mas também da própria vida. Alguns eventos já contaram com estes produtos, que serão tratados mais detalhadamente texto a seguir.

4.2 A COMERCIALIZAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS

A grande maioria dos estudos que se referem às mulheres rurais reforça seu papel dentro das propriedades, evidenciando a condição de trabalhadoras não remuneradas e pouco valorizadas (SILVA; SCHNEIDER, 2010). Não dispensando a relevância destes estudos na identificação dos papéis desempenhados pelas mulheres rurais, ainda se apresenta a necessidade de analisar a situação das mulheres em atividades não agrícolas, e qual o impacto dessas atividades na vida dessas mulheres.

De acordo com Brandão (2005), as atividades não agrícolas podem abranger trabalhos tradicionais de atividade industrial, como também atividades desenvolvidas

no meio rural, como artesanatos, turismo, lazer, panificação, serviços, comercialização, entre outras.

Os produtos comercializados pelas mulheres dos grupos estudados estão, em grande parte, relacionados produção não agrícola, especialmente à panificação e artesanatos. As mulheres ligadas à panificação produzem pães, bolos, tortas, biscoitos nos mais diversos sabores e formatos. Elas utilizam em suas receitas muitas das ervas, temperos, hortaliças, frutas e também flores que cultivam em seus espaços produtivos. Os artesanatos produzidos por elas são de diferentes tipos, que vão desde produtos em tecido, como bolsas e toalhas, até produção de sabonetes naturais, objetos em madeira e decorativos feitos em cabaças (FIGURAS 31;32).

Figuras 31 e 32. Registros de produtos não agrícolas das mulheres do RAMAS.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2021.

A Rede de mulheres RAMAS-Girassóis apresentou resultados relevantes no processo de escoamento das mercadorias, com destaque para a festa Junina Drive-thru em 2021. Quando a pandemia não permitia fazer uma festa junina tradicional, a alternativa encontrada foi a venda de produtos no assentamento a pronta entrega, mediante encomendas de kits prontos para retirada ou para serem entregues em domicílio.

A organização do evento aconteceu entre os meses de maio e junho de 2021, e contou com a participação das mulheres do RAMAS e com o apoio da equipe do NUPEDOR, auxiliando principalmente na divulgação, estruturação e montagem dos kits, e na prestação de contas do grupo. A divulgação ocorreu nas redes sociais, através da Rádio UNIARA e também em jornais da região. Foram montadas cestas de produtos tradicionais juninos e as vendas ocorreram de forma on-line; em uma semana foram vendidas mais de 30 cestas elaboradas com matéria-prima local.

O local escolhido para a entrega dos kits juninos foi o lote da Jiseli, ponto já conhecido por muitos turistas do assentamento Monte Alegre. Algumas mulheres que participam de feiras disponibilizaram suas barracas para serem usadas no dia da Festa Junina para exposição dos produtos de todas do grupo. Além dos kits havia a possibilidade de comprar os produtos separadamente, com isso, aumentou-se a quantidade das vendas, além das encomendas dos kits prontos, pois houve um grande movimento de pessoas no dia do evento, entre visitantes e assentados. A seguir é possível verificar fotos de divulgação da festa (FIGURAS 33; 34) e a montagem dos kits no local da festa (FIGURAS 35;36).

Figuras 33 e 34. Cardápios usados para propagandas do Arraiá Drive-Thru nas redes sociais.

Cardápio do Arraiá Drive thru do Monte Alegre

Bolos típicos

Mandioca ou milho (unitário)	R\$3,00
Mandioca, milho ou amendoim (500g)	R\$8,00
Bolo de leite de vaca (200g)	R\$5,00
Bolo de abobrinha (500g)	R\$8,00

Doces juninos

Brigadeiro de papoava (unid.)	R\$4,00
Brigadeiro de milho verde (unid.)	R\$4,00
Doce de leite ou pé de moça (pedaço)	R\$4,00
Queijadinha fitense (unid.)	R\$4,00
Quajões (200g)	R\$5,00
Doce de abóbora ou maça (200g)	R\$5,00

Caldos quentes

Caldo verde	R\$6,00
Caldo de mandioca com carne seca	R\$6,00
Caldo de abóbora com cogumelos	R\$6,00

Bebidas

Quentão 500ml	R\$6,00
Vinho quente 500ml	R\$6,00
Chocolate quente 500ml	R\$6,00
Suco de Milho 500ml	R\$7,00

Pães caseiros

Pão de Linguíça (500g)	R\$7,00
Pão de torresmo (500g)	R\$7,00
Pão de abobrinha (500g)	R\$7,00
Pão de oropendoba (500g)	R\$7,00

DRIVE THRU JULINO DO MONTE ALEGRE 10/7



Encomende seu kit!!!

(16)99753-2969

Bolos

Bolo de Mandioca com côco ou Milho



Doces

**doce de mamão ou abóbora
doce de leite ou pé-de-moça
canjica**

Salgados

**Pão de Torresmo
Pão de Linguíça**



Bebidas

**Quentão, vinho quente ou
chocolate quente
Suco de Milho**



Figura 35 e 36. Local da entrega dos produtos da Festa Junina e montagem dos kits.



Fonte: Arquivo NUPEDOR, 2021.

Nesse contexto, após o sucesso da Festa Junina Drive-thru, ainda foram criadas as cestas mensais com produtos da época para serem encomendadas e vendidas na Feira de Produtos Orgânicos e Artesanais: Da roça para a mesa, realizada na praça do DAAE em Araraquara. O tema escolhido para as cestas nessa primeira edição foi “café colonial”, e, a partir do tema foram selecionados os produtos que fariam parte do kit.

A ideia surgiu da possibilidade de divulgação do grupo RAMAS na feira de Araraquara, inserindo produtos de todas as mulheres, inclusive artesanatos, de modo a favorecer o grupo todo. Para essa atividade o grupo estava mais organizado em relação à tarefa que cada uma deveria desempenhar. Foi elaborado o logotipo do grupo e adesivos foram feitos para compor as cestas. A divulgação foi realizada nas redes sociais e através da Rádio UNIARA.

Além dos kits encomendados, havia uma diversidade de produtos para venda unitária como: mel, vários tipos de pães, bolos, biscoitinhos, geleias, doces, compotas, artesanatos em crochê e cabaça, ervas, temperos, chás, sucos – todos produtos da rede de mulheres.

Figura 37. Cestas comercializadas pelas mulheres da Rede RAMAS-Girassóis na feira “Da Roça para a Mesa” com o logotipo do grupo.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Após esses eventos iniciais, as mulheres do grupo RAMAS participaram de outros espaços de vendas, como o X Simpósio de Reforma Agrária realizado pela UNIARA em 2022. As mulheres ficaram responsáveis pelo *coffee break* do evento organizado pelo NUPEDOR durante os dois dias do Simpósio (FIGURA38;39).

Figuras 38 e 39 . Mulheres da RAMAS participando de eventos para a comercialização de seus produtos.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

No mesmo ano, o RAMAS participou da feira do empreendedor rural do Sebrae em São Paulo, representadas por Léa e Vera e também fizeram parte do “Delas Fest”, festival de bandas de rock feminino. Em 2023 já estiveram presente com seus produtos em duas edições da feira do Portal, uma feira de empreendedores do campo e da cidade que acontece num bairro rural de Araraquara.

As atividades não agrícolas praticadas pelas mulheres assentadas, se não rompem, contribuem fortemente para a alteração do cenário de divisão sexual do trabalho constituído na agricultura familiar através da obtenção de renda proveniente do trabalho da mulher, das sociabilidades e do reconhecimento conquistado por elas.

Diante de um contexto de desvalorização do trabalho feminino nas atividades agrícolas tradicionais, a inserção nas atividades não agrícolas se mostra como uma fonte econômica alternativa, acarretando, ao menos parcialmente, a independência financeira das mulheres rurais, além de resultar em melhorias de cunho sociocultural, ampliando o seu convívio social e a sua qualidade de vida. Dessa maneira, as atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar são favoráveis à autonomização das mulheres rurais, considerando suas vantagens monetárias e não monetárias (SPANVELLO Et al. 2019).

4.2.1 A formação da feira “Da roça para a mesa”: do campo das ideias à prática

A feira chamada de “Da roça para a mesa” é a primeira feira de Araraquara destinada para comercialização de produtos orgânicos e artesanais, que vem acontecendo semanalmente há mais de 5 anos na cidade. É local de forte participação de mulheres assentadas, agricultoras, artesãs, confeitadeiras e onde a RAMAS-Girassóis iniciou sua participação no dia da comemoração deste último aniversário, em agosto de 2021, com a presença de cinco mulheres na barraca do grupo, mas a participação das mulheres na feira acontece de forma marcante desde a sua formação, em 2016.

Para contextualizar a participação das mulheres na feira orgânica de Araraquara é importante fazer uma breve apresentação com o histórico e o caminho que a feira já percorreu até o momento mais recente com a chegada da Rede de Mulheres, passando pelos momentos mais críticos da Pandemia.

A feira “da Roça para a Mesa” é um projeto da parceria entre produtores rurais e o Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia (NEEA) do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR), a partir da aprovação do projeto “Pesquisa-ação e construção de proposta agroecológica para a agricultura familiar da região central do Estado de São Paulo”, financiado pelo Edital 039/2014 do CNPq. Esse projeto

possibilitou diversas ações do NEEA como visitas, cursos e capacitações para os agricultores dos assentamentos interessados na transição agroecológica. Diante da necessidade de um canal para comercialização direcionada à produtos orgânicos, em 16 de agosto de 2016 teve início a feira “da Roça para a Mesa”, instalada no estacionamento da unidade IV da UNIARA e permaneceu neste local até julho de 2018. Nesta primeira fase participaram 14 produtores incluindo hortifruti, produtos de panificação, produtos de compostagem e adubos orgânicos, plantas ornamentais, cogumelos, produtos naturais de limpeza, cosméticos naturais, açaí orgânico e artesanatos. Destes 14 produtores, 10 eram mulheres.

Uma Comissão composta por produtores, pesquisadores e consumidores, e um Estatuto foram criados para ajudar na organização e direcionamento das diretrizes da feira. Dentre as características desta feira, vale destacar a importância da participação ativa dos consumidores nos espaços de decisão da feira. Tem havido um estreitamento nas relações entre os produtores e os consumidores, onde se cultivam afetos, amizades e uma rede de solidariedade que é identificada, por exemplo, no início de cada feira, onde os próprios consumidores ajudam no descarregamento dos produtos e na montagem das barracas junto aos produtores.

A feira se apresenta como expressão da possibilidade de uma cadeia curta de comercialização de produtos em transição agroecológica. Segundo Darolt (2013), a aproximação entre produtores e consumidores e a reinvenção dos mercados locais são desafios para a criação de um modelo agroalimentar ecologicamente correto. De acordo com o autor, os mercados locais e a comercialização em circuitos curtos associados à agroecologia podem ser a chave para reconectar produtores e consumidores e impulsionar o desenvolvimento local.

Paschoalino (2019) destacou a relação produtor-consumidor em sua dissertação de mestrado sobre a feira “da roça para a mesa”:

“...é bastante perceptível o vínculo criado entre agricultores do campo e consumidores da cidade e as trocas para além do caráter comercial que ali ocorrem, como trocas de conhecimentos diversos, desde receitas culinárias a práticas de saúde e modos de vida. São trocas e conversas sobre coisas cotidianas e sobre temas e pautas que foram sensibilizadas por meio do próprio ambiente da feira, como é o caso da questão do uso do agrotóxico e da valorização do trabalho camponês” (PASCHOALINO, 2019, p. 61).

É importante levar em consideração também o impacto da participação na feira em relação à qualidade de vida dos produtores que, como Benjamim (2017) evidenciou em seu trabalho sobre as feiras de Araraquara, proporciona maior autonomia e simetria, além da melhoria na reprodução socioeconômica. Segundo a autora, quando os feirantes foram questionados sobre a escolha de “fazer a feira”, o discurso mais recorrente foi a melhoria da qualidade de vida da família.

Figura 40. Vista da feira no interior da unidade IV da UNIARA.



Fonte: Arquivo NUPEDOR, 2017.

Para que a feira pudesse ser caracterizada como “feira orgânica”, foi necessário um maior acompanhamento e registro dos produtores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos – CNPO disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Dessa forma, foram criadas as Organizações de Controle Social OCS Orgânicos Bela Vista e OCS Orgânicos Monte Alegre com a participação e auxílio do grupo de pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – NUPEDOR da UNIARA na elaboração dos formulários e documentos necessários para esse tipo de certificação orgânica.

Segundo PIZZAIA (2019), Organização de Controle Social (OCS) é uma das maneiras de garantir a qualidade orgânica, disponível aos pequenos produtores organizados em grupo, associação ou cooperativa, com ou sem personalidade jurídica, que cumpram os regulamentos técnicos da produção orgânica. O autor estudou o desenvolvimento das OCS’s da região de Araraquara e esclarece sobre as principais diferenças entre um tipo de orgânico empresarial certificado por auditoria e outra de forma participativa:

“...a prática de fazer seu próprio insumo na maioria das ocasiões e não realizar uma mera substituição de insumos químicos sintéticos por orgânicos; pelo fortalecimento da organização social no processo de reuniões e vistorias participativas, ao invés da auditoria externa; e pela busca de mercados justos como as feiras, e não orgânico do grande varejo elitizado” (PIZZAIA, 2019, p. 71).

A partir desse momento a feira passa a ser chamada de Feira de produtos orgânicos e artesanais “Da roça para a mesa”. Nessa mesma época foi criado um logotipo com o nome da feira pelo Departamento de Criação UNIARA. Outras artes de publicidade foram criadas e usadas em banners, faixas e propagandas em redes sociais, o que auxiliou e favoreceu na maior visibilidade da feira, como pode ser visto na FIGURA 41.

Figura 41. Logo criado para a feira.



Fonte: Arquivo NUPEDOR/ Elaborado por Lucas Guidelli, 2017.

A organização da feira é realizada em colaboração com a UFSCar Lagoa do Sino e vem mantendo as condições de certificação participativa dos produtores da OCS Orgânicos Bela Vista e promovendo reuniões e/ou discussões com a comissão organizadora da feira.

A segunda fase tem início com a mudança do local da feira para a praça da Fonte Luminosa, em parceria com o DAAE de Araraquara (FIGURA 42). Nesse momento a feira contava com cerca de 11 produtores, 6 que permaneceram desde o início da feira e o restante que ingressou nessa nova fase com outros produtos diversos como queijos, cachaças artesanais, alimentação “fitness”, polpas de frutas, instrumentos musicais, artesanatos em fuxicos etc. Destaque para a inserção, nessa fase, de um grupo de mulheres artesãs de fuxico e de queijos artesanais produzidos pela Fabiana.

Figura 42. Vista das barracas da feira na praça do DAAE.



Fonte: Arquivo NUPEDOR, 2019.

Em 05/11/2018 foi criado o grupo de consumidores no aplicativo WhatsApp com o intuito de facilitar a comunicação entre os organizadores da feira e os frequentadores, no início com aproximadamente 30 membros. Hoje participam mais de 100 pessoas.

A feira já teve cerca de 30 feirantes que participaram em algum momento, desde 2016 até hoje. Esse movimento de entrada e saída de participantes é recorrente, e isso pode ser atribuído a diversos fatores como a inconstância de produtos, considerando a sazonalidade da produção; dificuldade de transporte dos produtos, principalmente para os produtores dos assentamentos diante da distância e das condições das estradas; opção por feiras mais próximas do local de produção; problemas de convivência entre os produtores e, o de maior impacto, a pandemia, que é o marco da terceira fase da feira.

Em março de 2020 foi determinado o primeiro decreto de contingenciamento do Coronavírus em Araraquara, e em 23 de março o município reconheceu calamidade pública. Os portões da praça permaneceram fechados, formando uma fila do lado de fora com distanciamento de 2 metros entre as pessoas, com entrada controlada de apenas dois clientes por barraca, sendo obrigatório o uso correto de máscara e disponibilização de álcool em gel em todas as barracas.

Com o agravamento da pandemia e o caos instalado nas redes pública e privada de saúde, alguns feirantes preferiram não expor mais seus produtos, permanecendo somente 4 barracas, sendo duas de hortifruti, uma de cogumelos e uma de doces caseiros.

Os grupos de WhatsApp, com consumidores da feira, especialmente em período de pandemia, foram essenciais para mantermos a comunicação e fortalecer os laços entre

os produtores e os consumidores. Nesses grupos são postados semanalmente duas opções para facilitar a relação de consumo: encomendas feitas diretamente com os produtores e encomendas de cestas prontas. Ambas fazem parte do esforço de reduzir o tempo de permanência na feira em razão da pandemia, mas também de garantir maior previsibilidade de venda aos produtores.

Em meados de setembro de 2020 novos produtores procuraram a comissão para fazerem parte da feira. Foram integrados, portanto, mais quatro produtores, incluindo a volta da Jiseli, produtora de pães e bolos caseiros que anteriormente representava o grupo de mulheres da “Padoka” e retornou individualmente.

Porém, com o agravamento da pandemia em Araraquara, em 19 de fevereiro de 2021 um novo decreto dispôs sobre a proibição da circulação de pessoas no município, impossibilitando o funcionamento das feiras e também de entregas delivery até o dia 23 de fevereiro. Os consumidores foram informados sobre as novas regras de entregas dos produtos da feira durante o período de “Lockdown” por meio das redes sociais.

No dia 24/02 foram realizadas 45 entregas em domicílio feitas pela Lucilene e Toninho. Muitas pessoas entraram em contato solicitando a entrada no grupo de consumidores da feira e questionando se haveria abertura para novos pedidos naquela semana. Na semana seguinte foram entregues mais 45 pedidos nas casas dos consumidores. Dessa vez também foram oferecidos produtos da Jiseli, como pães, bolos e biscoitos, os quais foram entregues juntamente com os produtos da Lucilene e Toninho. Os contatos com os consumidores e a gestão dos pedidos e entregas foram todos feitos pela Lucilene, com papel fundamental para que tudo acontecesse de forma programada.

No dia 5 de março saiu o novo decreto liberando a abertura das feiras livres, valendo a partir do dia 8/3. Houve autorização para realizar as entregas dos pedidos no interior da praça, sem a exposição de produtos, com as seguintes condições: aferimento da temperatura de todos os que frequentarem o espaço da feira, distanciamento social de 3 metros com marcações no chão, máscaras obrigatórias e álcool em gel disponibilizados na entrada do local e em todas as barracas. Os consumidores foram orientados a realizar as encomendas diretamente com os produtores e as retiradas no local de realização da feira.

Figura 43. Aferimento de temperatura de todos os frequentadores da feira.



Fonte: Arquivo NUPEDOR, 2021.

Em conversa com consumidores constatamos que, além da busca por produtos mais saudáveis e frescos havia também a preocupação com o local. O fato de estarmos com as barracas dispostas em ambiente aberto, com controle rigoroso de entrada e com as medidas de prevenção adotadas, proporcionava, segundo eles, sentimento de maior segurança e proteção contra o vírus. A possibilidade de encomendar os produtos também foi apontada como maior comodidade e motivo para priorizar as comprar na feira, evitando os supermercados, locais fechados e diminuindo o tempo de permanência durante a compra.

Outro ponto percebido pelos feirantes foi o aumento nas quantidades de produtos que cada consumidor estava comprando. Segundo os feirantes, houve um certo receio de que os estabelecimentos que vendem alimentos fechassem durante ““Lockdown”, então estavam fazendo um certo “estoque de alimentos de emergência”. Isso foi apontado por todos os feirantes.

O motivo apontado pelas produtoras Lucilene e Fátima, ambas agricultoras da OCS Bela Vista, sobre a queda nas vendas, especialmente em março, está relacionado à época do ano e a queda na produção de frutas, o que resulta numa queda do volume total em quilos dos produtos comercializados, especialmente a banana, a manga e o abacate. Entretanto, esta feira é apontada como a de maior rentabilidade em comparação às outras feiras que as produtoras participam.

A média das vendas para os produtores que permaneceram na feira não foi afetada pela pandemia. De acordo com eles, houve uma queda de aproximadamente 40% nas vendas durante o “Lockdown”, quando ocorreram somente entregas em domicílio, mas o restante do período permaneceu o mesmo volume de vendas.

A feira voltou com a exposição de produtos nas barracas em 16 de março, com os portões fechados e controle de entrada de consumidores, aferimento de temperatura, uso de máscaras protetoras e álcool gel.

A feira permaneceu nesse formato de produtos expostos com medidas de controle e proteção até o dia 21 de junho. O decreto 12.600 de 17 de junho de 2021 dispôs sobre a implementação de medidas mais restritivas, de caráter excepcional e temporário, restringindo a circulação de pessoas e a abertura do comércio local. Em fevereiro, o município de 238 mil habitantes foi o primeiro do país a ter 10 dias de confinamento para conter a doença. Os números de internações, casos e mortes caíram após as medidas mais restritivas, mas voltaram a crescer em junho, sendo necessário um novo “Lockdown”.

Mais uma vez produtores e a comissão da feira se organizaram para realizar entregas em domicílio, com o intuito de manter o fornecimento de alimentos aos consumidores da feira.

No dia 29/6, houve a liberação de exposição de produtos nas barracas, controle de entrada e todas as outras medidas de prevenção contra a Covid-19, o que se manteve até agosto de 2021.

Um novo decreto nº 12.640, de 30 de julho de 2021, que dispõe sobre a reabertura dos parques e áreas de lazer municipais, passou a valer a partir de 1º de agosto. Em 3 de agosto foram abertos os portões da praça do DAAE para o público. Medidas de proteção contra Covid-19 como distanciamento social, uso de álcool em gel e máscaras continuaram sendo seguidas por todos os frequentadores, mas sem o controle de entrada nos portões da praça.

No dia 17 de agosto de 2021 foi comemorado o 5º aniversário da feira. O local foi enfeitado com bexigas e alguns artesanatos feitos pelas mulheres pertencentes ao Grupo RAMAS Girassóis do Assentamento Monte Alegre. Deste grupo, 5 mulheres (Telma, Léa, Patrícia, Vera e Fernanda) também iniciaram a participação na feira com

uma barraca de produtos produzidos por elas como ervas, chás, bolos, doces, biscoitos e artesanatos.

Foram distribuídos mini bolos produzidos pelas mulheres do RAMAS como lembrança do aniversário aos frequentadores da feira junto com um panfleto que contava a história e os princípios da feira.

Apesar da pandemia, tivemos um movimento grande de pessoas na feira. Duas matérias foram publicadas em jornais on-line da cidade sobre a comemoração do 5º aniversário da feira, além das propagandas que são transmitidas diariamente na rádio UNIARA. Através dessas divulgações muitas pessoas que não conheciam a feira estiveram presentes nesse dia. Os feirantes comentaram sobre novos consumidores que ficaram sabendo da feira dessa maneira.

Apesar da pandemia, pode-se verificar uma grande procura de novos produtores interessados em participar da feira, a maioria são pessoas da cidade. Também é importante destacar a persistência dos produtores na manutenção e continuidade da feira.

4.2.2 As feiras como espaços de solidariedade e visibilidade do trabalho das mulheres

SOIHET (2006) destacou que as mulheres já contrariavam, mesmo antes das lutas feministas, a ideia corrente de submissão. Ao ser inserida no mercado de trabalho e com as lutas feministas, há uma redefinição do papel da mulher na sociedade. De acordo com RAGO (2004), as mulheres foram além, não somente entraram no mundo dos negócios e da política, dos ambientes públicos, como também feminilizaram a existência social ao inserir seus olhares e práticas singulares. Fato é que as mulheres sempre trabalharam, mas nem sempre foram remuneradas, e as atividades realizadas por elas fazem parte de diferentes épocas e espaços.

Muitos são os desafios das mulheres na busca por independência e autonomia, resistindo à dominação masculina, às discriminações e preconceitos. Importante ressaltar a entrada da mulher no mercado de trabalho como dona do próprio negócio, em alguns casos como uma escolha pessoal, mas muitas vezes por ser a única via encontrada para ser remunerada pelo seu trabalho. Os espaços das feiras para as mulheres representam uma oportunidade de inserção no mercado com local específico para expor e comercializar seus produtos, além de contatos e sociabilidades.

A participação de mulheres na feira “Da Roça para a Mesa” sempre foi muito marcante. Desde a sua criação em 2016, as mulheres marcam presença com seus produtos, desde hortifruti, produtos caseiros e de panificação, até artesanatos e cosméticos naturais.

Lucilene, produtora de hortifruti orgânicos e participante da feira desde a formação, é exemplo de protagonismo, sendo a responsável por todos os contatos com os consumidores, controle de encomendas e vendas, além de ser a principal responsável pelas burocracias relacionadas à OCS que participa. Nas primeiras semanas Lucilene ficava no lote, cuidando da produção, e seu marido, Toninho, era quem ficava na barraca da feira. Logo ele percebeu que precisava de Lucilene, que rapidamente tomou a frente da comunicação com os consumidores.

Jiseli é outra feirante de longa data. Conquistou os fregueses com seus produtos deliciosos e com sua simpatia ímpar. Muito organizada, tem todas as vendas anotadas e aponta grande crescimento em suas vendas. Os frequentadores do trailer da Jiseli no assentamento, com o tempo, viraram fregueses da feira de Araraquara também, encomendando por telefone e buscando na terça-feira.

Atualmente, além de Jiseli e Lucilene, temos mais cinco mulheres que fazem parte do grupo de feirantes: Bianca com a marca “Com café” comercializando cookies e pães de queijo veganos; Adriana, produtora de mel, Milena com doces veganos; Lúcia com a venda de granolas e Flávia da marca “Meninas da Roça” com a produção de queijos. Entretanto, muitas outras mulheres empreendedoras já passaram pela feira como Flávia com bolos e doces caseiros, Patrícia com pães de fermentação natural, Silvana com hortifruti orgânicos, D. Maria com produção de salgados e doces caseiros, Bruna, da marca Raízes de Gaia com cosméticos e artesanatos naturais, Edna, representando a AMCA do Assentamento Bela Vista com hortifruti orgânicos, Giselda com geleias caseiras, Lara responsável pela marca “Minhocaria” com gestão de resíduos e produção de adubos e fertilizantes orgânicos, Camila e Milena com a venda de plantas ornamentais, Fabiana com queijos artesanais, Raquel com cervejas artesanais e Sirlei, que comercializava produtos de panificação e que decidiu sair da feira para empreender abrindo uma pizzaria em Motuca – SP.

Mais recentemente, houve a participação da rede de mulheres RAMAS-Girassóis em vários momentos da feira, como em aniversários da feira e eventos para

divulgação de cestas temáticas elaboradas pelas mulheres. A primeira participação aconteceu no aniversário de 5 anos da feira, onde estiveram presentes cinco membros da Rede, que representaram o grupo e comercializaram os produtos das demais mulheres.

Figura 44. Barraca do Grupo de Mulheres Ramas Girassóis na feira “Da Roça para a Mesa”.



Fonte: Arquivo NUPEDOR, 2021.

Para a participação seguinte, muitas ações foram realizadas pelo RAMAS. Após contato com a coordenação do curso de Nutrição da UNIARA, foram elaboradas as tabelas nutricionais e cálculo de validade para os produtos de Léa, Jiseli e Vera, que foram as que solicitaram as análises.

Após um levantamento detalhado dos produtos de cada produtora, foram elaboradas cestas temáticas compostas por produtos diversos, de acordo com a disponibilidade dos produtos e da época do ano. A divulgação das cestas foi feita por meio de grupos de *WhatsApp* e redes sociais. Foi elaborado também o logotipo para o grupo, e na participação seguinte do RAMAS na feira os produtos já estavam devidamente embalados e etiquetados.

Figura 45. Propaganda de divulgação das cestas de produtos temáticos do RAMAS-Girassóis.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2021.

Outra atividade das mulheres ligadas à feira orgânica foi a visita de consumidores da feira no lote de Jiseli, no dia 31 de abril de 2022.

A ideia para a visita dos consumidores surgiu em março, em uma das reuniões do RAMAS realizada no lote da Jiseli. Fizemos uma caminhada para conhecer a área de reflorestamento com as outras mulheres do grupo e surgiram muitos assuntos a partir da diversidade que víamos naquele quintal produtivo. Então propusemos para Jiseli a visita dos consumidores da feira ao lote dela para que conhecessem o espaço onde são cultivadas as plantas utilizadas nas receitas dos produtos comercializados na feira.

Para a organização fizemos avisos nos grupos de consumidores da feira para identificar o interesse das pessoas e qual seria a melhor data para a realização da atividade de campo. Escolhida a data, enviamos um ofício ao reitor da UNIARA para liberação de um micro-ônibus utilizado no transporte dos participantes de Araraquara para o assentamento Monte Alegre.

Estavam presentes no dia da visita cerca de 30 pessoas. Algumas escolheram ir com carro próprio por conta da Covid-19. Tomamos todos os cuidados necessários em relação à pandemia, todos utilizaram máscaras de proteção individual, mantivemos o distanciamento, mesmo no ônibus foram disponibilizados lugares de forma que sentassem 1(um) a cada duas poltronas (exceto as pessoas da mesma família que se

sentaram juntos), álcool gel à disposição e durante toda a atividade permanecemos ao ar livre.

A visita aconteceu num sábado de manhã, dia que normalmente tem muito movimento no trailer onde a Jiseli recebe ciclistas e visitantes. Um café da manhã foi oferecido em uma mesa preparada especialmente para a turma de consumidores da feira com muitos quitutes, café, chás, pães, sucos, patês, geleias, bolos, biscoitos, tudo feito com muito carinho! A maioria dos ingredientes utilizados nas receitas são colhidos do quintal da Jiseli. Sabores diferentes, como o suco de cajá-manga ou de abacaxi com capim-cidreira, o pão de ora-pro-nóbis, deixaram as pessoas curiosas para saber mais sobre a produção local.

Figura 46. Foto da mesa de café da manhã oferecida no espaço do trailer.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

As crianças estiveram presente com participação especial, fazendo perguntas e aproveitando o contato com a natureza. Sucos, pães de queijo e bolo à vontade para as pequenas aprendizes da agroecologia.

Figura 47. Registro da participação das crianças na visita ao lote da Jiseli.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

O grupo RAMAS também montou uma mesa com produtos das mulheres como frutas, temperos, bolos, pães, doces, geleias e artesanatos como bolsas, carteiras e buchas vegetais foram expostos para serem comercializados como produtos do campo.

Figura 48. Participação das mulheres do RAMAS-Girassóis comercializando seus produtos no lote da Jiseli.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Alguns membros do NUPEDOR também participaram da atividade além da professora Vera e dos organizadores da feira, contribuindo para as trocas de experiências e discussões sobre as questões rurais.

Após o café da manhã fizemos uma pequena apresentação sobre qual seria o roteiro da visita, e logo após seguimos todos em uma caminhada pelo sítio. Começamos conhecendo o canteiro onde são cultivados alguns temperos, chás e ervas utilizados pela Jiseli, mas ela explicou que a maioria está espalhado por todos os cantos do quintal. É necessário prestar bastante atenção porque estão em todo lugar que se olha, e ela sabe onde está cada uma das espécies.

Figura 49. Jiseli mostrando o canteiro com os temperos e ervas que utiliza em suas receitas, perto do local onde fica o trailer.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

No decorrer da visita fizemos muitas paradas para identificação de espécies, quando Jiseli explicava como utilizava as plantas, quais as formas de preparo e para que eram usadas, se tinha algum uso medicinal, etc. Jiseli deu destaque para a Ora-pro-nóbis⁵, uma planta muito conhecida pelos seus nutrientes e alto teor proteico, que a

⁵ A *Pereskia aculeata*, que possui como sinônimos “Ora-pro-nóbis” e “carne de pobre” (QUEIROZ, 2012), é conhecida como uma planta de quintal com alto teor proteico e é utilizada largamente por populações rurais e nas cidades, sendo capaz de enriquecer a alimentação sem possuir um alto custo (SOUZA et al., 2009). A ora-pro-nóbis é considerada uma planta de consumo alimentar não convencional de acordo com o guia de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) do Brasil (BRASIL, 2010).

produtora utiliza especialmente em seus pães. Segundo ela, a Ora-pro-nóbis foi o ingrediente que deixou suas receitas ainda mais famosas.

Figura 50. Foto de Jiseli apresentando a planta ora-pro-nóbis.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Muitos momentos como o representado na foto (FIGURA 51) que segue aconteceram no decorrer da visitação: pessoas sentindo as texturas e os perfumes das plantas, experimentando os sabores e sensações diversas. Nessa foto Jiseli apresentava o chamado hibisco ou vinagreira. Os participantes ficaram curiosos porque conheciam o hibisco de coloração avermelhada, e aquele hibisco era verde, fato que se dá pela falta de luz solar diretamente na planta.

Figura 51. Jiseli apresentando o pé de hibisco (também chamado de vinagreira) aos participantes da visita.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Quase que instintivamente, as pessoas levavam pedaços de folhas ao nariz, e muitas vezes davam mordidas para sentir o sabor in natura. Jiseli apresentou como exemplo de plantas que se parecem visualmente, mas que não podem ser confundidas, como o capim citronela, utilizada como repelente natural eficaz contra insetos, e muito confundido com o capim cidreira, usado para chás e outras receitas. É preciso sentir o perfume para distinguir as espécies.

Esta visita foi uma atividade muito positiva para os consumidores, que puderam conhecer um pouco mais sobre a vida de Jiseli, sobre o espaço de onde vêm muitos dos alimentos que eles consomem, sobre as práticas, os costumes e os saberes do meio rural; foi importante para o grupo de mulheres do RAMAS, pela oportunidade de apresentarem seus trabalhos e de fortalecer os elos do grupo numa atividade coletiva; a atividade também foi importante para Jiseli, com a valorização do seu trabalho e o reconhecimento de todos que ali estavam, como também foi de grande valor para o grupo de pesquisadores, que pôde facilitar e presenciar esse encontro de grandes trocas do urbano com o rural.

Figura 52. Registro fotográfico dos participantes da visita de consumidores ao lote de Jiseli no assentamento Monte Alegre.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

As mulheres rompem os muros da invisibilidade na comercialização e passam a ser sujeitos nesse processo, criando novas relações sociais e, com seus trabalhos sendo valorizados, elas valorizam-se também.

Depoimento da Jiseli sobre a feira:

“Estar na feira pra mim é muito gratificante, o contato com novas pessoas, a relação de amizade com os clientes, em relação à renda, e o fato de estar levando aquilo que eu gosto de fazer e ver o feedback das pessoas. É gratificante demais! (Jiseli, entrevistada em 01/11/2022).”

4.3 O TURISMO PEDE PASSAGEM

No circuito de turismo nos assentamentos, além da natureza e do relevo serem atrativos para ciclistas e trilheiros, temos a produção de alimentos na linha da culinária afetiva e artesanatos como chamarizes para demarcação da rota turística. Apesar da sofisticação dos pratos da nova gastronomia com técnicas e tendências alimentares voltadas para os industrializados, superprocessados e *fast-foods*, temos ainda um grande público que prefere a simplicidade e a rusticidade encontradas na culinária regional dos assentamentos onde ainda são mantidas receitas, modos de preparo tradicionais e dos costumes do campo.

Pães, bolos e outros produtos de panificação que antes eram preparados em pequenas quantidades somente para o autoconsumo familiar hoje são produzidos em maior escala e destinados à venda, assim como queijos e doces feitos com o leite tirado nos lotes, derivados da cana como a garapa e a rapadura, mel e seus subprodutos, além de refeições “da roça” como carnes de frango e porco criados e preparados no modo caipira que também são atrativos para os frequentadores dos assentamentos.

A produção de autoconsumo valoriza a satisfação cultural, que é tão importante quanto a satisfação nutricional, pois a alimentação é um dos aspectos que forma a identidade de um grupo social, relacionando-se com a soberania alimentar e com os processos de produção e reprodução social no interior de um assentamento (DUVAL, 2015).

O primeiro projeto ligado ao turismo no Monte Alegre foi a padaria da AMA, que inicialmente atendia o assentamento e as entregas na cidade. Hoje, a padaria, que é carinhosamente chamada de “Padoka” pelos ciclo-turistas frequentadores do local, faz parte da rota do turismo rural do assentamento. Aos sábados e domingos um número grande de ciclistas se reúne na padaria como ponto de encontro do grupo, o que se tornou essencial para o desenvolvimento da associação. Além dos finais de semana, os ciclistas organizam periodicamente eventos no local, como as provas de mountain bike, trazendo ainda mais visibilidade para a associação. Grupos de ciclistas também frequentam a padaria durante a semana, especialmente de terça e quinta-feira à noite.

“A gente teve bastante ajuda no começo, a gente teve o prédio, os equipamentos, teve ajuda da UNESP, da UNIARA, muitos cursos também com Sebrae, Senar,, mas depois a gente começou a andar com as nossas próprias pernas, a gente compra os nossos insumos para usar aqui na Padoka, arrumamos os maquinários que quebram, tudo por conta da gente. Agora a gente está indo bem, os ciclistas vêm tomar café da manhã e da tarde aqui na Padoka, somos ponto turístico” (entrevista com Zete em 15/12/2021).

Figura 53. Foto tirada da “Padoka” num sábado de atendimento aos ciclistas frequentadores do local.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2021.

Em uma das visitas à Padoka uma das sócias comentou sobre o movimento de clientes durante a semana e sobre o faturamento. Ela disse que, em comparação aos anos anteriores, o faturamento das associadas caiu bastante. Achei curioso porque foi relatado que o movimento de ciclistas, que é o maior público, especialmente aos finais de semana, continuava bem alto. Durante as visitas observamos que, apesar do menor movimento durante a semana, sempre havia alguém parando para comprar alguma coisa, geralmente moradores ou pessoas que estavam trabalhando por perto, como as funcionárias da escola ao lado. Elas também entregam encomendas para os consumidores de Araraquara e cidades vizinhas. Segundo Néia, elas têm muita dificuldade em encontrar onde está o problema no controle financeiro da Padoka. Mesmo com os insumos mais caros e com outros pontos de atendimento oferecendo alimentação no assentamento, a padaria continua com um bom faturamento.

“Graças a Deus a gente vende muito, mas as coisas estão muito caras. A gente vai pagando as contas, o gás é caríssimo, os salários das meninas... A gente precisa de uma assistência nisso aí, porque a gente não sabe o que está errado. De uns três meses pra cá as contas não fecham”. (Entrevista com Néia em 17/08/2022)

Na fase mais crítica da pandemia, a padaria teve um grande crescimento no número de ciclistas frequentadores, considerando que as pessoas estavam evitando lugares fechados, uma alternativa à academia foi pedalar ao ar livre. Muitos grupos de ciclistas se formaram e um dos principais destinos foi a Padoka, como conta Zete:

“Naquele tempo da pandemia você pensa que foi ruim pra nós? Foi nada. Nós fechamos tudo aqui em volta, ninguém entrava aqui. A gente deixava tudo pronto, suco na garrafinha, lanche no saquinho e só entregávamos. Era tanta gente que a gente não dava conta! Fechou tudo na cidade e eles vinham pra cá. Final de semana então, misericórdia! Era uma loucura! Nós sempre com máscaras, com os cuidados. Eles vinham aqui dava até dó, porque não tinham nem lugar pra sentar. Pegavam o lanchinho deles e sentavam nos bancos embaixo da árvore. Teve um dia que vendemos tudo o que tínhamos aqui. Tivemos que sair no meio do dia pra fazer compra. O marido da Néia foi correndo, encheu a caminhonete de compra com o que a gente precisava e continuamos vendendo” (Entrevista com Zete em 17/08/2022).

Todos os anos são organizados eventos de corridas de *mountain bike* duas vezes ao ano na “Padoka”, em julho e dezembro, com apoio dos grupos de ciclistas e lojas de artigos para ciclismo, que movimentam grande número de pessoas no estabelecimento.

Figura 54. Foto de entrega de medalhas às participantes do evento de ciclismo na Padoka.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2019.

A falta de gestão da padaria pode estar associada com a saída da Jiseli, que se desligou oficialmente do grupo em 2020. Era ela a maior responsável pela manutenção das contas e organização das atividades da padaria. Agora, segundo elas, precisam de capacitação para aprenderem a fazer os controles das vendas e para saberem analisar os dados de forma que entendam onde é preciso corrigir.

Assim como a fala da representante da AMA, Edna enfatiza a importância do projeto para o turismo rural no Bela Vista e também para agregar mais produtores do

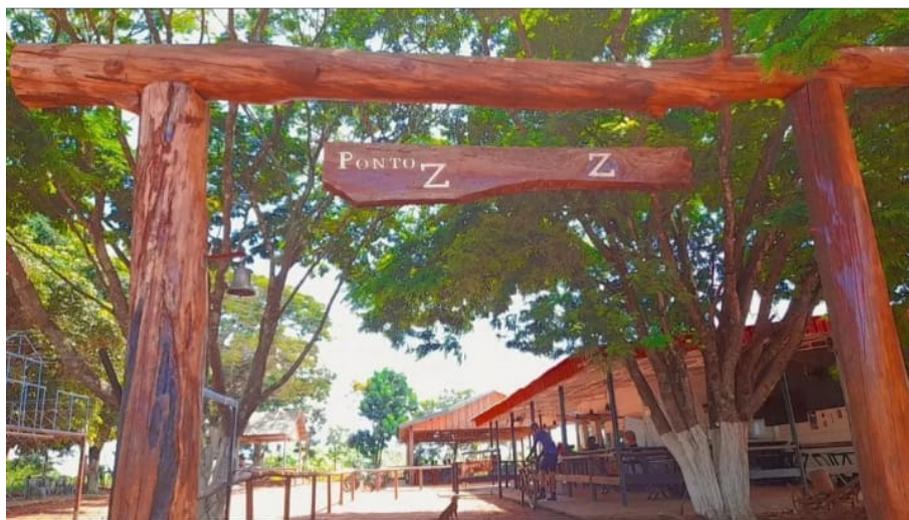
assentamento, de modo que sejam fornecedores de produtos para serem processados e comercializados na padaria.

“Isso vai garantir que a gente possa produzir muito mais, com muito mais qualidade. E vai ser um espaço de todas as mulheres do Assentamento Bela Vista. A gente vai poder receber mais pessoas e fazer crescer o turismo rural daqui. As pessoas, muitas vezes, vão ao assentamento e não encontram um local adequado para alimentação, para aproveitar o lugar, conhecer melhor o nosso assentamento. A padaria nos dá a oportunidade de mostrar o que é a reforma agrária, o que é ser assentada. Isso nos deixa muito feliz”. (Entrevista com Edna em 9/07/2022)

Um curso de turismo fornecido pelo SENAR-SP nos assentamentos agregou produtores que também trabalham, além das atividades agrícolas, com atividades não agrícolas, numa proposta de impulsionar o turismo rural. Além das mulheres da “Padoka”, no Monte Alegre, temos diversas iniciativas de assentados que buscam alternativas para atrair turistas para o assentamento e assim, gerar renda através da venda de seus produtos e/ou serviços, com espaço de alimentação pesque-pague, produção de cachaça, queijos e doces.

A partir do curso de turismo rural, no assentamento Monte Alegre foi criada a rota turística que engloba três áreas específicas, sendo o “Circuito dos Sabores” o da gastronomia, o “Circuito Poirão” o das trilhas e o “Circuito Matágua” das matas e cachoeiras. O circuito gastronômico, dentre outros pontos, passa pela “Padoka” e pelo trailer da Jiseli onde é possível saborear os quitutes, lanches e sucos produzidos por elas. O local organizado pela Jiseli, além da diversidade de pratos, oferece um espaço de contato com a natureza. É nítida a preocupação de Jiseli com a decoração, expressa nos detalhes de vasos de flores, artesanatos por todos os cantos e um balanço na árvore onde os frequentadores tiram fotos e fazem propaganda do local nas redes sociais, trazendo cada vez mais turistas. Há também no circuito gastronômico um restaurante que serve refeições caipiras e porções chamado “Ponto Z”, com decoração rústica e um ambiente todo reformado, com espaço de brinquedos para as crianças e grande área com mesas e cadeiras que recebe frequentemente grupos de ciclistas, motociclistas e trilheiros da região.

Figura 55. Vista da entrada do Ponto Z no assentamento Monte Alegre.



Fonte: Redes sociais do “Ponto Z”, 2022.

Nesse projeto para alavancar o turismo rural no assentamento foram colocadas placas em lugares estratégicos indicando os locais pertencentes a cada circuito, facilitando a localização e o acesso a cada ponto. Zete nos mostrou a placa do circuito do turismo rural colocada na entrada da “Padoka” que indicam os pontos turísticos do assentamento e os outros empreendimentos e pontos de apoio para ciclistas com venda de alimentos, mas segundo ela o circuito não teve muito êxito porque quando os ciclistas chegavam alguns lugares estavam fechados. Permaneceram somente a “Padoka”, o Ponto Z, a cachaça artesanal e o trailer da Jiseli.

No mesmo assentamento existem outras iniciativas de produções alternativas, mas que não estão apontados no Circuito de Turismo Rural. Léa é exemplo disso. Iniciou sua produção de mel com a criação de abelhas sem ferrão em 2021, fazendo as próprias caixas para as colmeias e acessando créditos de investimento para compra de equipamentos como desoperculadora e centrífuga para o processamento do produto. Segundo a produtora, no ano de 2022 atingiu a produção de 300 quilos de mel com apenas 5 colmeias ativas.

Nesse período a produtora já participou de diversas feiras comercializando o mel e os subprodutos como a própolis e o favo, além de vender nas redes sociais e diretamente no lote. De acordo com Léa, a produção não dá conta da demanda que ela tem do produto, pois ainda tem poucas caixas, mas pretende ampliar a produção nos próximos anos.

Figuras 56 e 57. Fotos dos produtos mel e favo embalados que Léa comercializa.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Além da produção do mel e seus subprodutos, Léa está inserida no grupo Mega Cheiro que retomou a produção de ervas desidratadas em 2022, além da produção de chips como de mandioca, banana e batata doce.

Léa também está se especializando na produção de sabonetes e cosméticos naturais, utilizando as ervas, o mel e produtos como as buchas vegetais que produz em seu quintal. Léa criou novos sabonetes formados junto com a bucha vegetal, além de novas embalagens sustentáveis utilizando papel reciclável e flores.

Figura 58 e 59. Fotos dos sabonetes de alecrim, mel e buchas produzidas por Léa para comercialização nas feiras.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Em 2022 Léa participou de eventos como a Agrishow, a feira internacional de tecnologia agrícola realizada anualmente em Ribeirão Preto, e a feira do empreendedor do Sebrae, realizada em São Paulo entre os dias 10 e 14 de outubro. Em ambas as feiras Léa participou expondo seus produtos e levando os produtos de outras mulheres, representando a Rede de mulheres RAMAS para serem vendidos também.

Em novembro do mesmo ano Léa concorreu ao prêmio Mulheres Empreendedoras promovido pelo Sebrae regional de Araraquara e foi a ganhadora.

“É um evento que incentiva a mulherada a empreender, a não ficar parada. Porque às vezes a gente deixa de trabalhar fora por causa de família, de filhos, e muitas acabam se desmotivando. Então é uma coisa boa participar do concurso, é um reconhecimento. Precisamos incentivar mais mulheres!”. (Léa, 25/11/2022)

Outra promessa relacionada ao turismo rural do Mote Alegre é o lote de Elza, que está estruturando o sítio para receber turistas com foco na disseminação dos princípios da Agroecologia e dos Sistemas Agroflorestais. Elza já trabalha com ervas medicinais, PANC's, horta orgânica e já iniciou o plantio do SAF. Elza falou sobre seus sonhos de trabalhar com o turismo rural e expectativas da vida no assentamento:

“Tenho muita vontade de fazer turismo rural, alguma coisa que viesse me ajudar nesse sentido. Ajeitar o sítio para o turismo rural, fazer um chalé para receber as famílias, cada semana recebia uma família, tipo alugar, receberia um valor e o chalé seria onde a pessoa ficaria, e não ficaria na minha casa. Eu ia oferecer um café da manhã, um almoço, um passeio, essas coisas para atrair as pessoas a passarem o final de semana na roça, no sítio. Fazer uma horta orgânica também, seria do tipo: colha e leve. A pessoa viria interagir com a horta, colhia, pagava e levava. Falar sobre a Agroecologia, fazer cursos aqui no meu espaço, pra ser um modelo mesmo. Eu tenho esse sonho, se Deus me permitir ainda vou fazer isso”. (Elza, 2021)

No Bela Vista temos como exemplo de sucesso de empreendimento de turismo rural o “Bar da Trilha”, que foi aberto em 2021 por Aline, em plena pandemia, e identificou um grande movimento de motociclistas e ciclistas que costumavam passar em frente ao seu lote, especialmente aos finais de semana, pois por ali não existia nenhuma oferta de alimentos e bebidas para atender esse público.

“A ideia começou com o curso do turismo rural do SENAR e a gente via que teria um público porque já tinha um movimento das bikes e das motos. Eles conhecem as trilhas desde 1990. Os meninos mais novos falam que os avós passavam por essas mesmas trilhas. Tem

um lugar na trilha que tem uma santinha lá que é bastante visitado também”. (Aline)

Os serviços oferecidos no bar é alimentação, porções, salgados, pastéis e bebidas. Como ainda não tem a cozinha construída nos moldes exigidos pela vigilância sanitária, Aline precisa comprar produtos prontos para uso, com o mínimo de manipulação. Interessante observar que Aline prioriza comprar produtos do assentamento para oferecer em seu bar, e também contrata mão de obra de moradoras vizinhas, gerando renda dentro do assentamento.

“Eu ainda não tenho a cozinha montada nas exigências da vigilância sanitária, essa cozinha eu estou construindo ali, mas ainda não está pronta. Estamos esperando colher a cana para conseguir investir no projeto da cozinha. Na cozinha que eu uso hoje eu não tenho preparo de comida. Eu evito ficar manipulando a comida. Do jeito que vem no pacotinho eu coloco pra fritar ou esquentar. A gente usa uma fritadeira a gás, uma elétrica. Compro os salgados de uma moça aqui do assentamento, ela que faz. Muitas coisas pego de fornecedores do assentamento mesmo. Tenho duas meninas que me ajudam que são do assentamento também”. (Aline)

O bar abre de terça-feira a domingo, sendo que terça o atendimento é somente para venda de bebidas. A partir de quarta-feira já há oferta de porções e bebidas. Aos sábados e domingos, o atendimento acontece a partir das 8 horas da manhã e finaliza às 22 horas, inclusive nos feriados.

Com o sucesso do bar, Aline buscou melhorar a estrutura para atender seus clientes. Enfatiza que é um bar familiar e uma das primeiras obras foi o parquinho para as crianças, com brinquedos como balanços e gangorras. A construção de uma cozinha melhor estruturada, a partir das normas da vigilância sanitária, também está em andamento para viabilizar o preparo de outros alimentos.

Aline já realizou diversos eventos como: cavalgadas, festa junina, “noite do forró”, “noite do piseiro” e aniversários. Para os eventos particulares como os aniversários, o salão é alugado pelo cliente e Aline se disponibiliza também a contratar churrasqueiro, iluminação e até atração musical. Além da contratação das duas moças em dias de maior movimento, o marido de Aline também ajuda nos trabalhos na cozinha, mas as decisões e o restante das atividades do bar são por conta de Aline, como ela conta no trecho a seguir:

“...o Zé também ajuda na cozinha. No atendimento ele me atrapalha. Quando ele chega às 14h da tarde e quando folga ele também ajuda, porque ele folga duas vezes na semana, ele ajuda muito. Como nesse final de semana, tivemos dois eventos, no sábado foi um aniversário para mais de 60 pessoas, foi ele que ficou na cozinha. No domingo teve a cavalgada, então isso aqui superlotou e ele ficou na cozinha ajudando as meninas”. (Aline)

O assentamento Bela Vista possui grande potencial turístico, mas ainda é pouco explorado nesse sentido. O casarão da agrovila, conhecido como “mal-assombrado”, é na realidade um grande atrativo para os turistas. Muitas reportagens já foram gravadas no local e geraram grande curiosidade na população sobre os mistérios por trás das ruínas do casarão, mas não existem pontos de alimentação para atendimento a turistas na agrovila, nem perto dela. Alguns eventos são organizados por ciclistas e já houveram tentativas de oferecer alimentos e bebidas por moradoras da agrovila, mas nada foi levado adiante.

Figura 60. Foto do casarão na agrovila do Assentamento Bela Vista do Chibarro.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2021.

A arquitetura mantém a imponência de uma construção de dois andares, com paredes espessas, datada de 1880, época em que o local era uma grande fazenda de café. O casarão pertence atualmente ao INCRA, mas a Prefeitura de Araraquara vem tentando municipalizar o local. No ano passado, o local foi tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Paleontológico, Etnográfico, Arquivístico, Bibliográfico, Artístico, Paisagístico, Cultural e Ambiental do Município de Araraquara (COMPPHARA). De acordo com a Secretaria de Cultura, o município já cumpriu com todos os requisitos para transferência, mas até o momento o processo

continua parado no INCRA. Enquanto não houver a transferência, não há legalidade para a Prefeitura destinar recursos para a revitalização do local (ACIDADEON, 2020).

Figura 61. Foto da entrada principal do casarão em ruínas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Existe um projeto para construção de uma padaria na agrovila do Bela Vista com previsão para início das obras ainda em 2023. As mulheres da associação AMCA foram contempladas com o recurso do Orçamento Participativo de 2022, e pretendem, segundo elas, inserir grande parte dos produtores do assentamento, empregando algumas pessoas, mas principalmente, comprando produtos dos vizinhos para processamento e beneficiamento desses produtos.

“Vai ser construído na área comunitária no início da agrovila. A gente quer limpar toda aquela área, deixar bem bonita. Agora vem o turismo rural e tudo faz parte dessa luta. A gente precisa conscientizar as mulheres que todo começo é difícil, embora já tenhamos meio caminho andado. Esse recurso já virá para a cooperativa que estamos montando, e não mais para a AMCA, nossa antiga associação. Quem vai administrar será o nosso grupo, e vamos abranger mais pessoas, criando espaço para os outros produtores. Só a padaria não dá pra todo mundo trabalhar, mas a pessoa pode comprar os produtos deles. Quem tiver seus produtos para a gente processar, para incluir o assentamento todo. Poder vender tudo empacotado, bonitinho. A intenção nossa é essa, de conseguir abranger os outros produtores beneficiando, processando os produtos deles, para evitar perdas, que tenham onde

vender e que recebam também um preço justo por isso para quem quiser trabalhar. Isso é o certo. Eu acredito que deve acontecer no final de 2023. Ainda não sei quanto é o valor, mas é um bom valor porque é um projeto completo”. (Zulmira)

Nos espaços de comercialização, agroindustrialização e de produção não agrícola as mulheres se fazem ouvir por outros agentes sociais e conquistam espaços, antes inacessíveis. De acordo com o estudo de Duval (2015) que também teve o assentamento Monte Alegre como universo de pesquisa, os produtos antes preparados para o autoconsumo familiar passam a ser preparados em maior escala, com rigor às regras sanitárias, visando a venda desses produtos e dando maior visibilidade ao trabalho da mulher.

O acompanhamento das experiências revela que elas se organizaram em grupos e passaram a produzir alimentos normalmente feitos para o autoconsumo e a partir de receitas tradicionais, mas agora existem processos produtivos mais modernos que possibilitam o aumento do volume da produção e satisfazem necessidades sanitárias, possibilitando a comercialização de seus produtos em espaços urbanos (DUVAL, 2015).

Diante das novas atividades das mulheres (que não excluem, mas se somam às atividades domésticas já realizadas por elas), e das transformações ocorridas no interior das famílias, com a redefinição dos papéis das mulheres, a mudança na organização da rotina dessas famílias também acontece. Em algumas situações pudemos identificar essas mudanças, como no caso de Jiseli, que, apesar de permanecer a responsável pelos cuidados da casa, direciona a maior parte do seu tempo para o trabalho com o trailer e atividades de comercialização.

Duval (2015) fala também sobre as agroindústrias familiares existentes no assentamento e indica o forte protagonismo das mulheres, cita também o caso da produção de derivados da cana no Monte Alegre como açúcar, rapadura e cachaça. Fala também sobre a importância do trabalho das mulheres nas novas relações sociais e no protagonismo político.

As experiências mostram possibilidades para que as mulheres tenham trabalho e uma renda própria que complementa a renda familiar, mas também se inserem no mercado urbano e estabelecem diversas relações com outros agentes sociais – como pessoas e instituições ligadas ao governo, às instituições de ensino, vários setores de serviços e comércio nas cidades. Isso resulta em um trabalho coletivo de mulheres em torno de uma atividade produtiva, que acaba sendo

um aprendizado e um protagonismo político também (DUVAL, 2015).

Contudo, essas relações dos grupos produtivos com os agentes internos e externos se apresentam muito dinâmicas e repletas de continuidades e descontinuidades.

4.4 A AGROECOLOGIA COMO RESISTÊNCIA

Neste subitem buscou-se resgatar as relações entre a Agroecologia e as práticas de assentadas com as formas de usos das plantas medicinais, ervas e temperos no processo de reeducação para uma postura mais sustentável e agroecológica e a importância disso para a segurança alimentar. Muitas das práticas naturais que a ciência tem chamado de Agroecologia e que são praticadas em quintais, áreas da agrovila, pomares, sítios, hortas, têm novamente a figura feminina como ponto central na sua organização e cuidado (GOMES, 2018).

Segundo Emma Silliprandi (2015), é sabido que são as mulheres quem primeiro defendem a conversão das propriedades para modelos mais sustentáveis, em função das suas preocupações com a saúde e alimentação das pessoas e com a preservação do ambiente. São elas as mais afetadas quando ocorrem problemas de saúde com membros da família, pois é sobre elas que recai o trabalho dos cuidados. Assim, a opção pelo envolvimento com práticas agroecológicas se dá, primeiramente, por questões de saúde e pela busca da alimentação saudável.

Segundo Lopes (2014), os sistemas produtivos de base ecológica vêm surgindo como uma alternativa tecnológica e economicamente rentável aos agricultores, uma vez que visam eliminar os impactos ambientais provocados pelo uso irracional dos recursos naturais. Por este motivo, a sistematização e apresentação de experiências com agricultura sustentável tem fortalecido a transição agroecológica realizada no país (SARAVALLE, C. Y.; LOPES, R.; FRANCESCHINI, G; FREIRE, L.; SOUZA-ESQUERDO, V. F., 2016).

Neste sentido, a Agroecologia contribui na construção de modos de produção agrícola e extrativista sustentáveis, em suas dimensões ecológico-produtiva, sociocultural, econômico-financeira e energética (NUPEDOR, 2018).

Sob este aspecto, o processo de valorização do conhecimento das mulheres, de povos indígenas e tradicionais é parte essencial para superação das práticas convencionais de cultivo, já que é a partir da relação com a comunidade que se resgatam práticas sustentáveis e preservacionistas, ou ainda, que se reeducam os produtores para

uma visão mais holística e agroecológica da natureza, e que contribui fortemente para a melhoria da segurança alimentar.

Pensar na relação entre os saberes das mulheres leva-nos à discussão de um novo paradigma, seja pela perspectiva da própria forma como a Agroecologia se apresenta como ciência, prática, íntima relação com o meio e respeito aos conhecimentos tradicionais; seja pela forma como colocamos as mulheres em protagonismo na execução e conservação de práticas sustentáveis e saberes que permitiram inclusive a adaptação e conservação da espécie humana (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

A agroecologia exige transformação na forma de produzir, e que não foram introduzidas na maioria dos lotes do assentamento. Permanece como uma possibilidade de geração de maior segurança alimentar.

O rearranjo do espaço agrário com a disponibilização de terra para famílias que buscam um pedaço de chão para viverem num assentamento rural e se sustentarem a partir de suas produções visando o autoconsumo nos indica a perspectiva da segurança alimentar. Essa perspectiva considera que “a retomada do meio de produção fundamental do agricultor, a terra, deflagra a retomada da memória de seu habitus cultural cujo valor, desde aí, desencadeia o refazimento das práticas de comer o alimento do suor de seu trabalho direto” (DUVAL, VALENCIA, FERRANTE, 2008).

Diante das desigualdades vivenciadas em nossa sociedade, o tema da segurança alimentar surge atrelado ao de soberania alimentar como discutido por Duval, Valência e Ferrante (2008) e Whitaker (2008) em estudos sobre assentamentos rurais. Segundo os autores, trata-se de um contraponto político e não apenas econômico, representado pela autonomia da família rural escolher o que e de que forma será produzido o seu alimento, e que se estende até as ações públicas voltadas ao abastecimento local.

Zulmira, ao falar sobre as práticas aprendidas com seus pais ainda quando criança, explicou que cultivavam espécies utilizando o consorciamento entre plantas, aumentando a produtividade da área, disponibilizando maior quantidade e diversidade de alimentos para o consumo da família e renda com a comercialização do excedente.

“A gente tinha galinha, tinha porco, tinha vaca, e a gente plantava muito feijão catador, que a gente chamava de feijão de vara, porque a gente plantava no milho e ele subia. Comia o milho e o feijão, desse jeito aproveitava melhor a área e ainda tinha mais tipos de alimentos pra comer, e a gente sempre vendia ou doava o que sobrava”. (Zulmira)

4.4.1 As experiências agroecológicas de Elza e Jiseli extrapolando os “limites” dos quintais

Neste subitem do capítulo 4 são apresentadas mais profundamente as experiências vividas por Elza e Jiseli com a Agroecologia. A experiência de Jiseli é voltada para a produção do quintal, mas não se limita a ele - as plantas medicinais, PANC's e temperos são usados nos produtos que ela comercializa na feira, no trailer e nos eventos que ela participa. Já com Elza pudemos acompanhar o início da trajetória, desde as primeiras práticas com os Sistemas Agroflorestais, apresentada nesta pesquisa pelos relatos da agricultora e pelos registros em caderno de campo da pesquisadora. Mostramos aqui também o reflexo do patriarcado nas relações de gênero e o empoderamento da mulher na busca pelo seu espaço e pela visibilidade de seu trabalho.

O trabalho agrícola da mulher é geralmente invisível, porque é voltado à reprodução familiar e planejado conforme as necessidades alimentares da família, o que facilita, de certa maneira, a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas na terra – como consorciamentos, capina manual, adubação orgânica com sobras da alimentação, integração animal/vegetal, dentre outras, feitas em pequenos lugares do lote agrícola (DUVAL, 2009). Essa relação com a terra é considerada de afetividade, da qual surgem os quintais domésticos, “lugares” ou “sítios” do autoconsumo, que são mais de responsabilidade das mulheres e possuem diversas funções no interior de uma propriedade rural familiar.

Nestes quintais encontramos materializados os saberes e práticas, conservando, assim, a diversidade de espécies, plantas, hábitos culturais e seus usos, que, ao serem ressignificados, são mantidos ao longo das gerações, protegendo, assim, um patrimônio cultural e ambiental incalculável.

O repertório de saberes dessas mulheres compõe uma bagagem cultural que se projeta a partir da coletividade na qual a agricultora está imersa (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). Esse conjunto de conhecimentos se torna um patrimônio, objeto de saber e de memória que, se empoderado pela comunidade ou parte dela, pode atrair pessoas interessadas neste patrimônio, favorecendo o turismo e a geração de renda para a comunidade.

Durante uma das visitas realizadas no lote de Jiseli, tivemos a oportunidade de entrevistar o marido dela, Eliezer, que andou pelos espaços produtivos explicando sobre

as práticas adotadas por eles naquele espaço do quintal. Uma ressalva sobre o que eles chamam de quintal: todo o espaço que não é pasto, ou a área reflorestada ou que não está plantada a soja (arrendada) é chamada de quintal. Interessante ressaltar que, mesmo ele não sendo um entusiasta da agricultura orgânica como Jiseli, muitas das práticas realizadas por eles, desde quando assumiram o lote, são de caráter agroecológico. No espaço do quintal eles não utilizam nenhum tipo de veneno. Nas mangueiras como em qualquer outra árvore nunca foram utilizados agrotóxicos; não utilizam “mata mato” (rand-up), muito usado para controlar as plantas invasoras; o milho é plantado consorciado com leguminosas, também sem utilização de veneno; utilizam sementes crioulas, muitas que trazem das viagens para Bahia onde moram os familiares; o esterco dos animais é utilizado para adubo no plantio; há uma diversidade enorme de espécies no embolado desse quintal.

Outra coisa que chama atenção é o conhecimento que Eliezer também apresenta sobre as ervas e as plantas medicinais. Muitas coisas ele diz que aprendeu na infância, com o que via sua mãe utilizar em chás, compressas e xaropes. Mas muito do que Eliezer sabe, segundo ele, veio dos conhecimentos e práticas de sua esposa.

Com o avanço da monocultura nos territórios rurais, iniciativas como as de Elza e Jiseli, voltadas para uma agricultura sustentável e regenerativa, torna possível manter nos espaços dos assentamentos, a conservação das práticas e costumes tradicionais e a reapropriação das culturas locais ao se valorizar por exemplo o cultivo de ervas medicinais, PANC's, sementes crioulas e alimentos para o autoconsumo.

A reforma agrária faz surgir uma nova categoria social – dos assentados rurais – e ocasiona a formação de mosaicos na paisagem, podendo modificar o espaço das monoculturas. Esta reconstrução socioespacial se traduz, nos assentamentos rurais, na reterritorialização do agricultor, que pelo resgate do seu habitus cultural volta a produzir ao menos uma parte do autoconsumo alimentar (retratos, Duval e Whitaker, 2008)

4.4.2 Caderno de campo: as visitas ao lote de Elza no Monte Alegre e as mudanças realizadas por ela a partir dos preceitos da Agroecologia

Primeira visita (22 de março de 2022):

Elza fazia questão de receber nossa visita. Partimos logo para o reconhecimento do espaço produtivo considerado por Elza um espaço de responsabilidade só dela, onde

ela trabalha todos os dias e de onde sai grande parte dos alimentos que ela prepara. As pesquisadoras do NUPEDOR que estavam comigo nessa visita eram Fábria e Gabriela.

É curioso fazer uma relação entre os lotes que estamos conhecendo das mulheres desse grupo do Monte Alegre; se desconsiderarmos as áreas que estão sendo manejadas em parcerias como a cana-de-açúcar, a soja ou o milho, ou então para pastagens, que são áreas “geridas pelos maridos”, os espaços que consideramos produtivos que sobram são os quintais, e geralmente estão relacionados somente às mulheres. Nesses quintais vemos uma diversidade enorme de espécies de plantas. Em relação à essa “divisão da produção na propriedade rural é interessante destacar o trecho em que Elza explica como isso ocorre nos acordos com seu marido:

“Aqui eu tenho a liberdade de plantar tudo as minhas plantinhas, ele não se mete não. Agora eu tenho uma notícia pra te dar, ganhei um brinde do meu marido. Do outro lado onde eu quero fazer a horta, tem uma outra parte que é extensão do meu quintal todo junto àquela área que está plantada com capim e feijão lá na frente que eu plantei, com 10 metros de largura, meu marido me deu para plantar frutíferas lá. O louro eu já vou plantar lá, a castanha-do-pará, jatobá e eu quero ver outras frutíferas que não tenho aqui pra plantar lá. E quero fazer isso com a orientação de vocês. Já quero preparar o terreno, fazendo as covas, colocar esterco e folhagens para curtir, para plantar quando as mudas estiverem prontas. E eu quero plantar essas frutíferas de maneira que eu possa plantar embaixo as verduras, legumes, o que der. Acho que é tipo agrofloresta que vocês falam, né?!” (Elza, 4 de março de 2022).

Fica evidente o espaço do lote em que Elza tem total controle, no entorno da casa, que ela “protege” dos venenos aplicados pelo marido no restante da área:

“Domingo passado mesmo meu marido pegou a bomba pra passar veneno e eu disse: Não joga veneno no meu quintal! Aí ele também não jogou. Tudo aqui eu arranco um matinho com as mãos ali, estou mudando também o manejo da terra, não estou mais carpindo, vou roçar e deixar o matinho sobre a terra, eu estou jogando folhas para não deixar a terra exposta, estou fazendo essas coisinhas para já ir preparando a terra para isso. Quando a minha horta estiver pronta eu vou te mostrar”. (Elza, 4 de março de 2022).

Elza demonstra o orgulho em ver os resultados rápidos das práticas utilizadas por ela em contraponto às realizadas anteriormente:

“Nesse pedaço, porque eu não deixei ele jogar mais veneno, você precisa ver, nasceu abóbora, está cheio de pé de abóbora tudo ramado já produzindo, nasceu quiabo, nasceu caxixe, nasceu

melancia, nasceu tudo isso que eu nem plantei”. (Elza, 4 de março de 2022).

Bom, assim que demos os primeiros passos em volta da casa começamos a fazer um tipo de um croqui da área, identificando todas as espécies que víamos.

Figura 62. Croqui da área de Elza elaborado durante a visita ao lote.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Partindo da entrada do lote, chamamos aquele espaço no lado direito de “área de contemplação” e “jardim comestível”. Anotamos cerca de 40 espécies, com mais de 120 exemplares, entre árvores pioneiras, frutíferas, temperos, PANC’s e medicinais. É nítido como Elza se anima ao andar pelo espaço produtivo “dela” mostrando tudo o que planta, quais são as novas espécies, onde ela conseguiu a muda, quais têm flores e quais as cores dessas flores, quais são perfumadas, e em todo momento as plantas são oferecidas para sentirmos os cheiros de cada uma. Muitas são identificadas somente pelo perfume, por serem muito parecidas visualmente. Este é um costume que identificamos em muitas mulheres que visitamos. É um enorme aprendizado participar das vivências com essas mulheres que detêm tantos conhecimentos.

Figura 63. Elza oferecendo a planta para a pesquisadora sentir o perfume na identificação da espécie.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

A seguir as espécies que identificamos durante a visita: mangueiras, oitis, alamandas, jaqueiras, pingo-de-ouro, Santa-Bárbara, goiabeiras, “pestanda-de-velha”, flamboyants, bulsite, neve-da-montanha, jambolão, acerolas, urucum, cidreira-de-folha-larga, taioba, levante, feijão-guandú, bananeiras, seriguela, boldo, amoreiras, marola, cajueiros, mandioca, mamoeiros, feijão-rasteiro, lima, graviola. Na área de ervas Elza identificou: erva-doce, novalgina, erva-cidreira, dente-de-leão, alfazema, estévia, hortelã, manjeriço, alecrim, erva-de-santa-luzia, erva-de-touro. Ela encontra mudas no meio das plantas espontâneas, onde dificilmente conseguimos identificar outra espécie.

Elza busca conhecimentos sobre os Sistemas Agroflorestais e se mostra muito interessada em utilizar a área disponível para construção de um SAF. Outras ideias surgiram para compor o espaço, como utilizar um galinheiro móvel ou o pastejo rotacionado para ela ter também a produção de ovos.

Elza cozinha os produtos colhidos do quintal, usando temperos, PANC’s e flores comestíveis, e pretende inserir esses alimentos em seu cardápio para, no futuro próximo,

receber turistas em seu sítio. São pratos diferenciados, que ela cria conforme a disponibilidade de produtos da época que ela encontra no quintal.

Figura 64. Elza cozinhando com produtos colhidos no quintal de sua casa.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Figura 65. Registro da mesa com a refeição feita por Elza com os produtos colhidos no quintal.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Conversando com Elza sobre seus planos de produção durante essa visita, foram levantados quais os próximos passos de manejo a serem realizados como a roçagem, o plantio da barreira de vento e o plantio da adubação verde de inverno, e setorizar na intenção de trabalhar o turismo rural na propriedade, facilitando nos momentos de visitação, deixando mais fácil o manejo e visualmente mais bonito.

Elza se coloca cada dia mais interessada em aprender, especialmente em trabalhar com a produ o sustentável a partir da Agroecologia e dos SAF's. Elza demonstra amor por suas plantas e pela natureza e um orgulho enorme pelo espaço vem conquistando. Ela também demonstra satisfa o em receber as pessoas, sempre receptiva e muito dedicada para realizar o sonho de transformar o espaço em local de turismo e produ o de alimentos agroecológicos.

Segunda visita ao lote de Elza: (8 de abril de 2022).

Na semana seguinte fizemos outra visita   Elza, eu, Fábia (pesquisadora do NUPEDOR) e Seu Zé do Café. Não havia passado nem uma semana da última visita e Elza já havia carpido toda a área que determinamos na visita anterior. Ela estava aguardando uma pessoa que usaria uma roçadeira, mas como ele não apareceu, Elza resolveu carpir com a enxada mesmo.

“O que eu posso fazer? Tenho que ir pra guerra usando as armas que eu sei manejar, e o que eu sei manejar é a enxada. Então peguei a enxada e resolvi o problema”. (Elza)

O entusiasmo de Elza era tanto que na mesma semana ela iniciou o plantio da barreira de vento, a podas das árvores, remanejou algumas ervas e plantou outras. Mostrava tudo com muito orgulho do que havia feito, e sempre falando dos novos planos para aquele lugar. Ela diz que o sonho dela é transformar o sítio em um local agroecológico de visita o, e as práticas que tem realizado são pensando em dar andamento aos primeiros projetos como o “colha, pague e leve” – uma ideia que partiu da própria Elza onde os visitantes podem colher na horta verduras, ervas e legumes fresquinhos direto nos canteiros. Também já iniciou a pesquisa para o projeto do “lago de peixes” que, além de ornamental será utilizado para adubar a horta, com o objetivo de usar o máximo de recursos advindos do lote.

Em todo momento Elza trocava informa es com Seu Zé do Café sobre os nomes e as utilidades de cada planta e receitas naturais para controle de doenças, num encontro

de dois produtores do mesmo assentamento que compartilham a mesma vontade de trabalhar o lote com base na Agroecologia.

Figura 66. Registro da visita ao lote de Elza com a presença do Seu Zé do Café e de Fábria.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Seu Zé do Café estava presente nesse dia porque havíamos combinado com um grupo de agricultores interessados em comprar sementes de adubação verde de inverno (milheto, nabo forrageiro, girassol e aveia preta) para ser usada no sistema Muvuca⁶, num esquema de compra conjunta, assim sairia mais barato para todos. No dia da visita aproveitamos para dividir as quantidades de sementes para cada produtor, participando do grupo Elza, Jiseli e Seu Zé do Café. Enquanto fazíamos as pesagens e embalávamos os pacotes de sementes, falávamos sobre os planos de cada um, onde iria fazer a adubação verde e o que pretendiam plantar.

⁶Adubação verde usando a muvuca de sementes é uma tecnologia social muito preciosa. A adubação verde por meio de leguminosas apresenta elevado potencial de fixação biológica de nitrogênio e produção de biomassa, usadas de forma misturada. Muvuca é uma palavra de origem indígena, e significa mistura. É essa mistura de sementes de várias espécies de adubação verde que proporciona a germinação simultânea de plantas com comportamentos diferentes, criando uma diversidade de ambientes. Pela vantagem de acelerar a cobertura e a diversidade de espécies simultaneamente, a técnica de muvuca de sementes é utilizada também na implantação e enriquecimento de sistemas agroflorestais (SAF).

Figura 67. Registro do momento da pesagem das sementes de adubação verde, na foto estão Seu Zé do Café e Fábia.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Terceira visita ao lote de Elza: (15 de junho de 2022).

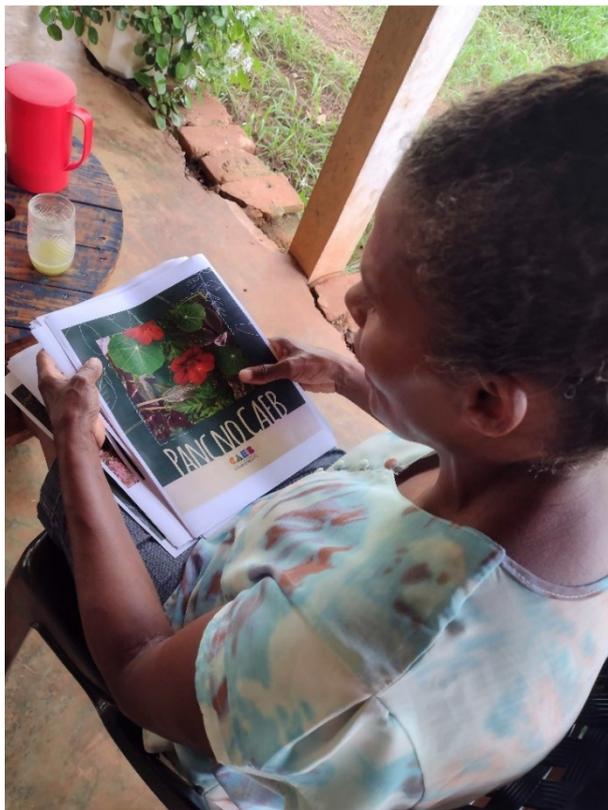
Dois meses após a última visita ao lote retornamos para acompanhar as ações de Elza nos caminhos da agricultura de base agroecológica. Encontramos muitas mudanças e uma nova organização da área produtiva, comparado ao que foi conversado na primeira visita. Desde o último encontro, foram muitas conversas pelo telefone nesse período. Elza sempre perguntando a nossa opinião sobre as ações no lote, enviando fotos e vídeos para que acompanhássemos todos os passos.

Nesse período Elza foi convidada a participar de um curso intensivo sobre sistemas agroflorestais no “Sitião Agroflorestal”, em Terra Roxa, região de Ribeirão Preto - SP, numa imersão de três dias com aulas teóricas e práticas. Elza voltou com novas perspectivas e com ânimo renovado.

No espaço determinado para o plantio das PANCs Elza já plantou moringa, taioba, levante, serralha, xanana, orapronobis e amora gigante para o sombreamento. Podou todas as árvores para melhorar a produção dos frutos e para abrir espaço para luz nos lugares necessários.

Em uma das visitas levamos materiais sobre PANC's porque ela havia dito que gostaria de estudar mais sobre o assunto. O entusiasmo de Elza ao reconhecer as espécies de seu quintal no livro e descobrir os nomes foi nítido.

Figura 68. Elza recebendo o material sobre PANC's.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

A gente já dimensionou onde colocar cada coisa, né? Deixar as plantas mais organizadas, pensando principalmente no turismo rural. As PANCs vão ter um espaço especial. Tenho várias espécies e vou juntar no mesmo quadrado. Quero ter todos os tipos de PANCs e medicinais!

Outro dia liguei pro moço que traz as mudas pra mim e pedi para ele vir ver como eu devo fazer o SAF porque o terreno não é plano e eu precisava de uma explicação sobre como fazer as linhas de árvore. Aí aprendi que é para plantar contra o sentido da chuva, começando no meio da curva de nível.

Eu vou fazer um silvipastoril na frente do lote e vou fazer as linhas de árvores com as árvores forrageiras e vou plantar capim Mombaça ou mesmo o Napier, mas vou cortar com 40 dias porque nessa época ele está com toda a proteína. Aí não vai faltar comida verde pro gado na época da seca.

O agrônomo me falou que eu estou esperta, entendendo das coisas. Falei pro meu marido: você ouviu o que ele falou? Aí ele respondeu:

é, você está sabendo heim?! E ele já concordou em fazer o meu projeto do SAF.

Outra ideia é a MILPA. Esse ano eu vou encher de milho nessa outra área. Essa cana vai sair daqui porque futuramente vamos construir um barracão. E o milho todo vai virar silagem, depois no lugar do milho vem o silvipastoril.

Lá atrás vem as linhas de árvores com os plantios nas entrelinhas para o sistema “colha-pague-leve”, onde as pessoas vão poder vir conhecer o meu espaço agroflorestal e colher o que quiser.

Em volta da área toda vou encher de palma porque ela não produz matéria orgânica seca e protege do fogo. Vou deixar ela alta pra servir de quebra-vento também.

Por enquanto é esse o meu espaço. O restante continua com cana, mas Deus proverá! Com o tempo eu vou conquistando o meu marido. Eu não tinha nada. Na primeira conversa, quando ele ainda não acreditava em mim, ele me deu aquele pedacinho ali de cima. Agora já posso mudar tudo isso. Já foi uma grande conquista! O negócio dele é criar gado, mas agora vai ser do meu jeito! (risos).

O que eu tiver dúvida eu sei que posso contar com vocês e com os meninos (Elza se refere aqui aos integrantes do “Sitião Agroflorestal”, onde Elza fez o curso sobre sistemas agroflorestais). Eles passam uma satisfação em ajudar.*

A agricultora pretende acessar o crédito do Banco do Brasil para as reformas do lote, como melhoria do pasto, a construção do curral e do barracão e cercar a área do SAF silvipastoril. De acordo com Elza, um profissional do ITESP irá elaborar o projeto para o financiamento ser aprovado pelo banco. O objetivo principal nesse primeiro momento será vender 9 cabeças de gado, ficando somente com duas vacas de leite, e comprar um lote de bezerros para engorda.

A gente vai ter comida, então a gente cria até certo ponto, depois vende aquele lote. Depois compra outro e põe no lugar. Com a criação a gente paga o financiamento tranquilo porque é anual. E meu marido concordou, ficou até animado com o meu projeto!

Logo que voltamos do curso eu escrevi um texto com os meus planos, objetivos pessoais e coletivos, e expectativas em relação ao meu trabalho e todos esses projetos:

Subsistir de forma sustentável, saudável, e contribuir com o meio ambiente conceituando a regeneração e a conservação do solo, entre outras coisas essenciais para continuar a vida na Terra. Coletivo: contribuir com a sociedade ou parte dela, ou seja, com aquelas pessoas que se interessam, que defendem as práticas de uma vida mais saudável, e acreditam que através das medidas citadas podemos viver de forma abundante. Difundir a necessidade e urgência de um manejo consciente do solo e assim contribuindo

com a educação ambiental, disseminando o conceito de que precisamos cuidar da Terra, oferecendo de volta o que já tiramos com a degradação para que ela nos devolva a condição de tirarmos o nosso sustento de forma digna no sentido da proteção ao meio em que vivemos. Isso deveria ser mais do que nossa obrigação, construindo com as novas gerações de ambientalistas.

O meu desejo maior mesmo é que o assentamento todo se torne agroecológico. Não é impossível. Já vi exemplos de vários lugares que estão dando certo, inclusive fora do Brasil. Por que aqui não vai dar.

Nos exemplos supracitados, vê-se, portanto, uma perspectiva positiva no sentido da conquista dos espaços produtivos dentro dos lotes e também nos espaços de tomadas de decisões, a partir de iniciativas voltadas à produção de base agroecológica pelas assentadas. É notório que se trata de uma realidade que não é percebida na maioria dos lotes, mas que, ao se tornar concreta, pode ser tomada como exemplos para outras mulheres.

CONQUISTAS E RETROCESSOS DA AUTONOMIA

A formação de grupos de mulheres é essencial no processo de empoderamento que, partindo das perspectivas feministas, refere-se ao processo coletivo de conquista da autonomia. O conceito de empoderamento, enquanto instrumento e finalidade, evoca uma transformação social na qual os mecanismos que sustentam o machismo e o patriarcado sejam superados, possibilitando a igualdade de gênero. O empoderamento é uma forma de resistência e, portanto, implica no desenvolvimento de ações sociais (León, 2001; Saldanha Marinho & Gonçalves, 2016).

Ao observarmos a situação das mulheres, tanto no campo como na cidade, percebe-se uma base material e estrutural que produz dependência econômica, o que prejudica sobremaneira o acesso das mulheres aos bens sociais, favorecendo as desigualdades no que se refere às oportunidades. Há, portanto, uma estrutura social construída e “baseada no patriarcalismo que naturaliza a condição da mulher como não sujeito de direitos” (VERGO, 2014).

Durante as entrevistas, as participantes foram questionadas sobre o que elas entendiam por autonomia da mulher. Distintas foram as respostas dadas por elas. Muitas declararam ter total autonomia, outras indicaram uma autonomia parcial, mas a resposta de Silvani chamou atenção. Ela falou sobre a condição das mulheres do campo e sobre a importância da autonomia financeira.

Primeiro que começa inclusive no pensamento da mulher, de poder pensar por ela mesmo, de poder expressar seus pensamentos. Eu começaria por isso. Quando você tem clareza no seu pensamento para dizer, você consegue ter autonomia para outras coisas. E nem sempre, e aí eu vou falar das mulheres do campo, elas não têm nem essa autonomia de poder pensar por si só. Somos educadas nas escolas, estamos falando disso ainda, mas na vida ainda falta a gente viver isso. Pensar a respeito e querer essa autonomia de fato. Autonomia financeira, é impossível a gente falar de qualquer outra autonomia se não tiver dinheiro pra poder comprar um livro, um batom, e não poder comprar porque não tem autonomia e tem que pedir para o marido. Criar uma galinha e querer vender, e mesmo assim também ter que pedir para alguém. Acho que autonomia financeira é fundamental. Então, é a autonomia intelectual, e as mulheres têm que ter autonomia financeira pra gente conseguir ir mudando tudo isso. Autonomia é também poder ir e vir sem ter alguém julgando ou dizendo sobre mim. Acho que é não ser dependente de nada, ou a dependência que você quiser, ser dependente de algo porque quer, e não ser levada a ser dependente. Mas quero pensar mais a respeito. Porque pra mim e mais do que isso. (Silvani)

Quando questionada se ela sentia que tinha alcançado a autonomia, Silvani fala sobre o que ela chamou de autonomia intelectual, que pode ser comparada com a autonomia emocional, que já indicamos neste trabalho.

Acho que conquistei a minha autonomia em parte. Porque quando eu falo da autonomia intelectual ainda existem muitos tijolinhos em mim que vêm do patriarcado, que vêm do machismo, que vêm de uma série de coisas e que me limita. Então, mesmo eu me achando uma mulher independente, dona de mim, dentro de mim há conceitos que vem da minha falta de autonomia de alguns períodos que me acorrentam, e que eu preciso me livrar. Porque não é assim, hoje eu tenho autonomia, as coisas não acontecem assim. É a mesma coisa de uma pessoa que foi machista a vida toda dizer que acordou “não machista”, ou acordei “não racista”. Eu estou numa sociedade que diz o tempo todo que a mulher não é autônoma, e como eu vou desconstruir isso? Então eu não sou plenamente autônoma.

Eu sou fruto do sistema, e estou desconstruindo esse sistema em mim o tempo todo. Estou me desconstruindo como a mulher objeto, que não pode nada, que não tem voz. Porque nós que trabalhamos a questão de gênero fazemos isso o tempo todo, o despertar é a todo momento. (Silvani)

Silvani dá continuidade à sua fala indicando a necessidade de romper com as ideias que nos foram impostas pela sociedade patriarcal e que, mesmo pessoas que têm conhecimentos profundos sobre as questões de gênero precisam enfrentar diariamente os conflitos e contradições entre a razão e o exercício na prática dessa desconstrução.

“A gente está desconstruindo todas as ideias do que a gente não é, e construindo essa nova mulher. Mas eu não faço isso instantaneamente, eu faço isso todo dia. Todo dia eu tenho que dizer pra mim mesma, vai porque você pode. Quando um homem diz pra você que você não pode, e você sente que não está conseguindo porque tem que fazer três vezes mais porque você é mulher, você tem que desconstruir isso todos os dias e dizer pra si mesma, você é mulher, você é igual, você pode! Pra mim tem um peso isso. E pra que lutar? Porque eu tenho uma filha e não quero que a minha Isadora se sinta assim. Mesmo eu ensinando a minha filha a ser uma mulher autônoma, empoderada, eu cometo erros com ela. Eu também pratico o machismo, muitas vezes eu desempodero. E como que eu faço? Eu reflito, eu preciso assumir meus erros. A gente tem que se avaliar o tempo todo”. (Silvani)

Na sequência ela comentou sobre a construção da autonomia, e afirmou que a sua inserção na política institucional não influenciou nesse processo. Silvani tem uma

longa trajetória de luta, resistência e liderança que contribuíram para que ela percorresse caminhos que a conduziram para a política.

O que me ajudou acho que é ser exatamente o que eu sou. A autonomia ela não se constrói sozinha. A gente precisa estar se capacitando o tempo todo, a gente precisa se informar o tempo todo, e a partir do momento que a mulher consegue ser o que é, eu acho que é o primeiro passo da autonomia. E sendo autônoma ela vai trilhar os seus caminhos. Não é a política. Talvez eu estaria sendo também uma mulher autônoma na iniciativa privada. Até porque eu não gosto da ideia do profissional político. Eu não sou, eu estou na política. Nesse momento eu me acho necessária para um governo que me representa, e que eu posso contribuir. Porque amanhã eu não estou na política, e aí acabou a minha autonomia? Não. É só um meio. A política me dá um salário e me dá um status, mas ela é passageira. Agora, para eu chegar na política eu já tinha esse status, que não foi da política institucional, mas foi da política na sua forma mais verdadeira, porque somos sujeitos políticos. A minha autonomia é ser a Silvani! (Silvani)

Apesar da determinação e criatividade das mulheres em lutar por sua autonomia, muitas encontram restrições para consegui-la. Em geral, seu acesso a uma atividade remunerada é restrito seja pelos costumes, que impõem a autorização de algum homem da família (pai, marido, tio ou irmão), seja porque são menos escolarizadas, seja porque as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, de cuidado dos filhos, da casa, dos maridos, dos doentes e idosos. Em sua busca por autonomia econômica, as mulheres sempre têm que administrar o tempo e a disponibilidade para o trabalho de cuidado e para o trabalho remunerado (BUTTO Et al. 2014).

Nunca deixei de produzir no lote, sempre conciliava tudo. Tanto é que minha casa nunca ficou em dia, impecável, nunca fui só dona de casa, mas também nunca deixei de fazer o que precisava. Fazia as tarefas de casa e trabalhava fora também. Mas tudo valia a pena pra eu ter a minha liberdade.

Nunca teve divisão das tarefas domésticas. As minhas crianças desde pequenas sempre me ajudaram, mas o marido nunca participou. Minhas meninas desde muito cedo sempre me ajudaram muito, sempre ensinei a fazer as coisas da casa, mas nunca tive ajuda da parte dele.

Autonomia acho que é uma liberdade de poder fazer, plantar, poder ir e vir. É liberdade. Eu sinto que eu tenho. Que foi uma conquista minha. Precisa insistir, resistir e acreditar que a gente é capaz, que é para o bem de todos, não é só pra mim. Eu acho que conquistei minha autonomia desde os tempos do acampamento, que no dia seguinte que eu mudei pro acampamento já estavam batendo na minha porta pra ir pra porta da prefeitura. E eu sempre no meio das lutas, e depois eu parti pra produção e sempre estive a frente de tudo.

Eu comecei meu trabalho na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e comecei a sonhar com outras 29 mulheres. O grupo formado por mulheres brigou muito pela escola. (D. Zulmira em 20/07/2022).

Eu não perdi a esperança e comecei a sonhar então que teríamos agentes comunitários, médico da família... Faz 21 anos que temos o postinho aqui. (Zulmira se emociona mais uma vez nesse momento).

A participação de mulheres em posições de liderança ajuda a dar voz à outras mulheres que se sentem representadas perante a sociedade, mas por outro lado, também desencadeia uma série de enfrentamentos imposto pelo sistema patriarcal. Com o destaque de Zulmira como liderança e do grupo de mulheres, alguns homens do assentamento, especialmente maridos dessas mulheres, se colocaram contra e muitas foram proibidas por seus companheiros de seguir com as atividades do grupo.

Os maridos “machões” não deixavam, né? O meu falava: reunião pra quê? Aí elas foram saindo e eu fui ficando sozinha porque nenhum marido queria e elas não resistiram. Eu bati o pé e permaneci porque eu não estava buscando só pra mim, era para todos. Porque aqui é o paraíso, e cada benfeitoria que pudesse trazer pra cá era um ganho a mais.

Zulmira tem um vasto histórico de protagonismo na luta pela terra, pelas melhorias para o assentamento e para a comunidade, sempre a frente representando o coletivo nos diálogos com os representantes da administração pública. Ela dedicou grande parte de sua vida trabalhando em prol do assentamento e buscou, a partir da união com outras mulheres, lutar pelos direitos dos assentados. Zulmira tem voz na comunidade e nos espaços público, mas é silenciada pelo seu marido no espaço familiar, como presenciamos diversas vezes durante a entrevista que aconteceu em sua residência. Todas as vezes que seu marido estava por perto, Zulmira diminuía o tom de voz e abaixava a cabeça, para que ele não escutasse o que ela dizia.

Segundo Vera, dentro do grupo as mulheres têm mais voz e empoderamento para decidir o que é melhor para trabalhar e fala sobre a escolha por um grupo exclusivamente feminino:

“...tive o prazer de conviver em Simpósio com grupos que eram mistos, mas se alavancou quando se tornou formados só por Mulheres e hoje estão dominando em suas áreas que atuam. Eu me sinto bem porque ouço e faço ser ouvida também e trabalhamos em conjunto, trabalhamos sério e nos divertimos muito”.

Autonomia econômica das mulheres se refere à capacidade delas de serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo. Autonomia econômica é mais que autonomia financeira. A remuneração não é a única fonte de autonomia; esta depende de nossa formação, do acesso aos bens comuns, ao crédito, à economia solidária e aos serviços públicos. As mulheres produzem riquezas não monetárias que são redistribuídas diretamente, que não passam pelo sistema financeiro formal - desde pequenas elas dedicam grande parte de seu tempo para a satisfação das necessidades da sociedade, como o cuidar dos membros de suas famílias e de suas comunidades.

A participação em grupos exclusivamente femininos é vista como oportunidade para que as mulheres sejam ouvidas e que consigam se desvencilhar do controle masculino sobre elas. O objetivo apontado por Elza que a levou a fazer parte da Rede de Mulheres está relacionado a escapar do machismo em busca de maior independência.

Estou participando pela primeira vez de um grupo só de mulheres. Espero aprender andar com meus próprios pés. Não dependendo de um nome masculino pra me representar.

A diferença é que não predomina o machismo; os homens, mesmo de forma camuflada, procuram tirar vantagens sobre as mulheres (Elza, 2021).

Depois de aproximadamente um ano de participação no RAMAS, Elza voltou a falar sobre a importância do grupo para ela:

“O grupo RAMAS pra mim veio na hora certa na minha vida, me deu mais ânimo e coragem pra continuar com o meu sonho de trabalhar na terra e transformar o meu sítio em um lugar agroecológico, de visita para as pessoas curtirem a natureza e eu poder mostrar o meu trabalho. Acho que juntas fica mais fácil, uma ajudando a outra.” (Elza, Monte Alegre)

Na dissertação de Racy (2020) a autora conclui sobre as organizações de mulheres AMCA e AMA, dos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre, indicando os aspectos das conquistas da luta feminista frente aos obstáculos da sociedade patriarcal:

“...as associações apresentam-se como vetores de liberdade para as mulheres: tanto para suavizar os gastos e burocracias quanto para o fortalecimento da luta feminista camponesa frente ao machismo patriarcal e a divisão sexual do trabalho nos lares. No entanto, mesmo com todas as conquistas, ainda aparecem cerceadas pelas burocracias e engessamento do aparato estatal, do qual deriva a dependência como obstáculo para as mulheres na sociedade regida pelo capital” (RACY, 2020)

A conquista recente da AMCA é exemplo do avanço dos grupos de mulheres. A associação concorreu ao orçamento participativo de Araraquara e foi contemplada com o recurso para a construção de uma padaria no assentamento.

“Agora com a nossa conquista da nossa padaria, que foi muito difícil de conseguir porque é difícil contar com o pessoal daqui do assentamento. Estávamos concorrendo com as mulheres da cidade e com as do Monte Alegre que queriam a ampliação da “Padoka”. Fizemos uma campanha, vídeos contando a nossa história, e conseguimos.

*Ganhamos tudo, o material, a mão de obra, os equipamentos.
(Zulmira)*

Silvani apresentou sua visão em relação ao grupo ao associativismo e a participação das mulheres, tanto em grupos formais como informais, e sinalizou a pouca representatividade do trabalho principal desempenhado pela AMCA, associação do Bela Vista. Ela justifica essa pouca representatividade pelo fato de mulheres trabalharem na perspectiva que a sociedade entende que seja o trabalho das mulheres – fazem pães, doces, geleias, mas permanecem no espaço de preparo de alimentos.

No Monte Alegre a gente tem a Padoka também, mas você vê, de novo os pães e doces que é o que a sociedade fala que a mulher sabe fazer. Então nesse sentido acho que é mais do mesmo. Não estou dizendo que não são importantes, estou dizendo que não é o grande protagonismo.

*Com certeza isso tudo favorece a construção e conquista da autonomia, mas eu acho que pode ser mais. É um passo importante, mas pode ser mais, fica muito dentro da cozinha. Ainda temos que avançar nesse sentido. Eu gostaria que tivéssemos uma cooperativa ou associação nesse campo mais da produção que uma mulher encabeçasse. A gente sempre tem o homem como representante.
(Silvani)*

Silvani conclui falando sobre a importância das organizações formalizadas por mulheres e da importância de criar espaços para ter, na prática, essa atuação feminina.

Primeiro porque vai contra tudo isso que a gente está colocando, com o protagonismo das mulheres. Não adianta a gente colocar os marcos legais e não ter na prática essa atuação feminina. Primeiro dar concretude aos marcos legais. É preciso criar esses espaços para as mulheres (Silvani)

A busca da construção da autonomia feminina passa pela autonomia financeira, mas não se resume a ela. A autonomia que buscamos se trata de algo maior relacionado

à liberdade. Liberdade para agir, pensar, decidir como fazer, o que fazer e quando fazer. Essa liberdade trata-se, na prática, de querer fazer algo sem que haja impedimentos ou restrições. Portanto, além da autonomia financeira, a autonomia também está ligada à condição da mulher, porque ela pode decidir por si só o que fazer, mas não ter condição de executar na prática por diversos motivos, como por exemplo: a falta de infraestrutura, de condições físicas, monetárias ou até mesmo por falta de acesso ao conhecimento.

A formação do grupo de mulheres contribui fortemente para a construção da autonomia feminina. Não podemos afirmar que acontece a autonomia financeira em todos os casos porque esta depende de muitos outros fatores como estruturas, capacitações, conhecimentos de gestão e marketing, mas podemos afirmar que as mulheres que fazem parte de um grupo com outras mulheres desenvolvem outras autonomias no sentido de liberdade de pensar e falar o que pensa, conquistam um “lugar de fala”, de desenvolver seu próprio trabalho, ser remunerada e decidir o que fazer com o recurso recebido; de escolher ter um tempo para si mesma, seja para se capacitar ou para confraternizar (o que os homens costumam fazer sem precisar de permissão da esposa, e elas, quando têm a oportunidade, são mal vistas ou deixam de ir por terem muitos afazeres em casa com os cuidados da família). O grupo tem mais voz diante de discussões na comunidade e abre caminho para que as mulheres apresentem seus trabalhos em feiras e eventos, ampliando suas redes de contatos e criando novas sociabilidades, desfazendo, mesmo que aos poucos, as amarras do patriarcado.

Portanto, a formação de grupos de mulheres favorece a construção de autonomias para além da financeira, que tem se tornado possível a partir do desenvolvimento de redes de apoio e da conscientização da importância do trabalho dessas mulheres para a sociedade.

5.1 NA CONTRAMÃO DA AUTONOMIA, A VIOLÊNCIA (INVISIBILIZADA OU NÃO)

A história de mulheres na trajetória dos assentamentos é marcada por muitos atos de discriminação naturalizada. Discriminação respaldada pelas visões patriarcais do projeto estatal, pelo atraso na extensão dos direitos previdenciários, pela exclusão em programas de crédito, investimentos e comercialização.

Junto ao cenário excludente temos também a cruel realidade de violência contra mulheres no meio rural, situação vivenciada por uma a cada cinco mulheres no território

brasileiro (VIANA et al., 2018; COSTA e LOPES, 2012). Estes índices podem ser ainda mais assustadores se considerarmos a problemática da subnotificação, o que dificulta o conhecimento da real dimensão do problema e possíveis intervenções. De acordo com o mapa da violência de 2015, o Brasil passou da 7ª colocação para a 5ª no ranking de taxas de feminicídios.

De acordo com a Lei Maria da Penha, constituem formas de violência doméstica contra as mulheres: a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

No cenário rural a violência contra as mulheres se torna ainda mais grave, considerando o histórico de anonimato e isolamento das mulheres, além da distância geográfica em relação à área urbana (COSTA; LOPES, 2012).

“Nesse sentido, também se destacam as dificuldades de acesso geográfico e funcional dessas mulheres aos serviços de atendimento, que, em sua maioria, estão localizados na área urbana. A soma desses fatores concorre para o aumento da invisibilidade da problemática da violência contra as mulheres ao se particularizar o meio rural” (ARBOIT, 2018, p. 507).

Durante as inúmeras conversas com as mulheres dos assentamentos, diversas foram as histórias narradas onde pudemos identificar alguns tipos de violência sofrida por elas. Muitas vezes essa violência, especialmente a psicológica e a patrimonial, é tão recorrente na sociedade que é entendida como normal, tanto por quem é vítima como por aqueles que convivem com essas situações. É legado do patriarcado a visão da mulher submissa, onde a desigualdade e o preconceito são normalizados pela sociedade. Até episódios de violência física foram justificados por elas, na tentativa de amenizar a culpa do agressor, transferindo parte da culpa para elas mesmas, com frases como: “mas eu provoquei” ou “eu que falei demais”.

Quando questionada sobre a posição de seu marido em relação ao seu trabalho, D. Zulmira diminuía a voz como se não quisesse que ele escutasse e balançava a cabeça. Ela disse em tom baixinho que ele não a apoiava nem aceitava, que ela precisava ficar em casa. Durante toda a entrevista o Sr. Joaquim se aproximava como se não estivéssemos ali, ligava a televisão da sala ou o rádio na cozinha ao lado de onde estávamos em volume alto (parecia incomodado como o nosso interesse pela história de Zulmira, e de alguma forma queria atrapalhar a conversa). Ele nos rodeava e Zulmira demonstrava querer falar mais sobre a situação que vivia, mas era nítido não ter espaço

nem liberdade para isso. Ela demonstrava com o olhar como era silenciada dentro de casa.

Perguntei se Zulmira já sofreu algum tipo de violência ou preconceito por ser mulher, por estar nesse lugar de luta pelos direitos da mulher e da comunidade.

“Sempre, né?! Mas o início foi muito difícil. Porque lugar de mulher é em casa, mulher não tem que ficar enfiando a cara onde não é para mulher. Não tive dificuldade para me comunicar com a comunidade e nem com o poder público, acho que sempre me ouviram, mas a violência sim. Não digo a agressão física, mas a verbal, psicológica sim. Sempre teve muita violência”.

Interrompi perguntando se a violência partia da comunidade ou da família e ela abaixou a cabeça e respondeu bem baixinho: *“de todas as partes, geral. Tive muita violência...”* E num tom mais alto: *“..., mas não desisti, resisti e só serviu pra me fortalecer. E hoje eu trago muita bagagem de luta, de experiência, fez eu crescer muito e acreditar em mim”.*

Tentei estreitar mais a questão para saber sobre as relações familiares e as dificuldades enfrentadas no ambiente familiar, sobre como os homens da família viam o trabalho dela na comunidade, como uma mulher à frente das questões do assentamento. Antes de responder ela me perguntou, quase que sussurrando, se seu marido estava perto. Eu disse que não, ele havia saído da sala naquele momento. Então ela disse:

“Sofri muito. Foram muitas noites de choro. Precisei de muita persistência e com o tempo eu sabia que eu ia provar. Ele sempre se “escondia” atrás de mim em relação ao trabalho, sempre sobrava pra mim. E eu sempre fui forte e acreditei que conseguiria seguir o meu sonho. (Zulmira)

Na percepção de Aline, as mulheres do Bela Vista se destacam em relação aos seus posicionamentos na comunidade, sendo uma exceção, segundo ela, se compararmos aos outros assentamentos. Entretanto, ela entende que, para esse protagonismo de algumas lideranças femininas acontecer, é necessária uma luta muito maior para que as mulheres conquistem os mesmos espaços que os homens.

“Aqui no Bela Vista as mulheres são mais fortes que em outros assentamentos que eu já visitei. Nos outros lugares são os homens que mandam, que são lideranças. Aqui é exceção. Mas as mulheres que têm uma posição de liderança aqui no assentamento precisam

bater várias vezes na mesma tecla para serem ouvidas. O trabalho é muito maior para ter o mesmo resultado” (entrevista com Aline)

Silvani, uma das lideranças do Bela Vista citadas por Aline, contou sobre os constrangimentos vividos por ela quando se posicionava em encontros da comunidade, e exemplifica bem essa batalha diária contra o machismo e em busca de espaços igualitários.

Poxa Lari, em reuniões que eu fui fazer um posicionamento ou um enfrentamento no assentamento, teve vez que eu sentada, um sujeito levantou e praticamente esfregou o falo na minha cara. Então é isso, eles pensam: “eu reconheço, mas não pode ser ela porque ela é uma mulher”. Se eu fosse um homem eu seria aclamada no assentamento, mas eu sou uma mulher. A todo momento eles me atacam e atacam a Enedina, e as mulheres ficam na torcida. (Silvani)

No campo da política, Silvani falou sobre o terror que passou em tempos recentes por ter se posicionado contra a titulação dos lotes. Uma violência explícita que a amedrontou e a fez calar diante da situação de temor por sua vida. A discussão sobre a titulação no assentamento tomou uma grande proporção com a formação de grupos pró Bolsonaro, que são a favor da titulação, da monocultura e do arrendamento nos assentamentos.

Eu não podia fazer mais nada porque se eu fizesse eu seria assassinada no assentamento, as pessoas tentaram me matar por causa disso. Eu estou com vários boletins de ocorrência. Que é também a questão do machismo, eu tive que cercar a minha casa, porque chega nesse nível se eu entrar numa briga. (Silvani)

No entanto, quando a discussão era com os responsáveis da autarquia, Silvani é tratada de forma hostil, com dizeres machistas, na tentativa de diminuir ou desestimular Silvani em sua luta pelos direitos dos assentados.

. “Eu rompi as minhas relações com o INCRA exatamente porque eles foram bastante hostis comigo. O Chefe da Divisão usou até uma palavra que vem muito desse universo machista dizendo que eu estava sendo muito dramática. Esses são os homens dizendo que a mulher ou está brava, histérica ou dramática”. (Silvani)

Nas relações construídas com as mulheres dos assentamentos durante essa pesquisa, acompanhamos um caso de uma das mulheres que chegou a ser internada com traumatismo craniano após uma agressão, cujo agressor era o próprio marido. Infelizmente esses casos são mais comuns do que se imagina, mas são subnotificados porque a maioria das mulheres não registra a ocorrência da agressão. Na área rural essa subnotificação é ainda maior, por estar mais distante de delegacias, ou por não ter testemunhas, ou mesmo por medo ou vergonha.

Para a maioria das mulheres, perceber que se está em uma situação de violência é difícil e a negação é comum, agravando a situação da violência (Silva, Coelho, & Caponi, 2007). O estudo realizado por Souza e Rezende (2018) indicou que grande parte das mulheres que chegam às unidades de saúde pública para procurar ajuda por terem sofrido violência física, geralmente, já passou por outros tipos de violências, como a psicológica e sexual. O sentimento de vergonha e o medo de revelar a origem de suas lesões são usuais.

CAPÍTULO 6. DILEMAS E INDEFINIÇÕES NA AGENDA POLÍTICA DOS ASSENTAMENTOS

A constituição de uma possível nova identidade política mediada pelos novos horizontes que se abrem timidamente no campo das políticas públicas põe em questão o alcance dessas mudanças no âmbito das relações de gênero. Medeiros (2008) aponta

que as diferentes perspectivas sobre a mulher na reforma agrária e no meio rural podem revelar os avanços socioeconômicos, as formas de organização dos assentamentos e os acordos estabelecidos no interior dos lotes. Esta é uma dentre as políticas de ações afirmativas que pode contribuir para uma mudança efetiva das relações entre os gêneros.

No entanto, apesar dessas estratégias e avanços, as respostas do Estado têm oscilado entre omissões, irrealizações, expressões de violência programada e sinais de alento. Há que se examinar o que, de fato, significa o conjunto de políticas públicas implementadas pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária dirigidas à promoção da autonomia econômica, elemento indispensável para a superação das desigualdades que marcam as vidas das mulheres assentadas e de outras trabalhadoras rurais. Isso porque essas mudanças não se deram por uma política de outorga, mas, sem dúvidas, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais anteriores à Constituinte interferiram decisivamente para que uma pauta de negociações das políticas públicas permeadas por relações de gênero fosse publicizada.

Nesse processo, apresenta-se uma pauta de políticas que podem fortalecer a condição de agricultura das mulheres rurais. Questões como crédito, programas de geração de renda e formação profissional, comercialização da produção da agricultura familiar e acesso à documentação básica saem do campo das invisibilidades e se colocam como reivindicações a serem transformadas em direitos.

É comum o pensamento que considera a jornada de trabalho da mulher nas atividades rurais como reduzida ou secundária. Essa tendência é largamente reproduzida nos discursos quando afirmam que as “atividades prioritárias das mulheres são as domésticas e não necessariamente do roçado – mesmo tendo elas passado uma parte do tempo trabalhando junto aos homens” (GOMES, 2017).

Nesse ponto, a invisibilidade se dá pelo fato de haver um discurso naturalizado da interiorização da diferença da mulher. A dificuldade em distinguir seus trabalhos na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa subestima sua jornada de trabalho nas atividades agropecuárias (FERRANTE, 2007, 2010).

O papel da mulher nos dias atuais tem superado, em parte, aqueles que se consolidaram historicamente, acrescentando outros espaços que vêm conquistando além da esfera doméstica. Mudanças ocorrem e as mulheres parecem mais participativas, embora com timidez, nas tomadas de decisões tanto no ambiente familiar como na comunidade.

As políticas públicas não focam o segmento feminino, ainda que as mulheres busquem participar de projetos públicos voltados à produção ou instalação de equipamentos sociais, os obstáculos são inúmeros. Dessa forma, é importante entender como acontece a participação das mulheres nesses projetos e quais as dificuldades existentes para que consolidem, inclusive para que possamos identificar os caminhos para superação desses obstáculos e estimular a inserção das mulheres nos embriões de modelos alternativos de desenvolvimento rural e de maior representatividade feminina.

6.1 GESTÃO MUNICIPAL: O CASO DE SILVANI SILVA

Durante entrevista com Silvani, o assunto sobre gestão pública foi abordado, quando foram levantadas várias questões relacionadas ao tema e às experiências de Silvani nesse universo como representante de um órgão da administração municipal de Araraquara e sendo, ao mesmo tempo, moradora e representante também do assentamento. Segundo ela, a política sempre fez parte de sua vida, desde os tempos de criança Silvani já demonstrava uma inclinação para a política.

A minha vida sempre foi política, desde muito pequena, na escola, eu já assumia, mesmo não querendo, algum protagonismo. Porque quando eu não concordo com alguma coisa eu me manifesto, e nem sempre as pessoas se manifestam. Quando uma pessoa discorda ou concorda publicamente ele acaba assumindo um papel de liderança, enquanto os outros se calam, quem se manifesta acaba assumindo isso. Então, desde a escola eu sempre estive envolvida nas esferas que eu atuava politicamente. Na escola eu participava dos grêmios, nas empresas eu sempre estive ligada a uma CIPA, então é algo meu, sempre tive isso.

Silvani contou que, na infância, ajudava o pai nos trabalhos com os movimentos sociais e participava de grupos de jovens, que a respaldaram na formação política e nas lutas sociais.

Teve esse papel meu com o meu pai, no final da década de 1980 e começo de 1990, quando eclodiu os movimentos sociais, e eu era muito ligada à igreja onde eu participava muito dos grupos de jovens em Limeira. A gente tinha as campanhas da fraternidade e falava-se muito da política e do sujeito como ator da sua própria história das lutas sociais, enfim, eu tive uma formação política na minha adolescência e no início da juventude com esses princípios da luta da reforma agrária, das conquistas sociais, o que é a pobreza, sobretudo no viés da própria igreja.

Em Limeira, ainda muito jovem, Silvani começou a trabalhar informalmente fazendo balaio aos 8 anos de idade. A cidade, que antes era conhecida como terra da

laranja, muda sua configuração e passa a ser a capital da bijuteria. Ao se remeter a essa época, Silvani lembra que antes da Constituição da Criança e do Adolescente de 1994, era comum crianças trabalhando. Entre as muitas fabriquetas de bijuterias as crianças trabalhavam fazendo soldas e montando joias, e Silvani era uma dessas crianças.

Ela contou sobre um marco de sua infância quando, aos 8 ou 9 anos, uma professora escreveu na lousa sobre o dia da mulher, e nessa ocasião a professora falou com muito orgulho sobre a prefeita de São Paulo ser uma mulher: Luiza Erundina.

“Aquilo que ela falou me marcou muito. A D. Lurdes me ensinou muita coisa, mas se me perguntasse assim, diga uma coisa que você realmente aprendeu lá no seu segundo, terceiro ano da escola, eu diria que aprendi que a mulher tem que estar na política. Isso ficou registrado de alguma forma no meu inconsciente. E as coisas foram acontecendo”.

Após participar de um curso chamado “patrulheiros”, ainda em Limeira, que era um projeto que inseria os jovens no mercado de trabalho de uma forma mais organizada, Silvani garantiu o seu primeiro emprego aos 12 anos na prefeitura da cidade, trabalhando diretamente com o vice-prefeito. Quando os pais resolveram se mudar para Araraquara ela decidiu ir junto, mesmo com a opção de permanecer trabalhando em Limeira.

“Tanto que quando meus pais vieram para Araraquara, o pessoal da prefeitura de Limeira pedia para que eu ficasse lá. Talvez se eu ficasse lá eu também estaria na prefeitura, porque eu gostava e ir para a Câmara Municipal, eu queria entender e achava importante isso”.

A carteira registrada aos 12 anos foi na política, e a vida a levou nesse sentido. Ela acredita que esse é o melhor caminho porque, segundo ela, não se pode virar um profissional político, com a meta de ser político. A meta deve ser interagir com o mundo e procurar fazer, dentro do que é possível, no espaço familiar e nos caminhos que irá percorrer.

Nesse universo da posição que ela se encontra na política, como representante do poder público, Silvani enfrenta o descontentamento que os homens do assentamento têm em relação ao cargo que ela possui, não admitindo o protagonismo feminino em nenhuma esfera de representatividade política.

Até porque os homens do assentamento me acham importante, mas importante eles querem que eu seja a secretária deles. Querem que eu seja alguém para alavancar os projetos, mas que eles sejam protagonistas, e não uma mulher. Então eu sinto na ação deles um incômodo muito grande.

Esses homens acusam Silvani de influenciar negativamente suas esposas, por ser um exemplo de mulher livre e independente. Já as mulheres demonstram grande admiração pelo trabalho desempenhado por Silvani, mas, muitas vezes se absterem para não se indisporerem com seus companheiros.

Um dos problemas é que, como os maridos têm o controle da cabeça delas, tanto que eu sou acusada pelos maridos pelos divórcios que acontecem no assentamento como se essas mulheres ficassem vendo a Silvani e acabam querendo se divorciar. Não admitem que elas querem se divorciar porque eles expropriam elas, que eles agredem, batem, não dão condições para essas mulheres. Não, “são as ideias dessa louca que estão achando que as mulheres podem tudo”. Isso é muito claro.

Quando pensamos sobre as mulheres emancipadas que estão na política ou que exercem algum papel de protagonismo, Silvani aponta que se destacam, sobremaneira, mulheres separadas, divorciadas ou viúvas.

Como poucas conseguem agir? Sobretudo são as divorciadas que conseguem interagir. Na história do Bela Vista, quem são as mulheres que estão na política ou que têm um papel de visibilidade diante da sociedade? São mulheres que os maridos não têm muito protagonismo. A questão das mulheres no assentamento fica assim, se tiver um homem, elas vão ter muita dificuldade de ter protagonismo.

Então, no meio rural, as questões de gênero e do patriarcado ainda são muito marcadas. É muito difícil atuar no meio rural sendo mulher, seja no campo da produção, nos grupos de associações ou cooperativas ou no espaço do poder público. E quando uma mulher casada consegue destaque? Silvani aponta que as mulheres casadas precisam se “embrutecer” para se fazerem ouvidas.

Agora onde aparece a mulher quando é o casal? Quem a gente pode citar? Eu cito a Fátima do Joaquim. Mas quem são essas mulheres? São mulheres femininas? Não, é um homem num corpo feminino. Não estou julgando, mas para ela agir nesse mundo feminino e ser uma interlocutora no campo da produção, ela se veste como um homem, ela coloca um chapéu, um sapatão, ela tem que embrutecer para fazer a disputa, para ser ouvida. Não é. o perfil de mulheres que vão falar baixo.

Não estou estereotipando, que a mulher tem que ser isso, estou dizendo que a mulher, enquanto sua essência, não precisa ser necessariamente assim. Até eu, eu não sou uma mulher delicada, eu sou rústica. E talvez essa é uma maneira que, para trabalhar nesse mundo, que a gente encontra para o enfrentamento. É esse o universo no mundo rural. No assentamento eu não conheço uma onde as decisões são tomadas juntas, eu sempre vejo o homem ainda tomando as decisões.

Para Silvani, as jovens do assentamento estão se empoderando mais porque veem as lideranças femininas como referência de onde podem chegar, de que é possível ocupar um espaço antes dominado por homens.

Eu não sou melhor do que ninguém, mas o que eu sou permite as outras meninas serem também. Mas onde a Silvani chegou? O fato de eu estar aqui permite que as outras meninas também possam ser. É uma abertura. É a mesma coisa que pra mim a Erundina era muito mais distante, mas quando eu, a Enedina, as outras mulheres começam a trabalhar, a gente está vendo as mulheres do posto de saúde, na escola, e que elas vão tomando o espaço, as outras pensam, está bom, eu posso ser também. Mas eu sinto muito ainda a ausência das mulheres.

Uma frustração para ela é não conseguir transformar essa realidade. Diversas tentativas de incentivo à participação das mulheres em programas institucionais foram realizadas, mas sem sucesso.

Trabalhando na agricultura, embora muitas vezes convocando as mulheres e muitas vezes ríspida com os maridos dizendo: eu não falo com você se a esposa não estiver junto, eu não consegui fazer isso.

Os assentamentos de Araraquara, em todas as esferas políticas, sempre estão na pauta. Nem sempre construindo o desenvolvimento, mas de alguma forma sempre está ali com agentes políticos nos assentamentos, que são como um capital político social. Como exemplo: “agora eu sou amigo do assentado, olha como eu sou legal”. O atendimento às necessidades dos assentamentos passa a ser entendido como uma ação social para melhorar a imagem do político.

Primeiro que os assentados são muito politizados. Não estou dizendo no sentido de uma compreensão de classe, não é isso, infelizmente. Principalmente no cenário que eu tenho visto agora. Na questão de voto, no ponto de vista eleitoral, não elege ninguém. Se juntar os três assentamentos não elege ninguém. Do ponto de

vista de número de votos não representa nada, mas para efeito que tem na cidade como “o cara do social”, porque as pessoas vêm o assentamento como o lugar mais pobre da cidade.

Ainda no tema sobre gestão pública, Silvani explica sobre os projetos municipais como o PMAIS e o próprio PAA que também são via município e os assentados são priorizados no caso de concorrência com outras categorias de agricultores. Na ausência de assentados abre a oportunidade para outros agricultores.

No que remete à comercialização nas feiras, ela acredita ser de grande importância, mas que é preciso pensar em um novo projeto de fortalecimento da valorização da comida que vai à mesa.

Precisa fomentar mais as feiras e evitar o sucateamento que está ocorrendo. Tanto ela dá renda que os assentados não gostam de dizer quanto que eles faturam na feira. Mas eu vou falar pela experiência da minha irmã. Ela vive disso, da comercialização de produtos que estão na feira. Então tem uma renda boa. O que precisa realmente é fomentar mais, de todas as formas, criar condições para a produção dos alimentos que vão à mesa. E a partir disso é a parte de publicidade, enfim, eu penso que é uma boa estratégia.

A participação da mulher diz muito sobre quem está à frente dessa gestão. Quando uma gestão pública já tem a questão da participação da mulher e sua importância, cada vez mais as mulheres vão ganhando mais força, mais espaço. Silvani, ao falar sobre essa participação, cita os desmontes ocorridos no governo Bolsonaro e os impactos causados pela falta de fomento às políticas públicas para mulheres.

A gente não tem mais as conferências de mulheres, que foram as grandes fomentadoras de políticas públicas para as mulheres, e é proposital. Nós somos a maioria no país, mas até nas conferências, pensando na representatividade em números, que a gente tem até as conferências são minadas. Vamos pensar uma conferência nacional com 5 mil mulheres é uma conferência pequena para o tanto de mulheres que nós somos. Mas é esse pequeno contingente que vai dar o tônus de qual vai ser a política para as mulheres. E a gente não está tendo isso. O pouco que temos, muito está sendo desconstruído, é o dismantelamento do que foi construído. Colocaram a gente no fundo do armário de novo.

Sobre as políticas públicas de Araraquara com foco na construção da autonomia das mulheres, tanto da cidade como do rural, Silvani explica que a ideia do governo é que as mulheres sejam o tema central dessas ações.

Araraquara tem sido muito resistência em todos os aspectos na construção de políticas em tudo que está desmantelando em nível nacional a gente está focado aqui em trabalhar na construção de políticas em que as mulheres sejam centrais. Tanto que o governo do Edinho, no secretariado, a maioria são de mulheres. O Edinho tem seus problemas, mas é um homem, como ele mesmo diz que é um machista em desconstrução, que, por opção, colocou mulheres. E a gestão pública de Araraquara, se está nesse perfil de resistência que se mantém esse olhar mais humano e social, é porque são políticas encabeçada na maioria por mulheres.

O governo de Araraquara está constituído por aproximadamente 70% de mulheres nos altos cargos. Com mais mulheres na política, é esperado um maior olhar do poder público para as questões de gênero existentes. Em relação aos agricultores, Silvani diz que é respeitada no ambiente institucional, mas que no assentamento sofre com discriminação e o machismo.

Agora, como eu acho que as mulheres veem isso, acho que elas me veem, veem a Enedina também como resistência. E o fato de um homem como o Edinho empoderar a gente abre um caminho. Já que são eles que estão no poder, a única maneira que se tem é um homem abrir esse caminho. A gente enfrenta o tempo todo o machismo. Aqui no ambiente institucional não porque já são questões superadas. Aqui eu ocupo um cargo de chefia, então é diferente. Lógico que tudo fica mais fácil quando você é homem, é inegável, mas com um cargo de chefia e os próprios produtores que vem aqui já chegam de outra forma. Dentro do lote deles não posso falar, mas a regra aqui sou eu quem dou. Mas eu não consigo a presença das mulheres. Eu ouço sempre que ela não quis vir, ela está ocupada ela não gosta. Será? E se eu perguntar pra ela é capaz dela confirmar, porque ela não quer desgaste. Se pra mim que vivo isso é muito doloroso, imagina ela que vai conviver com o sujeito todo dia, ela vai criar esse desgaste? Não vai.

Nesse sentido, cabe levantar a questão do crédito rural e mais especificamente sobre o direcionado às mulheres, o Pronaf - Mulher e o baixo acesso pelas agricultoras. De acordo com o estudo de Laís Izidoro, entre os anos de 2013 e 2017, o Estado de São Paulo teve apenas sete contratos firmados do Pronaf-Mulher, e 6.278 em todo o Brasil, sendo o Nordeste o estado com o maior número. No entanto, esse baixo acesso ao Pronaf - Mulher não significa que elas estão excluídas do acesso ao crédito rural. Mesmo sendo menor do que o número registrado de acessos dos homens, elas acessam mais expressivamente a modalidade Pronaf B, que é preferida por não haver tantas exigências e por ser um empréstimo de baixo valor. A preferência por essa modalidade expressa mais uma estratégia das mulheres para alcançar as políticas públicas, quando estas não

são formuladas devidamente para contemplar a complexidade da existência das mulheres no espaço rural (IZIDORO, 2017).

Ainda assim, as pesquisas apontam que essas solicitações de créditos demandados pelas mulheres têm o comando de seus maridos. Na realidade essas mulheres, em sua maioria, não têm influência sobre as decisões a respeito dos recursos acessados. Com o argumento de esgotamento da disponibilidade de créditos que podem ser solicitados pelos maridos e utilização do recurso que deveria ser direcionado para as mulheres, elas são desestimuladas a investirem nos seus projetos próprios, que são alternativos aos solicitados pelos homens. Isso se dá pela falta de fiscalização e acompanhamento dos órgãos responsáveis pela liberação do crédito, principalmente se elas estiverem envolvidas com atividades não agrícolas como a produção de pães, queijos, artesanatos, entre outros. Esses agentes dos órgãos gestores dificilmente orientam claramente sobre as perspectivas dos créditos para as mulheres, mais raro ainda é a obtenção de crédito de modo coletivo entre mulheres (IZIDORO, 2017).

Apresentamos aqui a questão da ineficiência do crédito direcionado para as mulheres, mas isso não quer dizer que para homens assentados o processo é fácil. Muita burocracia e falta de orientações são queixas recorrentes nos assentamentos quando o assunto é crédito rural. A falta de assistência técnica, nesses casos, é o que mais prejudica os agricultores, pois são necessários documentos como projetos, análise de capacidade de pagamento e relatórios de vistorias que exige um técnico especializado para auxiliar nesses processos.

Aline contou durante a entrevista que foram tantas as burocracias e impedimentos para que seu pai financiasse um trator pelo banco, que ele desistiu e preferiu negociar com a concessionária de tratores. A ideia de adquirir o maquinário era para ter autonomia na produção do lote, evitando os arrendamentos, mas com os obstáculos enfrentados os assentados não veem outra alternativa a não ser arrendar para as usinas.

“O governo quer mais é que a gente recorra ao privado mesmo, porque pelo Banco do Brasil é impossível. Eles alegam que não tem recurso pra agricultura familiar. Um exemplo, para pegar um financiamento para plantar é uma burocracia que a gente desiste no meio do caminho. Meu pai mesmo para conseguir o financiamento para pegar o trator ficou 2 anos indo no Banco do Brasil, levando documentação, aí desistiu e foi financiar com a loja mesmo que vendeu o trator pra ele. Nesses dois anos ele foi guardando dinheiro, vendendo gado e engordando. Aí ele deu metade de

entrada e financiou o resto. Foi assim que ele conseguiu. Mas a maioria desiste no meio do caminho e entrega pra usina". (Entrevista com Aline, 20/05/2022)

Na contramão da lógica produtiva da agricultura familiar surgem essas estratégias para o desenvolvimento agrícola das famílias que, assumindo o papel de fornecedoras de matérias-primas com foco na produção de commodities (como a cana, a soja e o milho), são inseridas no circuito de produção e comercialização agroindustrial. Com a ausência de uma assistência técnica pública, nesses casos, o serviço se dá pelos próprios agentes da integração agroindustrial (usinas, cerealistas) e de forma privada. (FERRANTE; ALY; BARONE, 2022).

Zulmira falou sobre essa falta de assistência técnica e que a alternativa para conseguir um suporte técnico é encontrada com os agrônomos das lojas agropecuárias, os quais geralmente já têm aqueles “pacotes tecnológicos prontos”, onde são criadas as dependências por esses pacotes carregados de transgênicos e agrotóxicos.

“Eu sinto muita falta de quando tinha assistência aqui, era muito bom quando a gente tinha quem cobrar, pedir, ajudar nos projetos, faz muita falta. Agora a gente recorre aos agrônomos das lojas que vendem pra gente. Eles orientam algumas coisas. Mas pra documentação a gente recorre à Enedina.”. (Zulmira)

Outro ponto importante relacionado à gestão pública são os programas institucionais dos governos federal, estadual e municipal. Com o retorno do Brasil ao mapa da fome, iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são extremamente necessários, viabilizando a aquisição e doação de alimentos por parte do governo federal para quem precisa. Embora sejam somente 25% dos lotes de assentamentos que tenham entregue alimentos ao PAA, o programa incentivou muitas famílias a impulsionar a produção diversificada de alimentos, sobretudo dos agroecológicos, pagando valores 30% maiores aos produtos orgânicos e agroecológicos.

No contexto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre os principais objetivos do PAA temos a promoção da inclusão produtiva dos agricultores mais pobres e a garantia de acesso à alimentação saudável para a população. O programa beneficia diretamente os agricultores familiares, que são os produtores dos alimentos, e as pessoas em situação de insegurança alimentar, implementado por diversas formas e modalidades. A principal delas é a compra com doação simultânea (CDS) com a compra

de alimentos da agricultura familiar e doação dos produtos para entidades da rede socioassistencial, hospitais, bancos de alimentos, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional ou outras entidades que fazem a distribuição às pessoas que precisam desses produtos.

Além do combate à fome, o PAA favorece o combate à pobreza no meio rural, garantindo uma renda anual aos agricultores que entregam produtos às entidades. O valor pago para os agricultores participantes do projeto é de grande impacto para as famílias nos assentamentos, e significa, em muitos casos, a principal renda da família. Para os aposentados é o pagamento do PAA que complementa a renda e afeta na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, como também serve de incentivo aos jovens, que veem como uma oportunidade para participarem da produção do lote que será destinada ao programa.

“Vejo o pessoal que participa desses projetos e sei que tem muito impacto para as famílias, é uma renda boa. Eu ainda pretendo plantar algumas coisas pra entregar como abobrinha, couve.

Meu filho que está no lote que era da minha irmã só está esperando regularizar para conseguir participar desses projetos. Ele está muito esperançoso para pegar pelo menos a concessão de uso pra conseguir fazer o talão de notas dele, fazer a DAP, e ficar trabalhando só no lote junto com o filho dele, o Carlos, que gosta muito da roça. Ele fala que o sonho dele é trabalhar na terra. (Zulmira)

Além dos aspectos relevantes já citados, temos o PAA com potencial de grande propulsor para o desenvolvimento das mulheres, com a obrigatoriedade dos projetos de PAA CDS conterem um número mínimo de 30% de mulheres como fornecedoras do projeto de uma organização formal e também pelo espaço das hortas serem territórios geridos majoritariamente por mulheres. Porém, com o sucesso do PAA e com os aumentos nos valores dos projetos, os homens passaram a se apropriar dessa política pública, e a participação das mulheres passou a ser somente a assinatura obrigatória para alcançarem os 30%.

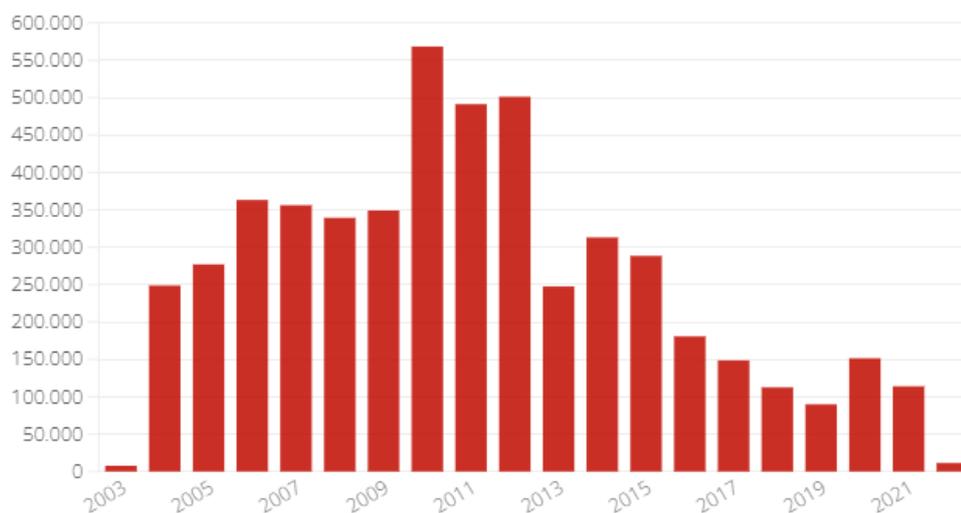
“Na questão do PAA, a gente sabe que seria um grande propulsor do desenvolvimento para as mulheres, porque elas que tinham a expertise da horta. Quando institucionaliza o PAA, os homens que cuidavam da produção de grãos, de repente a expertise deles é a horta. Então esse é o dilema que se tem no assentamento”. (Silvani)

Como fatores positivos do PAA na dimensão econômica podemos citar a dinamização da economia local, a melhoria da qualidade de produtos e o cesso a novos

mercados, enquanto na dimensão social temos o aumento e a diversificação dos salários e/ou da renda, a comercialização e a garantia de venda, a maior disponibilidade de alimentos na propriedade para o autoconsumo, a qualidade da alimentação de agricultores, a melhoria na qualidade da alimentação dos beneficiários consumidores, o aumento do acesso e o incentivo ao consumo de alimento de qualidade por esses consumidores e, com isso, a melhoria na saúde (SANBUICHI, 2020).

No auge do PAA, criado em 2003, o programa chegou a doar mais de 500 mil toneladas de alimentos em 1(um) ano. Esse valor caiu cerca de 76% na comparação entre 2011 e 2021 (GRÁFICO 1). Nos últimos anos as ações relacionadas ao PAA foram paralisadas, enquanto o país voltava ao mapa da fome.

Gráfico 1: Doação de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos em toneladas entre 2003 e 2022 no Brasil.



Fonte: Ministério da cidadania. 2022.

No primeiro semestre de 2022 quando 33 milhões de pessoas estavam passando fome, somente 11.460 toneladas foram doadas pelo PAA. Em meio a escalada da fome no país o orçamento para o PAA foi praticamente zerado.

Araraquara apresentou o programa PMais Alimentos como alternativa para os produtores continuarem entregando seus produtos ao banco de alimentos do município através de verbas municipais. Este programa segue a mesma política do PAA, pagando a mais para produtores orgânicos ou agroecológicos, mas, de acordo com as informações

da secretária de Segurança Alimentar, somente 1(um) produtor entrega orgânicos no PMais.

Existe uma verba de mais de 100 mil reais destinada à compra de produtos orgânicos ou agroecológicos para entrega de frutas e legumes no Programa Alimenta Brasil – PAB7.

“Está sobrando dinheiro. Nós colocamos mais de 500 mil reais no PMais para comprar da agricultura familiar e nós compramos 300 mil. Não conseguimos comprar frutas, legumes, estou vendo outros programas pra gente comprar. A discussão hoje da reforma agrária é essa, quem vai produzir o alimento?

O município está investindo dinheiro próprio, e não está conseguindo cumprir a meta. O próprio TCU já apontou por que não estamos usando a verba? Porque não temos produtos da agricultura familiar. A merenda a mesma coisa. A agricultura familiar não está respondendo.

É muito mais fácil plantar soja. A produção de alimentos que vai à mesa está perdendo para a produção de grãos porque não é fácil produzir hortaliças”. (Silvani)

Podemos inferir, de acordo com os dados apontados nesta pesquisa que o aumento dos arrendamentos está intimamente ligado à queda da produção de alimentos nos assentamentos.

6.2 RISCOS DOS ARRENDAMENTOS E PARCERIAS

A trama de tensões, de acordo com Ferrante, Aly e Barone (2022) é constituída num campo específico no qual estão em disputa possíveis distintos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais. Segundo os autores, esta disputa se faz mais acirrada no plano das políticas públicas, quando há concentração de assentamentos no mesmo território.

O assentamento é um espaço de dificuldades, resistência, mas também de oportunidades e esperanças. Neste espaço constrói-se ou reconstrói-se a história individual e a sociabilidade. É um espaço de experiências, práticas e transformação de habitus, que ressocializam os trabalhadores para alternativas jamais previstas. (FERRANTE; ALY; BARONE, 2022)

Os assentamentos de Araraquara estão localizados numa das regiões de agricultura mais modernizada do país, voltada principalmente à produção

⁷ O Programa de Aquisição de Alimentos teve alteração no nome para Programa Alimenta Brasil durante o governo Bolsonaro, no ano de 2021, mas não foram alteradas as diretrizes e nem as formas de implementação do projeto.

sucroalcooleira, o que tem induzido os produtores rurais a arrendarem para a produção de cana das usinas, colocando em risco a diversidade agrícola e a produção local de alimentos. “O uso do espaço agrícola no município tem servido a este propósito em detrimento da soberania alimentar seja dos assentados ou do abastecimento local” (DUVAL; VALENCIO; FERRANTE, 2008).

A possível integração entre o assentado com a agroindústria, caracterizada por uma relação direta entre o fornecedor da matéria prima com a receptadora/processadora do produto, seja através de um contrato ou acordo, apresenta-se problemática (FERRANTE; ALY; BARONE, 2022). Os bloqueios aos quais se referem os autores estão relacionados à falta de condições adequadas dos fatores de produção como o tamanho dos lotes, a falta de assistência técnica, os financiamentos e a adoção dos pacotes tecnológicos, ou quando os mercados locais/regionais não oferecem agentes econômicos dispostos a distribuir a produção dos assentamentos. Muitas vezes o assentado é reduzido somente a um produtor de excedentes numa economia altamente mercantilizada, ficando à mercê dos atravessadores e a dificuldade de acesso a diferentes tipos de canais de comercialização dá espaço para a inserção dos assentamentos no circuito de fornecedores de cana-de-açúcar para as agroindústrias.

No assentamento Monte Alegre, muitos assentados já plantavam cana irregularmente até que, em 2002, o Itesp regularizou o plantio de culturas agroindustriais nos assentamentos do governo estadual. “Desde então, os assentados da fazenda Monte Alegre passaram a assinar contratos de cinco anos com usinas do complexo canavieiro local na condição de fornecedores de matéria-prima” (DUVAL; VALENCIO; FERRANTE, 2008).

De acordo com os autores supracitados, no ano de 2008, dos 366 lotes do assentamento Monte Alegre, estimava-se que 280 tinham aproximadamente 50% de suas áreas cobertas com a cultura de cana-de-açúcar. O acordo gerou uma boa renda para as famílias nas primeiras safras, mas com a queda da produção e da qualidade da cana cortada nos anos seguintes a cultura passou a ser inviável, e muitos produtores passaram a pagar para continuar cumprindo o contrato firmado com a usina.

Nos primeiros anos, a iniciativa ganhou destaque, visto o número de adesões que teve e a boa renda média gerada pelas famílias. No entanto, em 2007, já foi possível perceber um efeito negativo para os assentados: na safra 2005-2006, o preço da tonelada da cana

chegou a R\$ 60,00 e na safra seguinte caiu a R\$ 28,00. Muitos quiseram deixar de produzir a cana, mas o formato do contrato obrigou-os a permanecer no cultivo desta cultura ainda que sem o retorno devido. (DUVAL; VALENCIO; FERRANTE, 2008).

Durante uma das reuniões com o grupo RAMAS-Girassóis, uma das participantes, Regina, falou sobre o plantio da cana-de-açúcar em seu lote. Segundo ela, o recurso advindo da cana é uma alternativa para que ela possa manter a área produtiva e também outras culturas, considerando que ela mora sozinha no lote, sendo a única mão-de-obra disponível para uma área extensa de aproximadamente 15 hectares.

“Agora eles colheram quase dois anos depois de ter plantado! A minha foi a primeira a ser colhida! Por conta dos descontos vou receber 27 mil (reais). Compensa porque eu sou sozinha no lote, trabalho como cuidadora de idosos, meus filhos estão fora, minha família toda mora em Sertãozinho... Assim eu consigo manter meu pomar com minas plantinhas e o restante do lote que eu não consigo cuidar fica produtivo” (Regina, durante reunião do RAMAS em 27/05/2021).

Analisando especialmente este caso, mas sabendo que ele se reproduz em muitas outras unidades produtivas, podemos identificar alguns pontos de importante destaque: primeiro sobre o porquê Regina permanece no assentamento, sendo que toda a família mora em Sertãozinho. É o caso de muitas pessoas que residem sozinhas nos assentamentos, mas não abrem mão de viver ali. Nesses casos observa-se uma relação de amor com a terra, de pertencimento com aquele local, mas também de resistência.

Outra questão a ser analisada é o grande incentivo que o atual governo e representantes das instituições responsáveis pelos assentamentos estão dando para o plantio da cana-de-açúcar. Além da autorização do seu cultivo em até 50% do lote, já houveram várias reuniões mediadas pelo Itesp no Monte Alegre com a participação de representantes de usinas e membros da associação de produtores de cana-de-açúcar, onde os objetivos são intensificar e fortalecer a produção de cana no assentamento, formalizada através dos “contratos de parceria⁸”. De acordo com um produtor membro

⁸ As parcerias são propostas e definidas durante as reuniões. Posteriormente, a usina encaminha o documento do contrato para o produtor assinar. Em seguida o contrato é encaminhado para que o responsável da Fundação Itesp também assine e envie de volta para a usina. Somente após esse trâmite o produtor tem acesso à cópia do documento de tal negociação. Depois que é firmada a parceria, a negociação é feita somente por intermédio de uma associação de produtores de cana, não é permitida a negociação individualmente. Ainda, o valor pago pela usina na tonelada do produto também é calculado a partir da média da produção de todos os associados, como se fosse um único fornecedor. Em relação às responsabilidades da produção, no primeiro ano, desde o preparo da terra, o plantio até

da associação de produtores de cana-de-açúcar do Monte Alegre, atualmente são 212 unidades produtivas com contratos firmados com a usina no assentamento. Dentre as 12 mulheres que participaram desta pesquisa, 10 afirmaram destinar uma área do lote para o plantio de cana-de-açúcar, sendo que 7(sete) indicaram o arrendamento da área como forma acordo de produção com a usina, 1(um) não planta cana, 1(um) não possui lote e 3(três) indicaram o manejo dos tratamentos culturais da cana de forma individual, e negociando pelo melhor preço com as usinas da região.

O terceiro ponto de importante discussão é a “parceria” como última saída para a permanência das assentadas e manutenção da área produtiva no lote, especialmente quando falamos de viúvas. Existe um apelo, seja das instituições governamentais ou mesmo dos familiares para que essas mulheres viúvas deixem seus lotes para irem viver na cidade, justificado pela falta de condições físicas para o trabalho na roça, pelo melhor acesso ao transporte e ao sistema de atendimento médico oferecidos nos centros urbanos.

Apesar de tantos obstáculos, essas mulheres escolhem ficar e encontram nas parcerias a forma de realizar a produção em uma grande área, recebendo recurso para manter a produção do quintal, onde está a diversidade e muito do que se consome no dia-a-dia, e também o que lhes dá alegria, pois elas continuam vivendo e trabalhando na terra. É a representação de também poder desfrutar de algo que não tinham acesso até então. São questões não apenas ambientais ou econômicas que estão em jogo, mas subjetivas, psicológicas que devem ser consideradas e analisadas com cuidado e com olhares multifacetados.

Durante as entrevistas realizadas com as mulheres foram feitas perguntas a respeito da visão delas sobre os arrendamentos existentes nos assentamentos. Distintas opiniões foram apresentadas, inclusive como se dá a forma de entrada da usina nos lotes com o plantio da cana-de-açúcar, conforme o relato de Edna, sobre os arrendamentos no Bela Vista:

O arrendamento aqui é totalmente descontrolado. A usina, na verdade, ela já não entra mais aqui dentro. Como que a usina vem? A usina vem por terceiros. Então tem uma pessoa, que a gente

o primeiro corte é de responsabilidade da usina. Do segundo ano em diante todos os manejos ficam a cargo da associação, que por sua vez contratam uma empresa terceirizada que realiza toda a manutenção da produção da cana nos lotes dos associados. Ao final da colheita o lucro é dividido entre os produtores. No entanto, caso haja prejuízo, este também será de todos.

costuma dar o nome de gato... seria terceirizado? Não sei se a palavra seria essa. Então essa pessoa vem aqui dentro, ela consegue tanto de lote e tanto de terra, aí então ela negocia com a usina. Então, a usina, diretamente, a usina não faz negócio aqui dentro. Até porque a usina já teve problema com isso. Que o sindicato entrou no meio, então a usina é esperta, ela não entra mais. Mas ela entra através de outras pessoas. Aí ela entra como se fosse gato. E tem pessoas aqui dentro que fazem esse tipo de serviço, tem famílias aqui dentro que fazem, e acabam explorando o próprio companheiro aqui dentro do assentamento. É aquela lei de quem mais sabe, quem mais pode que leva a melhor, tipo essa lei... Então, acaba acontecendo isso, as pessoas recebem 20% do valor bruto, o restante, 80% fica para quem foi lá, gradeou, plantou a cana. A cana e tem outros também, tem a soja, o ano passado aqui dentro também teve o amendoim, mas o forte mesmo é a cana e depois a soja. É triste saber disso, mas é assim que funciona. E muitas vezes também não é só, porque aquele assentado que tem condição melhor ele acaba plantando 2, 3, 4, 5 lotes ou até mais, porque ele tem condição pra isso. É assim que as coisas funcionam aqui (Entrevista com Edna, Bela Vista, 2021).

Em entrevista com Vera, do Monte Alegre, a assentada explica, de acordo com a sua visão, os motivos relacionados à falta de recursos financeiros pelos quais os assentados recorrem aos arrendamentos:

“O arrendamento acontece com tanta frequência pelo fato do assentado não ter condição financeira para financiar, do plantio até a colheita e escoamento da produção” (Entrevista com Vera, Monte Alegre, novembro 2021).

Em entrevista com Léa identificamos um olhar mais favorável aos arrendamentos, chamados por ela como parcerias, pois, segundo ela não vê diferenças na prática entre os termos:

“Tem dois lados. Não diríamos arrendamentos, mas parcerias. Ao meu ver nem sempre são justas, não tem um contrato por escrito, é tudo verbal. Pra fazer tudo sozinho, sem maquinários com certeza é mais difícil. Tem os maquinários da prefeitura que nem sempre conseguimos pegar quando precisamos pois, são vários lotes precisando dos mesmos serviços. Mas no final, parcerias tem sido a melhor opção”. (Entrevista com Léa, Monte Alegre, outubro 2021).

Na fala a seguir temos outro exemplo arrendamento feito por falta de condições de manter o lote inteiro produzindo. Jiseli contou sobre a sua experiência com o arrendamento da soja no Monte Alegre que já dura 3(três) anos. Segundo ela, foi uma alternativa para que ela e o marido conseguissem recursos para reformar a área. Apesar de se posicionar contra o arrendamento, não vê outra solução no momento para dar conta da manutenção de todo o lote. Acima de tudo, se mantém o desejo de estar na terra e

tirar seu sustento dali. Jiseli e seu marido, Eliezer, são aposentados. Eliezer, com sérios problemas de coluna, não tem mais condições de trabalhar como antigamente, mesmo assim eles cuidam de grande parte do lote de forma agroecológica, sem utilização de veneno, com muita diversidade entre milho, plantas medicinais, ervas, temperos, hortaliças, frutas e árvores nativas. Jiseli passa a maior parte do dia trabalhando com a panificação e atendimento aos consumidores que frequentam o trailer e Eliezer é responsável pela criação de vacas leiteiras e dos outros pequenos animais como galinhas e porcos.

“Cada dia que passa a gente vê mais as pessoas arrendando as terras, como nós mesmos arrendamos a nossa terra pra plantar soja, que foi a forma que a gente encontrou de reformar as terras, por a gente não ter condições de tocar, porque tudo é muito caro. Tudo depende de muito dinheiro. Então esses três anos desse arrendamento vai ajudar no tratamento da terra. É a minha forma de pensar, mas cada vez mais sou contra quem arrenda pra cana, a soja também não seria uma coisa boa, mas foi a forma que a gente encontrou de estar trabalhando na terra”. (Entrevista Jiseli, Monte Alegre, outubro 2021).

Em outro momento, conversando com o esposo de Jiseli, ele contou sobre os problemas que estavam vivenciando com o arrendamento da área para a empresa que planta soja e sorgo em seu lote:

“O meu lucro que eu tenho aqui, está arrendado a R\$300,00 o hectare por ano. Ele me pagou R\$2.250,00 no ano passado. São 7 hectares. Agora esse ano eles tiraram a soja, e plantaram o sorgo. Já cresceu o sorgo e nem me pagaram a soja ainda. Nem sei quando vão me pagar. E ainda usam a minha energia de manhã até à noite. Eu comprei dois sacos de soja deles, ao invés deles me venderem a soja mais barata por conta disso, me cobraram R\$190,00 o saco, o mesmo valor que eles entregam lá na cidade. Eles estão se aproveitando, eles são ricos, eu sou pobre. Até ferramentas minhas eles usam. E na hora que eu precisei deles foi assim. E eu estou devendo o rapaz do bezerro porque eu estava contando com o dinheiro da soja que não me pagaram.” (Eliezer, marido de Jiseli, 2022).

No Bela Vista, a percepção da entrevistada Aline é que a soja está mais presente no assentamento atualmente, mas que aparece como alternativa, da mesma forma que a cana-de-açúcar no Monte Alegre, aos que já tentaram de tudo e não vêem outra saída que não seja o arrendamento para manter a terra produtiva e gerar algum tipo de renda garantida e a curto prazo para a família.

“Eu acho que quando a pessoa arrenda é porque ela está muito sufocada, tipo a última saída. Sempre sai perdendo quem arrenda, porque o valor que pega no final é muito pequeno, se comparado a ir lá e plantar sozinho.” (Entrevista com Aline em 20/05/2022).

D. Zulmira conta com a participação do filho para dar continuidade ao plantio no lote e às negociações de vendas diretamente com as beneficiadoras, e também acredita que o arrendamento não é viável economicamente.

“Com o recurso próprio a gente toca aqui o lote, eu e meu filho mais velho. Nunca arrendamos. Hoje a gente faz a colheita, tira a despesa, e com o lucro a gente faz alguma coisinha que tem que fazer e depois compra tudo os insumos que precisa e planta de novo. Nós acabamos de colher o milho, antes tinha soja e agora plantamos sorgo em 15 hectares, quase o lote todo. O resto da área é o do quintal com as frutas, a casa, umas plantinhas. A gente vende diretamente para as granjas fazerem ração. Graças a Deus a gente nunca precisou arrendar a terra porque temos condições de tocar, porque a gente prioriza mesmo. Não vamos comprar carro porque primeiro é a roça que eu tenho que tocar”. (Zulmira, 20/07/2022).

Complementando, Zulmira dá sua opinião sobre os arrendamentos do Bela Vista e acredita que cerca de quase todo o assentamento apresenta alguma situação de arrendamento, seja parcial ou total do lote.

“Eu sempre fui contra assim, a gente não pode falar pela situação dos outros pra criticar porque eu estou com a família toda criada, sou aposentada, meu marido também, estou afastada da prefeitura, então eu tenho condição com o rendimento que temos. Eu não posso considerar uma família que ainda não tem uma renda fixa, às vezes a pessoa se vê obrigado a arrendar a terra porque se vê tão perdido em dívidas que não consegue fazer de outro jeito. Mas assim, você não tem que ficar naquela rotina, tem que deixar claro que vai permanecer assim até ter condições de se tocar por conta. Não pode cair no comodismo. É muito fácil eu ficar aqui dentro de casa, enquanto passam o trator lá fora e depois vem me dar o meu dinheiro e pronto. Aí não. O problema é esse, quando a pessoa se acomoda e não sabe nem qual é o número do próprio lote, queima até o poste pra plantar. Aqui tem muito lote arrendado. Eu digo pra você que, de quatro partes do assentamento, três são arrendadas. Às vezes é o próprio pessoal daqui - assentados que têm maquinários e arrendam os lotes dos outros. Tem muito disso aqui”. (Zulmira, 2022)

Nesse sentido, presenciamos no Bela Vista muitos lotes tomados pela monocultura dos arrendamentos, sem moradia e não cercados, provavelmente para facilitar o trabalho dos maquinários entre um lote e outro. Essa é uma realidade que vem crescendo nos assentamentos da região onde as grandes empresas usam as terras

de reforma agrária pagando um preço muito baixo por isso aos assentados que, muitas vezes ficam no prejuízo pelo alto custo da produção. Esta mesma terra que há mais de trinta anos foi desapropriada por não cumprir sua função social caminha a passos largos para se tornar uma grande fazenda monocultora.

Nas situações analisadas, tivemos relatos desde a luta por resistir ao cerco da monocultura, ao menos em parte dos lotes com práticas agrícolas que lhes permitem tirar da terra o seu sustento, e também um depoimento favorável ao esquema de arrendamentos. Há que se discutir as visões, os desejos e intensões dos agricultores familiares, buscando um desenvolvimento de forma sustentável para a manutenção e desenvolvimento desses locais, para uma reforma agrária de fato.

...os assentamentos, mas todo o campo regional patina e se “esvazia” economicamente. As imensas dificuldades para se alterar o terrível quadro de desagregação social e bloqueio ao desenvolvimento rural repercutem na falta de grandes iniciativas para os assentamentos. Uma desejada valorização da agricultura familiar via experiências de reforma agrária ainda é apenas uma expectativa ou um item de retórica governamental (FERRANTE; BARONE. 2005).

6.3 O TÍTULO DE DOMÍNIO E O IMPACTO NA VIDA DAS ASSENTADAS

As políticas de desenvolvimento dos assentamentos são marcadas por avanços e retrocessos que muitas vezes prejudicam as estratégias produtivas das famílias, diante do descaso do Estado na manutenção dos assentamentos, da falta de recursos para financiamento e infraestrutura da produção nos lotes, da omissão em relação à prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, que é um direito constitucional, transferindo as responsabilidades do Estado para seguir aos interesses de mercado e/ou bancário (GRISA et al., 2014).

Para a efetivação da Reforma Agrária, é necessário o assentamento de pessoas em propriedades que não cumpriram com a função social e que são oriundas de desapropriações por parte do governo federal, conforme a Constituição Federal de 1988, artigo 184:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo com sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos de dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, Constituição de 1998).

A função social é um direcionamento de imposição constitucional sobre o exercício do direito de propriedade da terra para que atenda aos interesses da sociedade, além do interesse do proprietário (BORGES, 1999). De acordo com o art. 186 da Constituição, a função social é cumprida quando:

...a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I- Aproveitamento racional e adequado;
- II- Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III- Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV- Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1998).

A inserção da função social da terra surgiu pela necessidade de garantir interesses sociais mais relevantes, a partir das consequências da industrialização e do êxodo rural que resultaram numa discrepância social muito grande (SILVA, 2012).

De acordo com o aparato constitucional, o Estado só se pode legitimar a propriedade que cumpre a função social. A propriedade que descumpra a função social não pode ser objeto de proteção, e sim de reforma agrária. Não há fundamento jurídico para o Estado atribuir direito de propriedade ao titular que não cumpre os múltiplos preceitos da função social.

No ano de 2003, com o II Plano Nacional de Reforma Agrária, surgiram novas perspectivas combinando viabilidade econômica com sustentabilidade ambiental, desenvolvimento territorial e integração produtiva, e qualidade e eficiência produtiva. Mostrou-se uma preocupação com a distribuição de renda, a ocupação e a segurança alimentar e nutricional, como também o acesso aos direitos fundamentais e o meio ambiente.

Entre as prerrogativas que se inserem na perspectiva de futuro dos assentamentos se impõe a questão que sempre rondou as relações de sucessão da reforma agrária e a perspectiva de permanência: a Titulação.

No que se refere especificamente a este eixo destacamos que, do ponto de vista do estudo que envolve o presente e futuro dos assentamentos, a titulação se impõe no cenário dos assentamentos a partir de muitos questionamentos, entre eles, como tal processo se dará frente ao desmantelamento das políticas de reforma agrária ocorridas nos últimos anos?

O vigente agronegócio e o latifúndio improdutivo não se regozijam com a função social da propriedade, entretanto, recebem benesses da política pública, e conseqüentemente, ficam imunes à regulação fundiária; por outro lado, a marginalização da reforma agrária, e mais recentemente, a titulação dos assentamentos, têm reforçado a terra como negócio.

Entre os argumentos dos que defendem a titulação destaca-se que a política de assentamento esteve direcionada, fundamentalmente, ao atendimento seletivo das regiões de maior conflito agrário, no entanto, a política agrícola em curso não impediu a contínua expulsão de trabalhadores rurais do setor agropecuário, processo este que, numericamente, nas últimas décadas, representou mais do que as famílias assentadas pelos governos (MATTEI, 2012).

Em 2014 foi decretada a Lei 13.001 que dispõe a plena titulação para os assentamentos de reforma agrária. Importante ressaltar que as perspectivas do total a ser titulado de áreas reformadas comportam 957,6 mil famílias em 9.109 projetos abarcando 88 milhões de hectares. Entretanto, esta perspectiva não se concretizou.

O processo de desconstituição das políticas públicas para reforma agrária e agricultura familiar teve início com o golpe de 2016. Foi no governo Temer que o DA foi extinto e a Medida Provisória 759 (Lei nº 13.465/2017) foi editada, estabelecendo as condições de privatização de terras nos assentamentos e legitimando as terras da União, incluindo as terras de grilagem, “sem as condicionantes socioambientais antes requeridas na Lei nº13.001/2014” (TEIXEIRA, 2019).

No governo seguinte de Jair Bolsonaro, as principais ações mostram-se em sintonia fina com o projeto de mercantilizar a terra do capital global, e a política de desconstrução da reforma agrária e da agricultura familiar teve início no primeiro dia de mandato.

Por meio da Medida Provisória nº 870 de 1º de janeiro (Lei nº 13.844, de 2019) Bolsonaro extinguiu a Secretaria Especial de Agricultura Familiar vinculada à PR, e transferiu as suas atribuições na reforma agrária, agricultura familiar, e na regularização das terras indígenas e quilombolas, justamente ao MAPA. Isto, com o agravante de o Ministério ter como autoridades máximas, a ex-deputada Tereza Cristina, liderança das mais dogmáticas entre os ruralistas, e o ex-presidente da UDR; Objetivamente as medidas traduziram a decisão de confinar, nos limites da cerca dos ruralistas, todas as competências sobre essas áreas que confrontam os interesses do agronegócio. Em outros termos, foi decretada a paralisação e mesmo a reversão de medidas nas temáticas indígena, quilombola e da reforma agrária, e assegurada a inserção plena da

‘agricultura familiar’ na lógica do agronegócio. Com essa configuração institucional, Bolsonaro sacramentou a promessa de campanha de demarcação zero de terras indígenas e quilombolas. Na reforma agrária, a reversão está em curso. O general do Inbra assegurou que ‘titulará na marra’ todos os assentamentos (TEIXEIRA, 2019).

As medidas institucionais para fins de reforma agrária formaram territórios públicos de inclusão social, absorvendo os excedentes populacionais rurais, em contraponto ao desemprego e o êxodo. Entretanto, as ações governamentais foram lentas e pouco eficazes para viabilizar a infraestrutura básica e o fomento à produção para a reprodução socioeconômica dessas unidades produtivas, onde a maioria dos pequenos produtores e assentados permanecem privados de seus direitos sob um sistema que perpetua a pobreza e o êxodo rural.

Sem as mediações do poder público nos assentamentos rurais, o mercado da propriedade privada passará a reger as possibilidades autônomas de reprodução social de diante das fragilidades econômicas e políticas dessas populações. Esses territórios, ao serem convertidos em propriedade privada, ficam sujeitos ao mercado fundiário complacente aos interesses do capital global, facilitando, portanto, o processo de reconcentração de terras.

O governo do Estado de São Paulo indicou também a titulação das terras paulistas de assentamentos rurais, seguindo a tendência do que foi posto pelo governo federal. Promessas em reuniões e conferências públicas têm se realizado em algumas regiões do estado sobre essa privatização dos assentamentos rurais paulistas, entretanto, sem qualquer projeto público para concretização de tais fins.

No Bela Vista, em 20 de junho de 2020 estiveram presentes os dirigentes do INCRA e representantes da Câmara Municipal de vereadores de Araraquara para realizarem a entrega dos Títulos de Domínio aos assentados. Durante o discurso do atual Superintendente Regional do INCRA/SP que antecedeu a entrega dos 107 documentos de “títulos de domínio sob condição resolutiva – portanto, títulos provisórios” e de 141 concessões de uso, foi dada ênfase às vantagens, segundo ele, das parcerias com as empresas do agronegócio. Dentre as vantagens pontuadas, foi dada ênfase à capacitação dos filhos de assentados para trabalharem nas grandes empresas da região e para que eles ajudem, aos finais de semana, no acompanhamento das ditas “parcerias”, além de afirmar que os assentados devem estar inseridos na cadeia do agronegócio, indo completamente contra o que se espera da produção diversificada de alimentos.

O que poderia ser a solução para os bloqueios do desenvolvimento econômico dos assentamentos tem se revelado cheio de impasses, nos quais uma insegura melhora na renda monetária oculta a possibilidade de perda de autonomia na gestão do lote e, na medida em que essa modalidade de “parceria” acaba por se caracterizar como arrendamento, até mesmo a perda do lote via exclusão oficial. Também, os sistemas produtivos dessas integrações não contribuem para a otimização e ocupação da mão de obra familiar (FERRANTE; BARONE, 2011).

Figura 69. Registro do momento de entrega de Título (provisório) de Domínio no Assentamento Bela Vista.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Dentre as falas dos dirigentes do órgão federal presentes no momento da entrega dos títulos, vale comentar o trecho em que o Superintendente Regional se pronuncia sobre a isenção daquele ato em relação às eleições presidenciais que estavam para acontecer em poucos meses.

“Quero deixar registrado para que todos tomem conhecimento que nós estamos em curso no processo para o pleito eleitoral de 2022 e existem normativas e vedações legais que impedem a participação de candidatos. Deixar registrado que o INCRA não convidou nenhum candidato para participar desse ato de trabalho administrativo, portanto sendo vedada qualquer manifestação de cunho político eleitoral porque a nossa participação hoje é uma tarde de trabalho. E que Deus abençoe este dia e abençoa a cada um de vocês”. (Fala do Superintendente Regional do INCRA-SP durante a entrega dos títulos, em 20 de julho de 2022)

Ocorre que, neste dia, muitas eram as faixas e banners de campanha pró Bolsonaro onde haviam agradecimentos ao então Presidente pelos títulos entregues espalhados pelo campo de futebol onde acontecia o evento, além de muitas bexigas nas cores verde e amarelo, tudo isso na presença de vereadores e grupos bolsonaristas de

Araraquara. Em algumas entrevistas aos jornais locais o Superintendente disse que estava prevista a participação de Bolsonaro no dia da entrega, mas que, por motivo de agenda, não seria possível a sua presença.

O trecho da fala do Superintendente do INCRA Regional do Estado de São Paulo foi transcrito na íntegra e demonstra a intenção dos dirigentes do instituto sobre a incentivo à produção de monoculturas, ao agronegócio e às parcerias com as usinas:

“Aqui na região tem grandes parques industriais e nós temos que capacitar nessa parceria os filhos de vocês para trabalharem também nas indústrias e nos escritórios dessas empresas que estão próximas dos assentamentos para que eles possam trabalhar e gerar mais uma renda para a família, mas que volta para dormir em casa e ajudar nos finais de semana nessa nova atividade econômica no lote. É isso que nós queremos buscar com o projeto de parceria produtiva: mudar o paradigma da vida de vocês. Através de um discurso ideológico o agronegócio não pôde vir para o campo. Isso resultou no atraso econômico e social da vida de vocês. Por que nós temos que trazer o agronegócio? Porque é quem tem condição de financiar esse projeto e condição de dar o apoio que vocês precisam para que conheçam o mundo moderno da agricultura e da agropecuária do Brasil. Essa é a nossa proposta que estamos caminhando para nos apoiarmos no que é firme e forte. E nesse trabalho também trazer para junto dessa parceria uma cooperativa de produtores rurais que pode dar condições de oferecer máquinas, fertilizantes, adubos, equipamentos, e o assentado poder dividir esse custo em dez vezes, descontar na hora de receber o pagamento da produção. É isso que nós temos que fazer, viver como produtor rural porque o assentamento é uma grande fazenda! Como aqui no Bela Vista são 200 pequenas fazendinhas e os fazendeiros são os senhores! Vocês não podem viver à margem da sociedade, e nem deixar de ter o acesso que todo produtor rural tem. Essa é uma busca que nós estamos perseguindo, com o apoio da nossa presidência para que a gente possa trazer um novo amanhã na vida de vocês”. (Fala do Superintendente Regional do INCRA-SP durante a entrega dos títulos, em 20 de julho de 2022)

Figura 70. Entrega do Título (provisório) de Domínio para D. Maria Rezadeira, pioneira do assentamento Bela Vista e participante do presente estudo.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

De acordo com D. Maria, foi um momento emocionante, muito aguardado por todos que se mantiveram no assentamento desde a sua criação, significando para ela “a conquista da autonomia sobre as decisões do lote, e a sensação de ser a dona de fato da propriedade”. Mas, por outro lado, D. Maria indica uma preocupação com os outros assentados que foram contemplados com o título. Segundo ela, muitos estavam aguardando a entrega do documento para negociar a venda dos lotes. D. Zulmira compartilha da mesma opinião e dá exemplo de pessoas que compraram lotes no Bela Vista de forma totalmente irregular e que estão prestes a receber a Concessão de Uso, sem nenhum critério para avaliação desses casos.

“Eu espero que eu esteja errada, mas infelizmente eu acho que muita gente vai vender, se tiver condição de vender, vai vender. Eu graças à Deus, como mãe eu tenho muito orgulho em falar isso, porque eu não tenho que ficar falando na cabeça dos meus filhos pra eles acreditarem nessa terra e continuar a luta da gente, tirar a sobrevivência deles daqui. Por mais difícil que seja, se entra uma pandemia, alguma coisa, a gente tem de onde tirar. Então a gente não passa fome. Quanta gente que perde o emprego na cidade e não tem o que comer? Antes nós tínhamos a presença do INCRA direto, faziam as visitas e sabiam o que cada um produzia, tinha que ter o talão de notas... Para entrar alguém aqui fazia cadastro, passava por uma seleção com a comissão do assentamento, o sindicato, a prefeitura, o INCRA e o ITESP, tudo tinha um controle bem rigoroso, era muito bom isso. Agora entra gente que não tem nada a ver. Por exemplo o meu vizinho aqui, no terceiro lote, o cara tem uma loja em São Carlos, ele usa o lote como lazer, ele não mora aqui. Ele colocou caseiro e vem de final de semana, e não produz nada. É esse tipo de pessoa que vai conseguir a concessão de uso da terra, sem critério nenhum”. (Zulmira)

Silvani fala sobre a questão da entrega de títulos como uma interrogação diante das parcerias que estão postas no Bela Vista e que, a partir da titulação os arrendamentos não constituídos através do INCRA podem resultar na perda do lote do beneficiário que arrendar de forma irregular.

“Por isso que eu falo sobre essa questão da titulação que vem e retoma uma coisa que estava velha e ultrapassada que era a concessão de uso, porque era um contrato que estava lá no fundo da gaveta. Com a titulação, esse novo contrato tem regras, e uma das regras é impeditiva para os arrendamentos da maneira que está. Até fala em construção de parceria, mas são parcerias constituídas com o INCRA. Não é uma parceria como os arranjos feitos no assentamento. Eu não sei como vai ser. Tanto que os assentados estão de orelha em pé. Se for constatado um arrendamento, perde quem arrendou. Na minha opinião tinha que publicizar, o título é

isso e não pode arrendar. A gente quer consertar o assentamento, então se não estiver tudo certo você perde. Aí a gente começa a consertar as coisas. Quem vai fazer isso?” (Silvani)

Ela conta ainda que tiveram conhecimento sobre o conteúdo do documento do Título somente no dia da entrega. Não tiveram acesso a nada e ninguém contestou. Durante a entrega as pessoas recebiam e assinavam sem ler quais as condições estipuladas para conseguir o título definitivo. Ela complementa falando sobre a questão política atual e a grande influência de grupos dentro do assentamento que fizeram grande apelo para que a maioria apoiasse o processo de titulação.

“Está todo mundo olhando pro título, ok, nós perdemos essa batalha porque tinha um governo que tinha mais clareza da reforma agrária e sua importância e perdemos ali. Depois nós perdemos as políticas que caminhavam nesse sentido, e o título vem nesse bojo, que é um pedacinho dessa discussão. Então agora é ver o que acontece. Nós perdemos essa batalha, até porque ela é legal. É uma lei, e eu não vou impedir título. Teve um grupo de assentados que decidiram pelos outros que se calaram. Quando a gente não se envolve nas discussões a gente favorece quem está ganhando”. (Silvani)

Já com relação à titulação do lote posta como direito das mulheres, dados do ITESP (2018) mostram que 50% do total dos assentamentos estaduais estão em nome das mulheres. A titulação conjunta e obrigatória da terra para pessoas casadas ou em união estável é regulamentada pela Portaria nº 981 de 2003 do INCRA como conquista da Marcha das Margaridas (BUTTO; HORA, 2008) e, em caso de separação, a terra ficará com a mulher, se esta mantiver a guarda dos filhos.

Carmen Deere (2004) destaca que o reconhecimento dos direitos das mulheres à terra apresenta grande importância em dois sentidos, o produtivista, com o objetivo de inserir a produtividade da mulher na dinâmica dos assentamentos, e o do empoderamento, garantindo direitos que podem aumentar o poder de barganha das mulheres nas relações familiares e com a comunidade, colaborando, desta forma, para a diminuição da subordinação da mulher (DEERE, 2004).

Historicamente, a participação de mulheres na reforma agrária é marcada pela lógica patriarcal diante das leis que priorizavam os homens, tendo como justificativa o critério do tamanho da família para fins de classificação de beneficiários, critério este desfavorável à mulher chefe de família, “uma vez que, por definição, são menores do que as famílias chefiadas por homens, dada a ausência de um adulto homem” (DERRE, 2004, p. 184). O INCRA adotou ainda um sistema de pontuação onde o homem com idade entre 18 e 60 anos equivalia a 1(um) ponto, e a mulher na mesma faixa etária, 0,75

(DERRE, 2004). Somado a isso, os trabalhos realizados pelas mulheres também eram desfavoráveis, pois mantinham-se desvalorizados e invisibilizados.

Essa visão patriarcal e discriminatória do órgão responsável pelos assentamentos rurais e de seus funcionários sobre a incapacidade da mulher gerir seu lote sem a presença de um homem resulta na naturalização da hierarquia do poder masculino nos grupos familiares e acarreta a falta de reconhecimento dos direitos econômicos e políticos da mulher.

Quando questionada sobre o tema titularidade como direito das mulheres, Silvani declarou perceber fatos que a deixaram feliz, considerando que, nesse aspecto de direito da mulher, a lei parece se fazer valer.

O que eu tenho percebido, com essa história do título que me deixou bastante feliz nessa questão de gênero e eu vou dizer porquê. Algumas mulheres se separaram lá atrás e se ferraram, mas não esperavam que nessa roda da vida elas teriam que assinar para os maridos terem a titulação. Então essas mulheres que com o tempo estão dizendo assim: “eu não vou assinar nada, você não vai ter o título porque metade é minha! Então nesse sentido eu acho bom.

Na sequência ela dá exemplos de casos de abandono da família que estão ocorrendo no assentamento, recorrentes quando se trata do homem deixando mulher e filhos e que é considerado “comum” e até aceito pela sociedade, mas agora algumas mulheres começaram a sair de suas casas, no movimento contrário. Não estamos aqui julgando se a atitude deve ser criticada ou valorizada, o que precisa ser colocado em pauta são quais os motivos que essas mulheres resolvem abandonar o lar e a família e em quais condições isso ocorre.

“Outro movimento que eu tenho visto nos assentamentos é que eles as mandavam embora com um monte de filhos e elas tinham que recomeçar a vida. Hoje eu percebo que o movimento está assim, elas vão embora sozinhas e deixam os filhos. Deixam todos os filhos lá e seguem a vida. É lógico que existem várias críticas por deixarem os filhos, mas os homens fazem isso o tempo todo e não tem estranhamento. Eu tenho visto esse movimento no assentamento”.
(Silvani)

Concluindo, Silvani afirma que consegue visualizar singelas mudanças ligadas à pauta da titulação, especialmente entre as mulheres mais novas e entre as que não são casadas,mas, ainda assim, prevalece a mulher invisibilizada por detrás do homem.

“Então de certa forma a gente vê algumas mudanças. É lenta, mas tem, e parte das mais novas. As mais velhas nessa questão da titulação você não vê uma mulher falando, a não ser as divorciadas, separadas e viúvas, o resto são eles, mesmo que os nomes delas venham primeiro. No título são as mulheres primeiro, mas não são elas que vão ter voz. É uma conquista, sim, a gente tem que continuar trabalhando nessa perspectiva, mas ainda falta que as decisões aconteçam de fato entre o casal, porque ainda impera o machismo onde é o homem quem sabe tudo”. (Silvani)

O significado do impacto sobre os assentamentos de tais preceitos legais são, ainda, de difícil mensuração a exigir a continuidade de sua análise, por serem recentes suas promulgações, e porque ainda há uma pressão social no contexto desigual da estrutura fundiária brasileira, cujos conflitos fundiários e as mobilizações sindicais estão em todos os momentos recolocando a reforma agrária como a permanência de áreas reformadas de assentamentos na ordem do dia, e também, o acervo nacional de terra devoluta a ser regularizada para fins de reforma agrária (SILVA, 2019).

Escolho concluir esse capítulo com as considerações de Silvani Silva sobre a titulação dos lotes do Bela Vista:

“Eu acho que muda a configuração. Difícil sempre esteve. Eu acho também que a gente ficou meio frouxo. Na minha leitura, eu posso estar equivocada, mas a gente teve em situações muito piores. É que nós já conseguimos alguns direitos sociais, e antes nós tínhamos mais “sangue nos olhos”. Porque as razões que minha família foi para a luta social era pela razão de sustentar os filhos. Hoje se a gente vai para um acampamento, as razões são outras. Então, nesse sentido não valeu a pena a luta? Claro que valeu, tem valido a pena todo o sacrifício. Da mesma forma que nós dos movimentos sociais temos mecanismos para fazer a luta, o oposto também tem”. (Silvani)

Silvani se emociona e faz uma pausa em sua fala.

“O que realmente entristece são as pessoas falarem assim, vamos pensar o Bela Vista: “nós vamos titular porque agora nós somos pequenos produtores, e desconsiderar toda essa trajetória. E agora eu não defendo mais a reforma agrária, eu não defendo mais a distribuição de terras nesse país porque eu resolvi o meu problema”. Porque daí a gente entrou realmente numa lógica capitalista que diz: eu me salvando não salvo mais ninguém. Então por que ficar no assentamento?

Com a titulação acabou a história do assentamento? Não! Ela só mudou o rumo porque eu não sei o que vai acontecer daqui pra frente. E como a gente mantém essa perspectiva? É dentro do assentamento, estando lá para ver qual o movimento que a gente vai tomar de luta pra continuidade pra que esse país tenha justiça social. E não existe justiça social onde poucos tem muita terra e

muitos são sem-terra. E não valeu a pena? Olha o Bela Vista, o Bela Vista rende milhões. É o agro, perdeu a característica... Ok. De fato, é isso, mas as pessoas que chegaram ali e não tinham o que comer, hoje têm 80 mil reais de renda. E mesmo que seja na perspectiva do agronegócio, eu vou falar que a reforma agrária não deu certo? Que os projetos de assentamento não deram certo? Não. Eu preciso estar lá porque eu preciso contar essa história". (Silvani)

CONCLUSÕES DO TRABALHO

Os conceitos encontrados na literatura sobre autonomia para as mulheres são, em grande parte, relacionados às questões econômicas, presumivelmente devido à falta de suporte financeiro para a conquista da autonomia. Neste trabalho, utiliza-se como referência de autonomia da mulher rural a possibilidade de emancipação e empoderamento para além da autonomia econômica, num processo relacional não linear, com avanços e retrocessos, permeado por tensões, levando-se em conta as dimensões estruturantes do modelo patriarcal da sociedade e da família nos assentamentos.

Foram analisadas boas práticas de mulheres que sinalizam a autonomia. Porém, essas mulheres empoderadas, capazes de participar mais ativamente em suas comunidades não constituem a maioria nos assentamentos.

Dentre as mulheres selecionadas que compõem o eixo analítico predominante da tese, foi possível detectar expressões de autonomia, momentos de trocas e fortalecimento dos saberes, especialmente quando nos referimos às participantes dos grupos formados por mulheres, onde elas têm maior liberdade para falar e serem ouvidas, onde dividem planos, expectativas e frustrações, criam laços de amizade e de trabalho que geram novos caminhos para o empoderamento, atitudes que lhes permitem ter mais controle de suas próprias vidas. Essas relações formadas nos grupos de mulheres favorecem novas sociabilidades que contribuem sobremaneira para a maior visibilidade do trabalho das mulheres.

A invisibilidade do papel das mulheres é uma barreira às vezes ultrapassada com a participação delas em grupos produtivos e associações, onde podem conseguir destaque e reconhecimento dos resultados de seus trabalhos. Como foi possível identificar no decorrer desta pesquisa, há mulheres assentadas – o que não pode ser generalizado – ocupando novos espaços, em posições de protagonismo e buscando a valorização do trabalho da mulher.

Entretanto, na contramão da construção da autonomia temos a cruel realidade de violência contra as mulheres no meio rural, onde o machismo e o patriarcado são ainda mais arraigados. Durante as inúmeras conversas com as mulheres dos assentamentos, diversas foram as histórias narradas onde pudemos identificar algum tipo de violência sofrida por elas. Alguns casos elas não descreviam como violência, mas como algo rotineiro, comum e aceitável, outros ainda elas se colocavam como as responsáveis por sofrerem tais violências.

A conquista da autonomia enfrenta obstáculos no recorte patriarcal constatado também na legislação e na prática nos assentamentos rurais. A outorga da titulação conjunta, por exemplo, não se transformou em uma igualdade de direitos no acesso a créditos, nas decisões relativas à produção e comercialização, com raras exceções.

Não foi significativo o acesso das mulheres assentadas a programas de fomento produtivo, de crédito rural ou de compras públicas de agricultura familiar. Se, de um lado foram constatadas estratégias que podem estimular processos que levam à autonomia, foram igualmente identificadas relações desiguais entre mulheres e homens, representadas pela divisão sexual do trabalho e por discriminações que procuram – nem sempre com sucesso – afastar as assentadas dos dilemas dos assentamentos.

Os espaços das feiras demonstram ser uma oportunidade da inserção no mercado para as mulheres, além de representarem perspectivas de sociabilidade, de troca de vivências, de mútua aprendizagem. Elas se destacam nesses espaços por serem as maiores responsáveis pela produção desses produtos, informando aos consumidores detalhes sobre os manejos, cultivos, ingredientes e receitas, desenvolvendo assim uma relação de confiança com os clientes.

O incentivo ao turismo rural também pode ser considerado um fator de apoio à expressão de autonomia da mulher. A criação da rota turística que engloba três áreas específicas no assentamento Monte Alegre, o Circuito dos Sabores, ligado à gastronomia, o Circuito Poeirão, das trilhas, e o Circuito Matágua, onde estão situadas as matas e cachoeiras, apresentam grande potencial turístico para atrair novos frequentadores ao assentamento. O Circuito gastronômico, que passa pela Padoka e pelo trailer da Jiseli, é comandado por mulheres que, entre quitutes, lanches e sucos produzidos, mostram perspectivas de comandar grande porcentagem da renda obtida nos assentamentos.

Iniciativas de produções alternativas também podem estimular a conquista da autonomia, como o caso da produtora de mel com criação de abelhas sem ferrão, fazendo as próprias caixas para as colméias que, com apenas 5 colméias ativas atingiu a produção de 300 quilos de mel. Além disso, esta produtora está inserida no grupo Mega Cheiro, com a produção de ervas desidratadas e está se especializando também na produção de sabonetes que utilizam os outros elementos produzidos por ela, as ervas, o mel e as buchas vegetais de seu quintal, espaço de grande diversidade de espécies, comandado majoritariamente por mulheres e expressão de conquista de autonomia das assentadas.

O recebimento por esta produtora do prêmio Mulheres Empreendedoras, promovido pelo Sebrae Regional de Araraquara, é um bom indicador do seu protagonismo gerador de autonomia.

No campo da política institucional, como coordenadora de uma pasta importante na prefeitura municipal, outra assentada tem se destacado na tentativa de trabalhar políticas públicas e perspectivas de segurança alimentar nos assentamentos, destacando-se como liderança feminina de um dos assentamentos analisados.

Os exemplos acima citados não podem ser interpretados como promotores da autonomia, sem obstruções. Há fatores de restrição à autonomia das mulheres, na

medida em que há impedimentos para maior dedicação de tempo para a atuação na produção e na comercialização. Entrevistas feitas com assentadas com diferentes perfis e condições mostraram que algumas compreendem a sua atuação na produção como um trabalho e não como ajuda a outros membros da família. Elas entendem a importância dos seus papéis na produção e geração de renda. Existem espaços que mostram claramente que são expressões de autonomia das mulheres, como o cultivo das hortaliças, o cuidado dos quintais produtivos e a produção não agrícola, envolvendo especialmente a panificação e o artesanato.

Constata-se o maior envolvimento das mulheres na dimensão privada da comercialização, no processo anterior à venda e na relação com o público consumidor. Na esfera pública, as mulheres são bloqueadas socialmente em sua participação, restringindo seu trabalho, denominado como ajuda, diferentemente ao protagonizado pelos homens.

Contrariando esta subestimação do trabalho das mulheres, constata-se que as assentadas atuam fortemente nas atividades produtivas, especialmente como afirmado, nos quintais produtivos, na criação de pequenos animais, e também na produção não agrícola. Diante do cenário de desvalorização do trabalho da mulher nas atividades agrícolas tradicionais, a alternativa das atividades consideradas não agrícolas pode viabilizar uma liberdade financeira, mesmo que parcial, para as mulheres assentadas, e que pode favorecer também a conquista da autonomia.

As políticas públicas não focam o segmento feminino, ainda que as mulheres busquem participar de projetos públicos voltados à produção ou instalação de equipamentos sociais, os obstáculos são inúmeros. Dessa forma, é importante entender como acontece a participação das mulheres nesses projetos e quais as dificuldades existentes para que consolidem, inclusive para que possamos identificar os caminhos para superação desses obstáculos e estimular a inserção das mulheres nos embriões de modelos alternativos de desenvolvimento rural e de maior representatividade feminina.

A participação das mulheres é constituída por diferentes espaços e estratégias de atuação, desde a relação com os recursos naturais e o ambiente, passando pela sustentabilidade da vida. Vê-se, portanto, uma perspectiva positiva no sentido da conquista dos espaços produtivos dentro dos lotes e também nos espaços de tomadas de decisões, a partir de iniciativas voltadas à produção de base agroecológica pelas assentadas, onde criam-se condições para expressões da autonomia. É notório que se

trata de uma realidade que não é percebida na maioria dos lotes, mas que, ao se tornar concreta, pode ser tomada como exemplo de que a conquista da autonomia entra no campo das possibilidades vivenciadas pelas mulheres assentadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.) **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

AGUIAR, M. V.; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. Mulheres no congresso brasileiro de agroecologia. **Revista Agriculturas**, 6, 4, p. 32-48, 2009.

AGUIAR, V. V. P. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**. Florianópolis, vol.15. 2016.

AMORÓS, C. **Tempos de feminismos**. Madrid: Edição Cátedra, 2008.

ALEIXO, S. S.; FILIPAK, A.; PAES, XISTO, A. M. B.. O uso de mapas mentais como metodologia para o desenvolvimento da transição agroecológica e da autonomia

econômica de mulheres rurais. In: **Agroecologia, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Ponta Grossa: Editora Atena, 2019.

ARBOIT J.; COSTA M. C.; SILVA E. B.; COLOMÉ I. C. S.; PRESTES M. Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 27, n. 2, p. 506-517. 2018.

BORGES, R. C. B. **Função ambiental da propriedade rural**. São Paulo: LTR. 1999.

BRASIL. **Constituição Federal de 1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 10 dez. 2022.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH. **Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres**. Caderno de Formação – Brasília: SPM –, 2016. Disponível em https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/caderno_genero_autonomia.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. **Manual de hortaliças não convencionais**. Brasília, 2010. 92 p.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BUTTO A.; FARIA N.; HORA K.; DANTAS C.; NOBRE M. **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2014.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In MDA/NEAD. **Mulheres na Reforma Agrária**. Brasília: MDA, 2008.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita**: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. São Paulo: SOF, 2012.

CORDEIRO, R. de L. M. Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva. **Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social**, v. 14, p. 1-13, 2007.

COSTA, M. C.; LOPES, M. J. M. Elementos de integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 46, n. 5, p. 1087-1094, 2012.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil. 2017**. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4371-conflitos-no-campo-brasil-2017>>. Acesso em 20 out. 2022.

CRUZ, A. F. P. et al. Plantas alimentícias não convencionais: utilização das folhas de “ora-pro-nobis” (PERESKIA ACULEATA MILL, CACTACEAE) NO CONSUMO HUMANO. **Visão Acadêmica**, [S.l.], v. 21, n. 3, dez. 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/76001>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DEERE, C. D. Os direitos das mulheres à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1. Abril/2004.

DUVAL, Henrique Carmona. Bens materiais e simbólicos: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo. 2015. **Tese** (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281276>. Acesso em: 20 maio. 2021.

DUVAL, H. C.; VALENCIA, N. F. L.S; FERRANTE, V. L. S.. Autoconsumo em assentamentos rurais: segurança alimentar e agroecologia em debate a partir de um estudo de caso. **Retratos de assentamentos** n. 11. 2008.

ESTEVES, A. J.. Metodologias qualitativas: análise etnográfica e histórias de vida. **Metodologias qualitativas para as ciências sociais**. Porto. Faculdade de Letras da Universidade de Porto, Instituto de Sociologia. p. 41-48. 1998.

FERNANDES, T.; MOTA, D. M. da. “É sempre bom ter o nosso dinheirinho”: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. **RESR**. Piracicaba, São Paulo, v. 52, Nº 01, p. 009-024, jan./mar., 2014.

FERRANTE, V. L. S. B.; ALY O. J.; QUEDA O.; BARONE, L. A.; DUVAL, H. C. O presente e o futuro dos assentamentos rurais: dilemas e ressignificações. **Revista Retratos de Assentamentos**. Vol. 25 N.1, 2022.

FERRANTE, V. L. S. B.. Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de Medeiros (Org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 195-216.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias** (Versão Impressa), v.13, UFRGS, p.262-305, 2011.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. O lugar dos assentamentos no desenvolvimento local/regional: dilemas e perspectivas futuras. **Revista Retratos de Assentamentos**. Edição n.17-18. 2005.

FILIPAK, A. Políticas públicas para mulheres no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos. 2017. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista. Marília, 2017.

FISCHER, I. R. A Participação da Mulher no Orçamento Familiar. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, 2002, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002, 12 p. 2002.

FREITAS, G. M. Pesquisa e extensão em agroecologia: frentes de ação e importância dos quintais em assentamentos rurais. In: **IX Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais**. FEAGRI/Unicamp. 2019.

GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008. P. 64-89.

GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**. v. 13, n.2, p. 20-31, maio/ago. 2004.

GOHN, M. da G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez. 2008.

GOMES, T. P. S. Do sonho à realidade: um estudo da trajetória de mulheres assentadas na constituição agroecológica através do resgate dos saberes. **Tese** (Doutorado).

Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras, Assis. 2018.

_____. **Educação – Finalidades e objetivos.** Educação não formal– Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

GOMES, T. P. S; FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. Co-educação, reconhecimento e saberes tradicionais: um estudo com mulheres assentadas em Araraquara-SP. **Retratos De Assentamentos**, 22(2), 308-326. 2019.

GRISA C. et. Al. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 52. 2014.

HERRERA, K. M. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. *Fazendo Gênero*, 10. Desafios atuais do feminismo. 2013, Florianópolis, Anais [...]. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_A_RQUIVO_ArtigoFazendogenerofinal.pdf. Acesso em: 01 de Junho de 2021.

HOHDEN, V. Viver segundo a ideia da natureza. BORGES M. L.; HECK J. (Org.). **Kant liberdade e natureza.** UFSC: Florianópolis, 2005.

KRETER A. C. A previdência rura e a condição da mulher. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2. 2005.

LEAL, L. S. G. As mulheres na produção orgânica na região de Araraquara: rompendo invisibilidades. 2019. **Dissertação** (mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente), UNIARA, Araraquara, 2019.

LEFF, E. Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis. Vozes, 2009.

LOPES NETO, A. A. et al. Caderneta Agroecológica e Feminismo: o que os quintais produtivos da Zona da Mata têm a nos dizer. *Cadernos de Agroecologia*, [S.l.], v. 10, n. 3, maio 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/19857>>. Acesso em: 16 junho 2021.

MACCALÓZ, S. M. P.; MELO, H. P. A reforma da previdência e a condição feminina. *Revista AJUFE*, São Paulo, v. 15, n. 53, p. 29-42, jan. /fev. 1997.

MAPA; EMBRAPA; IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais. EMBRAPA, 2020. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/>

[/noticia/50779965/mapa-embrapa-e-ibge-apresentam-os-dados-sobre-mulheres-rurais](#). Acesso em 22 out. 2021.

MARTINEZ M., A história de vida como instância metódico-técnica no campo da Comunicação. **Comunicação & Inovação**, PPGCOM/USCS. Vol. 16, n. 30. 2015. p. 75-90.

MATTEI, L. **Pobreza rural: um fenômeno histórico estrutural relacionado à estrutura agrária do país**. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. Boletim n o 14, 2012.

MEDEIROS. Leonilde. Servolo. Assentamentos rurais e gênero tema de reflexão e pesquisa. In.: In: LOPES, Adriana L; BUTTO, Andrea (orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária: A Experiência Recente no Brasil**. Brasília: MDA, p. 81-151. 2008.

MENASCHE, R.; BELEM, R. C. Gênero e agricultura familiar: trabalho e vida na produção de leite do sul do Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 17, n. 17, p. 135-142, 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Notícias. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/30/o-governo-lula-foi-o-que-mais-assentou-familias-na-historia-do-brasil/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

NASCIMENTO, D. A. S.; MOTA, D. M. O conceito de autonomia em estudos sobre mulheres, **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, Enero. 2019.

NÚCLEO DE ESTUDOS E EXTENSÃO EM AGRECOLOGIA (NEEA). **Pesquisa ação e construção de proposta agroecológica para a agricultura familiar da região central do Estado de São Paulo**. (Relatório Técnico). Araraquara: Universidade de Araraquara, 2017.

NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. de; ARAÚJO, A. D. G.; PIMENTA, D. A. O. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*. Vol. 12 n. 2. 2017. p. 466- 485.

PAULA, L. A. C. A bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e (r)existência nos assentamentos rurais do interior de São Paulo. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (UNESP) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. 2020.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (1): p.229-52, 2004.

RACY, E. Da resistência às conquistas: mulheres assentadas e a busca por autonomia.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA. Araraquara. 2020.

SANBUICHI, R. H. R.; ALMEIDA, A. F. C. S.; PERIN, G.; SPÍNOLA, P. A. C.; PELLA, A. F. C. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 54 (4). p.1079-1096, jul. - ago. 2020.

SARAVALLE, C. Y.; LOPES, P. R.; FRANCESCHINI, G.; FREIRE, L.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. Projeto de Desenvolvimento Sustentável Santa Helena – São Carlos/SP: problematização participativa da realidade local. *Retratos de Assentamentos*, v. 19, n. 1, 2016.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, 20(2), p. 71-99, 1995.

SALES, C. M. V.. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis. V. 15. Nº 2.. P. 437-443. Maio-agosto, 2007.

SANTOS, L. L. M.; Coca E.; Alves, M. M.; Tunini, J. S.. Descaminhos da reforma agrária no governo Bolsonaro. **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78191>. Acesso em: 02/02/2023

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. / Emma Siliprandi. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA A. P.; BARROS C. R.; NOGUEIRA M. L. M.; BARROS V. A. Conte-me sua história: reflexões sobre o método História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**. Vol. 1, n. 1. 2007, p. 25-35.

SILVA, L. L., COELHO, E. B. S., & CAPONI, S. N. C.. Violência silenciosa: Violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. Vol.11, n. 21. 2007, p. 93-103.

SILVA, C. B.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). Gênero e geração em contextos rurais. **Mulheres**. Florianópolis, 2010.

SILVA, R. P. Estado e políticas sociais: abrangência e limites do Sist. Nac. de Segurança

Alimentar e Nutricional (SISAN). **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente) – Universidade de Araraquara, 2019.

SILVA, A. M. R. C.. Análise ambiental do assentamento Bela Vista do Chibarro (Araraquara-SP): legislação incidente, uso e ocupação do solo e percepção ambiental. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente). 2012.

SILVA, J. O. C. **Amartya Sen: “Desenvolvimento como Liberdade”**. 2010. Disponível em: https://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf. Acesso em 12 nov. 2021.

SOARES, V. Mulher, Autonomia e Trabalho. In: **Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 281-301.

SOUZA, M. R. M.; CORREA, E. J. A.; GUIMARÃES, G.; PEREIRA, P. R. G. O potencial do ora-pro-nobis na diversificação da produção agrícola familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 3550-3554, 2009.

SOUZA, T. M. C.; REZENDE, F. F.. Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina , v. 9, n. 2, p. 21-38, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072018000200003&lng=pt&nrm=iso. acessos em 12 jan. 2023.

SPANEVELLO R. M.; DOEGE A. M. N.; DREBES L. M.; LAGO A. Mulheres Rurais e Atividades não Agrícolas no Âmbito da Agricultura Familiar. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 17, núm. 48, pp. 250-265, 2019.

SPECHT, A. A. Autonomia crítica das mulheres rurais: a casa ode cair, elas querem voar. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB. Brasília. 2019.

TEIXEIRA, G. (2019) Apud Silva e De Lorenzo (2020). Questão agrária: uma discussão necessária. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 21-37, set.-dez., 2020.

TERSSAC, G. de. Autonomie. In: BEVORT, A.; JOBERT, A.; LALLEMENT M.; MIAS, A. (Org.). **Dictionnaire du travail**. 1ª edição. Paris: Presses Universitaires de France, Collection: Quadrige dicos poche. 2012. p. 49-53.

TOLEDO, V. M. e BASSOLS, N.B. A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: **Expressão Popular**, 2015.

TÚBERO, L. I. O Machismo Das Políticas Públicas: O Caso Do Pronaf Mulher No Assentamento Rural Monte Alegre (SP). **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente), UNIARA, Araraquara, 2017.

VIANA, Aline Lopes et al. Violência contra a mulher. **Revista enferm UFPE on line**, Recife, 12(4):923-9, abr., 2018.

VERGO, T. M. W. Autonomia e empoderamento das mulheres usuárias das políticas públicas sociais: algumas considerações a partir das teorias políticas feministas no trato dos conceitos de empoderamento e autonomia para as mulheres. **Redor** - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero. UFRPE/Recife. Disponível em:

<<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/696/765>>.

Acesso em: 12/12/2022.